



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1626

Segunda-feira - 01 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Alto Bela Vista.....	2
Anchieta	4
Antônio Carlos	32
Balneário Rincão	34
Barra Velha.....	37
Bela Vista do Toldo.....	38
Biguaçu	72
Blumenau	74
Bom Jesus do Oeste	108
Bom Retiro	109
Brunópolis	126
Brusque.....	127
Caçador.....	128
Campo Alegre	130
Campos Novos.....	134
Canoinhas.....	135
Capinzal	139
Catanduvas.....	141
Chapadão do Lageado	142
Concórdia	145
Coronel Freitas.....	161
Coronel Martins.....	161
Correia Pinto.....	162
Curitibanos	162
Dionísio Cerqueira	164
Forquilha.....	167
Fraiburgo.....	169
Garopaba.....	175
Gaspar	176
Guaramirim.....	179
Guarujá do Sul.....	179
Herval d'Oeste	180
Ibiam	183
Ilhota	184
Imbituba	184
Indaial.....	205
Ipumirim	205
Irineópolis	212
Itapiranga.....	215
Itapoá	216
Ituporanga	217
Jacinto Machado	218
Joaçaba.....	224
José Boiteux	252

Lages	252
Lauro Muller	255
Lindóia do Sul	256
Luzerna	257
Macieira.....	265
Mafra	274
Maravilha.....	275
Massaranduba.....	275
Meleiro	276
Modelo	278
Monte Carlo	279
Navegantes.....	280
Nova Trento	283
Novo Horizonte	289
Orleans	290
Paial.....	291
Palhoça	292
Papanduva.....	293
Passos Maia	293
Paulo Lopes	294
Penha.....	294
Pinheiro Preto	299
Pomerode.....	301
Ponte Serrada	318
Porto Belo.....	324
Porto União.....	324
Rio do Sul.....	329
Salto Veloso	331
Santa Rosa do Sul	333
Santa Terezinha do Progresso	334
Santiago do Sul.....	350
São Bento do Sul.....	350
São Carlos	354
São Domingos.....	355
São João do Sul	359
São José.....	362
São José do Cedro.....	366
São Lourenço do Oeste.....	367
São Miguel da Boa Vista	369
Schroeder	380
Sombrio.....	391
Timbó	391
Tunápolis.....	394
Urussanga	396

Videira.....	414
Xavantina	415
Xaxim.....	416

Associações

AMVALI	416
--------------	-----

Consórcios

CIGA	417
CIM-AMAVI	417
CIMCATARINA.....	417
CIS Nordeste	418
CIS/AMURES.....	419
CITMAR.....	419

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 113 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

Exonera Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE;

Artigo 1º - Exonera o servidor Público Municipal ELSON DAVI STEIN, em cargo de provimento Efetivo de MOTORISTA, matrícula nº 318, lotado na Gerencia de Transportes, a partir de 24 de Novembro de 2014, á pedido do servidor sob protocolo nº 283/2014, datado de nesta data.

Artigo 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando, as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 24 de Novembro de 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 106 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

DESIGA SERVIDOR PÚBLICO RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE PES-
SOAL

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 99, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Art. 41 da Lei Complementar 11 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal, MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, lotada na Gerência de Administração para responder pelas atividades e funções inerentes aos atos de pessoal do município.

Art. 2º Pelo desempenho do presente mandato a Servidora designada não receberá qualquer gratificação ou adicional no respectivo vencimento.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeitos a partir de 01 de novembro de 2014 e revogando a Portaria 095 de 24 de outubro de 2014 e as disposições contrárias.

Alto Bela Vista em 10 de novembro de 2014.
DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 110 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

DÉCIO GRÄTNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ELTON RECH; ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS; no Período de Meio dia (1/2), nesta data, conforme, atestado médico expedido na data de 19 de Novembro de 2014; Dr. Antonio Carlos Hepp -CRM-SC 3447, (CID M10).

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 19 de Novembro de 2014.
DÉCIO GRÄTNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 112 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentar ao Servidor Público Municipal, EDSON GONÇALVES ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE Balsa, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 08/10/2013 a 07/11/2014, período de gozo de 24 de novembro a 23 dezembro de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista em 24 de novembro de 2014.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 111 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede Licença para Tratamento de Saúde

CATIA TESSMANN REICHERT; Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do artigo 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de Janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO; ocupante do cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE; no Período de Meio dia (1/2), nesta data, conforme, declaração expedido nesta data em anexo.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 21 de novembro 2014.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações.

PORTARIA Nº 114 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

REVOGA DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELOS ATOS DE PESSOAL

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 99, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Art. 41 da Lei Complementar 11 de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a designação de responsável pelas atividades e funções inerentes aos atos de pessoal exercidos pela Servidora Pública Municipal, MARCIA APARECIDA REINISCH MALTAURO ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, lotada na Gerência de Administração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 106 de 10 de novembro de 2014 e as disposições contrárias.

Alto Bela Vista em 25 de novembro de 2014.

CÁTIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

DECRETO Nº 1929 DE 19 DE NOVEMBRO 2014.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

DÉCIO GRATNER, Prefeito Municipal em Exercício de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a conclusão do Processo Seletivo Público nº 002/2014, homologado através do Decreto nº 1.918/2014, que preencheu a vaga de Agente de Saúde;

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, à partir da presente data, a Sra. ANELISE CAMILA STALLBAUM, para exercer o cargo de AGENTE DE SAÚDE, em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á através e nos termos do processo seletivo 002/2014, homologado através do Decreto n. 1.918, de 07 de novembro de 2014, que preencheu a referida vaga.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Alto Bela Vista/SC,
em 19 de Novembro de 2014.

DÉCIO GRATNER
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO N=BA 143/2014, de 24 de Outubro de 2014

DECRETO Nº 143/2014, de 24 de Outubro de 2014
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE PONTOS DE TÍTULOS DAS INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS.

O PREFEITO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologados o Resultado de Pontos de Títulos das inscrições dos candidatos para os cargos de Professor Series Iniciais, Professor Ensino Infantil, Professor Ed. Física, Professor Matemática, do Concurso Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal:

Professor Series Iniciais

Nº Insc.	Candidato	Títulos
9566	Fátima Maria Ambrozí Cervinski	0,50
13195	Ivone Maria Rizzotto Kraemer	0,50
10710	Marcia Câmara	0,50
11857	Vera Lucia Sufredini Da Costa	0,50

Professor Ensino Infantil

Nº Insc.	Candidato	Títulos
8723	Arieli Pulga	0,50
7957	Barbara Regina Pressotto	0,50
9131	Dalila Aparecida Izoton	0,50
8665	Daniela Bruzzo	0,50
11270	Elisandra dos Reis	0,50
9121	Gilvana Maria Guerini	0,50
8190	Ioná Polese Piccoli	0,50
12022	Ivani Maria Pauletti Cavalli	0,50
11953	Juliana Miola Martini	0,50
8772	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	0,50
8129	Mari Facin Rodrigues de Freitas	0,50
8477	Melania Slate Kosvoski	0,50
10002	Neila Karine Dornelles Guarda	0,50
10820	Rosamar Mazzoneto	0,50
8113	Vanderlene Perin Bianchi	0,50

Professor Educação Física

Nº Insc.	Candidato	Títulos
13806	Alcione José Lago	0,50
8691	Ana Jucely de Souza	0,50
8048	Cristina Reichert	0,50
8192	Luciana do Amaral Crestani	0,50
8105	Marcia Maria Ferronato	0,50
10848	Patrick Juliano Guardini	0,50

Professor Matemática

Nº Insc.	Candidato	Títulos
11943	Fabiele Simone Lange Grabin	0,50
11942	Matília Mattanna	0,50
8589	Patrícia Cristina Macedo	0,50

Art. 2º Foram homologados o Resultado de Pontos de Títulos as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Concurso Público nº 001/2014.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE ANCHIETA - SC

Em, 24 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA,
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em, 24 de outubro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,
Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 144/2014, de 24 de outubro de 2014

DECRETO Nº. 144/2014, de 24 de outubro de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2.014 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental

164 - 3.3.90.00.00.00.00.1115 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Total R\$ 8.000,00

Parágrafo Único. Será utilizado para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115(00.03.1115) Transferência Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 - Rubrica nº 4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salário Educação - Recurso sob nº. 1115 (00.03.0115), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
24 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 24/10/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 144/2014,de 24 de outubro de 2014

DECRETO Nº. 144/2014,de 24 de outubro de 2014
Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:
TÍTULO I
CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), distribuídos em conformidade com os

prescritos neste ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
02 - ENSINO FUNDAMENTAL
12.361.0188.2.014 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Ensino Fundamental
164 - 3.3.90.00.00.00.00.00.1115 -Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
Total R\$ 8.000,00

Parágrafo Único. Será utilizado para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1115(00.03.1115) Transferência Salário Educação - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 8.952-4 - Rubrica nº 4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salário Educação - Recurso sob nº. 1115 (00.03.0115), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
24 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 24/10/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 145/2014, de 30 de outubro de 2014=20

DECRETO Nº. 145/2014, de 30 de outubro de 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.116, de 30 de outubro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unidade. Finanças, Tributação e Fiscalização

(19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral

(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da

Educação Municipal

(33) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural

(50) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador

(77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura

(81) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal

(101) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 147.000,00(103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM

(166) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas
R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária

() 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidade. Assist. Medico Sanitária

(07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município

(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno

(06) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 9.817,34

(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 7.768,94

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL

06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 6.993,08

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 365.800,00

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matr.Permanente Veículo p/ Merenda Escolar

(32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche

(62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche

(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matr.Perm. p/ Serv Unid.Adm. Agricultura

(80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matr.Perm. p/ Inseminação Artificial

(84) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.021 Contr.e Segurança Traf. Urb. E Constr.Abrigo Passageiros

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeios

(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município

(106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$

10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local
(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária
(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0488.2.208 Manut. Coord. E Desenvolvimento do Programa CRAS
(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE
08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente
(22) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE
01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL
28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009
(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas R\$ 190.000,00
Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),
em 30 de outubro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Decreto foi
publicado nesta data e na forma da Lei.
Em, 30 de outubro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,
Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 146/2014, de 03 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 146/2014, de 03 de novembro de 2014
Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.116, de 30 de outubro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA: TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
01 - GABINETE DO PREFEITO
04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete
(03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração
(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unid. Finanças, Tributação e Fiscalização
(19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA
02 - CONTADORIA GERAL
04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral
(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL
12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da

Educação Municipal

(33) 3.1.90.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural

(50) 3.3.50.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil

(64) 3.1.90.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador

(77) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura

(81) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

(82) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública

(95) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal

(101) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 147.000,00

(103) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM

(166) 3.3.50.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa

(01) 3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade

(2) 3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária

() 3.1.90.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

(08) 3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal

(1) 3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

(2) 3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL

10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidad. Assist. Medico Sanitária

(07) 3.1.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados

(10) 3.3.90.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município

(01) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno

(06) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 9.817,34

(07) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar

(08) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 7.768,94

(09) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL

06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil

(10) 3.1.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 6.993,08

(11) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS

04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 12.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 365.800,00

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matr.Permanente Veículo p/ Merenda Escolar

(32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche

(62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche

(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas
R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matr.Perm. p/ Serv Unid.Adm. Agricultura

(80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matr.Perm. p/ Inseminação Artificial

(84) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0575.1.021 Contr.e Segurança Traf. Urb. E Constr.Abrigo Passageiros

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeiros

(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município

(106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local

(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0488.2.208 Manut. Coord. E Desenvolvimento do Programa CRAS

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente

(22) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE

01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL

28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas
R\$ 190.000,00

Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido o presente Decreto.

Art. 6º Fica Revogado parcialmente o Decreto 145/2014 de 30 de outubro de 2014.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em, 03 de novembro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,
Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO N=BA.147 / 2014, 03 de novembro de 2014

DECRETO Nº.147 / 2014, 03 de novembro de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 757,53 (setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 757,53 (setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 757,53 (setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

26.782.0021.2.041 - Adm. Geral dos Bens e Serviços do Rodoviário Municipal

102 - 3.3.90.00.00.00.00.1103 -Aplicações Diretas
..... R\$ 757,53

Total R\$ 757,53

Parágrafo Único. Será utilizado para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 1103(00.03.1103) Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Superavit, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato fica utilizada a importância de até R\$ 757,53 (setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 9.094-8 - Rubrica nº 4.1.7.2.2.01.13 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Recurso sob nº. 1103 (00.03.0103), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade

com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 03/11/2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 148/2014, DE 03 DE NOVEMBRO= DE 2014

DECRETO Nº. 148/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE NOTAS DE EMPENHOS COM SALDOS REMANESCENTES NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado aos Secretários e Gestores de Fundos Municipais, para que promovam até 31 de dezembro de 2014 junto aos Setores de Compras e Contadoria Geral do Município, o pedido de cancelamento das notas de empenhos com saldos remanescentes não utilizados no exercício financeiro de 2013, bem como àquelas que não atendem aos princípios legais preconizados nos §§ 1º e 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta,
Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta-(SC), em 03/11/2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 148/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº. 148/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE NOTAS DE EMPENHOS COM SALDOS REMANESCENTES NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado aos Secretários e Gestores de Fundos Municipais, para que promovam até 31 de dezembro de 2014 junto aos Setores de Compras e Contadoria Geral do Município, o pedido de cancelamento das notas de empenhos com saldos remanescentes não utilizados no exercício financeiro de 2013, bem como àquelas que não atendem aos princípios legais preconizados nos §§ 1º e 2º, do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º As despesas decorrentes deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta,
Estado de Santa Catarina,
em 03 de novembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta-(SC), em 03/11/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 149/2014, de 03 de novembro de 2014

DECRETO Nº. 149/2014, de 03 de novembro de 2014
ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 17.610,00 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E DEZ REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I
CAPÍTULO I
DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 17.610,00 (dezessete mil, seiscientos e dez reais),

distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II
DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 17.610,00 (dezessete mil, seiscientos e dez reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(04) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 2.110,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

15.452.0325.2.036 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Limpeza Pública

(96) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.122.0221.2.200 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 8.500,00

Total R\$ 17.610,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 17.610,00 (dezessete mil, seiscientos e dez reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(14) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 2.110,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

15.452.0325.2.036 - Administração Geral dos Bens e Serviços de Limpeza Pública

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas
R\$ 2.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.122.0221.2.200 - Administração Geral dos Bens e Serviços de

Assistência Social
(02) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas
R\$ 8.500,00

Total R\$ 17.610,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.

Anchieta - (SC), 03/11/2014

Eduardo Scholtze-Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 150/2014, de 03 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 150/2014, de 03 de novembro de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte classificação institucional programática, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.102 - Manut. dos Programas de Assistência Médico Sanitária

13 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0246 - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2014, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.33.08 - Transferências do sistema único de Saúde - SUS - MAC, Recurso sob nº. 246 (01.0246), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 22.774-9, em conformidade com o disposto no art. 9º, Lei Municipal nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 03/11/2014

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 151/2014, de 14 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 151/2014, de 14 de novembro de 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.118, de 14 de novembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos na Secretaria de Infraestrutura colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 12.035,00 (doze mil e trinta e cinco reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal
(103) 3.3.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.035,00
Total R\$ 12.035,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município
(106) 4.4.90.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.035,00
Total R\$ 22.035,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzido no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 152/2014, de 14 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 152/2014, de 14 de novembro de 2014
Autoriza a Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.119, de 14 de novembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA: TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), mais precisamente para o Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), objetivando a abertura de dotações orçamentárias para o exercício em curso, em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 10.01 - 08.243.0488.2.216 - Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e elementos de despesas sob código nº. 3.1.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotações orçamentárias para atendimento as despesas com pessoal do programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme dotações orçamentárias abaixo especificadas a saber:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.243.0488.2.216 - Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos
(.....)3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 53.000,00
Total R\$ 53.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
12.361.0188.2.209 - Administração do Corpo Docente - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
(21.) 3.1.90.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas R\$ 53.000,00
Total R\$ 53.000,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida ao presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente Ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 153/2014, de 14 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 153/2014, de 14 de novembro de 2014

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.120, de 14 de novembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, no Orçamento Geral do Município de Anchieta (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) em conformidade com os prescritos neste Decreto Lei, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 05.03 - 12.365.0427.2.056 - Administração Geral dos Bens e Serv. de Merenda Escolar nas Creches - Brasil Carinhosos - na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.056 - Adm.Geral dos Bens e Serv. de Merenda Escolar nas

Creches - Brasil Carinhosos

() 3.3.90.00.00.00.00.00.0337 - Aplicações Diretas R\$ 7.999,50

Total R\$ 7.999,50

Paragrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 337 (00.01.0337), Transferência Diretas do FNDE - BRASIL CARINHOSO.

Art. 3º Para o atendimento ao Crédito autorizado, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, provenientes do FNDE - Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação, no valor de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral do Município deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.35.09 - Transferência Diretas do FNDE - BRASIL CARINHOSO, Recurso sob código nº. 0337 - (00.01.0337), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.716-7 - Banco do Brasil S/A, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para a implementação do Programa Proteção Social Básica, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito introduzido neste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 154/2014, de 14 de novembro de 2014=20

DECRETO Nº. 154/2014, de 14 de novembro de 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.121, de 14 de novembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas do Termo de Repasse nº. 2014TR002216, PROCESSO Nº. SDR30 00001782/2014.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.601.0111.1.116 - Aquisição Equipamentos e Material Permanente

p/Serviços Agropecuarios

(155) 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 2.155,69

(156) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.243,35

Total R\$ 5.399,04

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.451.0043.1.018- Construção da Edificação da Garagem Municipal

(160) 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 0,01

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0534.1.022 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Para Manutenção das Estradas Vicinais

(162) 4.4.90.00.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 2.155,68

(163) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 3.243,35

Total R\$ 5.399,04

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida ao presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 155/2014, de 14 de novembro de 2014

DECRETO Nº. 155/2014, de 14 de novembro de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.105 - Manutenção das Atividade de Vigilância Sanitária

(22) 3.3.90.00.00.00.00.00.0110 -Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Total R\$ 2.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2014, no valor de até R\$ R\$ 2.000,00 (dois mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.2.1.33.05 - Transferência do Sistema Único de Saúde-SUS - Vigilância Sanitária, Recurso sob nº. 110 (00.01.0110), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 58.048-1, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III
DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
14 de novembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 14/11/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA. 156/2014, de 17 de novembro de 2014

DECRETO Nº. 156/2014, de 17 de novembro de 2014
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAIS PARA CONCURSO PÚBLICO 001/2014.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos constitucionais e legais;

Considerando a aplicação das provas objetiva e prática e a necessidade de trabalhos na fiscalização do Concurso Público 001/2014;

DECRETA:

Art. 1º-Ficam nomeados os servidores públicos municipais descritos no anexo único deste ato, para desempenharem a função de fiscal durante a aplicação das provas do concurso público 001/2014;

Art. 2º - A escala dos fiscais dar-se-á conforme anexo único;

Art. 3º - Os servidores nomeados deverão se fazer presente às 07hs:15Min, do dia 22/11/2014 (sábado), nas dependências do Colégio Professor Osni Paulino da Silva apresentando-se a comissão organizadora para controle e orientações;

Art. 4º - Em caso de impossibilidade, os nomeados terão prazo até a data de 20/11/2014 às 10hs00min, para possíveis justificativas. Para apresentação da justificativa, deverá encaminhar sua solicitação ao Secretário da Pasta e este encaminhar ao Prefeito Municipal até às 10hs:45min da mesma data, havendo assim tempo hábil para nova convocação.

Art. 5º - Como forma de ressarcimento os nomeados terão direito a folga de um dia de trabalho em acordo com o Secretário da Pasta a exemplo de procedimentos anteriores com a mesma finalidade adotados pela administração.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
17 de novembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente ato
foi registrado e publicado nesta
mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 17/11/2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão
ANEXO ÚNICO

SALA 01
- CARLOS AUGUSTO ANTONIETTI
- ROSANGELA DONDOERFER TEIXEIRA

SALA 02
- ADRIANE MARIA ESTEFANELO
- THAIS REGINA GARLET

SALA 03
- ADRIANA LUCIA LONGHINI
- CLAUDIA REGINA ESCHER

SALA 04
- LILIANE SCHAEFFER
- CLADI PERIN BAGGIO

SALA 05
- CLAUDETE TERESINHA JUNGES
- RAFAEL SCHENKEL

SALA 06
- CLAUDIO SANTA CATARINA
- CLEIDIANA WATTE

SALA 07
- EDGAR ROSSATO
- OTHAR ROSTIROLLA

SALA 08
- ALINE DE GIACOMETTI
- SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE

SALA 09
- LILIANA MARIA MARTINI LENHARDT
- ILVA ANA BASSO

SALA 10
- LUIZA BORTOLOTTI BAGGIO
- SHEILA FERNANDA DORNELLES

SALA 11
- JACINTA LAGO DALMORO
- JOÃO ALDO KAMINSKI

SALA 12
- JOSEMIR FORGIARINI
- IRACEMA MARIA PECIN

SALA 13
- KELIN DAL RI
- GEORGE LUIZ TEIXEIRA,

FISCAIS DE CORREDOR

- LEANDRO DA ROSA
- ODACIR LAGO
- LUCIANI BERTOLO
- LUCIMARA DAVI

RESERVAS

- ADEMIR JOÃO LAGO
- MARIVONI FRONZA LAGO
- SIDNEY GODINHO
- SILVANA TEREZINHA GRAFF
- VILSON SCORTEGAGNA
- VLADIMIR JULIANO CERVINSKI
- ZENAIDE TELLES GUERINI
- EDSON ANTONIO BRAGA
- ROSANGELA STEFANELLO DOS SANTOS
-

DECRETO N=BA. 157/2014, de 17 de novembro de 2014

DECRETO Nº. 157/2014, de 17 de novembro de 2014

Altera Regulamento das provas práticas para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", do Edital de CONCURSO PÚBLICO 001/2014, para contratação de servidores para provimento efetivo, de acordo com o cargo;

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do CONCURSO PÚBLICO Edital 001/2014 para as funções de MOTORISTAS Categoria "C e D" e para às Função/Cargo de OPERADOR I e OPERADOR II Categoria "C", a que se refere o CONCURSO PÚBLICO do Edital 001/2014 que serão aplicadas pelo pela Ameosc, no dia 22/11/2014, com início às 13 horas, tendo como local de encontro o Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transportes, sito à Avenida Anchieta, s/nº, centro nesta cidade de Anchieta (SC) para demonstração de habilidades práticas com equipamentos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes.

I - Operador I e II "C", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

Operador de Máquinas I - CNH C: Trator de Pneus TL 75 acoplado de rolo compactador;

Operador de Máquinas II - CNH C: Retro Escavadeira Caterpillar.

II - Motorista Categoria "C e D", o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

Motorista - CNH C Secretaria de Infraestrutura: Caminhão Caçamba Placas MMM 9675;

Motorista - CNH C Secretaria de Saúde: Ambulância - Placas MKZ 4422.

Motorista - CNH D Secretaria de Educação: Ônibus Escolar - Placas MLK 2784.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente

marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa rádio e nos endereços eletrônicos www.ameosc.org.br e www.anchieta.sc.gov.br

Art. 2º Ficam convocados e designados os servidores públicos municipais, Vilson Luiz Rossato, Secretário de Infraestrutura e Obras, Neri Gaspar Diretor de Infraestrutura e Obras e Guiomar Antonio Prevedello Motorista da Educação, para fiscalizar, acompanhar e dar suporte aos ministradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identificação, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação correspondente ao solicitado para o cargo ao qual se inscreveu terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se na integra o DECRETO Nº. 115/2014, de 29 de Agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta/SC,
em 17 de Novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão.

DECRETO N=BA. 158/2014, de 20 de novembro de 2014

DECRETO Nº. 158/2014, de 20 de novembro de 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ANCHIETA (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS MILITARES DE PALMA SOLA/SC, E ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTANCIA DE ATÉ R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), A FIM DE PROCEDER A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.124, de 20 de novembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado em nome do Município de Anchieta Estado de Santa Catarina, a firmar Convênio com a Associação de Bombeiros Militares de Palma Sola (SC), portadora do CNPJ sob o nº. 07.895.912/0001-18, com Sede na Rodovia 471 - KM 13, Distrito Industrial, na cidade de Palma Sola, objetivando a cooperação técnico-financeira, que prevê investimentos na ordem de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) para construção das novas instalações do quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Anchieta-SC.

Art. 2º É obrigatório o depósito dos recursos financeiros em conta corrente individualizada e vinculada junto a Bancos Oficiais, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º As despesas impugnadas pelo Executivo Municipal, em razão das normas preconizadoras, serão obrigatoriamente corrigidas na forma da legislação, acrescida de juros legais e recolhida em favor do erário municipal.

Art.5º Os saldos não aplicados no prazo previsto neste Decreto, deverão obrigatoriamente ser recolhidos em favor do Erário Municipal.

Art. 6º Ficam responsáveis pela aplicação e comprovação dos recursos recebidos, o Ordenador Primário - Presidente e o Ordenador Secundário - Tesoureiro.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via, dentro dos prazos previstos neste Decreto, instruída com os seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas;
- b) Balancete de Prestação de Contas na modalidade da Resolução TC-28 e demais vigentes;
- c) Extrato bancário de conta especial e conciliação do saldo restante se houver;
- d) Fotocópia dos documentos suportes das despesas; e,
- e) Declaração de lançamentos contábeis da entidade.

§ 1º As cópias e/ou documentos anexos à prestação de contas da entidade, deverão estar rigorosamente legíveis, ou seja, sem rasuras ou entrelinhas.

§ 2º As cópias e/ou documentos, parte integrantes da prestação de contas, deverão obrigatoriamente comprovar a boa e regular aplicação dos recursos, além de estarem vistados pelos Ordenadores.

Art. 8º Fica, igualmente, o Executivo Municipal, autorizado a regulamentar por ato, se necessário for, o processo da aplicação e tomada de conta dos recursos transferidos, visando o bom emprego do dinheiro público.

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se a Atividade nº 08.01.06.181.0178.1.048 - Auxílio Financeiro para Associação do Corpo de Bombeiros Militares de Palma Sola, e o Elemento de Despesa nº 4.4.50.00.00.00.00.0131 - objetivando o atendimento das despesas do Convenio relativamente a cooperação técnico financeira para Edificação do Quartel do Corpo de Bombeiros Militares do Município de Anchieta(SC), com objetivo previsto no artigo 1º. Deste Ato.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 10º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado neste Decreto e a saber:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
06.181.0178.1.047 - Auxilio p/ Assoc. do Corpo de Bombeiros

Militares de Palma Sola
(....)4.4.50.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Total R\$ 50.000,00

Art.11º Para o atendimento do Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constante do Orçamento do Município, mais precisamente conforme abaixo:

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
06.181.0178.1.026 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente
p/ Corpo de Bombeiros Militares
(114) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00
06.181.0178.2.037 - Manutenção e Desenvolvimento dos Serviços do Corpo de Bombeiros Militares
(116) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL
18.541.0325.1.028 - Obras e Instalações de Lixeiras para Proteção do Meio Ambiente
(129) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
Total R\$ 50.000,00

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 11º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 12º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida ao presente ato.

Art. 13º O prazo de vigência do instrumento autorizado será até 30 de junho de 2015, à partir da data de assinatura do Convênio, podendo ser prorrogado por interesse das partes num prazo máximo de 12 meses.

Art. 14º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 20 de novembro de 2014.
ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que o presente ato foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de novembro de 2014.
Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA 159/2014, DE 20 DE N=OVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 159/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo n. 02/2014 da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, conforme segue:

**Professor de Educação Física - Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16985	Marizete Arenhart Zuppa	DEFERIDA
23583	Caroline Gorczveski	DEFERIDA
27099	Luciana Do Amaral Crestani	DEFERIDA
27353	Táise Vanessa Sampaio	DEFERIDA
Monitor de Creche - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16993	Vanessa Cristina Teles Guerini	DEFERIDA
23584	Tiane Dalmoro	DEFERIDA
23724	Natalli Fernanda Tomas Herrmann	DEFERIDA
23871	Ingret Faustino André	DEFERIDA
25646	Fabiane Somera	DEFERIDA
26414	Adriana Rodrigues Somavilla	DEFERIDA
26425	Tereza Salete Gomes Stobbe	DEFERIDA
26454	Tatiana Carine Langhini	DEFERIDA
27586	Cassiane Narciso	DEFERIDA
Monitor de Dança - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23951	Fabiele Pedretti Delai	DEFERIDA
27615	Edinalva Lima Alves Rodrigues	DEFERIDA
Monitor de Música - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23463	Loacir Severo	DEFERIDA
Monitor Desportivo - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
27151	Patrick Juliano Guardini	DEFERIDA
Monitor Social - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23090	Silvane De Gois Snigura	DEFERIDA
26308	Rosane Stenger	DEFERIDA
Professor de Artes - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		

Professor de Artes - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Ciências - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Ciências - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Educação Física - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Educação Infantil - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16179	Ivani Maria Pauletti Cavalli	DEFERIDA
18937	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	DEFERIDA
19370	Dalila Aparecida Izoton	DEFERIDA
19436	Andreia Milani De Souza	DEFERIDA
19593	Gilvana Maria Guerini	DEFERIDA
20007	Mári Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
21131	Arieli Pulga	DEFERIDA
23451	Marisane Dos Santos	DEFERIDA
23836	Marilete Fátima Ficagna Carniel	DEFERIDA
23859	Ioná Polese Piccoli	DEFERIDA
26395	Luciane Langhini	DEFERIDA
26399	Cleusa Perondi Hanauer	DEFERIDA
27454	Idianara Cavagnoli	DEFERIDA
Professor de Educação Infantil - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
19195	Ivone Aparecida Mayer Vogt	DEFERIDA
23125	Elizandra Dos Santos	DEFERIDA
24205	Elizandra Junges Chenet	DEFERIDA
Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais - Magistério - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
22063	Selma Antonia Giongo	DEFERIDA
24065	Lucelia Duarte	DEFERIDA
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16174	Edineia Aparecida Carneiro	DEFERIDA
16905	Sidiane Becker	DEFERIDA
18814	Marciele Huning	DEFERIDA
23056	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	DEFERIDA
23327	Elisangela Contini	DEFERIDA
23614	Márcia Back	DEFERIDA
23988	Vera Lucia Sufredini Da Costa	DEFERIDA
24175	Ivone Maria Rizzotto Kraemer	DEFERIDA
24436	Neli Da Costa Thums	DEFERIDA
25094	Clarisse Bohrer	DEFERIDA

25501	Elsi Portz	DEFERIDA
25892	Marinice Machado Da Silva	DEFERIDA
26810	Jacinta Lago Dalmoro	DEFERIDA
27163	Sirlei De Fátima Sales Cavasin	DEFERIDA
27221	Andréia Paula Fernandes	DEFERIDA
27288	Ana Maria Prevedello Otto	DEFERIDA
Professor de ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23304	Luciana Aparecida Snigur Di Domenico	DEFERIDA
24465	Ana Paula Bagnara	DEFERIDA
24931	Rosane Fatima Fleck Gandolfi	DEFERIDA
Professor de Geografia - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Geografia - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de História - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de História - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua Estrangeira Espanhol - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua estrangeira Espanhol - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua Estrangeira Inglês - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua estrangeira Inglês - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Matemática - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Matemática - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Português - Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
24566	Mario Norton Siebiger	DEFERIDA
Professor de Português - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23308	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo n. 02/2014, do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

Professor de Educação Infantil - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23442	Marisane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais - Magistério - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23443	Marisane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
26177	Sirlei De Fátima Sales Cavasin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
18840	Clarisse Bohrer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
20645	Clarisse Bohrer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 22, 23 e 24 de novembro de 2014 para realizarem recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 20 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na
Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO N=BA 159/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 159/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.
HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2014 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo n. 02/2014 da Prefeitura Municipal de Anchieta - SC, conforme segue:

**Professor de Educação Física - Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16985	Marizete Arenhart Zuppa	DEFERIDA
23583	Caroline Gorczeski	DEFERIDA
27099	Luciana Do Amaral Crestani	DEFERIDA
27353	Táise Vanessa Sampaio	DEFERIDA
Monitor de Creche - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16993	Vanessa Cristina Teles Guerini	DEFERIDA
23584	Tiane Dalmoro	DEFERIDA
23724	Natali Fernanda Tomas Herrmann	DEFERIDA
23871	Ingret Faustino André	DEFERIDA
25646	Fabiane Somera	DEFERIDA
26414	Adriana Rodrigues Somavilla	DEFERIDA
26425	Tereza Salete Gomes Stobbe	DEFERIDA
26454	Tatiana Carine Langhini	DEFERIDA
27586	Cassiane Narciso	DEFERIDA
Monitor de Dança - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23951	Fabiele Pedretti Delai	DEFERIDA
27615	Edinalva Lima Alves Rodrigues	DEFERIDA
Monitor de Música - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23463	Loacir Severo	DEFERIDA
Monitor Desportivo - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
27151	Patrick Juliano Guardini	DEFERIDA
Monitor Social - Modalidade A		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23090	Silvane De Gois Snigura	DEFERIDA
26308	Rosane Stenger	DEFERIDA

Professor de Artes - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Artes - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Ciências - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Ciências - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Educação Física - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Educação Infantil - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16179	Ivani Maria Pauletti Cavalli	DEFERIDA
18937	Margarete Lourdes Garlet Bertolin	DEFERIDA
19370	Dalila Aparecida Izoton	DEFERIDA
19436	Andreia Milani De Souza	DEFERIDA
19593	Gilvana Maria Guerini	DEFERIDA
20007	Mári Facin Rodrigues De Freitas	DEFERIDA
21131	Arieli Pulga	DEFERIDA
23451	Marisane Dos Santos	DEFERIDA
23836	Marilete Fátima Ficagna Carniel	DEFERIDA
23859	Ioná Polese Piccoli	DEFERIDA
26395	Luciane Langhini	DEFERIDA
26399	Cleusa Perondi Hanauer	DEFERIDA
27454	Idianara Cavagnoli	DEFERIDA
Professor de Educação Infantil - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
19195	Ivone Aparecida Mayer Vogt	DEFERIDA
23125	Elizandra Dos Santos	DEFERIDA
24205	Elizandra Junges Chenet	DEFERIDA
Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais - Magistério - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
22063	Selma Antonia Giongo	DEFERIDA
24065	Lucelia Duarte	DEFERIDA
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
16174	Edineia Aparecida Carneiro	DEFERIDA

16905	Sidiane Becker	DEFERIDA
18814	Marciele Huning	DEFERIDA
23056	Fátima Maria Ambrozi Cervinski	DEFERIDA
23327	Elisangela Contini	DEFERIDA
23614	Márcia Back	DEFERIDA
23988	Vera Lucia Sufredini Da Costa	DEFERIDA
24175	Ivone Maria Rizzotto Kraemer	DEFERIDA
24436	Neli Da Costa Thums	DEFERIDA
25094	Clarisse Bohrer	DEFERIDA
25501	Elsi Portz	DEFERIDA
25892	Marinice Machado Da Silva	DEFERIDA
26810	Jacinta Lago Dalmoro	DEFERIDA
27163	Sirlei De Fátima Sales Cavasin	DEFERIDA
27221	Andréia Paula Fernandes	DEFERIDA
27288	Ana Maria Prevedello Otto	DEFERIDA
Professor de ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23304	Luciana Aparecida Snigur Di Domenico	DEFERIDA
24465	Ana Paula Bagnara	DEFERIDA
24931	Rosane Fatima Fleck Gandolfi	DEFERIDA
Professor de Geografia - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Geografia - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de História - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de História - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua Estrangeira Espanhol - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua estrangeira Espanhol - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua Estrangeira Inglês - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Língua estrangeira Inglês - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		

Professor de Matemática - Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Matemática - Não Habilitado - Modalidade B		
Nenhum candidato inscrito neste cargo.		
Professor de Português - Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
24566	Mario Norton Siebiger	DEFERIDA
Professor de Português - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23308	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA

Art. 2º - Por este instrumento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo n. 02/2014, do Município de Anchieta - SC, as seguintes inscrições:

Professor de Educação Infantil - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23442	Marisane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de Educação Infantil ou Anos Iniciais - Magistério - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
23443	Marisane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
26177	Sirlei De Fátima Sales Cavasin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Habilitado (Curso Superior ou Magistério) - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
18840	Clarisse Bohrer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital
Professor de ensino Fundamental 1º ao 5º ano - Não Habilitado - Modalidade B		
Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
20645	Clarisse Bohrer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.2, letra "e" do edital

Art. 3º - Os candidatos com inscrição indeferida terão os dias 22, 23 e 24 de novembro de 2014 para realizarem recurso, pela internet no site: www.ameosc.org.br

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 20 de novembro de 2.014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

DECRETO N=BA.160/2014,de 20 de novembro de 2014

DECRETO Nº.160/2014,de 20 de novembro de 2014

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.035, de 03 de dezembro de 2013 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.102 - Manut. dos Programas de Assistência Médico Sanitária

38 - 3.3.90.00.00.00.00.00.2295 -Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
Total R\$ 12.000,00

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 2295(00.03.0295) Transferências do Sistema único de Saúde - SUS - PMAQ, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante deste ato, fica utilizada a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), concernente ao Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2013, , relativamente a

Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº11.481-9 - Rubrica nº 4.1.7.21.33.06 - Transferências do Sistema único de Saúde - SUS - PMAQ - Recurso sob nº. 2295 (00.03.0295), em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
20 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
Anchieta - (SC), 20/11/2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

DECRETO N=BA 161/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 161/2014, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014.

DESIGNA LEILOEIRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Anchieta, no Estado de Santa Catarina, de acordo com as prerrogativas que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas de Licitações e Contratos, que em seu artigo 22, § 5º prevê que o leilão será a modalidade de licitação cabível para a venda de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados,

CONSIDERANDO ainda que, a figura do leiloeiro está disposta no artigo 53, caput, do Estatuto Federal Licitatório,

DECRETAR:

Art. 1º Fica designado como leiloeiro no âmbito da Administração Municipal direta, o servidor Mateus Poloniato, RG nº 4.270.018.

§ 1º O servidor Neuri Hoppe, RG nº 1.857.880 desempenhará as funções de leiloeiro nos eventuais impedimentos do titular da função.

§ 2º Excepcionalmente, e em caso de eventual necessidade, as autarquias e fundações do Município poderão utilizar os serviços do leiloeiro designado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA SC.

Em 20 de novembro de 2.014.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na

Presente data

Eduardo Scholtze

Secretário Municipal de Administração e Gestão

LEI N=BA. 2.116 / 2014

LEI Nº. 2.116 / 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TITULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas a Folha de Pagamento, Encargos Previdenciários e demais despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 883.800,00 (oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0043.2.004 Administração Geral Bens e Serviços do Gabinete

(03) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 26.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

01 - ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

04.122.0021.2.008 Administração Geral Bens e Serviços da Sec. De Administração

(13) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

04.129.0030.2.010 Adm Geral Bens e Serv. Unidade. Finanças,

Tributação e Fiscalização

(19) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Adm Geral Bens e Serv. Da Contadoria Geral

(29) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

12.122.0021.2.013 Adm Geral Bens e Serv. Da Administração da Educação Municipal

(33) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.362.0031.2.051 Auxílio Financeiro à Casa Familiar Rural

(50) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0239.2.021 Adm Geral Bens e Serv. Transp. Escolar Ensino Infantil

(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

04 - CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0021.2.030 Adm Geral Bens e Serv. Do Desporto Amador

(77) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 - AGRICULTURA

20.122.0021.2.031 Adm Geral Bens e Serv. Da Agricultura

(81) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

(82) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS

15.452.0325.2.036 Adm Geral Bens e Serviços de Limpeza Pública

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal

(101) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 147.000,00

(103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

04.122.0031.2.055 Contribuições a Entidades CNM

(166) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 2.800,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Administrativa

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.122.0021.2.100 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

10.301.0428.2.101 Adm Geral Bens e Serviços da Unidade Assist. Médico Sanitária

() 3.1.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.122.0021.2.200 Adm Geral Bens e Serviços de Assistência Social

(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE**01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL**

10.122.0021.2.400 Adm. Geral Bens e Serv Administrativos Hospital Municipal

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE**02 - SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL**

10.302.0428.2.401 Adm. Geral Bens e Serv. Unidade. Assist. Medico Sanitária

(07) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

10.306.0427.2.402 Alimentação e Nutrição a Pacientes Internados

(10) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Total R\$ 883.800,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

02 - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0021.2.003 Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do Município

(01) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

02 - CONTROLADORIA INTERNA MUNICIPAL

04.122.0032.2.05 Administração Geral Bens e Serviços do Controle Interno

(06) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 9.817,34

(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 3.756,35

03 - JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.153.0200.2.006 Administração Geral Bens e Serviços da Junta do Serv. Militar

(08) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 7.768,94

(09) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 4.095,60

04 - DEFESA CIVIL

06.122.0201.2.007 Administração Geral Bens e Serviços da Defesa Civil

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 6.993,08

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**02 - LICITAÇÕES E CONTRATOS**

04.122.0021.2.009 Administração Geral Bens e Serviços de Licitações e Contratos

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 12.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

04 - SECRETARIA DA FAZENDA**01 - FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

28.846.0045.3.004 Pagto de Sentenças Judiciais via Precatório em Regime Especial

(24) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 365.800,00

(25) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 65.368,69

02 - CONTADORIA GERAL

04.124.0032.2.012 Administração Geral Bens e Serviços da Contadoria Geral

(30) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**01 - ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

12.122.0021.1.010 Aquis. Equipto Matr. Permanente Veículo p/ Merenda Escolar

(32) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**03 - ENSINO INFANTIL**

12.365.0190.2.020 Adm Geral Bens e Serviços de Creche

(62) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**03 - ENSINO INFANTIL**

12.365.0427.2.023 Adm Geral Bens e Serviços de Alimentação Escolar - Creche

(70) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 - Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA**01 - AGRICULTURA**

20.122.0021.1.015 Aquis. Equipto Matr. Perm. p/ Serv Unid. Adm. Agricultura

(80) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

20.608.0088.1.016 Aquis. Equipto Matr. Perm. p/ Inseminação Artificial

(84) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 3.200,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS**

15.451.0575.1.021 Contr. e Segurança Traf. Urb. E Constr. Abrigo Passageiros

(91) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeios

(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município

(106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL**

04.122.0021.2.050 Adm.Geral dos Bens e Serv. do Desenvolvimento Local

(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

09 - SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.2.102 Manutenção dos Programas de Assist. Médico Sanitária

(15) 3.3.90.00.00.00.00.00.0295 - Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

08.244.0488.2.208 Manut. Coorden. E Desenvolvimento do Programa CRAS

(16) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**02 - CRIANÇA E ADOLESCENTE**

08.243.0483.2.212 Adm Geral dos Bens e Serviços da Criança e Adolescente

(22) 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE**01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DO HOSPITAL**

28.846.0045.3.003 Resgatar os Precatórios Regime espec. E.C. 62/2009

(4) 3.1.90.00.00.00.00.00.8086 - Aplicações Diretas

R\$ 190.000,00

Total R\$ 883.800,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 30 de outubro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicado nesta data e na forma da Lei.
Em, 30 de outubro de 2014.

EDUARDO SCHOLTZE,

Secretário Municipal de Administração e Gestão

LEI N=BA. 2.117 / 2014

LEI Nº. 2.117 / 2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM NOME MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, A PROCEDER À DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal em nome Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, autorizado a proceder a doação à Secretaria Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão/Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/SC, para uso específico da Polícia Militar sediada neste Ente Federado, dos seguintes equipamentos de informática:

Art. 2º Os bens cedidos em conformidade com o disposto nesta lei, são destinados exclusivamente aos serviços de trânsito no município, vedado o uso para outros fins, sob pena de restituição automática ao Poder Público Municipal de Anchieta/SC.

Art. 3º Em conformidade com o disposto no Termo de Doação, após formalizado o ato de transmissão efetiva dos respectivos bens, fica determinado ao Departamento de Patrimônio e a Contadoria Geral do Município, a procederem aos ajustes necessários a atualização patrimonial do município.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 03 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 03 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

ANEXO ÚNICO

Quantidade	Descrição	Valor (R\$)
03	Cadeiras giratórias	R\$ 630,00
01	Cadeira Fixa	R\$ 83,00
01	Monitor LCD Syncmaster	R\$ 500,00
01	Patch Panel Furukava	R\$ 500,00

01	Switch D-Net	R\$ 530,00
01	Rack	R\$ 490,00
08	Patch	R\$ 80,00
02	Rádios EP 450 VHF (146174) 16 CH 5W com carregador 220V LAH65KD-C9AA2220	R\$ 1.738,00
01	Micro Computador completo com as seguintes características: Placa mãe socket am2 + processador X2 2.8 GB, hard disk 320 GB Sata, gravador de DVD-RW e gabinete Kit (teclado, mouse, caixa de som)	R\$ 1.500,00
01	Telefone Móvel	R\$ 250,00
01	Cadeira	R\$ 200,00
01	Ar Condicionado SPLIT 9000 BTUS RHEEM	R\$ 1.250,00
01	Monitor 15,6 LED	R\$ 300,00
01	Estabilizados 300VA.	R\$ 200,00

LEI N=BA. 2.118 / 2014

LEI Nº. 2.118 / 2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 22.035,00 (vinte e dois mil e trinta e cinco reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 22.035,00 (vinte e dois mil e trinta e cinco reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas de custeio necessárias à continuação dos serviços públicos na Secretaria de Infraestrutura colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 22.035,00 (vinte e dois mil e trinta e cinco reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
 26.782.0021.2.041 Adm Geral Bens e Serviços do Rodoviário Municipal
 (103) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 22.035,00
 Total R\$ 22.035,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica,

igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS

26.782.0021.2.042 Manutenção e conservação de Pontes e Boeios

(104) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

26.782.0540.1.023 Contr. Pontes e Abrigos e Passageiros no Interior do Município

(106) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas R\$ 12.035,00

Total R\$ 22.035,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

LEI N=BA. 2.119 / 2014

LEI Nº. 2.119 / 2014

Autoriza a Alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta

- (SC), mais precisamente para o Fundo Municipal de Assistência Social de Anchieta para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), objetivando a abertura de dotações orçamentárias para o exercício em curso, em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto nº. 10.01 - 08.243.0488.2.216 - Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e elementos de despesas sob código nº. 3.1.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotações orçamentárias para atendimento as despesas com pessoal do programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo necessárias à continuação dos serviços públicos colocados à disposição à população Anchietaense.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), no Orçamento Geral do Município, conforme dotações orçamentárias abaixo especificadas a saber:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.243.0488.2.216 - Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos

(.....) 3.1.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

R\$ 53.000,00

Total R\$ 53.000,00

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

10 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.361.0188.2.209 - Administração do Corpo Docente - Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

(21.) 3.1.90.00.00.00.00.00334 - Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

Total R\$ 53.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze

Secretário de Administração e Gestão

LEI N=BA. 2.120/2014.

LEI Nº. 2.120/2014.

Autoriza a alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) e contém outras providências.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º. Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, no Orçamento Geral do Município de Anchieta (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) em conformidade com os prescritos nesta Lei, incluindo-se na matéria orçamentária em execução no Projeto nº. 05.03 - 12.365.0427.2.056 - Administração Geral dos Bens e Serv. de Merenda Escolar nas Creches - Brasil Carinhosos - na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 - Aplicações Diretas, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para desenvolver serviços do Programa de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º. Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) no Orçamento Geral do Município, conforme abaixo especificado a saber:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

03 - ENSINO INFANTIL

12.365.0427.2.056 - Adm.Geral dos Bens e Serv. de Merenda Escolar nas

Creches - Brasil Carinhosos

() 3.3.90.00.00.00.00.00337 - Aplicações Diretas R\$ 7.999,50

Total R\$ 7.999,50

Paragrafo Único: Fica instituída a fonte de Recursos 337 (00.01.0337), Transferência Diretas do FNDE - BRASIL CARINHOSO.

Art. 3º Para o atendimento ao Crédito autorizado, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, provenientes do FNDE - Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação, no valor de até R\$ 7.999,50 (sete mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral do Município deste Ente Federado, concernente a nova fonte receitaria sob código 4.1.7.2.1.35.09 - Transferência Diretas do FNDE - BRASIL CARINHOSO, Recurso sob código nº. 0337 - (00.01.0337), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.716-7 - Banco do Brasil S/A, em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito, objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente para a implementação do Programa Proteção Social Básica, de responsabilidade deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito introduzido nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI N=BA 2.121/2014

LEI Nº 2.121/2014

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no Exercício Financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos) e Contém Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.035, de 03 de dezembro de 2013, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC) para o exercício financeiro de 2014, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento de despesas do Termo de Repasse nº. 2014TR002216, PROCESSO Nº. SDR30 00001782/2014.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 5.399,04 (cinco mil, trezentos e noventa e nove reais e quatro centavos), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA
01 - AGRICULTURA
20.601.0111.1.116 - Aquisição Equipamentos e Material Permanente

p/Serviços Agropecuarios
(155) 4.4.90.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 2.155,69
(156) 4.4.90.00.00.00.00.00131 - Aplicações Diretas R\$ 3.243,35
Total R\$ 5.399,04

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
01 - PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS
15.451.0043.1.018- Construção da Edificação da Garagem Municipal
(160) 4.4.90.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 0,01

02 - OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIOS
26.782.0534.1.022 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Para Manutenção das Estradas Vicinais
(162) 4.4.90.00.00.00.00.0083 - Aplicações Diretas R\$ 2.155,68
(163) 3.3.90.00.00.00.00.00131 - Aplicações Diretas R\$ 3.243,35
Total R\$ 5.399,04

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.021, de 18 de outubro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.034, de 03 de dezembro de 2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 14 de novembro de 2014.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI N=BA 2.122/2014.

LEI Nº 2.122/2014.

PROMOVE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que o Poder

Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica promovido a revisão do Plano Plurianual do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, para o exercício Financeiro 2015, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 165, da Constituição Federal, bem como, na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, segundo a estabelecimento nos Anexos desta Lei.

Art. 2º As Receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos nesta Lei, serão as instituídas pelo Código Tributário Municipal, Transferências Constitucionais e legais, além de convênios e outros advindos dos Governos Federal e Estadual, dispostos nos Anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º A programação da execução da despesa prevista na revisão do Plano Plurianual do Exercício Financeiro de 2015, são as prescritas nos Anexos integrantes desta Lei, elaborados em consonância com os ditames prescritos na Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964 e suas alterações; Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001; Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999; Portaria 519/2001, Portaria nº 340/2006, Portaria Conjunta nº. 02, de 08 de agosto de 2007, Portaria Conjunta nº. 0/2010; Portaria nº. 462/2009; lei Complementar nº. 101/2000; Portaria nº.407/2011 e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 4º Os valores orçamentados para o Exercício Financeiro 2015, poderão ser corrigidos, em conformidade com as variações do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor ou outro índice que vier a ser adotado pelo Governo Federal em substituição a este, quando da elaboração das propostas anuais e considerar-se-á, ainda, os preços praticados no mercado.

Parágrafo Único: Os objetivos e metas previstas para o Exercício Financeiro 2015 poderão ser revistas e alteradas, pela Lei de Meios, para cada Exercício Financeiro.

Art. 5º As Funções de Governo, previstas na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, ficam distribuídas através das Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais previstos nos Anexos Integrantes desta Lei, obedecidas suas fontes de receitas vinculadas, os quais serão executados através de seus respectivos Órgãos e Unidades, em razão da própria Organização Administrativa deste Ente Federado.

Art. 6º A presente programação teve como base fundamental as necessidades regionalizadas e prioritárias da Comunidade, em consonância com os interesses da Administração Municipal, alicerçadas na legislação vigente e consoante a matéria, especialmente, na Constituição Federal, Constituição Estadual, Constituição Municipal e demais legislações vigentes.

Art. 7º O objetivo da alteração do Plano Plurianual é de buscar o desenvolvimento coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, buscando atingir como meta principal a satisfação da Comunidade, segundo os prescritos nesta Lei.

Art. 8º A Secretaria Municipal da Fazenda, efetuará as Transferências Financeiras ao Poder Legislativo Municipal e aos Fundos, dentro de suas disponibilidades financeiras, obedecidas as normas legais e constitucionais.

Art. 9º Interpreta-se como número da "Ação" o número do Projeto, da Atividade ou das Operações Especiais, ou seja, os últimos quatro algarismos, os quais serão também representados desta forma no Orçamento Geral do Município.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor em primeiro de janeiro de dois mil e quinze.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta,
Estado de Santa Catarina,
em 14 de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 14 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

LEI N=BA 2.123/2014

LEI Nº 2.123/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Legislação em vigor.

Encaminha para apreciação dos Senhores Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a participar do CRE-SIM - CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, objetivando a promoção do planejamento, da coordenação e da execução de formas articuladas de desenvolvimento sustentável na região.

Parágrafo Único - Fica ratificada, em todos os seus termos e para todos os efeitos, a convenção que esta lei acompanha.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para fazer face as despesas de adesão ao consórcio de que trata o artigo anterior com a seguinte rubrica orçamentária.

Art. 3º. As convenções ora ratificadas bem como os Estatutos Sociais do consórcio terão força de Lei Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta aos 20 dias do mês de novembro de 2014.

Ari Prestes de Oliveira
Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei em 20 de novembro de 2014.

Eduardo Scholtze
Secretário de Administração e Gestão

EXTRATO AVISO TP 001_2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO - Tomada de Preço 001/2014

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Tomada de Preço, Menor Preço Global por Item, para Contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia civil/elétrica, em regime de empreitada global por Item, com fornecimento de material necessário; para a construção e instalação elétrica da nova Unidade Básica de Saúde do Centro localizada na Rua Guilherme Wildner, Centro do Município de Anchieta, com área total 366,10m², em conformidade com a Portaria nº 1.380, de 09 de julho de 2013. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 do dia 19/12/2014. Informações fone (0xx49)3653-0188. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segundas à Sextas - feiras.

Anchieta, 28 de novembro de 2014.

ROSELI CANCI SAGAZ

Gestora do FMS

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 126/2014**

DECRETO Nº 126/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 76.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.018-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 76.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 76.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 27 de Novembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2014

DECRETO Nº 127/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 30.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superávit Financeiro de Outras Fonte 30.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 28 de Novembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 546/2014

PORTARIA Nº 546/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora SILVIA TESSARI, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, sob matrícula 943, relativo ao período aquisitivo de 14/07/2013 a 13/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 547/2014

PORTARIA Nº 547/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, sob matrícula 789, a partir de 02 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 04/07/2013 a 03/07/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 548/2014

PORTARIA Nº 548/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora JANICE IVONETE MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, sob matrícula 746, a partir de 02 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 27/01/2013 a 26/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 549/2014

PORTARIA Nº 549/2014.
Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 515 de 17 de Novembro de 2014, retornando as suas atividades laborais, a servidora MARIA DAS GRAÇAS HOFFMANN MULLER, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 03 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 550/2014

PORTARIA Nº 550/2014.
Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 448 de 07 de outubro de 2014, retornando as suas atividades laborais, a servidora MARCIA KOCH MANNES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA - 30H, a partir de 19 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 552/2014

PORTARIA Nº 552/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora JANELUCIA MULLER SCHMITZ, ocupante do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, referente ao período aquisitivo de 30/06/2013 a 29/06/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

PORTARIA N 551/2014

PORTARIA Nº 551/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora MARIANA APARECIDA CYPRIANO DE CASTRO HOFFMANN, ocupante do cargo temporário de MEDICO - 40H, a partir de 19 de janeiro de 2015, referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 a 30/09/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 28 de novembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 145/PMBR/2014; MODELO PNEUS LTDA. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento parcelado de Pneus Novos, sem uso, projetados para aplicação nos eixos direcionais, tração e reboque de veículos pesados, tipo ônibus, que executam serviços de transporte urbano e rural para atender as necessidades da frota de veículos da Secretaria de Educação do Município de Balneário Rincão - SC., durante o ano de 2014. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 04/11/2014; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Igelso Ludovico Cecon.

CONTRATO Nº. 148/PMBR/2014; PORTAL MIX EVENTOS LTDA - ME. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente para locações, montagens e desmontagens de estruturas e sanitários portáteis, mão de obra de segurança desarmada, para o evento "ETAPA AMADOR DE SURF", que será realizada nos dias 15 e 16 de Novembro de 2014 no Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 14/11/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Antônio João Canet Schueroff.

CONTRATO Nº. 149/PMBR/2014; SERCAN LTDA- ME. OBJETO: contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de uma Mini Serra Sabre com material de desgaste, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 14/11/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr.ª Sandra Regina Souza Canto.

CONTRATO Nº. 150/PMBR/2014; ELISANGELA SANTANA FELISBERTO MI: contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de uma Mini Serra Sabre com material de desgaste, Uniformes, Materiais de EPI's para serem utilizados pelas equipes de manutenções da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Município de Balneário Rincão - SC. VIGENCIA: 31/12/2014; ASSINATURA: 14/11/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Edson Baggio.

CONTRATO Nº. 151/PMBR/2014; FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA - ME: contratação de empresa do ramo pertinente para a realização de Concurso Público, para preenchimento de vagas na Rede Municipal de Ensino e Administração geral do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a partir da assinatura do contrato; ASSINATURA: 17/11/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando da Silva Teixeira.

CONTRATO Nº. 152/PMBR/2014; E.U. CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA: . Contratação de empresa do ramo pertinente para Elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Balneário Rincão/SC. VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 24/11/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fatima Maria Ferreira Franz

EXTRATO DE ADITIVO - OEDING

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 047/FMS/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS de 400 horas de serviços de Assessoria Técnica especializada nas Áreas Contábil, Administrativo, Financeiro, Patrimonial e de Controle Interno do Fundo Municipal de Saúde. ASSINATURA: 21/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Jorge Eyng.

EXTRATO DE ADITIVO - STATION

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº103/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS de informática para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Balneário Rincão/SC.

ASSINATURA: 27/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

EXTRATO DE ADITIVO - DISTRIMEL

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 143/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a SUBSTITUIÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato 143/PMBR/2014, que tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de uma Moto Serra, uma Mini Serra Sabre com material de desgaste, Uniformes, Materiais de EPI's e Materiais Elétricos para serem utilizados pelas equipes de manutenções e pelas equipes da Iluminação Pública do Município de Balneário Rincão - SC, com a seguinte dotação: (198) 2033 3390, para a dotação (199) 2033 3390. ASSINATURA: 24/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Felipe Fragnani D'agostin.

EXTRATO DE ADITIVO - CRICIGÁS

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº017/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 017/FMS/2013, que prevê o termino em 08/11/2014, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 08/11/2015, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Saúde.

ASSINATURA: 07/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Edvaldo Francisco Monteiro.

EXTRATO DE ADITIVO - LOGOS ASSESSORIA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 090/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 090/PMBR/2013, que prevê o termino em 27/11/2014, por mais 12 (Doze) meses, ou seja, até 27/11/2015, em face do interesse publico, baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração E Finanças. ASSINATURA: 17/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Srª. Ivete Geraldo.

EXTRATO DE ADITIVO - CEAL ANULAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº 077/PMBR/2013. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Anulação do Termo Aditivo 02, do contrato Nº. 077/PMBR/2013, publicado em 22/07/2014 - Edição Nº. 1532 do DOM, que tem como objeto a Elaboração de forma parcelada de projetos de engenharia de revitalização de vias localizadas no Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 11/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. José Carlos Rocha.

EXTRATO DE ADITIVO - ALAIR ROCHA

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº 069/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 069/PMBR/2013. ASSINATURA: 12/11/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Alair Rocha Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO - ALAIR ROCHA 1

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 069/PMBR/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 069/PMBR/2013, que prevê o termino em 10/10/2014, por mais 12 (doze) meses, ou seja, até 10/10/2015, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 02/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Alair Rocha Cardoso.

EXTRATO DE ADITIVO - COPOL

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 032/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de gêneros alimentícios para compor a Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino. ASSINATURA: 01/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa a Srª. Mariana Guimarães Machado.

EXTRATO DE ADITIVO - BARFE

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 033/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de gêneros alimentícios para compor a Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino. ASSINATURA: 01/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo empresa o Sr. Teo Alexandre Paz Arend.

EXTRATO DE ADITIVO - SUPER LIDER

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 034/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de gêneros alimentícios para compor a Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino. ASSINATURA: 01/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Carlos Haidemann Esser.

EXTRATO DE ADTIVO - COOPERATIVA DA AGRICULTURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº 053/PMBR/2014. OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo ACRÉSCIMO DE FORNECIMENTO de aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Balneário Rincão/SC. ASSINATURA: 01/10/2014, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. José Manoel Rabelo.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE PRORROGAÇÃO EDITAL 026/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO Nº 026/SAMAE/2014

Considerando a imperiosa necessidade de contratação do Samae estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;
Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

O pregoeiro, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/SAMAE/2014, cujo objeto é Contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de um caminhão com coletor compactador de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 26/10/2014, às 10h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 09/12/2014 as 15h00min, NAS MESMAS CONDIÇÕES DO EDITAL INAUGURAL, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado inicio ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 27 de novembro de 2014.
ANTONIO CARLOS GHISI
PREGOEIRO

PRORROGAÇÃO DE EDITAL Nº 026/SAMAE/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO Nº 026/SAMAE/2014

Considerando a imperiosa necessidade de contratação do Samae estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;
Considerando que não acudiram interessados na competição em voga.

O pregoeiro, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/SAMAE/2014, cujo objeto é Contratação de empresa do ramo pertinente, para a locação de um caminhão com coletor compactador de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, com abertura

programada para o dia 26/10/2014, às 10h00min, SERÁ REABERTA NO DIA 09/12/2014 as 15h00min, NAS MESMAS CONDIÇÕES DO EDITAL INAUGURAL, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado inicio ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve apresentação de propostas, caracterizando-a deserta.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 27 de novembro de 2014.
ANTONIO CARLOS GHISI
PREGOEIRO

AVISO DE PREGÃO Nº 031 SAMAE/BR

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 031/SAMAE/2014.

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE.

Data e horário da sessão de abertura: 10/12/2014 às 15:00hrs.

Local: Samae de Balneario Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: a contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviço de mão de obra de montagem hidráulica de conexões e recalque em conjunto motobomba, e de serviço de usinagem e solda em conexões e tubos, durante o ano de 2015, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC. Fone/Fax: (48) 3468-1987/ e-mail: licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão - SC 28 de novembro de 2014.
Pregoeiro
Antonio Carlos Ghisi

Barra Velha

PREFEITURA

PORTARIA 001 2014 - PGM

PORTARIA Nº 001/2014 - PGM

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 181, da Lei Complementar nº 120/2011, CONSIDERANDO:

- O MEMO Nº 196/2014-ADM, de 26 de novembro de 2014, firmado pela Exma. Sra. Secretária de Administração do Município, no que diz respeito à verificação da situação do Servidor ocupante de Cargo em Comissão - Secretário Municipal da Educação, Sr. Dr. VALDIR NOGUEIRA;

- Que da análise dos documentos que integram o mesmo, consta o Ofício nº 1003/2014-GR, firmado pelo Reitor da Universidade Federal de Santa Maria em 07/11/2014, que requer ao Município o reembolso da importância de R\$ 156.125,41, por conta da cessão do servidor ao Município;

- Que segundo consulta realizada junto ao Setor de RH desta Municipalidade, constatou-se que o referido servidor vem recebendo dos cofres municipais sua remuneração normal, conforme comprovantes em anexo, o que, num primeiro momento, significa dizer que o mesmo vem percebendo duas remunerações, ou seja, tanto da Universidade Federal quanto do Município, o que em tese poderá ter graves consequências dada a gravidade, se confirmada essa situação.

RESOLVE:

Art.1º - INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR, para apuração e esclarecimento da situação em apreço, bem como de eventuais responsabilidades, se houverem, que recomendem a instauração de procedimento administrativo disciplinar.

Art.2º - Em caráter, PRELIMINAR, resolve:

I - Oficiar ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, solicitando cópia integral de toda a documentação comprobatória da cessão do servidor ao Município, bem como de eventual convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria e o Município de Barra Velha, bem como, ainda, cópias dos comprovantes de pagamento da remuneração em favor do dito servidor;

II - Dar conhecimento ao servidor acerca da Presente Portaria, bem como ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e à Sra. Secretária Municipal de Administração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha, 27 de novembro de 2014.

JAIR IRINEU BERNARDO

Procurador Geral

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETOS 213

DECRETO N.º 213/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
13-10.301.0008-2.027	2.027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	30.000,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12-10.301.0008-2.027	2.027	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0702	Aplicações Diretas	30.000,00
TOTAL GERAL	30.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 03 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 214/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1005/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	7.200,00
TOTAL GERAL	7.200,00		

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), conforme abaixo especificado:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06-08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	7.200,00
TOTAL GERAL	7.200,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 03 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 215/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

“INSERE ARTIGO NO DECRETO Nº 1060/2012, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo no uso das atribuições privativas que lhe conferem o artigo 67 da Lei Orgânica do Município e no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica inserido no Decreto nº 1060/2012 de 23 de outubro de 2012, o artigo 10-A, com a seguinte redação:

Art. 10 - A: As atribuições dos cargos de professores (docentes) são os seguintes:

I. Planejar, ministrar aulas, orientar a aprendizagem dos alunos e zelar pelo desenvolvimento do aluno, respeitando seus interesses e conhecimentos prévios.

II. Atualizar-se em sua área de conhecimento.

III. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos.

IV. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento.

V. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.

VI. Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

VII. Cooperar com os serviços dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola.

VIII. Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer.

IX. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola.

X. Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência.

XI. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento.

XII. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta curricular da escola.

XIII. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinado pela direção da escola ou do órgão superior competente.

XIV. Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor.

XV. Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade.

XVI. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s).

XVII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino.

XVIII. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola.

XIX. Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe.

XX. Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos.

XXI. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino.

XXII. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente.

XXIII. Zelar pela aprendizagem do aluno.

XXIV. Zelar pela disciplina e pelo material docente.

XXV. Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito.

XXVI. Executar o trabalho em conjunto com os profissionais que realizam monitoria, visando à plena atenção ao aluno.

XXVII. Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional.

XXVIII. Cultivar um bom relacionamento com alunos, pais responsáveis.

XXIX. Atuar em parceria com outros profissionais.

XXX. Utilizar materiais adequados à faixa-etária das crianças, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo.

XXXI. Criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, melhorando o vínculo com a mesma e consequentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem.

XXXII. Cumprir os dias letivos e horas/aula e horas atividades estabelecidas no calendário escolar, de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação.

XXXIII. Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

XXXIV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes.

XXXV. Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos.

XXXVI. Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos.

XXXVII. Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem.

XXXVIII. Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades.

XXXIX. Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar.

XL. Estabelecer estratégias de recuperação de estudos sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes.

XLI. Definir juntamente com a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino.

XLII. Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o histórico do aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação.

XLIII. Executar outras atribuições, correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 03 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 216/2014, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

"INSERE ARTIGO NO DECRETO Nº 1060/2012, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo no uso das atribuições privativas que lhe conferem o artigo 67 da Lei Orgânica do Município e no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica inserido no Decreto nº 1060/2012 de 23 de outubro de 2012, o artigo 10-B, com a seguinte redação:

Art. 10 - B: As atribuições dos cargos de Professor responsável anos iniciais e anos finais são os seguintes:

I - coordenar o processo de discussão, elaboração e avaliação do currículo da escola intervindo, de acordo com sua especificidade, como mediador da ação docente na qualificação do processo ensino-aprendizagem;

II - participar da elaboração do projeto político pedagógico, coordenando o levantamento de dados da comunidade escolar, como suporte necessário ao seu dinamismo;

III - participar com os professores e pedagogos do planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades que, em processo, recuperem as dificuldades apresentadas pelos alunos;

IV - participar da organização de momentos coletivos para a leitura, análise e escolha do livro didático;

V - participar do processo de formação continuada dos professores, tendo em vista a concretização da função social da escola;

VI - participar junto à Secretaria Municipal de Educação da elaboração e atualização do regimento escolar unificado, contribuindo para o seu cumprimento;

VII - realizar e ou promover pesquisas e estudos nas escolas municipais;

VIII - participar de cursos, simpósios, seminários e outros eventos educacionais, definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

IX - possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto às suas necessidades, interesses e qualidades e responsabilidades sociais;

X - orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função de problemática individual e coletiva;

XI - coordenar o planejamento global da escola, divisão de horários, turnos e turmas;

XII - participar da elaboração do calendário escolar junto a Secretaria Municipal de Educação;

XIII - participar do processo de avaliação institucional das escolas do Sistema Municipal de Ensino;

XIV - organizar e analisar o desempenho dos alunos das escolas municipais;

XV - exercer as demais atividades decorrentes da função do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação;

XVI - Complementar as atividades propostas pelos educadores;

XVII - fomentar projetos pedagógicos, cientificamente avançados e tecnologicamente contemporâneos, para aprimorar a formação dos professores da educação básica.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 03 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORREA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 217/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1070/2014, de 17 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 37.997,16 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
18.08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
	3.3.90.00.00.00.00.0859	Aplicação Direta	37.997,16
TOTAL GERAL			37.997,16

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 37.997,16 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente à Convênio do Programa Meu Cantinho - Módulo Reformas - celebrado com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 17 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

LEI Nº 1.070/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o art. 67, IV da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Município de Bela Vista do Toldo - Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 37.997,16 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	09.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$
Unidade Orçamentária	09.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
18.08.244.0010-2.034	2.034	Manutenção e Ações do FMAS	
	3.3.90.00.00.00.00.00.0859	Aplicação Direta	37.997,16
TOTAL GERAL			37.997,16

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o valor de R\$ 37.997,16 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos), referente à Abertura de Crédito Adicional por conta de excesso de arrecadação referente à Convênio do Programa Meu Cantinho - Módulo Reformas - celebrado com a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 17 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 219/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

"RATIFICA O TEOR E PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO MUNICIPAL Nº 152/2014, DE 20 DE MAIO DE 2014, E CONTEM OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 67, inciso XXVII da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica ratificado o inteiro teor, e prorroga a vigência do Decreto 152/2014 de 20 de maio de 2014, que aprovou desmembramento de área de terras urbanas de Osni Costa Pacheco.

Art. 2º. O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 27 de novembro de 2014.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

CARTA CONVITE 002-2014 - FMAS

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2014

CARTA CONVITE Nº 002/2014

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo menor preço por item. O objeto é a aquisição de materiais de construção para implementação do programa meu cantinho do governo do programa meu cantinho do GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA do CONVÊNIO nº 2013TR004529.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 11h00min do dia 05/12/2014.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 05/12/2014 às 11h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 01 de Dezembro de 2014.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL 001-2014

Ato 001/BVT/ED1/14/ADM

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO ADM

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público a primeira retificação do Edital n.º 001/2014, conforme segue:

1. Do cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

a) Fica incluído a atribuição deste cargo no Anexo II, que passa a ter o seguinte teor:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde; Prevenir a dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde, fazendo orientação sobre o mosquito Aedes Aegypti e como evitar a doença em todas as visitas; Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, acordo com as necessidades definidas pela equipe; Verificação de caixa d'água, calhas e telhados; Vistoriar terrenos baldios; Localizar, eliminar focos e criadouros; Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida em vasos de plantas, pneus, tambores e outros; Realizar tratamento focal em pontos estratégicos; Participar de reuniões e treinamentos; Realizar palestras e outras atividades de educação em saúde; Emitir relatórios, preenchendo formulários, atualizando mapeamento; Outras atividades inerentes à função.

2. Do cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

b) Fica incluído o conteúdo programático deste cargo no Anexo III, que passa a ter o seguinte teor:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Promoção, prevenção e proteção à saúde.- Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças: Vetores; Doença de Notificação compulsória; Noções de reconhecimento geográfico: tipo de marcações e elaboração de mapas e croquis; Dengue: aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos, teoria do trabalho de campo no combate ao mosquito; Doenças endêmicas: aspectos clínicos, tratamento, região endêmicas; Noções de microbiologia, vírus, bactérias e protozoários; Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família.- Ações do Agente de Combate a Endemias: Atribuições, direitos e deveres; ética; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

3. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Bela Vista do Toldo, 27 de novembro de 2014

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

REPUBLICAÇÃO EDITAL 01/2014

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO (ADMINISTRAÇÃO GERAL)

(Republicado incluindo Retificação 01)

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, Santa Catarina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal da administração direta do município de Bela Vista do Toldo, contratados sob o regime estatutário conforme Lei número 004/1997 e suas alterações, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pelo Decreto Número 197/2014.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data Provável
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	20/11/14 a 19/12/14 às 12 horas
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	19/12/14
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	19/12/14
Prova de títulos, prazo final para protocolo ou envio por sedex de certificado de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) para pontuação de títulos dos cargos de nível superior.	19/12/14
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	07/01/2014
Recursos contra indeferimento das inscrições	08 e 09/01/15
Homologação das inscrições	13/01/15
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	19/01/15
Divulgação da alocação dos candidatos por escola e por sala (ensalamento)	Entre 19 e 21/01/15
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	25/01/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	26/01/15

Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	27 e 28/01/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	02/02/15
Classificação Preliminar	03/02/15
Recursos contra a classificação preliminar	04 e 05/02/15
Classificação Final	09/02/15
Homologação do resultado final	Após 09/02/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no site do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site da Prefeitura de Bela Vista do Toldo na Internet: <http://www.pmbv-sc.gov.br> e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da Prefeitura Municipal; sede da Câmara de Vereadores e sede dos entes da Administração Municipal Indireta; e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal de Bela Vista do Toldo - SC.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- A nacionalidade brasileira;
- O gozo dos direitos políticos;
- A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- O nível de escolaridade exigido;
- A idade mínima de dezoito anos;
- Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial realizada na forma da lei.
- Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro

profissional quando exigido.

k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital;
- Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos abertos" selecionar o município de BELA VISTA DO TOLDO Edital 01/2014 ADM;
- Preencher o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências do BANCO DO BRASIL, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.
- Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.5.1 Para os candidatos que não possuem internet, haverá uma central de atendimento na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, localizada à Rua Estanislau Schumann, 839 -, com atendimento das 8h00min às 14h00min.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

- Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 100,00 (cem reais);
- Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 70,00 (setenta reais);
- Para cargos com exigência de ensino fundamental e alfabetização: R\$ 40,00 (quarenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Por falta de previsão legal municipal não haverá nenhuma forma de isenção de taxa de inscrição.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2 As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3 A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4 As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Banco do Brasil, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 00190.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8 O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9 O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.10 A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11 Será cancelada a inscrição do candidato que:

- Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;
- Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as

condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13 Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.14.14 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.BelaVista.doToldo.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.15.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1 Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5 O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação

e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6 Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1 A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2 O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3 O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9 Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10 Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá, em uma, duas ou três etapas de caráter eliminatório e/ou classificatório, conforme o cargo e conforme descrito no "tipo de prova" do anexo I deste edital, a saber:

a) Prova escrita para todos os cargos, que constará do exame de habilidades e de conhecimentos aferidos através de questões objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de até três horas.

b) Prova de títulos, de caráter classificatório para os cargos de professores nível superior, aprovados na prova objetiva.

c) Prova Prática, de caráter classificatório para o cargo de Operador de Máquinas.

7.2 As provas serão realizadas no município de BELA VISTA DO TOLDO-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.pmbvt.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (Matutino)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	8h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	8h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	9 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	10 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	12h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que os portões dos locais fecharão 10 (dez minutos) antes do horário marcado para início da prova.

7.3.4 O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 3 (três) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Nível Alfabetizado e Fundamental

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,25	2,50
		Matemática	5		
	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos técnicos profissionais	15	0,50	7,50
		Total	25		10,00

8.2.3. Escolaridade: Ensino Médio completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	4,00
		Matemática	5		
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,30	6,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	15		
		Total	40		10,00

8.2.4. Escolaridade: Ensino Superior Completo

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
TODOS	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,20	3,00
		Conhecimentos Gerais	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,28	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	20		
		Total	40		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de nível alfabetizado e fundamental completo:

$$NPE = (NACG \times 0,25) + (NACE \times 0,50)$$

b) Cargos com exigência de nível médio: $NPE = (NACG \times 0,20 +$

$(NACE \times 0,30)$

c) Cargos com exigência de nível superior: $NPE = (NACG \times 0,20) + (NACE \times 0,28)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 5,00 (cinco); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 5,00 (cinco) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (Não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11. O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12. Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

- a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;
- b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.
- c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

- a) Cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
- e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
- f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.

8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.

8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público poderá haver mais de um tipo de prova, devendo o candidato assinalar no cartão-resposta o número da prova, sob pena de eliminação do concurso.

8.6.20. O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21. Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22. Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29. O IOBV e o Município de Bela Vista do Toldo não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do

candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROFESSORES

9.1. A prova de títulos, de caráter classificatório, constará da avaliação dos documentos apresentados pelos candidatos aos cargos de professores que forem aprovados na prova escrita objetiva e comprovem a sua titulação.

9.2. A prova de títulos consistirá na avaliação dos DIPLOMAS e CERTIFICADOS de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e de Doutorado, relacionados à área do cargo escolhido, desde que devidamente comprovado, concluído até o último dia definido para a inscrição e devidamente registrado.

9.2.1. O candidato deverá comprovar a conclusão do curso de pós-graduação através de fotocópia autenticada, da frente e do verso do certificado ou diploma expedido por instituição credenciada pelo MEC ou Conselho Estadual de Educação - CEE, aos quais serão atribuídas as seguintes pontuações:

- a) 1,5 (um e meio) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Doutorado relacionado à área da função pretendida;
- b) 1,00 (um) pontos ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Mestrado relacionado à área da função pretendida;
- c) 0,50 (meio) ponto ao candidato que apresentar título de pós-graduação em nível de Especialização, com no mínimo 320h/a, relacionado à área da função pretendida.

9.3. A pontuação da Prova de Títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referente ao título de maior grau dentre os títulos relacionados nas alíneas "a", "b" e "c" do item 9.2.1.

9.4. Nos casos de inobservância do item anterior, onde o candidato apresentar mais de um documento para comprovação de título, a comissão avaliadora escolherá ALEATORIAMENTE apenas 1 (um) único documento para a avaliação.

9.4.1 A graduação (certificado de nível superior) não será computado em hipótese alguma, pois já é requisito obrigatório para provimento do cargo.

9.5. Só serão aceitos como comprovação de títulos: certidões, atestados, declarações, acompanhados do histórico escolar, atestando e informando a data de conclusão do curso, justificativa da não emissão do certificado e devidamente assinada pelo coordenador do curso, em original ou cópia autenticada.

9.6. Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino, assinado e autenticado em cartório.

9.7. Os certificados em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

9.8. Serão avaliados somente os títulos dos candidatos que forem aprovados na prova escrita objetiva.

9.9. Os documentos apresentados não serão devolvidos, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.10. Não haverá em hipótese alguma, outra data e horário para a entrega de títulos.

9.11. A não apresentação dos títulos não elimina o candidato do certame, sendo a este computado pontuação zero na prova de títulos para o cálculo da pontuação final.

9.12. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Concurso.

9.13. Da entrega dos títulos

9.13.1 Os certificados podem ser protocolados pessoalmente ou por procuração simples na sede do IOBV ou ainda, enviados através das agências dos correios obrigatoriamente por meio de SE-DEX/AR, devendo o protocolo seja pessoalmente ou no correio até a data prevista no cronograma.

9.13.2 Os certificados devem ser protocolados ou enviados em envelope lacrado e ser preenchido obrigatoriamente da seguinte forma, sob pena de não serem avaliados:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Prova de Títulos Concurso Público Bela Vista do Toldo Edital 01/2014

Candidato:

Cargo:

Número de Inscrição:

Avenida Luis Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 -TAIÓ - SC

9.13.3. Entregue o envelope com os títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

9.13.4 Serão avaliados apenas os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita e a pontuação de títulos será somada à nota da prova escrita (NF = NPE + NPT)

10. DA PROVA PRÁTICA PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

10.1. Serão submetidos à PROVA PRÁTICA, os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas.

10.2. A prova prática será realizada no mesmo dia da prova escrita, e o local será avisado em sala de provas. Podendo ainda ser antecipada para o dia imediatamente anterior a mesma, ou prorrogada em razão do número elevado de inscritos e/ou intempéries.

10.3. DAS DETERMINAÇÕES GERAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.3.1. Para realizarem a Prova Prática, todos os candidatos convocados deverão se apresentar para identificação, chamada e receber instruções, no local e no horário anunciado no edital de

convocação, com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do comprovante de inscrição, do documento de identidade e trajados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática.

10.3.2. Os candidatos serão chamados por ordem alfabética, devendo assinar a lista de presença. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência ou atraso. O não comparecimento ao local e horário de apresentação, por qualquer que seja o motivo, impedirá o acesso do candidato ao local da prova prática e caracterizará desistência, resultando na eliminação do Concurso. Não será aplicada prova fora do dia, horário e local diferente daquele informado no edital de convocação.

10.3.3. Os equipamentos, veículos, máquinas, ferramentas, utensílios e materiais que deverão ser utilizados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Salto Veloso, no estado em que se encontrarem.

10.3.4 Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou repetir a prova e nem lhe conferem o direito de realizar a prova em outra oportunidade.

10.3.5. Após a identificação dos candidatos, estes receberão as instruções quanto às provas práticas e o local de realização e permanecerão à espera do fiscal que vai lhes acompanhar até o local de realização da prova.

10.3.6. Será considerado desistente e eliminado do certame o candidato, que não comparecer, chegar atrasado ou que se ausentar do recinto sem autorização da comissão do concurso antes de realizar seu teste.

10.3.7. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

10.3.8. O candidato ao assinar o termo de realização da prova prática atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias.

10.3.10. Os candidatos, para realizarem a prova prática serão chamados devendo assinar a confirmação de presença, caso o candidato não se apresente na hora da chamada será considerado ausente e será desclassificado.

10.3.10. A ordem de prestação da prova prática será determinada pela Comissão Organizadora, de acordo com as necessidades técnicas que se apresentarem.

10.3.11. Caso haja mais de uma atividade proposta ou mais de um veículo/equipamento, disponibilizados para a realização da prova prática, haverá sorteio e o candidato ao se apresentar retirará da urna de sorteio a ficha do(s) atividade/veículo/equipamento(s) em que realizará(ão) a prova.

10.3.12. No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado pela Banca Examinadora, através de itens constantes em uma planilha de avaliação elaborada para esta finalidade.

10.3.13. Em razão de condições climáticas, a critério da Banca Examinadora e da Comissão de Concurso, as Provas Práticas poderão ser canceladas ou interrompidas. Em caso de adiamento da prova, a nova data será marcada e divulgada através de Edital.

10.4. DA EXECUÇÃO DA PROVA PRÁTICA

10.4.1 A prova prática constituir-se-á na execução de tarefas a serem realizadas individualmente pelo candidato, previamente elaboradas pela Banca Examinadora, com a avaliação através de planilhas, tomando-se por base as atribuições do cargo, com tempo máximo de 15 (quinze) minutos para a execução da prova.

10.4.2. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Processo Seletivo.

10.4.3 A avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento/veículo utilizado, avaliando sua habilidade ao operar o

equipamento, seu aproveitamento, técnica e produtividade.

10.4.4. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados
Faltas Graves	1,00
Faltas Médias	0,50
Faltas Leves	0,25

b) A categoria de faltas previstas no item anterior, constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves: Aproveitamento do Equipamento, Produtividade, técnica, aptidão e eficiência

- NÃO Liberou equipamentos de segurança dos comandos
- NÃO utilizou da melhor forma possível a máquina para o serviço com eficácia e qualidade.
- NÃO utilizou corretamente a máquina, para não danificar o equipamento durante a tarefa.
- NÃO concluiu por completo a tarefa proposta.
- NÃO estacionou a máquina em baixando acessórios ao solo e/ou não engatou o freio para parar a máquina, ao estacionar após o término da tarefa.

Faltas Médias: Habilidades do Operador

- NÃO Executou com eficiência o início da operação, partida e arrancada.
- NÃO executou com eficiência movimentos de marcha à frente e à ré.
- NÃO respeitou a velocidade durante a avaliação, promovendo manobra não autorizada, como demonstração desnecessária de habilidade.
- NÃO Controlou o veículo provocando nele movimento irregular.
- NÃO respeitou a capacidade operacional e técnica da máquina.
- NÃO desligou a máquina ao estacionar após término da tarefa.
- NÃO apresentou calma e serenidade nas operações.

Faltas Leves: Verificação do Equipamento

- NÃO usou roupas e calçados adequados
- NÃO usou equipamento de proteção auricular ou não usou cinto de segurança
- NÃO subiu corretamente no equipamento usando os três pontos de apoio
- NÃO fez os ajustes necessários antes da movimentação da máquina como, bancos e espelhos retrovisores.
- NÃO esperou a leitura e/ou não conferiu os instrumentos do painel como medidores de pressão, luzes indicadoras, hodômetro
- NÃO conferiu os instrumentos de painel como, nível de combustíveis e nível de óleo."

10.4.5. O candidato poderá realizar a prova em um ou mais tipos de veículos (motoniveladora, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, trator de esteira, pá-carreadeira ou trator de pneus), sendo que para formação da nota mínima para ser declarado apto na prova prática será somado a nota de todos os tipos de veículos, dividindo-se pela quantidade de veículos. $(NPP = NV1 + NV2 \div 2)$

10.4.5.1. Cabe à banca avaliadora, juntamente com a Comissão de Concurso a definição dos equipamentos em que serão realizadas as provas, não sendo permitido ao candidatos a escolha dos mesmos.

10.4.6. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um equipamento do mesmo tipo (Exemplo patrôla1, patrôla2), neste caso haverá sorteio para determinar em qual equipamento o candidato realizará a prova.

10.4.7 Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de Operador de Máquinas deverá apresentar carteira de habilitação categoria mínima "C", a qual deverá ter sido obtida ou renovada

até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

10.4.8 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

10.4.9 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletim de extraviado ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

10.4.10 No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

11. DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

11.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

11.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 de Bela Vista do Toldo;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir „Solicitar Recurso“.

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica).

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compactá-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

11.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

11.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

11.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

11.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

11.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

11.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

11.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

11.11. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

11.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

11.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

11.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

11.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

12. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

12..1 A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego das fórmulas abaixo:

a) Nota Final dos cargos de professores com prova escrita e prova de títulos: $NF = NPE + NPT$

b) Nota final para todos os demais cargos: $NF = NPE$

Sendo:

NPE= Nota da prova escrita.

NPT= Nota da prova de títulos.

NPP= Nota da prova prática.

NF = Nota Final

12.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 5,00 (cinco).

12.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

12.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 12..741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.5 Para o efeito do item 12..4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

12.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior titulação no caso dos cargos de professor.

d) Maior nota na prova prática no caso dos cargos de operador de equipamentos.

e) Maior Idade.

f) Sorteio público.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

13.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

13.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

14. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

14.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Bela Vista do Toldo, sendo a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

14.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Bela Vista do Toldo.

14.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

14.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar o município junto ao Setor de Recursos Humanos.

14.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 2 (dois) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

14.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

14.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até a data, estabelecida conforme item 14.5, será excluído deste Concurso Público.

14.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Gestão de Pessoas de BELA VISTA DO TOLDO.

14.8.1. A inobservância do subitem 14.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

14.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

14.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

14 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

15.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.
- Responder, em conjunto com o município de BELA VISTA DO TOLDO eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

15.2 A fiscalização e supervisão do certame está a cargo da Comissão Municipal de Concurso Público.

15.3 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de BELA VISTA DO TOLDO.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

16.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade

exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

16.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Bela Vista do Toldo, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

16.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

16.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

16.6. O Município de BELA VISTA DO TOLDO e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

16.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

16.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

16.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

16.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

16.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

16.12 Os cadernos de provas escrita serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

16.13 A Comissão do Concurso Público da Prefeitura do Município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

16.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público da Prefeitura do município de BELA VISTA DO TOLDO e do IOBV.

16.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Bela Vista do Toldo/SC.

16.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Formulário de Recurso.

BELA VISTA DO TOLDO, 19 de novembro de 2014
 GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
 Prefeito Municipal

ANEXO I
DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
1. Motorista	04	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita	R\$40,00
2. Operador de Máquinas	03	40 horas	R\$ 997,28	Alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Categoria D	Escrita e Prática	R\$40,00

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
3. Auxiliar de Serviços Gerais-Feminino (Secretaria Obras) Margarida	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
4. Auxiliar de Serviços Gerais (Educação e Saúde) (Feminino)	03	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
5. Merendeira	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00
6. Agente de Combate a Endemias	01	40 horas	R\$ 1.014,00	Ensino Fundamental	Escrita	R\$40,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
7. Assistente Administrativo	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
8. Assistente Administrativo Escolar	03	40 horas	R\$ 997,28	Ensino Médio e Curso de Informática	Escrita	R\$70,00
9. Auxiliar de Odontologia	01	40 horas	R\$724,00	Ensino Médio Completo	Escrita	R\$70,00
10. Fiscal de Obras e Tributos	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Edificações ou Superior	Escrita	R\$70,00
11. Monitor (Creche)	02	40 horas	R\$ 724,00	Ensino Médio	Escrita	R\$70,00
12. Técnico Agrícola	01	40 horas	R\$1.230,36	Curso Técnico em Agropecuária e Carteira Nacional de Habilitação Categoria B	Escrita	R\$70,00
13. Técnico de Enfermagem	02	40 horas	R\$1.230,38	Curso Técnico em Enfermagem com capacitação em sala de vacinas e Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão	Escrita	R\$70,00
14. Técnico em Vigilância Sanitária	01	40 horas	R\$1.230,88	Curso Técnico em Vigilância Sanitária	Escrita	R\$70,00

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	Nº Vagas	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS HABILITAÇÃO	TIPO DE PROVA	Valor inscrição
15. Advogado Municipal	01	40 horas	R\$6.400,00	Graduação em Direito e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
16. Assistente Social	01	30 horas	R\$1.880,49	Graduação em Assistência Social e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
17. Engenheiro Civil	01	20 horas	R\$3.075,93	Graduação em Engenharia Civil e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
18. Fisioterapeuta	01	20 horas	R\$1.456,96	Graduação em Fisioterapia e registro no respectivo Órgão Fiscalizador	Escrita	R\$100,00
19. Médico Clínico Geral	03	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00
20. Médico Ginecologista	01	20 horas	R\$7.389,20	Graduação em Medicina com especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00
21. Médico Pediatra	01	20 horas	R\$8.444,80	Graduação em Medicina com especialização em Pediatria e registro no respectivo órgão da profissão	Escrita	R\$100,00
22. Monitor de Educação Especial	06	20 horas	R\$838,70	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 100 (cem) horas de curso em Educação Especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00
23. Odontólogo	01	20 horas	R\$1.880,49	Graduação em Odontologia e registro no respectivo órgão fiscalizador	Escrita	R\$100,00
24. Pedagogo	03	40 horas	R\$2.396,31	Licenciatura Plena em Pedagogia com experiência em sala de aula	Escrita e de Títulos	R\$100,00
25. Professor de Artes	02	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Artes com experiência em artesanato	Escrita e de Títulos	R\$100,00
26. Professor de Ciências	01	15 horas	R\$898,61	Licenciatura em Ciências Biológicas	Escrita e de Títulos	R\$100,00
27. Professor de Educação Física	01	25 horas	R\$1.497,70	Licenciatura Plena em Educação Física	Escrita e de Títulos	R\$100,00
28. Professor de Educação Infantil e anos iniciais	05	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia	Escrita e de Títulos	R\$100,00
29. Professor de Ensino Religioso	02	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Ciências da Religião e Ciências Sociais	Escrita e de Títulos	R\$100,00

30. Professor de Inglês (15h)	03	15 horas	R\$898,61	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
31. Professor de Inglês (30h)	01	30 horas	R\$1.797,23	Licenciatura Plena em Letras (Português e Inglês)	Escrita e de Títulos	R\$100,00
32. Professor de Língua Portuguesa	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Letras	Escrita e de Títulos	R\$100,00
33. Professor de Matemática	01	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Matemática	Escrita e de Títulos	R\$100,00
34. Professor de Música	02	20 horas	R\$1.198,15	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Artes ou Música	Escrita e de Títulos	R\$100,00
35. Professor Sala Multifuncional	06	20 horas	R\$1.198,15	Licenciatura Plena em Pedagogia e no mínimo 200 (duzentas) horas de curso em educação especial	Escrita e de Títulos	R\$100,00
36. Psicólogo	01	20 horas	R\$1.437,59	Graduação em Psicologia e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão	Escrita	R\$100,00

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Auxiliar de Serviços Gerais (Obras - Saúde - Educação - feminino)

Zelar pela conservação dos utensílios e equipamentos utilizados nos trabalhos de limpeza pública, recolhendo-os e mantendo-os limpos; Limpar e arrumar as dependências e instalações de edifícios públicos municipais, a fim de mantê-los nas condições de asseio requeridas; Recolher o lixo da unidade em que serve, acondicionando detritos e depositando-os de acordo com as determinações definidas; Percorrer as dependências da prefeitura, abrindo e fechando janelas, portas e portões, bem como ligando e desligando pontos de iluminação, Preparar e servir café aos visitantes e servidores da prefeitura; Manter limpos os utensílios de cozinha; Verificar a existência de material de limpeza e alimentação e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição, quando for o caso; Manter limpo e arrumado o material sob sua guarda; Comunicar ao superior imediato qualquer irregularidade verificada, bem como a necessidade de consertos e reparos nas dependências, móveis e utensílios que lhe cabe manter limpos e com boa aparência; Fazer o serviço de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes.

Merendeira

Preparar e servir a merenda aos alunos, conforme horário estipulado pela direção da escola e orientação da nutricionista da prefeitura; zelar pelo acondicionamento adequado dos alimentos utilizados nas refeições; manter a cozinha limpa e organizada; portar luvas, usar jaleco, manter unhas cortadas e sem esmalte, calçados fechados, usar cabelo preso com touca e não usar adereços; informar a direção ou a secretaria municipal de educação sobre qualquer anormalidade no interior da unidade escolar; seguir às orientações técnicas da nutricionista da Secretaria Municipal de Educação, especialmente no que se refere ao uniforme adequado e procedimentos técnicos de preparo e guarda dos alimentos; ser assíduo e pontual, comunicando com antecedência os eventuais atrasos e/ou ausências, e encaminhando, quando necessário, os atestados médicos e outras declarações para a direção da escola ou secretaria municipal da educação; prestar os devidos esclarecimentos à direção da escola ou à secretaria municipal da educação quando solicitado(a); colaborar na manutenção da disciplina e observância das normas estabelecidas neste Regimento; impedir a entrada de terceiros (professores, alunos, funcionários, motoristas, pais ou responsáveis ou funcionários da SME) na cozinha na escola; seguir às orientações de conduta do manual de boas práticas das cozinhas; zelar pela conservação dos utensílios da cozinha e todos os materiais da escola; exercer as demais atribuições que lhe couberem nos termos deste Regimento e quaisquer outras que decorram da natureza do cargo.

Agente de Combate a Endemias

Exercer as Atividades de combate e prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientações gerais de saúde; Prevenir a dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde, fazendo orientação sobre o mosquito Aedes Aegypti e como evitar a doença em todas as visitas; Visitar residências, estabelecimentos comerciais, industriais e outros; Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, acordo com as necessidades definidas pela equipe; Verificação de caixa d'água, calhas e telhados; Vistoriar terrenos baldios; Localizar, eliminar focos e criadouros; Realizar tratamento focal: aplicação de larvicida em vasos de plantas, pneus, tambores e outros; Realizar tratamento focal em pontos estratégicos; Participar de reuniões e treinamentos; Realizar palestras e outras atividades de educação em saúde; Emitir relatórios, preenchendo formulários, atualizando mapeamento; Outras atividades inerentes à função.

Motorista

Dirigir automóveis, caminhonetes, veículos leves de transporte de passageiros, caminhões, micro-ônibus, ônibus escolar ou ambulâncias;

Verificar diariamente as condições de funcionamento do veículo, antes de sua utilização: pneus, água do radiador, bateria, nível de óleo, sinaleiros, freios, embreagem, nível de combustível entre outros, para o transporte de cargas; Verificar se a documentação do veículo a ser utilizado está completa, bem como devolvê-la à chefia imediata quando do término da tarefa; Zelar pela segurança de passageiros verificando o fechamento de portas e o uso de cintos de segurança; Efetuar transporte de pacientes que necessitam de atendimento urgente, dentro ou fora do município; Realizar transporte de estudantes da rede municipal de educação; Manter o veículo limpo, interna e externamente e em condições de uso, levando-o à manutenção sempre que necessário; Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo; Conduzir os servidores da prefeitura, em lugar e hora determinados, conforme itinerário estabelecido ou instruções específicas; Anotar em formulário próprio, a quilometragem rodada, viagens realizadas, cargas transportadas, itinerários percorridos e outras ocorrências; Recolher ao local apropriado o veículo após a realização do serviço, deixando-o corretamente estacionado e fechado.

Operador de Máquinas

Operar máquinas e equipamentos pesados, montados sobre rodas, pneumáticas ou não, realizando trabalhos de terraplanagem, aterros, nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, remoção e compactação de terra. Relatar, em caderneta de registros, os serviços executados pela máquina, de acordo com o hodômetro, para efeitos de controle; Controlar o consumo de combustível e lubrificantes, para levantamento do custo da obra, bem como para a manutenção adequada da máquina; Zelar pela conservação da máquina, informando quando detectar falhas e solicitando sua manutenção; Efetuar o abastecimento da máquina, lubrificando-a e executando pequenos reparos, para assegurar seu bom funcionamento durante a execução da obra; Operar outras máquinas rodoviárias ou veículos de qualquer porte quando exigido pela chefia imediata.

Assistente Administrativo

Protocolar a entrada e saída de documentos, autuar os documentos recebidos, preencher e arquivar fichas de registro de processos. Receber, conferir e registrar o expediente, distribuir e expedir a correspondência e preparar documentos para expedição. Atender o público interno e externo e informar, consultando fichários e documentos. Digitar textos e tabelas simples, fichas, formulários e outros documentos simples. Digitar minutas de documentos, tais como: exposições de motivos, projetos de leis, decretos, etc. Auxiliar na conferência dos trabalhos digitados. Redigir expedientes sumários, segundo normas preestabelecidas. Encaminhar os processos às unidades competentes e registrar sua tramitação. Encaminhar, despachos e informações que devem ser submetidos à consideração superior. Recortar e arquivar, sob supervisão, documentos de interesse da unidade administrativa onde exerce suas funções e controlar o empréstimo e devoluções de documentos. Registrar sob supervisão, os processos e petições destinadas a arquivamento e localizar documentos arquivados. Efetuar cálculos simples, empregando ou não máquinas de calcular. Executar outras atividades afins que lhe forem determinadas. É administrativas,; executar serviços gerais de digitação; elaborar relatórios, demonstrativos, quadros e mapas de interesse público; auxiliar na prestação de contas do Programa dinheiro na escola; entregar demonstrativos de pagamento aos funcionários da Unidade Escolar e devolvê-los a secretaria municipal de educação devidamente assinados; organizar cadastros, fichários e arquivos de documentação, atinentes a área administrativa; efetuar o recebimento, conferir, armazenar e conservar materiais e outros suprimentos; fazer levantamento de bens patrimoniais; ajudar na elaboração do orçamento das compras diretas das escolas: operar com máquinas e materiais eletrônicos; receber materiais diversos, identificar sua origem e encaminhar ao setor destinado; executar

outras atividades correlatas.

Auxiliar de Odontologia

Preparar os pacientes para as consultas; Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; Participar de atividades de educação individual e coletiva em saúde bucal, como escovação supervisionada, orientações de escovação, uso de fio dental, entre outros sob supervisão do odontólogo; Preparar e organizar o instrumental e materiais necessários para o trabalho; Instrumentar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos; Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos; Agendar o paciente e orientá-lo quanto ao retorno e a preservação do tratamento; Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe em relação à saúde bucal; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Fiscal de Obras e Tributos

proceder à verificação e orientação do cumprimento da regulamentação urbanística concernente a edificações particulares; orientar, inspecionar e exercer a fiscalização de construções irregulares e clandestinas, fazendo comunicações, notificações e embargos; verificar imóveis recém construídos ou reformados, inspecionando o funcionamento das instalações sanitárias e o estado de conservação das paredes, telhados, portas e janelas, a fim de opinar nos processos de concessão de „habite-se“; verificar o licenciamento de obras de construção ou reconstrução, embargando as que não estiverem providas de competente autorização ou que estejam em desacordo com o autorizado; intimar, autuar, estabelecer prazos e tomar providências relativas aos violadores da legislação urbanística; efetuar a fiscalização de terrenos baldios, verificando a necessidade de limpeza, capinação, construção de muro e calçadas, bem como fiscalizar o depósito de lixo em local não permitido; efetuar a fiscalização em construções; acompanhar o engenheiro da prefeitura nas inspeções e vistorias realizadas no município; efetuar levantamento de terrenos e loteamentos para execução de serviços, bem como efetuar levantamentos dos serviços executados; fiscalizar os serviços executados por empreiteiras e pelo município; orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; expedir notificações preliminares e autos de infração referentes ao cumprimento da legislação do Código Tributário do Município; verificar a regularidade do licenciamento de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços, face aos artigos que expõem, vendem ou manipulam, e os serviços que prestam; verificar as licenças de ambulantes e impedir o exercício desse tipo de comércio por pessoas que não possuam a documentação exigida; verificar o horário de fechamento e abertura do comércio em geral e de outros estabelecimentos, bem como a observância das escalas de plantão das farmácias; realizar vistorias para fins de acompanhamento e manutenção do sistema tributário e para fins de renovação do licenciamento; verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes; Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal; Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais; Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais; Atender consultas de caráter tributário; Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária; Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do crédito tributário municipal; Fiscalizar o transporte coletivo municipal; desempenhar outras tarefas afins.

Monitor de Creche

Auxiliar as atividades planejadas pelo professor da turma; Orienta as crianças quanto às condições de higiene, auxiliando-as no banho, vestir, calçar, pentear e guardar seus pertences, para garantir o seu bem-estar; Auxilia nas refeições, alimentando as crianças ou orientando-as sobre o comportamento à mesa; Controla os

horários de repouso das crianças, preparando a cama, ajudando-as na troca de roupa, para assegurar a seu bem-estar e saúde; Acompanha crianças em passeios, visitas e festividades sociais juntamente com o professor regente, auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem estar das crianças, levando-as quando necessário, para atendimento médico e ambulatorial; ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; Auxiliar no recolhimento e entrega das crianças que fazem uso do transporte escolar, acompanhando-as na entrada e saída do mesmo, zelando assim pela sua segurança. Executa outras tarefas correlatas determinadas pelo professor ou diretor da escola ou superior imediato.

Técnico Agrícola

Elaborar, orientar estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimentos de propriedades rurais, observando a técnica conveniente; Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agrícola, a tendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições sociais do homem do campo; Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos; Prestar assistência e orientação aos agricultores; Atender a consultas feitas por lavradores; Orientar a produção, administração e planejamento agrícola. Organizar e inspecionar pomares, hortas e plantações em geral; Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo; Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural; Orientar trabalhos de conservação de solo; Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo adulação variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas; Participar de previsão de safras; Orientar a produção de sementes e mudas; Executar outras tarefas semelhantes.

Técnico de Enfermagem

Prestar assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade visando a Promoção, proteção e recuperação da saúde; Fazer previsão de equipamento e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas; Fazer atendimento de enfermagem, de acordo com programação estabelecida pela Instituição; Participar na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; Participar das atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; Executar outros procedimentos de enfermagem de acordo com as normas técnicas; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização a normas técnicas; Participar na execução de programas de vacinação, de acordo com o esquema adotado pela secretaria da saúde; Fazer coleta de material para exames complementares e proceder a sua identificação e registro; Fazer notificação de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer visita domiciliar; Supervisionar e coordenar o pessoal de enfermagem na ausência do enfermeiro, quando designado, na execução de tarefas estabelecidas; Realizar cortes histológicos e inclusão; Controlar o estoque de material, visando a provisão das necessidades; Requisitar material de laboratório e verificar a sua correta especificação e condicionamento; Receber e encaminhar para análise as amostras de alimentos, bem como acondicionar e armazenar adequadamente as contraprovas; Orientar e supervisionar as atividades de coloração de lâminas desenvolvidas pelos Auxiliares do setor; Participar na organização dos arquivos das lâminas e de laudos, orientando os responsáveis; Orientar e executar os serviços de lavagem, esterilização, montagem de materiais e equipamentos utilizados no setor; Preparar reagentes, soluções, corantes e meios de cultura utilizados em laboratórios; Executar etapas intermediárias de análises laboratoriais, sob supervisão e orientação do profissional responsável.

Técnico em Vigilância Sanitária

Atuar na área de vigilância sanitária em geral, no cumprimento dos regulamentos municipais, estaduais e federais; Prestar assistência

aos municípios e estabelecimentos comerciais quanto às normas de Vigilância e saúde ambiental; Executar todas as atividades inerentes ao cargo, no cumprimento dos preceitos legais; Preparar as amostras de alimento para análise.

Advogado Municipal

Assessorar e orientar as chefias nos assuntos relacionados com os conhecimentos técnicos especializados da categoria. Emitir pareceres de natureza jurídica. Programar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas com o assessoramento jurídico em geral. Lavrar e analisar contratos, convênios, acordos, ajustes e respectivos aditivos. Representar o Município em Juízo. Propor e contestar ações em geral. Acompanhar permanentemente o andamento de processos e ações judiciais. Elaborar anteprojeto de leis, decretos, regulamentos, portarias e normas internas. Organizar e manter atualizada coletânea de leis e decretos, bem como o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente as ligadas ao Município. Participar de comissões disciplinares ou de sindicância. Desempenhar outras atividades afins.

Assistente Social

Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicado a indivíduos, grupos e comunidades. Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando à implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário. Participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família. Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial. Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde. Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se das implicações sociais, culturais, econômicas e emocionais, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais. Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possa proporcionar os benefícios necessários a população. Participar de programas de treinamento de pessoal e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde. Desempenhar outras atividades afins.

Engenheiro Civil

Dirigir e fiscalizar a construção de obras da Administração Pública Municipal. Indicar falhas em projetos e propor soluções na obra; Embargar construções que não atendam as especificações do projeto original e as normas de responsabilidade técnica; Vistoriar, orçar, dar parecer e avaliar bens imóveis do Município. Orientar técnicos e estagiários em obras; Responsabilizar-se pelas medições para fins de liberação de parcelas; Participar de comissões técnicas; Receber processos e encaminhá-los aos setores competentes; Providenciar a compra e transporte de materiais para as obras; Desempenhar outras atividades afins.

Fisioterapeuta

Atender e analisar os aspectos sensório-motores; percepto-cognitivos e socioculturais; Traçar planos e preparar ambiente terapêutico; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (dnpm) normal e cognição; Ensinar técnicas de autonomia e independência; participar de equipes interdisciplinares e multiprofissionais; Emitir laudos e pareceres, quando solicitado; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Desenvolver atividades educativas de saúde na área de sua competência; Participar de treinamento do pessoal de nível auxiliar, médio e superior; Fornecer dados estatísticos de suas atividades.

Médico Clínico Geral

Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; Efetuar exames médicos; Fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para

diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano e aplicar os métodos da Medicina preventiva; Providenciar ou realizar tratamento especializado; Praticar intervenções cirúrgicas; Preencher e visar mapas de produção, ficha médica com diagnóstico e tratamento; Transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares de plantão; Atender casos urgentes de internados no hospital, nos impedimentos dos Titulares de plantão; Preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnósticos provisórios, com diagnósticos provável ou Incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiro socorro; Preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; Preencher relatórios comprobatórios de atendimento.

Médico Ginecologista

Atender a pacientes que procuram a unidade sanitária, procedendo exame geral e obstétrico; Solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira; Controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; Preencher fichas médicas das clientes; Atender ao parto e puerpério; Dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante; Prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro especialista; Prescrever tratamento adequado; Participar de programas voltados para a saúde pública; de acordo com sua especialidade; Realizar procedimentos específicos tais como: colposcopia, cauterização de colo uterino, biopsias, colocação de DIU ou implante contraceptivo. Encaminhar os pacientes que necessitam para outros níveis do sistema, garantindo a referência.

Médico Pediatra

Atender crianças que necessitam de serviços médicos, para fins de exames clínicos, educação e adaptação; Examinar pacientes em observação; Avaliar as condições de saúde e estabelecer o diagnóstico; avaliar o estágio de crescimento e desenvolvimento dos pacientes; Estabelecer o plano médico-terapêutico-profilático prescrevendo medicação, tratamento e dietas especiais; prestar pronto atendimento a pacientes externos sempre que necessário ou designado pela chefia imediata; Orientar a equipe multiprofissional nos cuidados relativos a sua área de competência; Participar da equipe médico-cirúrgica quando solicitado, Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e local de trabalho; Comunicar ao seu superior imediato, qualquer irregularidade; participar de projetos de treinamento e programas educativos; Cumprir e fazer cumprir as normas; Propor normas e rotinas relativas a sua área de competência; Classificar e codificar doenças, operações e causa de morte, de acordo com o sistema adotado; Manter atualizados os registros das ações de sua competência; Atender crianças desde o nascimento até a adolescência, prestando assistência médica integral; Executar outras tarefas correlatas a sua área de competência, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

Monitor Educação Especial

Atuar diretamente com o aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes incluídos, contribuindo para sua interação e socialização com os pares, favorecer o desenvolvimento da independência e autonomia em suas atividades de vida diária e social no contexto escolar e nas atividades extra classe, auxiliando o aluno no que for necessário; Acompanhar o aluno com o comportamento adaptativo a outros espaços e atividades pedagógicas sob a orientação do professor e outros técnicos promover em conjunto com o professor regente, o avanço contínuo das habilidades do aluno incluído, através da utilização e organização de atividades pedagógicas e AVD (Atividades de Vida Diária); Atuar como mediador do processo de ensino/aprendizagem seguindo as orientações recebidas do professor regente ou outros técnicos, contribuindo na aquisição de conhecimentos. Participar de formação continuada e/ou reuniões organizadas pela Gerência de Educação Especial. Auxiliar o professor regente, no que diz respeito a inclusão, promovendo a

aprendizagem do aluno com Múltiplas Deficiências, Graves Comprometimentos Mentais ou Condutas Típicas de Síndromes e consequentemente na aprendizagem coletiva da turma.

Odontólogo

Realizar exame clínico com finalidade epidemiológica; Realizar procedimentos clínicos básicos; Encaminhar e orientar os usuários que apresentarem problemas mais complexos; Realizar atendimentos nas urgências; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Executar ações de assistência integral; Coordenar ações coletivas voltadas para a promoção e prevenção à Saúde Bucal; Realizar ações educativas e preventivas em Saúde Bucal.

Pedagogo

Coordenar o processo de discussão, elaboração e avaliação do currículo da escola intervindo, de acordo com sua especificidade, como mediador da ação docente na qualificação do processo ensino-aprendizagem; coordenar, junto à unidade escolar, os processos de criação, organização e funcionamento de instâncias colegiadas : conselho Escolar, Grêmio Estudantil, e outros promovendo a democratização das relações e decisões na comunidade escolar; Participar da elaboração do projeto político pedagógico, coordenando o levantamento de dados da comunidade escolar, como suporte necessário ao seu dinamismo; coordenar, juntamente com o diretor, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução e avaliação, estimulando a participação dos alunos e pais; participar da relação ensino - aprendizagem criando e estimulando oportunidade de discussão coletiva e reflexão teórica sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática e a troca de experiências, a avaliação do rendimento escolar, a análise de problemas e soluções comuns, leitura, estudo, pesquisa e debate sobre a prática pedagógica; participar com os professores do planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades que, em processo, recuperam as dificuldades apresentadas pelos alunos; participas da organização de momentos coletivos para a leitura, análise e escolha do livro didático; participar do processo de formação continuada dos professores, tendo em vista concretização da função social da escola; participar junto à Secretaria Municipal de Educação da elaboração e atualização do regimento escolar unificado, contribuindo para o seu cumprimento, realizar e ou promover pesquisas e estudos nas escolas municipais; participar de cursos, simpósios, seminários e outros eventos educacionais, definidos pela Secretaria Municipal de Educação; possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto as suas necessidades, interesses e qualidades e responsabilidade sociais; orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função de problemática individual e coletiva; convocar e orientar os pais ou responsáveis pelos alunos sempre que necessário, visando à integração da família à escola; coordenar o planejamento global da escola, divisão de horários, turnos e turmas; participar da elaboração do calendário escolar junto a Secretaria Municipal de Educação; participar do processo de avaliação institucional das escolas do Sistema Municipal de Ensino; organizar e analisar o desempenho dos alunos das escolas municipais; exerce-as demais atividades decorrentes da fundação do seu cargo ou as que lhe forem atribuídas pela Secretaria Municipal de Educação.

PROFESSORES (todos)

I. Planejar, ministrar aulas, orientar a aprendizagem dos alunos e zelar pelo desenvolvimento do aluno, respeitando seus interesses e conhecimentos prévios. II. Atualizar-se em sua área de conhecimento. III. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, nos prazos estabelecidos. IV. Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento. V. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino. VI. Cooperar com os serviços de administração escolar,

planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional. VII. Cooperar com os serviços dos Pedagogos e Especialistas em Assuntos Educacionais no que for estabelecido para o Projeto Político Pedagógico da escola. VIII. Cumprir as horas-atividade de acordo com o que a Unidade Escolar estabelecer. IX. Cumprir com os horários pré-determinados pela escola. X. Elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência. XI. Estabelecer formas alternativas de recuperação para os alunos que apresentarem menor rendimento. XII. Executar o trabalho docente em consonância com a proposta curricular da escola. XIII. Executar outras atividades compatíveis com o cargo, determinada pela direção da escola ou do órgão superior competente. XIV. Fornecer dados através de preenchimento de diários de classe, planejamento e outros documentos apresentados ao professor. XV. Informar os pais de reuniões na escola, quando solicitado pela direção ou quando o próprio professor sentir necessidade. XVI. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s). XVII. Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino. XVIII. Participar da elaboração do regimento escolar e da proposta pedagógica da escola. XIX. Participar no processo de planejamento das atividades da escola e de reuniões, encontros, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe. XX. Participar, como convocado (a) de reunião, conselhos de classe, atividades cívicas, reuniões de estudos ou cursos. XXI. Promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade de ensino. XXII. Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente. XXIII. Zelar pela aprendizagem do aluno. XXIV. Zelar pela disciplina e pelo material docente. XXV. Produzir com as crianças as regras do grupo, estimulando nestas o senso de limites e respeito. XXVI. Executar o trabalho em conjunto com os profissionais que realizam monitoria, visando à plena atenção ao aluno. XXVII. Agir com ética, respeito e solidariedade perante companheiros de trabalho, contribuindo com o bom clima organizacional. XXVIII. Cultivar um bom relacionamento com alunos, pais responsáveis. XXIX. Atuar em parceria com outros profissionais. XXX. Utilizar materiais adequados à faixa-etária das crianças, estimulando seu processo de desenvolvimento cognitivo. XXXI. Criar situações que elevam a autoestima da criança, tratando-a com afetividade, melhorando o vínculo com a mesma e consequentemente, facilitando o processo ensino-aprendizagem. XXXII. Cumprir os dias letivos e horas/aula e horas atividades estabelecidas no calendário escolar, de acordo com legislação vigente, bem como cumprir demais orientações e determinações da Unidade Escolar e Secretaria Municipal de Educação. XXXIII. Participar de eventos extraclasse estabelecidos no calendário escolar, bem como participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. XXXIV. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, promovendo a integração entre estes. XXXV. Apresentar domínio de conteúdo, utilizando linguagem adequada à compreensão dos alunos. XXXVI. Apresentar domínio de classe com autoridade, respeito e cooperação, mantendo o bom relacionamento com os alunos. XXXVII. Manter a sala de aula com ambiência pedagógica estimuladora da aprendizagem. XXXVIII. Elaborar diferentes instrumentos de avaliação, com critérios bem definidos, a partir da matriz de habilidades. XXXIX. Fazer a reavaliação do processo de aprendizagem dos alunos, sempre que o Conselho de Classe assim determinar. XL. Estabelecer estratégias de recuperação de estudos sempre que os alunos apresentarem baixo rendimento, revendo os conteúdos relevantes. XLI. Definir juntamente com a equipe técnico-administrativa da unidade escolar, serviços especializados e de apoio, planos de ação com estratégias de intervenção e recursos didáticos específicos e/ou diferenciados, que possibilitem aos alunos que apresentam deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação, o desenvolvimento das habilidades previstas na matriz curricular, de cada etapa de ensino. XLII. Redigir, quando solicitado, parecer descritivo para acompanhar o histórico do aluno com deficiência, transtorno ou altas habilidades/superlotação. XLIII. Executar outras atribuições,

correlatas às acima descritas, conforme demanda e/ou a critério de seu superior imediato.

Psicólogo

Prestar escuta qualificada, individual ou grupal, visando à identificação da necessidade dos indivíduos e famílias, promovendo o encaminhamento adequado a cada caso específico; Trabalhar com as famílias as relações interpessoais, objetivando identificar a existência de conflitos individuais e grupais com vista ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários dos usuários; Realizar atendimento psicossocial, individual e familiar; Realizar visitas domiciliares, conforme cada caso específico; Definir em conjunto com a equipe as intervenções necessárias, acompanhamento de casos e encaminhamentos para a Rede de Proteção, visando à superação da situação de violação de direitos evidenciada; Elaborar e encaminhar ao Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, e Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, relatório técnicos informando sobre a violação de direitos dos usuários e/ou para subsidiar decisões sócio jurídicas, quando solicitados; Proceder a registros de dados dos atendimentos realizados para fins de sinopse estatística da unidade. Executar outras tarefas compatíveis com as previstas no cargo.

ANEXO III CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CARGOS NÍVEL ALFBETIZADO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Leitura e Interpretação de Textos; Vogais e Consoantes; Maiúsculas e Minúsculas; Separação de sílabas; Ditongos, tritongos, Aumentativo e Diminutivo; Masculino e Feminino (artigos); numerais; Sinônimo e Antônimo; Plural e Singular; encontros vocálicos; encontros consonantais; sílabas; tonicidade das sílabas. Substantivos, Noções de tempos verbais: presente, passado e futuro.

MATEMÁTICA

Noções de cálculos, situações-problema para uso das operações básicas. Unidades de Medidas. Cálculo de área. Figuras Geométricas. operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; grandezas e medidas; conjuntos. Medidas de tempo, porcentagem, juros simples.

CONHECIMENTOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (OBRAS - SAÚDE - EDUCAÇÃO - FEMININO)

Materiais de limpeza e sua utilização. Destinação do lixo e reciclagem. Limpeza dos diferentes espaços. Conhecimentos teóricos e práticos relacionados a faxina, manipulação de alimentos, copa; Recepção e armazenamento de materiais de limpeza. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Produtos de limpeza, produtos químicos de limpeza, símbolos e cuidados. Prevenção de Acidentes. Segurança no trabalho. Tipos de limpeza, varredura seca, úmida e molhada. Tipos de materiais (panos de limpeza, esponjas, Mops, rodos etc) e suas adequadas utilizações.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público;

MERENDEIRA

Noções de alimentação, nutrição e grupos de alimentos; Etapa da produção de refeições; Recepção e armazenamento de gêneros alimentícios, pré-preparo, preparo e distribuição. Controle de estoque e técnicas de armazenamento de alimentos. Manuseio e conservação de equipamentos e utensílios; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho e higiene dos alimentos; Técnicas de uso e conservação de material de limpeza; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Reciclagem de lixo; limpeza e higienização de prédios públicos, superfícies brancas e revestimentos cerâmicos; Noções de higiene e higiene no ambiente de trabalho; limpeza e higienização de banheiros e áreas comuns; armazenamento, cuidados de manuseio e destino do lixo hospitalar. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando-se a prática do dia a dia. Conhecimentos básicos inerentes às atividades do cargo.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso
Conhecimentos Técnico Profissionais:
Promoção, prevenção e proteção à saúde.- Noções de Vigilância à Saúde, Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças: Vetores; Doença de Notificação compulsória; Noções de reconhecimento geográfico: tipo de marcações e elaboração de mapas e croquis; Dengue: aspectos clínicos, tipos e respectivos tratamentos, teoria do trabalho de campo no combate ao mosquito; Doenças endêmicas: aspectos clínicos, tratamento, região endêmica; Noções de microbiologia, vírus, bactérias e protozoários; Ações de Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família.- Ações do Agente de Combate a Endemias: Atribuições, direitos e deveres; ética; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MOTORISTA

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação:

Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes às atribuições do cargo.

OPERADOR DE MÁQUINAS

Noções do Código de Trânsito Brasileiro, Resoluções, Deliberações, Portarias e demais Leis expedidas pelos órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito; Direção defensiva; Noções gerais de circulação e conduta; Noções de mecânica; Manutenção e Limpeza de veículos; Equipamento de Proteção Individual, Noções de prevenção de acidentes, funcionamento e Manejo do equipamento utilizado; Noções de segurança e equipamentos de segurança no trabalho; Noções de Primeiros Socorros ética e cidadania; Conhecimento a respeito de máquinas tipo: Esteira, trator de pneus, perfuratrizes, basculantes, escavadeiras, motoniveladoras, retro-escavadeira, escavadeira hidráulica e outras máquinas similares. Manuseio de volante, alavanca de comando, acionamento de pedais. Noções de proteção ao meio ambiente. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Prática de direção veicular: Condução de veículos da espécie; manobras; conhecimentos sobre os instrumentos do painel de comando; manutenção; sinalização de trânsito; manutenção do veículo; direção e operação veicular de máquinas leves e pesadas motorizadas e não motorizadas.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.
 ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
 Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.
 A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

Bibliografia Sugerida

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto, GIOVANNI JR., J. Matemática Fundamental: 2º, Grau - volume único.. SP, Ed. FTD, 2008.

Outros Livros de Matemática do ensino médio

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

Bibliografia Sugerida

Almanaque Abril 2013.

Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjem o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

Bibliografia Sugerida

Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática.

A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente Administrativo

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e

receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.a. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.planalto.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

Assistente Administrativo Escolar

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração, despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.a. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

- BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. (Disponível em www.planalto.gov.br)

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e

cartilhas), www.saude.gov.br
Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br
Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br
Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

Auxiliar de Odontologia

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso
Conhecimentos Técnico Profissionais:
Conceitos de prevenção e controle de doenças bucais para indivíduos, família e comunidade. Anatomia e fisiologia do corpo humano. Organização do ambiente de trabalho. Equipamentos e Instrumentais: nomenclatura, utilização, cuidados. Conservação e Manutenção de equipamentos odontológicos. Processos de limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentais, equipamentos e ambientes odontológicos. Ergonomia: espaço físico, postura, posição de trabalho. Higiene Bucal: técnicas de escovação supervisionada, cuidados com aparelhos protéticos. Índices epidemiológicos utilizados em Odontologia. Preenchimento e controle de fichas clínicas, registros em Odontologia. Manejo de pacientes na clínica odontológica. Materiais odontológicos: nomenclatura, utilização, manipulação, armazenamento e controle de estoque. Utilização racional de fluoretos em Odontologia. Placa bacteriana: identificação, índices, fisiologia, patogenia, meios químicos e mecânicos utilizados para o seu controle. Principais problemas que afetam a saúde bucal: cárie, doença periodontal, má oclusão, lesões de tecidos moles - conceito, etiologia, evolução, transmissibilidade, medidas. Atendimento ao público e ao telefone, recepção, noções de arquivo e elaboração de ofícios e memorandos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.
Bibliografia Sugerida
Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br
Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br
Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br
Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Fiscal de Obras e Tributos

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo
Conhecimentos Técnico Profissionais:
Toda a legislação municipal atinente ao ordenamento urbano como plano diretor, código de obras e edificações, posturas. Licenciamento dos Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Prestadores de serviços. Fundamentos técnicos e legais da construção civil. Noções de construção: fundações, estruturas, paredes e revestimentos, coberturas. Condições gerais das edificações: alinhamentos e afastamentos, classificação dos compartimentos, vãos, áreas, circulações em mesmo nível, circulações de ligação de níveis diferentes, orientação e insolação. Elementos básicos do projeto: plantas, cortes, fachadas e detalhes. Projeto de reforma e modificação: acréscimo e demolição. Instalações prediais: hidráulicas, sanitárias e elétricas. Estabelecimentos comerciais; Uso de passeio público por estabelecimentos comerciais; Limpeza de terrenos urbanos. Auto de infração. Auto de apreensão. Conceito e Limites. Parcelamento do solo. Controle de acesso a prédios e serviços públicos e particulares para Deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo. Licença para Edificar (conceito, procedimentos, alteração do projeto): HABITE-SE, Licença para Reforma e Reconstrução, Licença para Demolições,

Controle sobre o uso e ordenamento do solo, Sinalização de vias e obras públicas. Canteiro de obras; proteção e segurança, depósito e armazenamento de materiais, equipamentos e ferramentas. Fundações. Escavações. Escoramentos. Estruturas metálicas. Controle tecnológico. Argamassas. Instalações prediais. Alvenarias e revestimentos. Esquadrias. Coberturas. Pisos. Impermeabilização. Segurança e higiene do trabalho. Ensaio de recebimento da obra. Desenho técnico. Noções sobre Desenho técnico: projeções ortogonal, plantas, elevações, cortes e detalhes. Perspectivas: logométricas e cavaleira. Desenhos de arquitetura: plantas, cortes, fachadas, perspectivas e detalhes construtivos. Conhecimentos de Código de Obras do Município. Controle de execução de obras e serviços. Documentação de obras: diários e documentação da obra: diários e documentos de legalização. Interdição de Obra. Notificação Administrativa. Legislação Municipal Específica; Funções do Fiscal; Hierarquia; Utilização de logradouros públicos; Muros, cercas e calçadas; Queimadas; Cortes de árvores; Lei tributária. Fato gerador. Base de cálculo. Alíquota. Lançamentos - modalidades: por declaração, de ofício e por homologação, revisão, atualização de valores imobiliários, recursos contra lançamentos. Crédito tributário - exigibilidade, extinção, pagamento, decadência, prescrição, exclusão, anistia, cobrança judicial. Imunidade e isenção - isenções: unilaterais, bilaterais, subjetivas e objetivas. Incidência e não incidência. Bitributação e "BIS IN IDEM". Parafiscalidade e extrafiscalidade. Normas gerais de direito financeiro e tributário. Tributos e outras receitas municipais. Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI), imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISS) - incidência, base de cálculo e contribuinte. Impostos partilhados - imposto de renda, imposto territorial rural (ITR), imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), imposto sobre produtos industrializados (IPI), fundo de participação dos municípios (FPM) e outros fundos. Tributos comuns - taxas diversas e contribuição de melhoria. Outras receitas - preços, empréstimos, financiamentos, auxílios e subvenções. Tributos municipais: critérios estruturais; princípios constitucionais; da progressividade; isenções tributárias; do processo administrativo. Autonomia e competência tributária do município. Extinção do crédito tributário; Contribuição de melhoria; Lei 8.666; Código Tributário Nacional; Tributos na Constituição Federal; Legislação Tributária Municipal. Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos. Licitações. Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle Da Administração. Correspondência Oficial. Redação Oficial. Formas De Tratamento. Expressões e Vocábulos Latinos de uso freqüente nas Comunicações Administrativas Oficiais. Modelos e/ou Documentos utilizados. Cuidados com o ambiente de trabalho: Noções de segurança e higiene do trabalho., Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Licitações, l e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

Monitor de Creche

Legislação: LDB, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Educação
Conhecimentos Técnico Profissionais:
Educar e cuidar; Higiene, saúde e nutrição infantil. A organização do tempo e do espaço na educação; Princípios que fundamentam

a prática na educação: Pedagogia da infância, dimensões humanas; direitos da infância; relação unidade de educação e família; As instituições de educação como espaço de produção das culturas infantis; Referencial Curricular Nacional Educação Infantil - RC-NEI. O, Lúdico e a educação, recreação, A inclusão escolar, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Métodos e processos no ensino da leitura. Definições dos tipos de deficiência; Programa Educação Inclusiva; Direito a Diversidade; Convenção da Guatemala Decreto nº 3.956/2001; Celestin Freinet e a aula passeio. Código de Trânsito Brasileiro no que diz respeito à sinalização e cuidados com o pedestre. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Técnico Agrícola

Legislação: Constituição Federal: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - Dos Direitos Sociais - Da Nacionalidade - Dos Direitos Políticos - Dos Municípios - Da Administração Pública - Dos Servidores Públicos, Lei Orgânica do Município e Estatuto do Servidor de Bela Vista do Toldo.

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Uso e conservação dos solos; Adubação em geral; Tipos e classificação de fertilizantes e corretivos; Irrigação e drenagem; Conhecimentos gerais de fitotecnia; Grandes culturas anuais; Grandes culturas perenes; Olericultura; Fruticultura; Silvicultura; Pastagens; Mecanização Agrícola; Máquinas e Implementos agrícolas; Regulagem de equipamentos agrícolas; Manutenção de máquinas e implementos agrícolas; Noções de fitossanidade; Identificação das principais pragas agrícolas; Manejo de pragas; Uso correto de agrotóxicos; Conhecimentos gerais de zootecnia; Bovinocultura; Avicultura; Ovinocultura; Caprinocultura; Piscicultura; Suinocultura; Noções de sanidade animal; Noções de higiene e de segurança individual, coletiva e de instalações. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração;

Bibliografia Sugerida

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados

Técnico em Enfermagem

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções sobre Políticas de Saúde no Brasil. Trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Manter a assepsia dos equipamentos e materiais assim como do local de trabalho; conhecer Ética e legislação em enfermagem; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Técnicas básicas de enfermagem; Noções de rotinas administrativas ambulatoriais; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração); Enfermagem médico-cirúrgica: Limpeza, desinfecção e esterilização de material; Assistência de urgência e emergência ambulatorial; Enfermagem materno-infantil, enfermagem em Saúde Pública, vigilância epidemiológica; e Sanitária; enfermagem do adolescente, do adulto, e do idoso; Noções de administração aplicada ao Técnico de enfermagem; Imunizações; Conhecimentos básicos inerentes as

atividades do cargo; Noções de saúde pública, Política de Atenção Básica. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

Bibliografia Sugerida

Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br

Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br

Legislação pode ser encontrada em www.planalto.gov.br

Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

Técnico em Vigilância Sanitária

Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Noções de instalações hidrossanitárias e de coleta e tratamento e emissão de dejetos sólidos em edificações para fins habitacionais, comerciais, industriais e de prestação de serviços; Noções de tratamento de lixo orgânico, tóxico, poluente, danoso ao meio ambiente; Normas de higiene e de segurança para a saúde pública na produção, manuseio, armazenagem e comercialização de alimentos; Normas de comercialização de produtos como remédios e agrotóxicos; Normas de segurança para abate, distribuição e comercialização de carnes; Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil, A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis, Agentes infecciosos e suas propriedades, Conceitos Básicos usados em Epidemiologia, Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva, Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde, Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11, Conhecimento da Portaria n 1943/MG/MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória, Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União, Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevíveis, Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores, Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas, Vigilância Epidemiológica das Zoonoses, Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações), SUS e a vigilância epidemiológica Legislação Municipal referente à saúde pública e fiscalização. Código de Trânsito Brasileiro. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

Bibliografia Sugerida

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 4. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luis Filipe Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 5ª. Ed. 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 26. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1985.

FERREIRA, A. B. de H. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. R. J: Nova Fronteira, 1999. Médicas, 1995.
 ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 26. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
 Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio e Outras Gramáticas Normativas.
 A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente
 Bibliografia Sugerida
 Almanaque Abril 2013.
 Livros, Jornais, Revistas, Telejornais e outros materiais que abranjam o programa proposto e a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.
 Bibliografia Sugerida
 Ajuda eletrônica integrada aos Programas básicos de informática. A critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO	LEGILAÇÃO COMUM
Advogado Engenheiro Civil	Legislação: Lei Orgânica do Municio e estatuto do Servidor, Constituição Federal, ECA, Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

ADVOGADO

* Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.
 Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência,

autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade. Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases dos sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar; a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e readquirição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e readquirição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino. Aplicação de receitas para o desenvolvimento do ensino. Advocacia pública. - BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 4ª ed. Saraiva, 2013.
 - BARROSO, Luis Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 2ª ed. Editora Saraiva, 2006.
 - BULOS, UadiLammêgo. Constituição Federal Anotada. 4ª ed. Editora Saraiva, 2002.
 - CUNHA JÚNIOR, Dirley; NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concursos. 3ª ed. Editora JusPODIVM, 2012.
 - LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 14ª ed. Editora Saraiva, São Paulo, 2010.
 - MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de Direito Constitucional. 2ª ed. Editora Saraiva, 2008.
 - MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 17ª ed. Editora Atlas, 2005.
 Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas

regedoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada - PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores públicos. Cargos e função. Carreira. Provimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos servidores públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública. - MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 29ª ed. Editora Malheiros, 2004. - MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. 23ª ed. Editora Malheiros, 2001. - DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. 23ª, Editora Atlas, 2010. - CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16ª ed. Editora Lumen Juris, 2006. - MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas Licitações e Contratos. 9ª ed. Editora Del Rey, 2002. - MELO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 30ª ed. Malheiros Editores, 2012. - JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. Dialética, 2012. Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e

a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades: a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. - AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 9ª ed. Editora Saraiva, 2003.

- JANCZESKI, Célio Armando. Direito Processual Tributário. OAB/SC editora, 2005.

- PAULO, Vicente e outro. Direito Tributário na Constituição e no STF. Editora Impetus, 2006.

- ÁVILA, Alexandre Rossato da Silva. Curso de Direito Tributário. 2ª ed. Editora Verbo Jurídico, 2006.

- ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 2ª ed. Editora Método, 2008.

- SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 5ª ed. Saraiva, 2013.

Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova; dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa.

- DIDIER JR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (5 volumes).

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Código de Processo Civil comentado artigo por artigo. 2ª ed. Editora RT, 2009.

- MARINONI, Luiz Guilherme e outro. Manual do Processo de Conhecimento. 5ª ed. Editora RT, 2009.

- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 3ª ed. Editora Método, 2011.

- DONIZETTI, Elpídio. Curso Didático de Direito Processual Civil. 17ª ed. Atlas, 2013.

- CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 17ª ed. Dialética, 2013.

- LOPES, Mauro Luís Rocha. Processo Judicial Tributário - Execução Fiscal e Ações Tributárias. 8ª ed. Impetus, 2012.

Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação

e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável. - FARIAS, Cristiano Chaves e outro. Direito Civil (4 volumes).

- CAVALIERI, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10ª ed. Atlas, 2012.

- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 10ª ed. RT, 2013.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.1 - Teoria Geral do Direito Civil, 31ª ed. Saraiva, 2014.

- DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil v.2 - Teoria Geral das Obrigações, 29ª ed. Saraiva, 2014.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie.

- CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do Trabalho. 8ª ed. Método, 2013.

- CARRION, Valentin. Comentários à consolidação da leis do trabalho. 28ª ed. Editora Saraiva, 2003.

- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho. 19ª ed. Editora Atlas, 2003.

- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. 17ª ed. Editora Atlas, 2003.

- SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho - Série Concursos Públicos. 15ª ed. Saraiva, 2013.

- SARAIVA, Renato. Processo do Trabalho - Série Concursos Públicos. 9ª ed. Saraiva, 2013.

Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar.

- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal - Parte Geral - vol. 1. 18ª ed. Saraiva, 2014

- MASSON, Cleber. Direito Penal Esquematizado - Parte geral - vol. 1. 6ª ed. Editora Método, 2012.

- NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. 7ª ed. RT, 2007.

Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos

documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).

- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 18ª ed. Atlas, 2014.

- RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. 21ª ed. Atlas, 2013.

- TÁVORA, Nestor; ALENCAR

ENGENHEIRO CIVIL

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Fiscalização de obras; Medição, aplicação de recursos, controle de materiais e estoques, análise de contratos para execução de obras. Projetos civis; Arquitetônico; Estruturais (em madeira, aço e concreto). Projetos de fundações: Tipos de fundações suas aplicações e execução das mesmas. Projetos e execução de instalações elétricas e Hidráulicas em canteiros de obras e edificações (inclusive noções de segurança). Planejamento Urbano e Regional; Planejamento de Engenharia de Infra-Estrutura, Projetos Dimensionamentos e execução de obras de Saneamento Básico; Alvenaria; Revestimento; Pinturas e pisos (tipos, aplicações e execução). Especificação de materiais e serviços. Orçamentos: Composição de custos e quantitativos de materiais. Elaboração de cronogramas físico-financeiros. Canteiros de obras; construção e organização. Execução de estruturas em concreto, madeira e aço (inclusive noções de impermeabilização de calhas e telhados). Execução de instalações de água, esgoto, eletricidade e telefone. Noções de tratamento de esgotos, construção de fossas sépticas, sumidouros e valas de infiltração (segundo normas da CPRH). Noções de projetos e execução de pavimentos graníticos (paralelepípedos). Vistorias e elaboração de laudos. Planejamento e elaboração de orçamentos profissionais. Conhecimentos de AutoCAD.

CARGO	LEGILAÇÃO COMUM
Assistente Social Fisioterapeuta Psicólogo	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

ASSISTENTE SOCIAL

Código de ética profissional do assistente social. Atuação dos conselhos municipais cuja instituição e atribuições sejam voltadas a atividades sociais; noções inerentes aos programas de assistência social pública, junto aos idosos, às crianças; conhecimentos das estruturas públicas de assistência social; atividades possíveis de execução junto às comunidades, objetivando melhorias de qualidade de vida dos indivíduos. Conhecimentos básicos inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do cargo, do serviço público e de servidores públicos municipais. Medidas sócio-educativas, reinserção social, liberdade assistida e prestação de serviços. Direitos Humanos éticos e cidadania: Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Lei de Regulamentação da profissão do Assistente Social; Política Nacional do Idoso; Estatuto das Pessoas com Deficiência. Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Programas, serviços e metodologia do centro de referência especializado de

Assistência Social - CREAS.; Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

FISIOTERAPEUTA

Política Nacional de Humanização; Fundamentos e Técnicas de Atendimento na Fisioterapia; Conceito de Reabilitação; O Trabalho em Equipe na Reabilitação; O Papel de cada Profissional na Equipe de Reabilitação; Reabilitação; Paralisia Cerebral e Facial; Acidente Vascular Cerebral; Parkinsonismo; Síndrome de Down; Hanseníase; Afecções de Músculos e Tendões; Escolioses; Doenças Reumáticas; Cardiopatias; Amputações; Pneumopatias; Conceito e Aplicação: Exercícios Ativos, Exercícios Ativos Assistidos, Exercícios Passivos, Exercícios Isométricos; Conceito e Aplicação: Mecanoterapia; Conceito e Aplicação: Hidroterapia; Conceito e Aplicação: Termo terapia; Conceito e Aplicação: Crioterapia; Conceito e Aplicação: Massoterapia; Conceito e Aplicação: Eletroterapia; Fisioterapia aplicada à geriatria; Demências; Fisioterapia nas Doenças da 3ª idade; Ética e Legislação Profissional. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

PSICÓLOGO

Psicologia Educacional. Desenvolvimento psicológico da criança; psicologia da aprendizagem. História da Psicologia. Bases fisiológicas do Comportamento. Escolas de Psicologia. Psicologia Contemporânea. Métodos de Psicologia. Campos da Psicologia. Princípios da Psicologia. Limites e alcances da Psicologia da Saúde - O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade; Código de Ética; Constituição Federal no que diz respeito à saúde. Teorias da educação; Psicologia do desenvolvimento; Histórico da Psicologia; Métodos da Psicologia; O Arco reflexo; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; O processo de aprendizagem segundo Piaget; A Personalidade; A sensação e a percepção; A Psicanálise; O Gestalt - Terapia; O Behaviorismo; Os testes psicológicos; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo; Desenvolvimento; Psicoterapia Breve; Orientação Familiar; História da Psicologia Brasileira - Da época colonial até 1934; Sobre o Behaviorismo; Psicomotricidade - Educação e Reeducação num Enfoque Psicopedagógico; Psicoterapia Breve - Abordagem Sistematizada de situações de crise; 32 tipos de Inteligência - Os caminhos da Árvore da Vida pelo inconsciente coletivo; Novas abordagens do Diagnóstico Psicológico da Deficiência Mental; Psicoterapia de Grupo; Gestalt - Terapia Explicada. Regulamentação da profissão e Código de Ética; e Legislação e normativas aplicadas à área. Legislação e Programas como "Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), sua criação, objetivos, portarias de regulamentação, modalidades. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS	Legislação e Conteúdo Comum a todos
Médico Clínico Geral Médico Ginecologista Médico Pediatra Odontólogo	Legislação: SUS, ESF, SUAS, ECA, Constituição Federal no que diz respeito à Saúde e Estatuto do Idoso. Conteúdo Específico comum a todos os cargos de médicos: Política Nacional de Humanização;. Processo saúde – doença. Noções de saneamento básico. Doenças transmissíveis evitáveis por vacinação. Doenças endêmicas no Brasil. Noções de vigilância epidemiológica. Planejamento e programação local de saúde. Doenças de Notificação Compulsória. Políticas públicas de saúde no Brasil; Código de ética da Medicina. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo. Bibliografia Sugerida Publicações do site oficial do Ministério da Saúde (apostilas e cartilhas), www.saude.gov.br Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.

MÉDICO CLÍNICO GERAL

Exames de imagem; Cardiologia: Angina Pectoris, infarto agudo do miocárdio, hipertensão arterial sistêmica; Pneumologia: pneumonia, broncopneumonia, doença pulmonar obstrutiva crônica; Hematologia: anemias, leucoses e linfomas. Gastroenterologia: esofagite, gastrite, úlcera péptica, doenças inflamatórias intestinais, pancreatite, cirrose hepática; Doenças da tireóide; Urgências clínicas: ICC; edema agudo do pulmão, crise hipertensiva e pressão alta, asma brônquica, hemorragia digestiva alta, insuficiência hepática, IRA, cólica renal, embolia. Endocrinologia: diabetes melitus tipo 1 e 2, doenças da tireóide, distúrbios do eixo hipotálamo-hipófiseadrenal; Nefrologia: malformações e infecções do trato urinário, litíase urinária; Cardiologia: hipertensão arterial sistêmica, insuficiência cardíaca congestiva, endocardite infecciosa, taquiarritmias, bradiarritmias, doença arterial coronariana; Dermatologia: infecções e neoplasias cutâneas, doenças auto-imunes que acometem a pele e anexos; Imunologia: doenças reumáticas; Pneumologia: infecções e neoplasias do trato respiratório, doença pulmonar obstrutiva crônica, asma brônquica; Infecologia: doenças sexualmente transmissíveis, vacinação, profilaxia anti-rábica; Hematologia: anemias carenciais, anemias hemolíticas, leucoses; Nutrologia: obesidade, anorexia nervosa, bulimia, desnutrição; Gastroenterologia: doenças pépticas, neoplasias do trato digestivo, hepatites, etilismo; Intoxicação e envenenamento; Adinamia circulatória aguda; Insuficiência respiratória aguda; Restauração Hemodinâmica; Politraumatismo; Abdômen agudo; Estado de inconsciência; Queimaduras; Distúrbios hidroeletrólíticos e ácidos-básicos; Enfermidades do aparelho geritourinário; Doenças reumáticas; Doenças Sexualmente transmissíveis; Doenças infecto-contagiosas e parasitárias; Doenças neurológicas; Avitaminoses; Ortopedia; Noções gerais de Epidemiologia das doenças infecto-contagiosas; Noções gerais de Epidemiologia das doenças crônico-degenerativas; Diretrizes básicas do Sistema Único de Saúde; Organização dos Serviços de Saúde no Brasil

MÉDICO GINECOLOGISTA

Estadiamento do câncer genital e mamário; Câncer do colo uterino; Hiperplasia endometrial; Carcinoma do endométrio; Câncer de ovário; Síndrome do climatério; Osteoporose pós-menopáusia; Distúrbios do sono no climatério; Acompanhamento do paciente sob reposição hormonal; Fisiologia menstrual; Amenorréia; Disfunção menstrual; Anovulação crônica; Dismenorréia; Síndrome prémenstrual; Endometriose; Hiperprolactinemia; Tumor de ovário com atividade endócrina; Citopatologia genital; Lesões 11 benignas da vulva e da vagina; Lesões benignas do colo uterino. Cervicites; Infecção do trato genital inferior pelo HPV: Diagnóstico e tratamento; Métodos moleculares de diagnóstico em patologia do trato genital inferior; Corrimento genital; Infecção genital baixa; Salpingite aguda; Dor pélvica crônica; Doenças benignas do útero; Prolapso genital e roturas perineais; Incontinência urinária de esforço; Infecção urinária na mulher; Bexiga hiperativa; Câncer de mama; Mamografia e USG (indicações, técnicas e interpretação); Lesões não palpáveis de mama: Diagnóstico e conduta; Terapêutica sistêmica do carcinoma de mama; Neoplasias benignas de mama: fibroadenoma, papiloma e tumores filodes; Alteração funcional benigna da mama; Mastites e cistos mamários; Fluxos papilares; Mastalgias cíclicas e acíclicas; Procedimentos invasivos em mastologia; Ultra-som de mama: Indicação e técnica; Procedimentos invasivos dirigidos pela mamografia e ultra -som. Diagnóstico de Gravidez. Cuidados Pré-Natais. Abortamento. Gravidez Ectópica. Doença Hipertensiva da Gravidez. Hemorragias do Último Trimestre da Gestação. Complicações Clínicas da Gravidez. Anemia. Aids. Diabetes. Infecção Urinária. Parto Prematuro. Incompatibilidade Sanguínea Materno-Fetal. Assistência ao Parto.

MÉDICO PEDIATRA

Puericultura: aleitamento materno. Alimentação no 1.º ano de vida. Vacinação. Crescimento e desenvolvimento. Distúrbios da nutrição. Neonatologia: icterícia neonatal precoce e tardia. Colestase neonatal. Infecções congênitas: rubéola, citomegalovírus, toxoplasmose, sífilis, varicela, herpes. Distúrbios metabólicos no período neonatal: hipoglicemia, hipocalcemia e hipomagnecemia. Infectologia: Doenças exantemáticas: varicela, sarampo, rubéola, eritema infeccioso, doença de Kawasaki, exantema súbito, escarlatina. Coqueluche, dengue, febre amarela e malária. Tuberculose na infância diagnóstica, quimioprofilaxia e tratamento da AIDS na infância. Meningites. Hepatites virais: A, B e C. Pneumologia: insuficiência respiratória na infância; Infecções de vias aéreas superiores, laringites, epiglote, pneumonias virais e bacterianas. Asma na infância: diagnóstico e tratamento. Mucoviscidose. Gastroenterologia: Diarréia aguda, diarréia crônica. Vermínoses. Nefrologia: ITU. Sd. nefrítica. Sd. nefrótica. Onco-hematologia: Leucoses. Púrpura trombocitopênica imunológica. Púrpura Henoch-Schoenlein. Sd. hemolítico-urêmica. Anemias (ferropriva, talassêmica e falciforme). Reumatologia: Febre reumática. Artrite reumatóide juvenil. Neurologia: Convulsão na infância. Endocrinologia: Hiperplasia de supra-renal congênita. Diabetes melitus na infância. Emergências cardiocirculatórias: ressuscitação cardiorrespiratória no período neonatal e infância; desequilíbrio hídrico - eletrolítico; choques hipovolêmico, séptico, cardiogênico; arritmias cardíacas na infância. Acidentes: intoxicações; acidentes com animais peçonhentos.

ODONTÓLOGO

Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Traumatismo em dentes permanentes jovens. Dentística restauradora diagnóstico e tratamento. Ortodontia preventiva. Níveis de prevenção. Erupção dental. Oclusão. Semiologia exame do paciente. Técnicas radiográficas. Prevenção das doenças periodontais. Prevenção da cárie dental. Diagnóstico das lesões agudas da cavidade bucal. Anatomia em cirurgia oral. Avaliação pré-operatória. Técnicas Anestésicas. Alterações periodontais agudas. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica. Placa bacteriana. Controle de placa - meios físicos e químicos. Epidemiologia da cárie e doença periodontal. Exodontia: técnicas e acidentes. Esterilização e desinfecção em odontologia. Perícia odontológica: no foro criminal, trabalhista e civil. Responsabilidade profissional. Doenças Ocupacionais, Normas Técnicas de Avaliação de incapacidade laborativa; Fundamentos de Normas Técnicas Periciais.. Processo saúde - doença. . Noções de saneamento básico. Política Nacional de Humanização.. Sistemas de Informação em Saúde. Administração pública. Poderes Administrativos. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

CARGOS DA EDUCAÇÃO

CARGOS	LEGISLAÇÃO E CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS
MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL PEDAGOGO (e CRAS) PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e ANOS INICIAIS ARTES CIÊNCIAS EDUCAÇÃO FÍSICA (25 e 20h) ENSINO RELIGIOSO INGLÊS (15 e 30h) LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA MÚSICA SALA MULTIFUNCIONAL	<p>Legislação: LDB, ECA, Estatuto Municipal do Magistério, Lei Complementar Nº 179 de 30 de Abril De 2013, Dispõe Sobre o Sistema Municipal De Ensino De Bela Vista do Toldo, Constituição Federal no que diz respeito à Educação</p> <p>Conhecimentos Comuns a todos os cargos:</p> <p>DIDÁTICA E TEORIAS DA APRENDIZAGEM: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas.</p> <p>Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo - Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura, Teoria de Ensino de Jerome Bruner, Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers, Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel, Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov), Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas, Pressupostos e Características da Didática, A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo, A prática pedagógica sistemática socialmente promovida, A relação discurso-fundamento-ação, contexto da Prática Pedagógica, Propostas curriculares para o ensino fundamental, Especificidades da escola pública, Dinâmica da Sala de Aula, Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante, A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem, - Conhecimento da realidade e alternativas de ensino, Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.</p> <p>Bibliografia Sugerida</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Educação (apostilas e cartilhas), www.mec.gov.br</p> <p>Publicações do site oficial do Ministério da Assistência social, www.mds.gov.br</p> <p>Legislação federal pode ser encontrada em www.planalto.gov.br</p> <p>Outras obras a critério do candidato, podendo ser quaisquer obras atualizadas sobre os conteúdos especificados.</p>

MONITOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Curriculo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; - PCN'S. - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas. RESOLUÇÃO Nº 7, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010, Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

PEDAGOGO (E CRAS)**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SERIES INICIAIS**

Curriculo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- RECNEI. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, RECNEI. Educação Infantil na perspectiva histórica; O papel social e a função da educação infantil; A organização do tempo e do espaço na educação infantil; O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação infantil; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação infantil: educar e cuidar, dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil.

ARTES

A trajetória do ensino de Arte no Brasil. A produção artística da humanidade. O currículo de Arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. Didática do ensino de arte. Conteúdos e Princípios metodológicos para o ensino de arte. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. A expressão da criança e a construção do objeto artístico. A arte como manifestação artística da criança, do adolescente, do jovem e do adulto. O desenho como forma de representação. O processo de representação cognitiva e o papel mediador da Arte. As linguagens artísticas como formas de representação e expressão. As estruturações cognitivas da apreensão dos códigos da Arte. A formação da percepção artística. Elementos metodológicos para a análise e intervenção nas práticas educativas. O ensino de arte nos anos iniciais. Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte. Pintores famosos e suas obras. Aspectos artísticos e estéticos dos elementos da linguagem visual (linha, forma, cor, textura, volume); Práticas metodológicas da linguagem bi e tridimensional na educação básica. Consciência corporal; noções de movimento; expressão vocal e corporal; jogos teatrais relacionados ao ensino. Exercícios vocal e corporal especialmente para o desenvolvimentos das linguagens contemporâneas em artes visuais; As propriedades do som: altura, intensidade duração e timbre. A inserção da arte na historicidade da educação do homem; Pressupostos filosóficos e sociológicos da arte na educação.

Aspectos conceituais da Arte na Educação; Tendências educacionais da arte na educação. Princípios teóricos da arte na educação (Lowelfeld, Dewey, Eisner, Read). Tendências do Ensino da Arte no Brasil (Barbosa, Pillar, Bueno, entre outras). A história do ensino da Arte no Brasil; Estudo e análise dos pressupostos conceituais e metodológicos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (RCNI - Referencial curricular para Educação Infantil. Arte - 1ª à 4ª série e 5ª à 8ª ensino fundamental e Ensino Médio) e Proposta Curricular de SC

CIÊNCIAS

Ensino de Ciências. Conservação e Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Preservação, degradação e recuperação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Agenda 21. Atmosfera, hidrosfera e litosfera: características físicas e ambientais, interferência humana e suas conseqüências (Efeito estufa. Alterações Ambientais Globais). Solo e resíduos sólidos. Poluição atmosférica, das águas, do solo, visual, sonora. Biodiversidade. Seres vivos: características gerais, sistemática, classificação biológica e nomenclatura. Noções de evolução. Ecologia. Relação entre os seres vivos e o ambiente: o homem e a sua ação sobre o ambiente. Princípios básicos que regem as funções vitais dos seres vivos. Relação entre estruturas e funções dos sistemas e suas adaptações ao meio. Ciclos biogeoquímicos. Animais e plantas. Vírus, bactérias, fungos, algas e protozoários; importância ambiental e importância para os seres vivos. Doenças tropicais. Noções de genética. Fisiologia e anatomia do corpo humano. O homem enquanto ser social: Aspectos afetivos, cognitivos, psicológicos, culturais, ecológicos. Sexualidade: Educação sexual e seu desenvolvimento para a produção da vida. Fatores determinantes dos avanços científicos e tecnológicos. Utilização racional dos recursos naturais. Diversidade dos materiais extraídos da natureza, transformados e produzidos pelo homem. Astronomia. Propriedades da matéria: estados físicos, massa, volume, peso, densidade, empuxo. Relação da diversidade dos materiais na composição do ambiente. Energia. Misturas e separações, átomos e características. Elementos químicos e a tabela periódica. Fundamentos teóricos da Química: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos. Interações e transformações químicas. Fundamentos teóricos da Física: conceitos. Leis. Relações. Princípios básicos.

EDUCAÇÃO FÍSICA (e do NASF)

- Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; A História da Educação Física; Função Social da Educação Física; Desenvolvimento Infantil e movimento humano; Metodologia para o ensino da Educação Física; Educação Física na Educação Infantil e Ensino Fundamental; As identidades que configuram o sujeito da Educação de Jovens e Adultos; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; O trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos; Avaliação na perspectiva processual e Letramento em Educação de Jovens e Adultos. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Educação Física Escolar e qualidade de vida, frente à realidade social econômica política e cultural, nos seus diferentes significados: Educação, Trabalho, Saúde e Lazer. Educação Física e Cidadania. Ginástica como: Forma de exercitação corporal. Jogo

como: Produção social no processo ensino aprendizagem. Possibilidade de experiências corporais: Recreação e jogos. Iniciação ao desporto e a dança. Possibilidades de experiências prático-teóricas, cognitivas, sociais e afetivas, atividades lúdicas: a competição/ cooperação/ sociabilizará a reflexão /análise/ compreensão / síntese da realidade física corporal,

ENSINO RELIGIOSO

O ensino religioso no Brasil: processo histórico e perspectivas. O Ser Humano e o Fenômeno Religioso: fundamentos históricos, filosóficos, psicológicos e sociológicos das tradições religiosas; as tradições religiosas como elementos indissociáveis das culturas; religiões afro-brasileiras; o símbolo e o sagrado; o mito e o rito; os textos sagrados; a descrição das representações dos transcendentes nas tradições religiosas; síntese da história do budismo, cristianismo, hinduísmo, islamismo e judaísmo. Pluralidade Religiosa; - Tipos de Religião; - Práxis Religiosa; - História da Igreja no Brasil; - Escatologia; - Mitologia; - Símbolos e Rituais Religiosos; - Ética e Moral; - Evolução religiosa

INGLÊS

Verb Forms (affirmative/interrogative/negative): The present simple; the present continuous; the past simple; the past continuous; the present perfect; the present perfect continuous ; the past perfect; the future; the near future; the future continuous .Modals and auxiliary verbs.Phrasal Verbs. Used to/get used to/be used to. If clauses and other conditionals. The Infinitive and the "-ing" form. Reported Speech. Articles: indefinite and definite articles. Nouns: singular and plural; countable and uncountable nouns. Quantifiers: much, many, a lot, little, few etc. Pronouns: subjective and objective pronouns; demonstratives; reflexive and emphatic pronouns: indefinite pronouns; possessive pronouns. Adjectives: the use and position of adjectives; comparatives and superlatives; adjectives ending in "-ed" and "-ing"; possessive adjectives. Adverbs: of manner, of frequency, time and place; adverbs of degree; "too" and "enough". Prepositions and Preposition Phrases. Prepositions/Link words. Relative clauses: with "who, which, that"; "where, whose, what"; defining and non-defining relative clauses; clauses with "-ing" or a past participle; "with" in identifying phrases. Word order. Vocabulary, antonyms, synonyms, false cognates, meanings, idioms, collocations, ambiguity . Pronunciation: vowel sounds, consonant sounds, "-ed sounds", plural sounds. Reading Comprehension.

LINGUA PORTUGUESA

Aprendizagem da língua materna: estrutura, uso e funções. Ensino e aprendizagem da gramática normativa. Linguagem: uso, funções, análise. Língua falada e escrita. Variações linguísticas. Norma padrão. O texto: tipologia textual. Intertextualidade. Coesão e coerência textuais. O texto e a prática de análise linguística. Leitura e produção de textos. Literatura brasileira. Fonologia. Estrutura e formação das palavras. Morfologia e Morfossintaxe. Sintaxe. Semântica. Acentuação gráfica. Crase. Concordância Nominal e Verbal. Regência Nominal e Verbal. Pontuação. Tipologia textual. Gênero textual. Interpretação e compreensão de texto. Ortografia. Coexistência das regras ortográficas atuais - em vigor desde janeiro de 2009 - com as antigas. Funções da Linguagem.

MATEMÁTICA

Funções: afim, quadrática, modular, exponencial e logarítmica. Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Geometria plana e espacial: ponto, reta e plano, paralelismo e perpendicularismo, áreas, poliedros, volumes, superfícies e sólidos de revolução. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, Lei dos Senos e dos Cossenos, funções circulares, identidades trigonométricas, transformações, funções trigonométricas, equações e inequações trigonométricas. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Polinômios: função polinomial, equações polinomiais, operações e propriedades. Análise combinatória, probabilidade

e estatística: combinações e permutações, números binomiais, espaço amostral, espaços de probabilidades, probabilidades condicionais, distribuição binomial, medidas de centralidade e de dispersão. Sequências e Progressões. Geometria analítica plana e espacial. Números Complexos: operações e propriedades. Resolução de situações-problema. Sequências e Progressões. Álgebra linear I: matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Álgebra linear II: espaços vetoriais, produto interno, transformações lineares, autovalores e autovetores. Limites e funções contínuas: limites de funções, funções contínuas, descontinuidades, funções contínuas em intervalos. Derivada: derivada no ponto, funções deriváveis em um intervalo, fórmulas de derivação, regra da cadeia, regra de L'Hospital, fórmula de Taylor, série de Taylor. Integral: funções integráveis, o teorema fundamental do cálculo, métodos de integração, integrais impróprias. Resolução de situações-problema.

MÚSICA

Noções de didática e Programas e Técnicas pedagógicas, plano de curso, plano de aula. Processo e teorias do ensino/aprendizagem - Metodologia para o ensino da Educação Música; História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som,partituras,timbre,voz,notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania e outros conceitos inerentes as atribuições do cargo.

SALA MULTIFUNCIONAL

Os diversos tipos de materiais e equipamentos eletrônicos e audiovisuais, sua manipulação, instalação e manutenção. Controle de uso dos equipamentos, fichas e relatórios. Materiais gráficos para exposição direta ou como matrizes de materiais projetáveis: cartazes, álbuns seriados, ilustração nos livros didáticos Elementos básicos de comunicação visual: aspectos técnicos e estéticos (composição, cores, textura, legendas, títulos e recursos simbólicos) . Materiais e instrumentos para a produção de transparências para retroprojetores, , diapositivos, fotografias, e as respectivas matrizes. Dimensões, proporções, formato, dimensões e proporções de matrizes gráficas para produção de slides. Habilidades indispensáveis a manipulação de instrumentos e equipamentos de produção de matrizes, slides e transparências. A imagem, o som e o texto. Princípios básicos de roteirização e gravação para audiovisuais montados (slides, DVD, vídeo). Habilidades necessárias a operação de instrumentos de apresentação de audiovisuais (projetores, gravadores de som, etc.). Computador e suas diversas utilidades como audiovisual: montador de matrizes, exibidor de slides, CD, DVD e programas educativos. Vídeo: tecnologia digital de vídeo, armazenamento e princípios de compressão; edição digital de vídeos; utilizando vídeo na multimídia. Informática Básica. Redes de computadores, Internet, Conceitos básicos (Fundamentos, software, hardware, memórias); Sistemas operacionais Windows (manipulação de arquivos, configurações básicas); Linux conceitos básicos; Microsoft Office(Word, Excel, PowerPoint, Access); Conhecimentos básicos de internet (browser, e-mail, www, ftp, chat), Backup, Antivírus, Compactadores e descompactadores. Execução de atividades afins, observando se a pratica do dia a dia.

ANEXO IV

REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2014 da Prefeitura Municipal de BELA VISTA DO TOLDO, inscrição número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte

Fonte nº _____ / Letra _____

b) () Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

g) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
CONCURSO PÚBLICO 001/2014- PM BELA VISTA DO TOLDO

Tipo de Recurso:

[] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[] 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório

[] 3 – Contra a classificação

[] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 212/2014

DECRETO Nº 212/2014 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS E NAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Em complemento ao disposto no art. 1º do Decreto nº 06/2014, de 20 de janeiro de 2014, serão considerados ponto facultativo os dias 24, 26, 29, 30 e 31 de dezembro de 2014 e 2 de janeiro de 2015, nos órgãos e nas entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Poder Executivo Municipal, ressalvados os serviços e as atividades de interesse público e aqueles que, por sua natureza essencial, cumprem turno especial de trabalho.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

COMUNICADO TP 228/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMUNICADO REFERENTE À TP 228/2014 PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio dessa, comunicar às empresas interessadas e participantes na TP 228/2014 PMB o seguinte exposto:

Foram mantidas, acerca da habilitação e inabilitação das empresas participantes no certame, as decisões da Comissão Permanente de Licitação.

Sendo assim, a abertura da proposta da empresa habilitada dar-se-á no dia 03/12/2014 às 14:00 horas, no Setor de Licitação da PMB.

Nada mais a expor.

Biguaçu, 28 de novembro de 2014

NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS

Presidente da Comissão de Licitação

TP 235/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 235/2014 PMB
OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA CARGA EM CILINDROS, PELAS GUARNIÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DO QUARTEL DE BOMBEIRO DE BIGUAÇU.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 12 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 12 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 1 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 242/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM PROFESSOR DE MÚSICA PARA REALIZAR ATIVIDADES COM OS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU NO CCI - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS.
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 12 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 12 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 1 de dezembro de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 250/2014 PMB
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM GERAL
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 15 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 15 dezembro, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.
Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 1 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR O SERVIÇO DE SOM VOLANTE PARA A DIVULGAÇÃO DAS CAMPANHAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:
Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 01/12/2014, às 13h59min do dia 12/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 12/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (12/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (12/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 01/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 28 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

PORTARIA Nº 2700/2014

PORTARIA nº 2700 de 28 de novembro de 2014
Exonera o(a) Servidor(a) Pâmella de Assunção, ocupante do cargo temporário de Professor II, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Pâmella de Assunção, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/11/2014.

Biguaçu, 28 de novembro de 2014.
JOAO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2675/2014

PORTARIA nº 2675 de 21 de novembro 2014
Admitir o (a) Servidor (a) FABIANA CONRADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA CONRADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/10/2014 a 19/12/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/10/2014.

Biguaçu, 21 de novembro de 2014.
JOSE CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO

PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA RADIOLOGIA PARA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 01/12/2014, às 15h59min do dia 12/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 12/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (12/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (12/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 01/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 28 de novembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.048/2014

LEI Nº 8.048, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE COMBATE À PIRATARIA E BIOPIRATARIA", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal de Combate à Pirataria e Biopirataria, a ser realizado, anualmente, no dia 3 de dezembro.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
25 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.049/2014

LEI Nº 8.049, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DA LEI Nº 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E Nº 7.847 DE 06 DE JUNHO DE 2013 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 19.077.000,00 (dezenove milhões, setenta e sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.3.90 (671) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Modalidade 4.4.90 (672) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

Fonte de Recursos 0124.00055

Atividade 02.01.04.122.0002.2003 - Manut. Ativ. Junta Militar

Modalidade 3.1.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0202 - Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 - Manut. Ativ. Controle Interno

Modalidade 3.1.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 - Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.3.91 (22) Aplicações Diretas

R\$ 21.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 - Manut. Ativ. Procon

Modalidade 3.1.90 (24) Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 - Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 - Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Modalidade 3.1.90 (34) Aplicações Diretas

R\$ 68.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 - Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 - Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (38) Aplicações Diretas

R\$ 55.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 - Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0002.2017 - Manut. Ativ. Administrativas Sede

Modalidade 3.1.90 (45) Aplicações Diretas

R\$ 559.000,00

Modalidade 3.1.91 (46) Aplicações Diretas

R\$ 104.000,00

Fonte de recursos 0100.00000

0502 - Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 - Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.1.90 (49) Aplicações Diretas

R\$ 67.000,00

Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 - Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas

R\$ 47.000,00

Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 - Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 - Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patr.

Modalidade 3.1.90 (55) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 - Manut. Ativ. Administr. Sefaz

Modalidade 3.1.90 (64) Aplicações Diretas

R\$ 118.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0602 - Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 - Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.3.90 (75) Aplicações Diretas

R\$ 166.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0702 - Diretoria de Planejamento de Governo

Atividade 07.02.04.121.0002.2272 - Manut. Ativ. Planej. Governo

Modalidade 3.1.90 (91) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0703 - Diretoria de Orçamento

Atividade 07.03.04.121.0002.2273 - Manut. Ativ. Orçamento

Modalidade 3.1.90 (94) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0705 - Diretoria de Captação de Recursos

Atividade 07.05.04.121.0002.2275 - Manut. Ativ. Captação de Recursos

Modalidade 3.1.90 (100) Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0707 - Diretoria de Tecnologia da Informação

Atividade 07.07.04.126.0002.2282 - Manut. Ativ. Tecnologia da Informação

Modalidade 3.1.90 (106) Aplicações Diretas

R\$ 102.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 - Administrativo do Gabinete

Atividade 08.01.04.131.0002.2029 - Manut. Ativ. Adm. Secom

Modalidade 3.1.90 (109) Aplicações Diretas

R\$ 19.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0802 - Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 - Manut. Ativ. de Divulg. Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (116) Aplicações Diretas

R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 - Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 - Manut. das Ativ. Adm. da Semed

Modalidade 3.3.90 (673) Aplicações Diretas

R\$ 63.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0903 - Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 - Const/Cobertura Quadras Esportivas

Modalidade 4.4.90 (146) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 - Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (151) Aplicações Diretas

R\$ 4.900.000,00

Modalidade 3.1.91 (152) Aplicações Diretas

R\$ 2.100.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 3.3.90 (664) Aplicações Diretas

R\$ 2.164.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 - Manut. Ativ. Ensino Fund. - Sal. Educ.

Modalidade 3.3.90 (158) Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0158.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil
Modalidade 3.3.90 (172) Aplicações Diretas
R\$ 340.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Modalidade 3.3.90 (663) Aplicações Diretas
R\$ 2.266.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2045 - Manut. Ativ. Educação Infantil - Salário Educação
Modalidade 3.3.90 (177) Aplicações Diretas
R\$ 88.000,00
Fonte de Recursos 0158.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2046 - Manut. Ativ. Ens. Educ. Básica - Fundeb/EI
Modalidade 3.1.90 (179) Aplicações Diretas
R\$ 2.000.000,00
Fonte de Recursos 0118.00000

10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1002 - Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil
Modalidade 3.3.90 (202) Aplicações Diretas
R\$ 115.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1004 - Diretoria de Projetos

Atividade 10.04.15.127.0012.2259 - Manut. Ativ. Projetos
Modalidade 3.1.90 (213) Aplicações Diretas
R\$ 19.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1005 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu

Atividade 10.05.15.127.0012.2260 - Manut. Ativ. Sist. Alerta - Alerta Blu
Modalidade 3.1.90 (219) Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00
Modalidade 3.3.90 (220) Aplicações Diretas
R\$ 139.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Atividade 11.02.15.451.0006.2050 - Manut. Ativ. Obras Conveniadas
Modalidade 3.1.90 (360) Aplicações Diretas
R\$ 118.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 - Diretoria de Regularização Fundiária

Atividade 12.01.16.482.0005.2283 - Manut. Ativ. Regulariz. Fundiária
Modalidade 3.1.90 (373) Aplicações Diretas
R\$ 47.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1202 - Diretoria de Habitação

Atividade 12.02.16.482.0005.2284 - Manut. Ativ. Habitação
Modalidade 3.1.90 (379) Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1203 - Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 - Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.1.90 (385) Aplicações Diretas
R\$ 257.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 - Diretoria de Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 - Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 3.1.90 (391) Aplicações Diretas
R\$ 296.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 4.4.90 (394) Aplicações Diretas
R\$ 250.000,00
Fonte de Recursos 0124.00054

1205 - diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2297 - Manut. Ativ. Atenção à Cça/Adolescente
Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas
R\$ 69.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 12.05.08.243.0004.2299 - Manut. Ativ. Conselhos Tutelares
Modalidade 3.1.90 (407) Aplicações Diretas
R\$ 56.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1206 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 - Manut. Ativ. Administrativo. Financ. Semudes
Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00
Modalidade 3.1.91 (413) Aplicações Diretas
R\$ 95.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 - Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.04.122.0002.2064 - Manut. Ativ. Administrativo. Seplan
Modalidade 3.1.90 (440) Aplicações Diretas
R\$ 24.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 13.01.15.451.0006.1163 - Estudos e Elaboração de Projetos
Modalidade 4.4.90 (445) Aplicações Diretas
R\$ 144.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1302 - Diretoria de Planejamento Urbano

Atividade 13.02.15.127.0005.2065 - Manut. Ativ. Planejamento Urbano
Modalidade 3.1.90 (448) Aplicações Diretas
R\$ 112.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1304 - Diretoria de Fiscalização

Atividade 13.04.15.125.0005.2261 - Manut. Ativ. Fiscalização
Modalidade 3.1.90 (455) Aplicações Diretas
R\$ 88.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1307 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos

Atividade 13.07.15.451.0005.2281 - Manut. Ativ. Desenv. Projetos
Atividade 3.1.90 (464) Aplicações Diretas
R\$ 97.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 - Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 - Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.1.90 (482) Aplicações Diretas

R\$ 137.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut.das Ativ.de Manut.de Bairros

Modalidade 3.3.90 (487) Aplicações Diretas

R\$ 522.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1404 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 - Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária

Modalidade 3.3.90 (501) Aplicações Diretas

R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1501 - Administrativo do Gabinete

Atividade 15.01.04.122.0002.2078 - Manut. Ativ. Administrativo. Sedec

Modalidade 3.1.90 (505) Aplicações Diretas

R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2081 - Manut. Ativ. Qualificação Profissional

Modalidade 3.3.90 (522) Aplicações Diretas

R\$ 27.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural

Modalidade 3.3.90 (542) Aplicações Diretas

R\$ 14.360,00

Modalidade 3.3.91 (543) Aplicações Diretas

R\$ 8.140,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (590) Aplicações Diretas

R\$ 105.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

18 - INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA

1801 - Administrativo Distrital do Grande Garcia

Atividade 18.01.04.122.0002.2124 - Manut. Ativ. Administrativo. Do Idigg

Modalidade 3.1.90 (604) Aplicações Diretas

R\$ 26.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

0201 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

0301 - Administrativo do Gabinete

Atividade 03.01.04.122.0002.2268 - Manut. Ativ. Administrativo. Gavice

Modalidade 3.1.90 (14) Aplicações Diretas

R\$ 130.000,00

Modalidade 3.1.91 (15) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0401 - Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.91 (20) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 - Diretoria de consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 - Manut. Ativ. Consult. Adm. Legisl.

Modalidade 3.1.90 (28) Aplicações Diretas

R\$ 380.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 - Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 - Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.1.90 (52) Aplicações Diretas

R\$ 210.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 - Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 - Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patr.

Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas

R\$ 95.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 - Diretoria Serv. Ouvidoria e Atendimento ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 - Manut. Ativ. Serv. Ouvid. Atend. Publ.

Modalidade 3.1.90 (61) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 - Diretoria de Receita

Atividade 06.02.04.129.0002.2023 - Manut. Ativ. Receita

Modalidade 3.1.90 (73) Aplicações Diretas

R\$ 220.000,00

Modalidade 3.1.91 (74) Aplicações Diretas

R\$ 65.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 - Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 - Manut. Ativ. Administrativas da Segg

Modalidade 3.1.90 (84) Aplicações Diretas

R\$ 7.000,00

Modalidade 3.1.91 (85) Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0706 - Diretoria de Custos

Atividade 07.06.04.121.0002.2276 - Manut. Ativ. de Custos

Modalidade 3.1.90 (103) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 - Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 - Manut. Ativ. Publicidade

Modalidade 3.1.90 (113) Aplicações Diretas

R\$ 140.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0803 - Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 - Manut. Ativ. Jornalismo

Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas

R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 09.01.12.122.0004.2035 - Manut. Ativ. Administrativas da Semed

Modalidade 3.1.90 (121) Aplicações Diretas

R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.01.12.271.0014.2238 - Manut. Concessão Benefícios de Aposentados e Pensionistas

Modalidade 3.1.90 (126) Aplicações Diretas

R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0903 - Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 - Construção/Ampliação/Reforma UEs

Modalidade 4.4.90 (140) Aplicações Diretas

R\$ 345.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 4.4.90 (143) Aplicações Diretas

R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0158.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2043 - Man. Des. Ens. Educ. Bás. - Fundeb/EF

Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas

R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Projeto 09.03.12.365.0004.1006 - Construção/Ampliação/Reforma CEIs

Modalidade 4.4.90 (166) Aplicações Diretas

R\$ 88.000,00

Fonte de Recursos 0158.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (169) Aplicações Diretas

R\$ 6.600.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 - Administrativo do Gabinete

Atividade 10.01.04.122.0002.2302 - Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci

Modalidade 3.1.90 (192) Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Modalidade 3.1.91 (193) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1002 - Diretoria de Defesa Civil

Atividade 10.02.06.182.0012.2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil

Modalidade 3.1.90 (200) Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1003 - Diretoria de Geologia, Análise e Riscos Naturais

Atividade 10.03.15.127.0012.2258 - Man. Ativ. Geol., Anal. e Risc. Nat.

Modalidade 3.1.90 (207) Aplicações Diretas

R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1101 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 11.01.04.122.0002.2277 - Manut. Ativ. Administrativo. Financ. Semob

Modalidade 3.1.90 (229) Aplicações Diretas

R\$ 390.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1102 - Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.00012.1101 - Exec. Obras Proj. Superv. p/ Prev. Enf. Miniz. Des. Nat.

Modalidade 4.4.90 (234) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.127.0012.1120 - Prev. e Errad. Risc. Amb. e Soc.

Modalidade 4.4.90 (236) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (238) Aplicações Diretas

R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0124.00054

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 - Exec. Pav. Terrap. Dren. em vias - Badesc

Modalidade 4.4.90 (239) Aplicações Diretas

R\$ 327.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1009 - Via Expressa - Acesso Br-470

Modalidade 4.4.90 (241) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1010 - Exec. Terrapl. Dren. Pav. Ruas

Modalidade 4.4.90 (244) Aplicações Diretas

R\$ 103.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1011 - Execução de Caçadas e Passeios

Modalidade 4.4.90 (248) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1012 - Projeto/Superv. Obras de cheias/Polder

Modalidade 4.4.90 (249) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 - Rotulas/Trevos/ Ilhas e Ciclovi

Modalidade 4.4.90 (253) Aplicações Diretas

R\$ 155.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1015 - Construção de Gabião
 Modalidade 4.4.90 (254) Aplicações Diretas
 R\$ 89.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1016 - Construção de Muros
 Modalidade 4.4.90 (256) Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1017 - Const/Inst/Retif. Galerias
 Modalidade 4.4.90 (257) Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1018 - Construção/Recup. Pontes e Passarelas
 Modalidade 4.4.90(259) Aplicações Diretas
 R\$ 7.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1070 - Complexo Viário do Badenfurt
 Modalidade 4.4.90 (261) Aplicações Diretas
 R\$ 53.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1073 - Const. Passarela Circ. Ciliar - Centro Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (266) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1074 - Imp. Corredores Exclusivos de Ônibus
 Modalidade 4.4.90 (268) Aplicações Diretas
 R\$ 200.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1080 - Dren/Pav. Ruas Bacia Rib. Fortaleza Etapa I Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (272) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Modalidade 11.02.15.451.0006.1081 - Dren/Pav. Ruas Bacia Rib. Fortaleza etapa II Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (274) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1083 - Dren/Pav. Ruas Bacia Rib. Fortaleza Etapa IV Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (278) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1084 - Dren/Pav. Ruas Bacia Rib. Fortaleza Etapa V Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (280) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1085 - Dren/Pav. Rua Antonio Treis Bacia Rib. Fortaleza/Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (282) Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1086 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. Fortaleza Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (284) Aplicações Diretas
 R\$ 737.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1088 - Const. Pontes da Bacia Rib. Velha Etapa I Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (286) Aplicações Diretas
 R\$ 555.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1089 - Constr. Pontes Bacia Rib. Velha Etapa II Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (288) Aplicações Diretas

R\$ 429.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1090 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. da Velha - Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (290) Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1091 - Constr. Pontes da Bacia Rib. Garcia Pac Drenagem
 Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas
 R\$ 245.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1093 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. Garcia Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (294) Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1095 - Constr. Pontes da Bacia do Rib. Itoupava Etapa II Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas
 R\$ 6.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1098 - Superv. Fiscal. Obras da Bacia do Rib. Fortaleza Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (300) Aplicações Diretas
 R\$ 235.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1099 - Super./Fisc. Obras Bacias Rib. Itoupava, Velha, Garcia Pac Dren.
 Modalidade 4.4.90 (302) Aplicações Diretas
 R\$ 44.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1103 - Sup/Proj/Cons. Term. Int. Norte/Oeste - Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (304) Aplicações Diretas
 R\$ 215.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1104 - Constr. Ponte da Rua Rodolfo Freygang Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (306) Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1105 - Sup/Proj/Ter/Dren/Pav. Ligação Rua Chile com Rep. Argentina Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Modalidade 4.4.90 (308) Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1137 - Exec. Obras Infra Est. Urb. Margem Esquerda Rio Itajaí Açu
 Modalidade 4.4.90 (317) Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1139 - Elab./Proj./Exec. obras Pav. Qualif. Vias Urb. Tran. Col. Pac2 3 Etapa
 Modalidade 4.4.90 (321) Aplicações Diretas
 R\$ 9.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1140 - Elab./Proj./Exec. Obras Sup/Qualif. Vias Urb. Estr. Pac2 3 Etapa
 Modalidade 4.4.90 (323) Aplicações Diretas
 R\$ 29.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1141 - Elab. Proj./Exec. Obras Sup/Qualif. Vias Urb. Áreas Resid. Pac2 3 Etapa
 Modalidade 4.4.90 (325) Aplicações Diretas
 R\$ 7.000,00
 Fonte de Recursos 0100.00000
 Projeto 11.02.15.451.0006.1142 - Elab.Proj/Super/Fisc/Asses. Tec. Obras Infra Estrutura

Modalidade 4.4.90 (327) Aplicações Diretas
R\$ 776.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1143 - Prog. Mob. Sustentável de Blumenau
Modalidade 4.4.90 (328) Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1146 - Constr. Galer. Transp. Córrego 7 de Maio - Bac. Rib. Fortaleza Pac Dren.
Modalidade 4.4.90 (331) Aplicações Diretas
R\$ 125.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1147 - Exec. Ver. e Rec. de Vias Públicas
Modalidade 4.4.90 (333) Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1148 - Elab/Pr/Exec. Obras Pav. Sup. Qualif. Rua Ewaldo Jansen - Pac Pav.
Modalidade 4.4.90 (336) Aplicações Diretas
R\$ 216.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1149 - Elab/Pr/Exec. Obras Pav. Sup. Qualif. Rua Vale do Selke - Pac Pav.
Modalidade 4.4.90 (338) Aplicações Diretas
R\$ 148.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1150 - Sup/Proj/Adequação Melhor. Corredor Sul Progr. Mob. Sust. Blumenau
Modalidade 4.4.90 (340) Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1152 - Central de Controle de Tráfego em Área Progr. Mob. Sust. Blumenau
Modalidade 4.4.90 (342) Aplicações Diretas
R\$ 13.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1155 - Implementação e Recuperação Acessos Viários do Município
Modalidade 4.4.90 (344) Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1156 - Limpeza, Desassoreamento e Proteção de Margens de Ribeirões
Modalidade 4.4.90 (347) Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1158 - Plano de Trabalho Téc.Social - PTTS
Modalidade 4.4.90 (353) Aplicações Diretas
R\$ 13.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Super/Proj./Melh/Ampl. Corredor Est. Norte Progr. Mob. Sust. Blumenau
Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas
R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1162 - Sup/Proj/Implant. Pav. Corredor Estr. Oeste Progr. Mob. Sust. Blumenau
Modalidade 4.4.90 (358) Aplicações Diretas
R\$ 38.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1103 - Diretoria de Apoio a Obras Internas
Atividade 11.03.15.451.0006.2051 - Manut. Ativ. Apoio a Obras Internas
Modalidade 3.1.90 (366) Aplicações Diretas
R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1104 - Diretoria de Obras
Projeto 11.04.15.451.0006.1022 - Exec. Obras Pav. e Dren. Sist. Mutirão
Modalidade 4.4.90 (369) Aplicações Diretas
R\$ 609.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 11.04.15.451.0006.2052 - Manut. Ativ. Obras
Modalidade 3.1.90 (370) Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
1303 - Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.
Atividade 13.03.15.127.0005.2066 - Manut. Ativ. Cart., Cadastro Mult. Inf.
Modalidade 3.1.90 (452) Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1305 - Diretoria de Planejamento Viário
Atividade 13.05.15.451.0005.2068 - Manut. Ativ. Planejamento Viário
Modalidade 3.1.90 (458) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1306 - Diretoria de Análise de Projetos
Atividade 13.06.15.125.0005.2069 - Manut. Ativ. Análise de Projeto
Modalidade 3.1.90 (461) Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
1401 - Diretoria Administrativa - Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 - Manut. Ativ. Administr. Financ. Sesur
Modalidade 3.1.91 (477) Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00
Modalidade 3.3.90 (478) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1402 - Diretoria de Serviços Urbanos
Atividade 14.02.15.452.0005.2075 - Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Modalidade 3.3.90 (483) Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1403 - Diretoria de Manutenção de Bairros
Atividade 14.03.15.451.0005.2077 - Manut. Ativ. Manut. Bairros
Modalidade 3.1.90 (486) Aplicações Diretas
R\$ 240.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 14.03.15.451.0013.1100 - Exec. Ac. p/ Rec. Inf. Est. Dec. Emerg. Cal. Púb.
Modalidade 4.4.90 (495) Aplicações Diretas
R\$ 167.000,00
Fonte de Recursos 0124.00055
Projeto 14.03.15.452.0005.1068 - Enrocamentos, Gabiões e Muros
Modalidade 4.4.90 (497) Aplicações Diretas
R\$ 77.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 14.03.15.452.0005.1069 - Exec. Terrapl./Drenagem/Pavim. Ruas

Modalidade 4.4.90 (498) Aplicações Diretas

R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1404 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 - Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária

Modalidade 3.1.90 (500) Aplicações Diretas

R\$ 59.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1502 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.1.90 (517) Aplicações Diretas

R\$ 130.000,00

Modalidade 3.1.91 (518) Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 15.02.11.334.0003.2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Modalidade 3.3.50 (525) Transf.a Inst.Priv.S/Fins Lucr.

R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural

Modalidade 3.1.90 (541) Aplicações Diretas

R\$ 118.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 - Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2098 - Manut. Ativ. Administr. Sector

Modalidade 3.1.90 (582) Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1602 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Modalidade 3.1.90 (589) Aplicações Diretas

R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

17 - INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 - Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 - Manut. Ativ. Administrativas da Idivi

Modalidade 3.1.90 (597) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 7.605.385,00 (sete milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 - Fundação Cultural de Blumenau

Projeto 23.01.13.392.0007.1064 - Const/Ref. Rest. Instalações Prediais

Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 - Manut. Ativ. Fundação

Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 23.01.13.392.0007.2306 - Preservação e Difusão de Acervo e Patrimônio Cultural.

Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

24 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.811.0009.2133 - Manut. Ativ. F.M.D.

Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas

R\$ 700.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade 25.01.18.542.0009.2137 - Manut. Ativ. Faema

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas

R\$ 17.076,00

Fonte de Recursos 0100.00000

27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE

2701 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.243.0004.2145 - Manut. Ações de Prevenção e Promoção de Crianças/Adolescente

Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 3.3.91 (12) Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 - Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 - Manut. Implem. Serv. Proteção Especial Alta Compl. C/Famílias

Modalidade 3.3.90 (56) Aplicações Diretas

R\$ 60.000,00

Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0152.00000

31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.272.0014.2239 - Manut. Concessão de Benefícios de Aposentados e Pensionistas

Modalidade 3.1.90 (3) Aplicações Diretas

R\$ 108.713,00

Fonte de Recursos 0102.00000

Atividade 31.01.10.301.0009.2173 - Assistência Farmacêutica Básica

Modalidade 3.3.90 (129) Aplicações Diretas

R\$ 1.082.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2180 - Teto Financeiro Mac

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas

R\$ 3.500.000,00

Fonte de Recursos 0165.00000

32 - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

<p>- SAMAE</p> <p>3203 - Diretoria Financeira</p> <p>Atividade 32.03.28.846.0000.0004 - Encargos Sociais e Econômicos - Samae</p> <p>Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 190.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>3204 - Diretoria Técnica</p> <p>Atividade 32.04.17.605.0005.2211 - Manut. Ativ. Projetos</p> <p>Modalidade 3.1.90 (26) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 100.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>3205 - Diretoria de Operações</p> <p>Atividade 32.05.17.452.0005.2208 - Man. Ativ. Coleta/Trat. e Dest. Final</p> <p>Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 700.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Atividade 32.05.17.605.0005.2210 - Manut. Sistema de Abastecimento Água</p> <p>Modalidade 3.3.90 (42) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 940.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE BNU - SETERB</p> <p>3302 - Diretoria Administrativo - Financeira</p> <p>Atividade 33.02.04.122.0002.2213 - Manut. Ativ. Adm. Financ. Seterb</p> <p>Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 20.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Atividade 33.02.28.846.0002.2215 - Exec.Sentenças Judic./Precat.do Seterb</p> <p>Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 62.596,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>3303 - Diretoria de Trânsito</p> <p>Atividade 33.03.06.125.0005.2217 - Manut. Ativ. Transito</p> <p>Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 20.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:</p> <p>11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS</p> <p>1102 - Diretoria de Obras Conveniadas</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1016 - Construção de Muros</p> <p>Modalidade 4.4.90 (256) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 99.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1017 - Constr/Instal/Retific. Galerias</p> <p>Modalidade 4.4.90 (257) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 199.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1018 - Construção/Recup. Pontes e Passarelas</p> <p>Modalidade 4.4.90(259) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 391.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1098 - Superv. Fiscal. Obras da Bacia do Rib. Fortaleza Pac Dren.</p> <p>Modalidade 4.4.90 (300) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 164.000,00</p>	<p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1105 - Sup/Proj./Ter/Dren/Pav. Ligação Rua Chile com Rep. Argentina Progr. Mob. Sust. Blumenau</p> <p>Modalidade 4.4.90 (308) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 108.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1138 - Elab./Proj/Exec. Pav. Sup. Qual. Rua Arnoldo Hemmer - Pac Pav.</p> <p>Modalidade 4.4.90 (319) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 334.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1150 - Sup/Proj/Adequação Melhor. Corredor Sul Progr. Mob. Sust. Blumenau</p> <p>Modalidade 4.4.90 (340) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 197.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1161 - Super/Proj./Mel/Amp. Corredor Est. Norte Progr. Mob. Sust. Blumenau</p> <p>Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 150.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Projeto 11.02.15.451.0006.1162 - Sup/Proj/Implant. Pav. Corredor Estr. Oeste Progr. Mob. Sust. Blumenau</p> <p>Modalidade 4.4.90 (358) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 160.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU</p> <p>2301 - Fundação Cultural de Blumenau</p> <p>Atividade 23.01.13.392.0007.2235 - Promoção de Eventos Culturais</p> <p>Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 45.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE</p> <p>2501 - Fundação Municipal do Meio Ambiente</p> <p>Projeto 25.01.18.541.0007.1046 - Reforma/Ampl.do Museu Fritz Muller</p> <p>Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 11.000,00</p> <p>Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 5.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>Atividade 25.01.18.541.0009.2136 - Manut. Parques Ecol. Áreas Protegidas</p> <p>Modalidade 4.4.90 (4) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 1.076,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE</p> <p>2701 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense</p> <p>Atividade 27.01.08.241.0010.2143 - Promoção do Idoso</p> <p>Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 50.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0100.00000</p> <p>29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</p> <p>2901 - Fundo Municipal de Assistência Social</p> <p>Atividade 29.01.08.244.0010.2150 - Manut. Impl. Apoio Adm. Gestão</p> <p>Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Diretas</p> <p>R\$ 70.000,00</p> <p>Fonte de Recursos 0152.00000</p> <p>31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</p> <p>3101 - Fundo Municipal de Saúde</p> <p>Projeto 31.01.10.301.0009.1052 - Obras do Progr. Invest. Da Rede de Serviços de Saúde</p>
---	--

Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas
R\$ 1.099,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade 31.01.10.301.0009.2167 - Manut. Ativ. Assist. e Gestão
Modalidade 3.1.90 (8) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0102.00000
Atividade 31.01.10.302.0009.2234 - Mac - Outros Procedimentos Vinculados
Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas
R\$ 3.500.000,00
Fonte de Recursos 0165.00000 P r o j e t o
31.01.10.304.0003.1054 - Impl. do Abrigo Municipal de Animais
Modalidade 3.3.90 (85) Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Modalidade 4.4.90 (86) Aplicações Diretas
R\$ 2.614,00
Fonte de Recursos 0102.00000

32 - SERVIÇOS AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
3202 - Diretoria Administrativa
Atividade 32.02.04.122.0005.2205 - Manut. Ativ. Administrativa do Samae
Modalidade 3.1.91 (15) Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
Modalidade 3.3.90 (16) aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3203 - Diretoria Financeira
Aplicação 32.03.04.123.0005.2206 - Manut. Ativ. Financ. Contábil do Samae
Modalidade 3.1.90 (18) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas
R\$ 90.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3204 - Diretoria Técnica
Projeto 32.04.17.605.0005.1058 - Ampl.Sistema de Abastec./Trat.de Água
Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3205 - Diretoria de Operações
Projeto 32.05.17.452.0005.1055 - Ampliação do Sistema de Resíduo Sólido
Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas
R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 32.05.17.452.0005.2208 - Manut. Ativ. Coleta/Trat.e Desti.Final
Modalidade 3.1.90 (31) Aplicações Diretas
R\$ 290.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 32.05.17.512.0005.1056 - Ampliação Sist. Tratamento de Esgoto
Modalidade 4.4.90 (34) Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 32.05.17.512.0005.2209 - Manut. Sist. Tratamento de Esgoto
Modalidade 3.1.90 (36) Aplicações Diretas
R\$ 250.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

33 - SERV. AUTON.MUN.DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SETERB
3302 - Diretoria Administrativo - Financeira
Projeto 33.02.26.122.0005.1059 - Revital. Terminais Urbanos e Rodov.
Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas
R\$ 33.596,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3304 - Diretoria de Transportes
Atividade 33.04.26.453.0005.2216 - Manutenção das Ativ. de Transporte
Modalidade 3.1.91 (32) Aplicações Diretas
R\$ 44.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 33.04.26.781.0002.1066 - Revitalização do Aeroporto Quero-Quero
Modalidade 4.4.90 (35) Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade: 01 - Diretoria de Expediente e Comunicação
Código: 02.01.04.122.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2014): R\$ 167.000,00

Ação: 2003 - Manut. Ativ. Junta Militar
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 28.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Controle Interno
Código: 02.02.04.124
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2006 - Manut. Ativ. Controle Interno
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 48.000,00

Órgão: 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
Unidade: 01 - Gabinete do Procurador Geral
Código: 04.01.03.091
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 21.000,00

Ação: 2303 - Manut. Ativ. Procom
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 60.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Contencioso Judicial
Código: 04.03.03.092
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2011 - Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 68.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
 Código: 04.04.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2013 - Manut. Ativ. Licitações e contratos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 55.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade: 01 - Administrativo do Governo
 Código: 05.01.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativo do Governo
 Ação: 2017 - Manut. Ativ. Administrativas da Sede
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 663.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Compras e Licitações
 Código: 05.02.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2018 - Manut. Ativ. Compras e Licitações
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 82.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Pessoal
 Código: 05.03.04.128
 Programa: 0002 - Gestão de Moderniz. Administrativa do Governo
 Ação: 2020 - Manut. das Ativ. de Pessoal
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 87.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Patrimônio
 Código: 05.04.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2021 - Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
 Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
 Código: 06.01.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2022 - Manut. Ativ. Administrativo da Sefaz
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 118.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Receita
 Código: 06.02.04.129
 Programa: 0002 - Gestão de Moderniz. Administrativa do Governo
 Ação: 2023 - Manut. Ativ. de Receita
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 166.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento de Governo
 Código: 07.02.04.121
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2272 - Manut. Ativ. Planej. Governo
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Orçamento
 Código: 07.03.04.121
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2273 - Manut. Ativ. Orçamento
 Produto: Elaboração do PPA/LDO/LOA
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Captação de Recursos
 Código: 07.05.04.121
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2275 - Manut. Ativ. Captação de Recursos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 7.000,00

Unidade: 07 - Diretoria de Tecnologia da Informação
 Código: 07.07.04.126
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2282 - Manut. Ativ. Tecnologia da Informação
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 102.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
 Código: 08.01.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2029 - Manut. Ativ. Administrativa da Secom
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 19.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Publicidade
 Código: 08.02.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2031 - Manut. Ativ. de Divulgação das Ações do Governo
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 - Diretoria Administrativo-Financeira
 Código: 09.01.12.122
 Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2035 - Manut. das Ativ. Administrativas da Smed
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 63.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Educação Básica
 Código: 09.03.12.361
 Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 1004 - Construção/Cobertura Quadras Esportivas

Produto: Quadra Construída/Coberta

Unidade: m2

Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 2041 - Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 9.164.000,00

Ação: 2042 - Manut. Ativ. Ensino Fundamental - Salário Educação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Código: 09.03.12.365.

Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 2.606.000,00

Ação: 2045 - Manut. Ativ. Educação Infantil - Salário Educação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 88.000,00

Ação: 2046 - Manut. Desenv. Ensino Educação Básica Fundeb/EI

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 2.000.000,00

Órgão: 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 02 - Diretoria de Defesa Civil

Código: 10.02.06.182

Programa: 0012 - Prevenção e Prepar.p/Emergências e Desastres

Ação: 2257 - Manut. das Ativ.de Defesa Civil

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2014): R\$ 115.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Projetos

Código: 10.04.15.127

Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 2259 - Manut. Ativ. Projetos

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 19.000,00

Unidade: 05 - Diretoria do Sistema de Alerta - Alerta Blu

Código: 10.05.15.127

Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 2260 - Manut. Ativ. Sistema de Alerta - Alerta Blu

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 164.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050

Ação: 2050 - Manut. Ativ. Obras Conveniadas

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 118.000,00

Órgão: 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 01 - Diretoria de Regularização Fundiária

Código: 12.01.16.482

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2283 - Manut. Ativ. Regularização Fundiária

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 47.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Habitação

Código: 12.02.16.482

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2284 - Manut. Ativ. Habitação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 70.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Proteção Especial

Código: 12.03.08.244

Programa: 0010 - Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2291 - Manut. Ativ. Proteção Especial

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 257.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Proteção Básica

Código: 12.04.08.244

Programa: 0010 - Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2293 - Manut. Ativ. Proteção Básica

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 296.000,00

Valor Vinculado (2014): R\$ 250.000,00

Unidade: 05 - Diretoria da Criança e do Adolescente

Código: 12.05.08.243

Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2297 - Manut. Ativ. Atenção à Criança e ao Adolescente

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 69.000,00

Ação: 2299 - Manut. Ativ. Conselhos Tutelares

Produto: conselho Mantido

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 56.000,00

Unidade: 06 - Diretoria Administrativo - Financeira

Código: 12.06.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2300 - Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Semudes

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 165.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 13.01.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2064 - Manut. Ativ. Administrativas da Seplan

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 24.000,00

Ação: 1163 - Estudos e Elaboração de Projetos

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 144.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento Urbano
Código: 13.02.15.127
Programa: 0005 - Morar com Qualidade
Ação: 2065 - Manut. Ativ. Planejamento Urbano
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 112.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Fiscalização
Código: 13.04.15.125
Programa: 0005 - Morar com Qualidade
Ação: 2261 - Manut. Ativ. Fiscalização
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 88.000,00

Unidade: 07 - Diretoria de Desenvolvimento de Projetos
Código: 13.07.15.451
Programa: 0005 - Morar com Qualidade
Ação: 2281 - Manut. Ativ. Desenvolvimento de Projetos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 97.000,00

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 02 - Diretoria de Serviços Urbanos
Código: 14.02.15.452
Programa: 0005 - Morar com Qualidade
Ação: 2075 - Manut. Ativ. Serviços Urbanos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 137.000,00

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 03 - Diretoria de Manutenção de Bairros
Código: 14.03.15.451
Programa: 0005 - Morar Com Qualidade
Ação: 2077 - Manut. Ativ. Manut. de Bairros
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 522.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária
Código: 14.04.15.452
Programa: 0005 - Morar com Qualidade
Ação: 2278 - Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
Código: 15.01.04.122
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2078 - Manut. Ativ. Administrativa da Sedec
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 4.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Código: 15.02.11.334
Programa: 0003 - Blumenau Sustentável
Ação: 2081 - Manut. Ativ. Qualificação Profissional
Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 27.500,00

Unidade: 03 - Diretoria de Desenvolvimento Rural
Código: 15.03.20.606
Programa: 0003 - Blumenau Sustentável
Ação: 2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 22.500,00

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento e Promoção
Código: 16.02.23.695
Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo
Ação: 2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 105.000,00

Órgão: 18 - INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
Unidade: 01 - Administrativo Distrital do Grande Garcia
Código: 18.01.04.122
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2124 - Manut. Ativ. Administrativa do Idigg
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 26.000,00

Órgão: 23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
Unidade: 01 - Fundação Cultural de Blumenau
Código: 23.01.13.392
Programa: 0007 - Cultivar e fortalecer Tradições e Culturas
Ação: 1064 - Const/Ref. Restauração de Instalações Prediais
Produto: Obra Executada
Unidade: m2
Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Ação: 2130 - Manut. Ativ. Fundação
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 20.000,00

Ação: 2306 - Prevenção e Difusão de Acervo e Patrimônio Cultural
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Órgão: 24 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Código: 24.01.27.811
Programa: 0009 - Vida Saudável
Ação: 2133 - Manut. das Ativ. da FMD
Produto: Modalidade Esportiva Fortalecida
Unidade: Modalidade Esportiva
Valor Próprio (2014): R\$ 700.000,00

Órgão: 25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
Unidade: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente
Código: 25.01.18.542.
Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 2137 - Manut. Ativ. Faema
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Vinculado (2014): R\$ 17.076,00

Órgão: 27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

Unidade: 01 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.243

Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2145 - Manut. Ações de Prev. e Promoção de Crianças e Adolescentes

Produto: Crianças e Adolescentes Assistidos

Unidade: Crianças/Adolescentes

Valor Próprio (2014): R\$ 35.000,00

Código: 27.01.08.244

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativo do Governo

Ação: 2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Órgão: 29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.244

Programa: 0010 - Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2159 - Manut. Imp. Serv. Proteção Especial Alta Compl. c/ Famílias

Produto: Família Atendida

Unidade: Família

Valor Próprio (2014): R\$ 70.000,00

Órgão: 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.272.

Programa: 0014 - Seguridade Social

Ação: 2239 - Manut. Concessão de Benefícios de Aposentados e Pensionistas

Produto: Aposentados/Pensionistas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 108.713,00

Código: 31.01.10.301

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 2173 - Assistência Farmacêutica Básica

Produto: Acesso Racional de Medicamentos a População

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 1.082.000,00

Código: 31.01.10.302

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 2180 - Teto Financeiro - Mac

Produto: usuários Sus Atendido

Unidade: Usuários

Valor Próprio (2014): R\$ 3.500.000,00

Órgão: 32 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 03 - Diretoria Financeira

Código: 32.03.28.846

Programa: 0000 - Operações Especiais

Ação: 0004 - Encargos Sociais e Econômicos - Samae

Produto: Entidade Beneficiada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 190.000,00

Unidade: 04 - Diretoria Técnica

Código: 32.04.17.605

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2211 - Manut. Ativ. Projetos

Produto: Estudos/Projetos Atendidos

Unidade: Percentual

Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Operações

Código: 32.05.17.452

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2208 - Manut. Ativ. Coleta/Tratamento e Destinação Final

Produto: Lixo Coletado

Unidade: toneladas

Valor Próprio (2014): R\$ 700.000,00

Código: 32.05.17.605

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2210 - Manut. Sistema de Abastecimento Água

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 940.000,00

Órgão: 33 - SERV. AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

Unidade: 02 - Diretoria Administrativo - Financeira

Código: 33.02.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2213 - Manut. Ativ. Financ. Seterb

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 20.000,00

Código: 33.02.28.846

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2215 - Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios do Seterb

Produto: Sentenças/Precatórios

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 62.596,00

Unidade: 03 - Diretoria de Trânsito

Código: 33.03.06.125

Programa: 0005 - Morar Com Qualidade

Ação: 2217 - Manut. Ativ. Trânsito

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 20.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I - Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2002 - Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Órgão: 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 03.01.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2268 - Manut. Ativ. Administrativas do Gavice

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 145.000,00

Órgão: 04 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
 Unidade: 01 - Gabinete do Procurador Geral
 Código: 04.01.03.091
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2009 - Manut. Ativ. Gabinete do Procurador
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
 Código: 04.02.03.091
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2010 - Manut. Ativ. Consultoria Administrativa e Legislativa
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 380.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 Unidade: 03 - Diretoria de Pessoal
 Código: 05.03.04.128
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2020 - Manut. Ativ. Pessoal
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 210.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Patrimônio
 Código: 05.04.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2021 - Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patrimônio
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 95.000,00

Unidade: 05 - Diretoria Serv. Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Código: 05.05.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2269 - Manut. Serv. Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
 Unidade: 02 - Diretoria de Receita
 Código: 06.02.04.129
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2023 - Manut. Ativ. Receita
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 285.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
 Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
 Código: 07.01.04.121
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2271 - Manut. Ativ. Administrativa da Segg
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Unidade: 06 - Diretoria de Custos
 Código: 07.06.04.121

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2276 - Manut. Ativ. Custos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
 Unidade: 02 - Diretoria de Publicidade
 Código: 08.02.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2030 - Manut. Ativ. Publicidade
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 140.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Jornalismo
 Código: 08.03.04.131
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2270 - Manut. Ativ. Jornalismo
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 50.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade: 01 - Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 09.01.12.122
 Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2035 - Manut. Ativ. Administrativas da Samed
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 400.000,00

Código: 09.01.12.271
 Programa: 0014 - Seguridade Social
 Ação: 2238 - Manut. Concessão Benefícios de Aposentados e Pensionistas
 Produto: Aposentados e Pensionistas
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 150.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Educação Básica
 Código: 09.03.12.361
 Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 1003 - Construção/Ampliação/Reforma UEs
 Produto: Obra/Escola
 Unidade: M2
 Valor Próprio (2014): R\$ 545.000,00

Ação: 2043 - Manut. Desenv. Ensino de Educação Básica - Fundeb/EF
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 2.000.000,00

Código: 09.03.12.365
 Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 1006 - Construção/Ampliação/Reforma CEIs
 Produto: Obra/CEIs
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 88.000,00

Ação: 2044 - Manut. Ativ. Educação Infantil
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 6.600.000,00

Órgão: 10 - SACRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
 Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
 Código: 10.01.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2302 - Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 50.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Defesa Civil
 Código: 10.02.06.182
 Programa: 0012 - Prevenção e Preparação p/Emergências e Desastres

Ação: 2257 - Manut. Ativ. Defesa Civil
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 25.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Geologia, Analise e Riscos Naturais
 Código: 10.03.15.127
 Programa: 0012 - Prevenção e Preparação p/Emergências e Desastres

Ação: 2258 - Manut. Ativ. Geologia, Analise e Riscos Naturais
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 40.000,00

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
 Unidade: 01 - Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 11.01.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2277 - Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Semob
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 390.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas
 Código: 11.02.06.182
 Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
 Ação: 1101 - Exec. Obras Proj. Sup. p/ Enf. Min. Desastres Naturais
 Produto: Obra Executada
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Código: 11.02.15.127
 Programa: 0012 - Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres
 Ação: 1120 - Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais
 Produto: Ação Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 260.000,00

Código: 11.02.15.451
 Programa: 0006 - Blumenau 2050
 Ação: 1008 - Execução de Pav. Terrapl.em Vias - Badesc
 Produto: Pavimentação/Drenagem de vias
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 327.000,00

Ação: 1009 - Via Expressa - Acesso Br 470
 Produto: Acesso Br 470
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1010 - Exec. de Terrapl.Drenagem e Pav. de Ruas
 Produto: Obra Infra Estrutura
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 103.000,00

Ação: 1011 - Execução de Calçadas e Passeios
 Produto: calçada/passeio
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1012 - Projetos/Superv.e Obras Contenção de Cheias/Pol-ders
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1013 - Rotulas/Trevos/Ilha e Ciclovias
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 155.000,00

Ação: 1015 - Construção de Gabião
 Produto: Gabião Construído
 Unidade: m3
 Valor Próprio (2014): R\$ 89.000,00

Ação: 1016 - Construção de Muros
 Produto: Muros construídos
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Ação: 1017 - Const/Inst/Ret. de Galerias
 Produto: Galeria Construída/Instalada
 Unidade: metro
 Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Ação: 1018 - Construção/Recuperação de Pontes e Passarelas
 Produto: Ponte Construída/Reformada
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 398.000,00

Ação: 1070 - Complexo Viário do Badenfurt
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 53.000,00

Ação: 1073 - Const. Passarela Circ. Ciliar-Centro Prog. Mob. Sust. Blumenau
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1074 - Implementação de Corredores Exclusivos de Ônibus
 Produto: Obra Executada
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Ação: 1080 - Dren/Pav. de Ruas - Bac. Rib. Fortaleza Etapa I Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1081 - Dren/Pav. Ruas - Bac. Rib. Fortaleza Etapa II Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1083 - Dren/Pav. de Ruas - Bac.Rib.Fortaleza Etapa IV Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1084 - Dren/Pav. de Ruas - Bac.Rib.Fortaleza Etapa V Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1085 - Dren/Pav. R. Antonio Treis - Bac. Rib. Fortaleza Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 2.000,00

Ação: 1086 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. Fortaleza Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 737.000,00

Ação: 1088 - Constr. Pontes da Bacia Rib. Da Velha Etapa I Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014) R\$ 555.000,00

Ação: 1089 - Constr. Pontes da Bacia Rib. Da Velha Etapa II Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 429.000,00

Ação: 1090 - Limpeza e Desassoreamento do Rib. da Velha Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Ação: 1091 - Const. de Pontes da Bac. Rib. Garcia - Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 245.000,00

Ação: 1093 - Limpeza e Dessassoriamento do Rib. Garcia Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 15.000,00

Ação: 1095 - Const. Pontes da Bacia do Rib. Itoupava Etapa II Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 6.000,00

Ação: 1098 - Superv/Fiscal. Obras da Bacia Rib. Fortaleza Pac Drenagem
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 399.000,00

Ação: 1099 - Sup/Fisc. Obras Bacia Rib. Itoupava, Velha, Garcia Pac Dren.
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 44.000,00

Ação: 1103 - Sup/Proj/Const. Term. Int. Norte/Oeste - Prog. Mob. Sust. Bnu
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 215.000,00

Ação: 1104 - Constr.Ponte da Rua Rodolfo Freygang Progr.Mob. Sust. Blumenau
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1105 - Sup. Proj. Ter. Dren. Pav. Lig. Chile c/ Rep. Arg. Prog. Mob. Sust. de Blumenau
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 109.000,00

Ação: 1137 - Exec. Obras Infra Est. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 50.000,00

Ação: 1138 - Elab/Proj/Exec. Ob. Pav. Sup. Qual. R. Arnaldo Hemmer - Pac Pav
 Produto: Pavimentação de rua
 Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 334.000,00

Ação: 1139 - Elab/Proj/Exec.Obras Pav.Qual.Vias Urb.Transp.Col. Pac2 3aEtapa
 Produto: Projeto,Execução Supervisão e Qualificação

Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 9.000,00

Ação: 1140 - Elab/Proj/Exec.Obras Sup.Qualif.Vias Urb.Estr.pac2 3ª Etapa
 Produto: Projeto,Execução Supervisão e Qualificação
 Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 29.000,00

Ação: 1141 - Elab/Proj/Exec.Obras Sup.Qualif.Vias Urb.Areas Resid.Pac2 3aE
 Produto: Projeto,Execução Supervisão e Qualificação
 Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 7.000,00

Ação: 1142 - Elab.Proj/Sup/Fisc./Asses.Técnica Obras Infra Estrutura
 Produto: Projeto,Execução,Supervisão,Fiscalização, Assessoramento Técnico
 Unidade: mes
 Valor Próprio (2014): R\$ 776.000,00

Ação: 1143 - Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau
 Produto: Ação executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 10.000,00

Ação: 1146 - Const. Gal. Transp. Cor. 7 Maio Bac. Rib. Fortaleza Pac Dren.
 Produto: Galeria Construída
 Unidade: metro
 Valor Próprio (2014): R\$ 125.000,00

Ação: 1147 - Execução de Revitalização e Recuperação de Vias Públicas
 Produto: Revitalização
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1148 - Elab.Proj/Exec.Obras Pav.Sup.Qualif.R.Ewald Jansen - Pac Pav
 Produto: pavimentação de rua
 Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 216.000,00

Ação: 1149 - Elab.Proj.Exec.Obras Pav.Sup.Qualif.R.Vale do Selke - Pac Pav
 Produto: pavimentação de rua
 Unidade: m
 Valor Próprio (2014): R\$ 148.000,00

Ação: 1150 - Sup. Proj. Adeq. Mel. Corredor Sul Prog. Mob. Sust. de Bnau
 Produto: Supervisão, Projeto e Obra Executada
 Unidade: Km
 Valor Próprio (2014): R\$ 198.000,00

Ação: 1152 - Central de Controle de Tráfego em Área - Programa de Mob. Sust. Blumenau
 Produto: controle de tráfego
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 13.000,00

Ação: 1155 - Implementação e Recup. Acessos Viários do Município
 Produto: Obra concluída
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1156 - Limpeza, Dessassoriamento e Proteção de Margens de Ribeirões
 Produto: Obra concluída
 Unidade: km
 Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Ação: 1158 - Plano de Trabalho Técnico Social - PTTS
 Produto: serviços
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 13.000,00

Ação: 1161 - Superv/Proj/Melh./Ampl.Corredor Est.Norte Progr. Mob.
 Produto: Supervisão, projeto e Obra Executada
 Unidade: Km
 Valor Próprio (2014): R\$ 151.000,00

Ação: 1162 - Sup/Proj/Impl.Pav.Corredor Estr.Oeste Progr.Mob. Sust. Blumenau
 Produto: Supervisão, Projeto e Obra Executada
 Unidade: metros
 Valor Próprio (2014): R\$ 198.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Apoio a Obras Internas
 Código: 11.03.15.451
 Programa: 0006 - Blumenau 2050
 Ação: 2051 - Manut. Ativ. Apoio a Obras Internas
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 60.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Obras
 Código: 11.04.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050
 Ação: 1022 - Execução de Obras de Pavim.e Drenagem - Sistema Mutirão
 Produto: Obra de Mutirão
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 609.000,00

Ação: 2052 - Manut. Ativ. Obras
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 90.000,00

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
 Unidade: 03 - Diretoria de Cartografia, Cadastro Multif. E Inform.
 Código: 13.03.15.127
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2066 - Manut. Ativ. Cartografia, Cadastro Multif. Inform.
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 20.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Planejamento Viário
 Código: 13.05.15.451
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2068 - Manut. Ativ. Planejamento Viário
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Unidade: 06 - Diretoria de Análise de Projetos
 Código: 13.06.15.125
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2069 - Manut. Ativ. Análise de Projetos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 30.000,00

Órgão: 14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
 Unidade: 01 - Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 14.01.04.122
 Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativo do Governo
 Ação: 2279 - Manut. Ativ. Administrativa Financeira da Sesur
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 110.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Serviços Urbanos
 Código: 14.02.15.452
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2075 - Manut. Ativ. Serviços Urbanos
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Manutenção de Bairros
 Código: 14.03.15.451
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2077 - Manut. Ativ. Manut. Bairros
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 240.000,00

Programa: 0013 - Programa S.O.S Blumenau
 Ação: 1100 - Exec. Ações p/ Rec. Infra-Est. Dec. Emerg./Cal. Pública
 Produto: Ação Executada
 Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 167.000,00

Código: 14.03.15.452

Programa: 0005 - Morar Com Qualidade

Ação: 1068 - Enrocamentos, Gabiões e Muros

Produto: Obra Executada

Unidade: m3

Valor Próprio (2014): R\$ 77.000,00

Ação: 1069 - Exec. Terrap/Dren/Pav. de Ruas

Produto: Obra Executada

Unidade: metros

Valor Próprio (2014): R\$ 80.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Código: 14.04.15.452

Programa: 0005 - Morar com Qualidade

Ação: 2278 - Manut. Ativ. Iluminação Pública e Sinalização Viária

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 59.000,00

Órgão: 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 02 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Código: 15.02.11.334

Programa: 0003 - Blumenau Sustentável

Ação: 2080 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Economico

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 155.000,00

Ação: 2084 - Apoio Financeiro ao Instituto Gene

Produto: Empresas Incubadas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 50.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Código: 15.03.20.606

Programa: 0003 - Blumenau Sustentável

Ação: 2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 118.000,00

Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete

Código: 16.01.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2098 - Manut. Ativ. Administrativa Sector

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 30.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Planejamento e Promoção

Código: 16.02.23.695

Programa: 0008 - Fortalecer o Turismo

Ação: 2280 - Manut. Ativ. Planejamento e Promoção

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 8.000,00

Órgão: 17 - INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

Unidade: 01 - Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Código: 17.01.04.122

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2122 - Manut. Ativ. Administrativas da Idivi

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 20.000,00

Órgão: 23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Unidade: 01 - Fundação Cultural de Blumenau

Código: 23.01.13.392

Programa: 0007 - Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 2235 - Promoção de Eventos Culturais

Produto: Eventos Realizados

Unidade: Eventos

Valor Próprio (2014): R\$ 45.000,00

Órgão: 25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Código: 25.01.18.541

Programa: 0007 - Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 1046 - Reforma/Ampliação do Museu Fritz Muller

Produto: Museu Reformado/Ampliado

Unidade: m2

Valor Próprio (2014): R\$ 16.000,00

Código: 25.01.18.541

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 2136 - Manut. Parques Ecológicos e Áreas Protegidas

Produto: Parques Ecológicos/Áreas Protegidas Mantidas

Unidade: Hectares

Valor Próprio (2014): R\$ 1.076,00

Órgão: 27 - FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE

Unidade: 01 - Fundação DO Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.241

Programa: 0010 - Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2143 - Promoção do Idoso

Produto: Idoso Atendido

Unidade: Idosos

Valor Próprio (2014): R\$ 50.000,00

Órgão: 29 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.244

Programa: 0010 - Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2150 - Manut. Impl. Apoio Adm. Gestão

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 70.000,00

Órgão: 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 1052 - Obras do Progr. Invest. Da Rede de Serviços de Saúde

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Próprio (2014): R\$ 1.099,00

Ação: 2167 - Manut. Ativ. Assist. e Gestão

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Código: 31.01.10.302

Programa: 0009 - Vida Saudável

Ação: 2234 - Mac Outros Proced. Vinculados

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 3.500.000,00

Código: 31.01.10.304
 Programa: 0003 - Blumenau Sustentável
 Ação: 1054 - Impl. Do Abrigo Municipal de Animais
 Produto: Animais Atendidos
 Unidade: m2
 Valor Próprio (2014): R\$ 7.614,00

Órgão: 32 - SERVIÇO AUTOMONO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 02 - Diretoria Administrativa
 Código: 32.02.04.122
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2205 - Manut. Ativ. Administrativa do Samae
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 400.000,00

Unidade: 03 - Diretoria Financeira
 Código: 32.03.04.123
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 2206 - Manut. Ativ. Financ. Contábil do Samae
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 190.000,00

Unidade: 04 - Diretoria Técnica
 Código: 32.04.17.605
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 1058 - Ampliação do Sistema de Abastecimento/Tratamento de água
 Produto: Distribuição Água Tratada
 Unidade: Percentual
 Valor Próprio (2014): R\$ 100.000,00

Unidade: 05 - Diretoria de Operações
 Código: 32.05.17.452
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 1055 - Ampliação do Sistema de Resíduo Sólidos
 Produto: Sistema Ampliado
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 500.000,00

Ação: 2208 - Manut. Ativ. Coleta/Tratamento e Destinação Finanl
 Produto: Lixo Coletado
 Unidade: tonelada
 Valor Próprio (2014): R\$ 290.000,00

Código: 32.05.17.512
 Programa: 0005 - Morar com Qualidade
 Ação: 1056 - Ampliação Sistema Tratamento de Esgoto
 Produto: Esgoto Tratado
 Unidade: Percentual
 Valor Próprio (2014): R\$ 200.000,00

Ação: 2209 - Manut. Sist. Tratamento de Esgoto
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 250.000,00

Órgão: 33 - SERV. AUTON.MUN.DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 02 - Diretoria Administrativo - Financeira
 Código: 33.02.26.122
 Programa: 0005 - Morar Com Qualidade
 Ação: 1059 - Revit. Terminais Urbanos e Rodoviários
 Produto: Terminal Urbano/Rodoviário Revitalizado
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2014): R\$ 33.596,00

Unidade: 04 - Diretoria de Transportes

Código: 33.04.26.453

Programa: 0005 - Morar Com Qualidade

Ação: 2216 - Manutenção das Atividades de Transporte

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2014): R\$ 44.000,00

Código: 33.04.26.781

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1066 - Revitalização do Aeroporto Quero-Quero

Produto: Aeroporto Revitalizado

Unidade: Proj. Executado

Valor Próprio (2014): R\$ 5.000,00

Art. 7º Ficam diminuídas no Anexo II da Lei Municipal nº 7.847, de 06 de junho de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2014, as seguintes ações:

Órgão: 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 - Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451

Programa: 0006 - Blumenau 2050

Ação: 1011 - Execução de Calçadas e Passeios

Und. Medida: m2

Qde: 75,00

Órgão: 25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Código: 25.01.18.541

Programa: 0007 - Cultivar e Fortalecer Tradições e Culturas

Ação: 1046 - Reforma/Ampl.do Museu Fritz Muller

Und. Medida: m2

Qde: 50,00

Órgão: 33 - SERV. AUT. MUN.DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 04 - Diretoria de Transportes

Código: 33.04.26.781

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1066 - Revitalização do Aeroporto Quero-Quero

Und. Medida: Projeto Executado

Qde: 1,00

Art. 8º Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, a partir do dia 22 de dezembro de 2014, à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício de 2014, inclusive remanejar os saldos disponíveis entre órgãos da administração direta e indireta do Município, com base no art. 43, parágrafo 1º, III, da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo Único - Os créditos adicionais suplementares que trata o caput do art. 8º serão abertos exclusivamente para atender as despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e econômicos, pagamento de dívida interna e externa e precatórios, limitados a 5,0% da Receita Corrente Líquida Consolidada do exercício financeiro de 2014.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
 em 27 de novembro de 2014.

NAPOLEÃO BERNARDES
 Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 948/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 948, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 721, DE 21 DE AGOSTO DE 2009, QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam incluídos na Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, os seguintes artigos:

"Art. 3º-A O PROCON poderá celebrar Termos de Ajustamento de Conduta - TAC com fornecedores, na forma do §6º do art. 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e do Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Parágrafo único. Somente será celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta se as multas aplicadas forem superiores a dez mil reais.

Art. 3º-B Nos Termos de Ajustamento de Conduta, será fixada multa pelo descumprimento de suas cláusulas na importância de cinquenta por cento do valor da multa aplicada nos processos administrativos.

Parágrafo único. O PROCON poderá fixar, excepcionalmente, valores diferenciados para a multa de descumprimento prevista neste artigo, considerando a quantidade de processos do mesmo fornecedor, o valor do somatório das multas aplicadas nos respectivos processos administrativos incluídos no TAC, o porte econômico da empresa, bem como as demais circunstâncias previstas para o cálculo da multa."

Art. 2º Ficam incluídos os §§ 3º, 4º e 5º no art. 20 da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 20 [...]

[...]

§3º A multa será reduzida em vinte por cento caso ocorra o pagamento no prazo de trinta dias após o recebimento da intimação de imposição da penalidade.

§4º Por ocasião da celebração do TAC, o PROCON poderá conceder desconto de até sessenta por cento do valor da multa, condicionado ao cumprimento, pelo fornecedor, das cláusulas ajustadas no termo.

§5º Havendo conveniência administrativa, o valor da multa poderá ser convertido em obrigação compensatória proporcional ao valor da penalidade aplicada, consistente na doação de bens permanentes para o reaparelhamento do PROCON, que integrarão o patrimônio público do órgão de proteção."

Art. 3º Fica revogado o inciso XV, do art. 3º, da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2014.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.254/2014

PORTARIA Nº 18.254, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.
SUSPENDE OS PRAZOS DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E DE SINDICÂNCIAS QUE TRAMITAM PERANTE AS COMISSÕES QUE MENCIONA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, inciso II, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

SUSPENDER,
no período de 22 de dezembro de 2014 à 02 de janeiro de 2015, os prazos dos processos administrativos e de sindicâncias que tramitam perante a 1ª, a 2ª e a 3ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar e na Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 25 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.262/2014

PORTARIA Nº 18.262, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SHEILA CABRAL E SILVA AMORIM.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal SHEILA CABRAL E SILVA AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 11 de setembro de 2014, conforme Processo Administrativo nº 8887/11/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.263/2014

PORTARIA Nº 18.263, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DISPENSAR
os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, das seguintes funções gratificadas de confiança:

PEDRO HENRIQUE WIEDERKEHR MIEHE, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Empenho e Pagamento, FGC-50%, designado pela Portaria nº 17.266, de 18/09/2013, no dia 31 de outubro de 2014;

CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, FGC-50%, designada pela Portaria nº 17.552, de 14/02/2014, no dia 31 de outubro de 2014;

EMERSON FIGUEIREDO SOUZA, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Financeiro e Contábil, FGC-80%, designado pela Portaria nº 16.875, de 12/04/2013, no dia 31 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.264/2014

PORTARIA Nº 18.264, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo relacionados, ocupantes de cargos de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, para o exercício das seguintes Funções Gratificadas de Confiança, constantes do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013:

PEDRO HENRIQUE WIEDERKEHR MIEHE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Coordenador Financeiro Contábil, FGC-80%, no dia 01 de novembro de 2014;

CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a função de Coordenador de Empenho e Pagamento, FGC-50%, no dia 01 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU,
em 27 de novembro de 2014.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

1º TA CONTRATO Nº 014/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 014/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de um galpão industrial, situado no Município de Blumenau/SC, Rua Franz Volles, n.º 145, Bairro Itoupava Central, destinada ao funcionamento do "CIAD - Centro Integrado de Armazenagem e Distribuição".

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-179, de 06 de setembro de 2013.

PREÇO: Renova também o valor pago pela locação que se mantém em R\$ 9.199,20 (nove mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 110.390,40 (cento e dez mil, trezentos e noventa reais e quarenta centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015.

DATA: 14 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 121/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 121/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

(FMD)

E A

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

OBJETO: Locação das instalações esportivas do complexo Esportivo Bernardo Werner, com todas as infraestruturas necessárias - incluso de sanitários e estacionamento.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 71/2014

PREÇO: A Fundação compromete-se em pagar o valor de R\$ 204.298,90 (duzentos e quatro mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos).

PRAZO: Este contrato terá a vigência a contar de 18 de maio até o dia 31 de dezembro de 2014.

DATA: 03 de junho de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 193//2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 193/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA IGUATEMI SC RIBEIRÃO FORTALEZA.

OBJETO: Serviços técnicos de Gerenciamento, Controle e Apoio

à Fiscalização das Obras do PAC Drenagem da Bacia do Ribeirão Fortaleza que compreende as obras: Melhoria do Escoamento do Ribeirão Fortaleza e Galeria de Transposição da Rua Gustavo Lueders, Município de Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 008/14.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 523.177,44 (quinhentos e vinte e três mil cento e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

PRAZO: A vigência do contrato será de 14 (quatorze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 18 de agosto de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 214/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 214/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A.

OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva em 02 (dois) elevadores marca Thyssenkrup, instalados no prédio da Policlínica de Referência e Especialidades Lindolf Bell, com fornecimento de materiais e peças.

FUNDAMENTO LEGAL: Presencial nº. 078/2014.

PREÇO: O valor total do contrato será de R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais)

PRAZO: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 17 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 216/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 216/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

TRANSGERASUL EVENTOS LTDA. - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para a locação de geradores de energia para a 31ª edição da OKTOBERFEST e para a SOMMERFEST 2015.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 124/2014.

PREÇO: Item 01: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais) - 01 (um) gerador para o palco da 31ª Oktoberfest; Item 02: R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais) - 01 (um) gerador para o palco do Setor 01 e Biergarten para a Sommerfest/2015; Item 03: R\$ 2.353,33 (dois mil, trezentos e cinquenta e três reais e trinta e três centavos) - 02 (dois) geradores para as catracas da 31ª Oktoberfest; Item 04: R\$ 1.993,33 (mil, novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) - 02 (dois) geradores para as catracas da Sommerfest/2015.

PRAZO: O prazo da vigência contratual terá início a contar da data de assinatura do instrumento contratual e vencerá no dia 13 de fevereiro de 2015.

DATA: 17 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 221/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº 221/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO

EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE.

OBJETO: Contratação de agente de integração para recrutar, selecionar, administrar o Programa de Estágio da Administração Municipal de Blumenau, suas Fundações e Autarquias.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-203-14, de 16 de setembro de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de: Mensal unitário por estagiário de nível médio R\$ 12,40; Mensal por estagiário de nível superior R\$ 14,00; Valor estimado mensal: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); Valor total estimado: R\$ 64.840,39 (sessenta e quatro mil oitocentos quarenta reais, trinta e nove centavos).

PRAZO: O prazo do contrato decorrente deste Pregão é de 12 (doze) meses, a contar dia 28 de agosto de 2014.

DATA: 22 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 220/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 220/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS

DOS VALES DO ITAJAÍ E ITAPOCU E DO LITORAL DE SANTA CATARINA

- SICOOB BLUCREDI SC.

OBJETO: Instituição Bancária ou Cooperativa de Crédito, autorizadas pelo Banco Central, para execução da Gestão Financeira das edições da Oktoberfest 2014, 2015, 2016 e 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-018/14.

PREÇO: O valor total dos serviços contratados é de R\$ 1.549.148,88 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

PRAZO: A vigência do contrato será de 04 (quatro) anos, contados da assinatura contratual.

DATA: 22 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 222/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 222/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar, com o fornecimento de parte dos gêneros alimentícios e demais insumos (material de limpeza, descartáveis, gás, entre outros), armazenamento, preparo e distribuição nos locais de consumo, ou transporte da alimentação da alimentação no caso de necessidade específica logística, supervisão, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, provisão e reposição pela depreciação dos equipamentos, utensílios e móveis utilizados, limpeza e conservação das áreas abrangidas, bem como ações de educação alimentar e nutricional, para atender ao Programa de Alimentação Escolar nas Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal de Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 017/14.

PREÇO: O preço total dos serviços ora contratado é de R\$ 7.666.036,60 (sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trinta e seis reais e sessenta centavos).

PRAZO: A vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

DATA: 23 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 223/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 223/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

GLOBALFER SERRALHERIA LTDA. ME.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços para montagem e instalação de estrutura metálica em ferro galvanizado a fogo, pintura eletrostática das partes metálicas e cobertura de polipropileno.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-171/2014, de 11 de agosto de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 54.798,52 (cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: O presente contrato terá vigência pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua assinatura.

DATA: 25 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 224/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 224/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. ALUISIO DEPINÉ.

OBJETO: Locação de 01 (uma) casa de alvenaria, situada na cidade de Blumenau, Rua Jean Romain Bonnemason, nº. 70, destinada ao funcionamento de serviços de avaliação da saúde mental, farmácia e uma sala para projeto de geração de renda.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-200/2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 2.266,74 (dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 27.200,88 (vinte e sete mil, duzentos reais e oitenta e oito centavos).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 04 de agosto de 2014 até 03 de agosto de 2015.

DATA: 26 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 225/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 225/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO RENAL VIDA.

OBJETO: Credenciamento para a realização de procedimentos em diálise e hemodiálise, com códigos/descrições, instrumento de registro e valores constantes na tabela SIGTAP - SIA/SUS, a ser prestado pelo credenciado aos Usuários Do Sistema Único De Saúde - SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-132/2014.

PREÇO: Estima-se em R\$ 377.167,14 (trezentos e setenta e sete mil, cento e sessenta e sete reais e quatorze centavos) os gastos mensais durante a execução deste contrato, totalizando o valor estimado do contrato em R\$ 4.526.005,68 (quatro milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cinco reais e sessenta e oito centavos).

PRAZO: O presente contrato vigorará por 12 (doze) meses e tem início em 25 de agosto de 2014 e término 24 de agosto de 2015.

DATA: 26 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 227/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 227/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.

OBJETO: Prestação de serviços assistência técnica na manutenção adaptativa e evolutiva do software Timoneiro VISA já instalado, tendo em vista a implantação dos novos serviços e funções solicitadas.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-040/2014, de 08 de abril de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços descritos na cláusula primeira deste contrato será de R\$ 132.480,00 (cento e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta reais).

PRAZO: O prazo do presente contrato terá sua vigência pelo período de 12 meses, a contar de 02 de março de 2014.

DATA: 30 de setembro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 228/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 228/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. WALTRAUDE CORDEIRO.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria, situado nesta cidade, à Rua Cuba, nº 40, Bairro Ponta Aguda, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família - E.S.F. Odilon de Caetano.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-201/2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 3.623,96 (três mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 43.487,52 (quarenta e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 02 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 229/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 229/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. LUCIMAR DOS SANTOS,

REPRESENTADA PELA CONEXÃO IMOBILIÁRIA LTDA. EPP.

OBJETO: Locação de uma casa de alvenaria de dois pavimentos, situada nesta cidade, situada nesta cidade, à Rua Havana, nº. 70, destinado ao funcionamento do E.S.F. Otto Bartsch Neto.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-208/2014, de 29 de setembro de 2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 4.647,45 (quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) mensais,

totalizando o valor contratual em R\$55.769,40 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 19 de outubro de 2014 até 18 de outubro de 2015.

DATA: 03 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 235/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 235/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A FUNDAÇÃO

HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços ambulatoriais (estarão inclusos: contratação de recursos humanos (profissionais), 02 veículos (ambulância), mobiliário e material ambulatorial para execução dos serviços para atendimento na OKTOBERFEST.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 210/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato se inicia na data de assinatura e se finda no dia 28 de novembro de 2014.

DATA: 03 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 238/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 238/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

PODAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de plantio de mudas de árvores em áreas públicas, com fornecimento de material.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 02-009/14.

PREÇO: O preço total do serviço ora contratado é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

PRAZO: A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 06 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 239/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 239/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. IZADORA RAZINI.

OBJETO: Contratação de serviços jurídicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 01-017/14 de 26 de agosto de 2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).

PRAZO: O presente contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

DATA: 07 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 240/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 240/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O POLO DE INFORMAÇÃO

E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU - BLUSOFT.

OBJETO: Locação de sala localizada na Rua 2 de setembro, nº. 733, Bairro Itoupava Norte, Blumenau/SC destinada ao funcionamento da SEDEC.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-194/2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de abril de 2014 até 31 de março de 2015.

DATA: 08 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 241/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 241/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de monitoramento eletrônico, com instalação câmera de vídeo e sensores para controle interno de segurança do prédio da Policlínica.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 132/2014.

PREÇO: O valor dos serviços é de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor do contrato em

R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

PRAZO: O prazo do contrato decorrente é de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do instrumento contratual.

DATA: 09 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 243/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 243/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição materiais médico-hospitalares para Rede Municipal de Saúde: Item 01: Cateter periférico de segurança, agulha siliconizada, com bisel trifacetado, com conector luer lock, com sistema de proteção total da agulha após punção e sem risco de resíduos biológicos, calibre: 14 G, adaptável a qualquer tipo de equipo e/ou seringa.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 137/2014.

PREÇO: O valor do item 01 é de R\$ 2,20, totalizando o valor do contrato em R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

PRAZO: O contrato terá duração de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

DATA: 14 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 245/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 245/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA.

OBJETO: Aquisição materiais médico-hospitalares para Rede Municipal de Saúde. Item 02: Cateter periférico de segurança, agulha siliconizada, com bisel trifacetado, com conector luer lock, com sistema de proteção total da agulha após punção e sem risco de resíduos biológicos, calibre: 16 G, adaptável a qualquer tipo de equipo e/ou seringa. Item 04: Sonda para aspiração traqueal, nº 14, material: polivinil atóxico, tubo siliconizado, transparente, maleável, com dois orifícios laterais e justapostos e outro na ponta, atraumático, flexível mas não dobrável.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 137/2014.

PREÇO: Item 02: R\$ 2,19 (dois reais e dezenove centavos) a unidade, totalizando R\$ 4.818,00 (quatro mil, oitocentos e dezoito reais). Item 04: R\$ 0,39 (trinta e nove centavos) a unidade, totalizando R\$ 1.560,00 (mil, quinhentos e sessenta reais).

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

DATA: 16 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 246/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 246/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

OBJETO: Aquisição materiais médico-hospitalares para Rede Municipal de Saúde: Item 03: Equipamento para dieta enteral: PVC, cor azul ou verde, estéril, uso único, biocompatível, ponta perfurante com protetor, câmara de gotejamento macrogotas, flexível tubo extensor com no mínimo 1,45 cm.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 137/2014.

PREÇO: Item 03: R\$ 1,02 (um real e dois centavos) a unidade, totalizando R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).

PRAZO: O contrato terá duração de 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.

DATA: 16 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 248/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 248/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MOB/M ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação de imóvel localizado na Rua República Argentina, nº 2.077, bairro Ponta Aguda, destinado ao funcionamento do Ambulatório Geral Heinz Schreder - A.G. Centro.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-209/2014, de 1º de outubro de 2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$312.000,00 (trezentos e doze mil reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 20 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 250/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 250/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SRA. PATRÍCIA STOLFI.

OBJETO: Locação de galpão pré-moldado localizado na Rua Guilherme Poerner, nº 1.280, Bairro Passo Manso, destinado ao funcionamento do ESF Walter Reiter.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-211/2014.

PREÇO: O valor da locação é de R\$ 5.830,00 (cinco mil, oitocentos e trinta reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 69.960,00 (sessenta e nove mil novecentos e sessenta reais).

PRAZO: O prazo da presente locação é de 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 01 de setembro de 2014 até 31 de agosto de 2015.

DATA: 21 de outubro de 2014.

EXTRATO CONTRATO Nº 251/2014

EXTRATO - CONTRATO Nº. 251/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

INSTITUTO GENE DE BLUMENAU.

OBJETO: Prestação de serviços voltados à consolidação de um ambiente propícia à geração de empreendimentos inovadores que contemplem o desenvolvimento econômico e social do Município.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-219/2014.

PREÇO: Pelo objeto contratado o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) mensais, totalizando o valor anual do contrato em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

PRAZO: A vigência contratual será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

DATA: 22 de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 022/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ENGEPLAN TERRAPLANAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA.

OBJETO: Execução macrodrenagem, melhoria de escoamento no Ribeirão Itoupava, trecho compreendido da estaca 716 (imediações da Rua 1º de Janeiro) até a estaca 791 (foz do Ribeirão), totalizando 1.500,00m, Bairro Itoupava Norte

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-023, de 14 de novembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 19 de dezembro de 2014.

DATA: 24 de setembro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 031/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 031/14
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Execução de pavimentação com lajotas sextavadas Rua Bruno Schreiber - Bairro Progresso, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-022, 14 de novembro de 2013.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 09 de fevereiro de 2015.

DATA: 10 de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 035/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

STRATA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de drenagem e pavimentação asfáltica Rua dos Imigrantes - Bairro Passo Manso, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-022, 14 de novembro de 2013

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 06 de janeiro de 2015.

DATA: 10 de outubro de 2014.

3º TA CONTRATO Nº 047/2013

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 047/13
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

MEGAFORTH DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

OBJETO: Locação de um galpão, situado no Município de Blumenau/SC, Rua Franz Volles, N.º 415, Bairro Itoupava Central, destinado à instalação do Arquivo Municipal.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-046, de 02 de maio de 2013.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 10.290,00 (dez mil e duzentos e noventa reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 123.480,00 (cento e vinte e três mil quatrocentos e oitenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015.

DATA: 09 de outubro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 054/14

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 054/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES LTDA.

OBJETO: Serviços de drenagem, terraplenagem e construção de muro no CEI Irmã Maria Christa Prullage, localizado na Rua Fritz Bruch, Bairro Itoupavazinha.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-004, de 26 de fevereiro de 2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 29.457,40 (vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), suprimindo a quantia de R\$ 17.960,00 (dezessete mil, novecentos e sessenta reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 40 dias, ou seja, até 02 de novembro de 2014.

DATA: 06 de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 056/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA NCR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO: Locação de uma sala térrea destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família - E.S.F. Gilson Piva II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-014, de 14 de fevereiro de 2014.

PREÇO: Renova também o valor da locação que se mantém em R\$ 2.941,00 (dois mil e novecentos e quarenta e um reais) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 35.292,00 (trinta e cinco mil e duzentos e noventa e dois reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de outubro de 2014 até 12 de outubro de 2015.

DATA: 21 de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 074/2013

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 074/13
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA JADE EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO: Construção de piso, muro, e guarita da PRO II.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite 01-005, de 07 de junho de 2013.
PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 31 de dezembro de

2014.

DATA: 22 de setembro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 095/2013

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 095/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. SÉRGIO DALPIAZ.

OBJETO: Locação de uma Casa de Alvenaria, destinado ao funcionamento do Centro Municipal Infantil Professora Lenyr Peiter Starke Casa II.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-092, de 22 de julho de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 2.965,96 (dois mil, novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 35.591,52 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de maio de 2014 até 30 de abril de 2015.

09 de outubro de 2014.

3º TA CONTRATO Nº 105/2011

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 105/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TELEFÔNICA BRASIL S.A.

OBJETO: Prestação de serviços de telefonia móvel local, de Sistema GSM, para prestação de serviço móvel pessoal - SMP, local e longa distância.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 156/2010, de 17 de novembro de 2010.

PREÇO: Renova também o valor anual estimado da prestação de serviços que se mantém em R\$ 1.121.147,45 (um milhão, cento e vinte e um mil, cento e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual de 08 de junho de 2014 até 07 de junho de 2015, ou até que se homologue nova licitação.

DATA: 18 de julho de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 119/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 119/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. JOÃO LAUER.

OBJETO: Locação de uma casa de destinado ao funcionamento do ESF Frei João Maria Baethge.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-123, de 23 de agosto de 2013.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 712,54 (setecentos e doze reais e cinquenta e quatro centavos) mensais, a contar de 1º setembro de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 8.550,48 (oito mil, quinhentos e cinquenta reais e quarenta e oito centavos).

DATA: 16 de outubro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 120/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 120/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA OFTALMOLOGISTAS ASSOCIADOS BLUMENAU S/S.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços na área de oftalmologia.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-092, de 05 de setembro de 2013.

PREÇO: Renova também o valor pago à contratada que se mantém em R\$ 82.699,00 (oitenta e dois mil, seiscentos e noventa e nove reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 992.388,00 (novecentos e noventa e dois mil, trezentos e oitenta e oito mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015.

DATA: 24 de setembro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 121/13

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 121/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

CLÍNICA MÉDICA OFTALMOLÓGICA BLUMENAU LTDA.

OBJETO: Credenciamento para prestação de serviços oftalmológicos.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-093, de 05 de setembro de 2013.

PREÇO: Renova-se o valor estimado pago à contratada que se

mantém em R\$ 127.606,22 (cento e vinte e sete mil, seiscentos e seis reais e vinte e dois centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 1.531.274,64 (um milhão, quinhentos e trinta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até o dia 30 de setembro de 2015

DATA: 26 de agosto de 2014.

Excluem-se procedimento e alteram-se as quantidades de alguns exames constantes no contrato primitivo.

3º TA CONTRATO Nº 147/2011

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 147/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI.

OBJETO: Serviços para coleta, transporte e análise de águas de rios e ribeirões e análise de efluentes líquidos, para fins de monitoramento e controle da poluição ambiental.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-025, de 17 de junho de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor do contrato para R\$ 64.112,62 (sessenta e quatro mil, cento e doze reais e sessenta e dois centavos).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 22 de agosto de 2014 até 21 de agosto de 2015.

DATA: 17 de setembro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 154/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 154/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORACIDES ADRIANO ENGENHARIA ESPECIAL LTDA.

OBJETO: Elaboração de projeto estrutural, incluindo memorial, cronograma e orçamento do paraciclo (sem cobertura) e bicicletário (com cobertura) a serem implantados em diversos pontos da cidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº. 01-010, de 18 de junho de 2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 19 de dezembro de 2014.

DATA: 25 de setembro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 157/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 157/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação articulada com lajotas sextavadas e sinalização da Rua: Kurt Pofahl, localizada no Bairro: Passo Manso - Blumenau/SC

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 03-004/14.

PREÇO: Suprime a quantia de R\$ 6.153,00 (seis mil cento e cinquenta e três reais).

DATA: 1º de outubro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 181/12

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 181/12

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DE SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA ANESTECLIN LTDA.

OBJETO: Execução de serviços técnico-profissionais de anestesiologia nos procedimentos cirúrgicos da média complexidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-107, de 09 de agosto de 2012.

PREÇO: Renova também o valor dos serviços que se mantém em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de novembro de 2014 até 31 de outubro de 2015.

DATA: 09 de setembro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 183/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 183/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

A EMPRESA SENIOR SISTEMAS S/A.

OBJETO: Desenvolver, implantar, e ajustar novas regras de geração de propostas salariais no produto gestão de pessoas dos cálculos da avaliação de desempenho de 2001.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-083, de 03 de julho de 2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual até o dia 29 de outubro de 2014.

DATA: 08 de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº 172/2014

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 172/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A EMPRESA

DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de 1 caminhão, zero km, na plataforma mínima de 8.800mm, ano de fabricação e modelo do ano vigente (lote i), e de 7 caminhões caminhões tipo toco - 4x2, de cor branca, à diesel, com potência de 180cv, com caçamba basculante ed capacidade mínima de 6m³.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 06-069/2014.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) ao Lote II.

DATA: 10 de outubro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 191/12

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA FREITAG ANÁLISES AMBIENTAIS E ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Contratação de laboratório de análise microbiológica de amostras coletadas de agroindústrias registradas no serviço de inspeção municipal (S.I.M.).

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 06-119, de 17 de setembro de 2012.

PREÇO: Reajusta o valor dos serviços contratados para R\$ 17.380,32 (dezessete mil, trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos).

Prazo: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 21 de setembro de 2014 até 20 de setembro de 2015.

DATA: 1º de outubro de 2014.

1º TA CONTRATO Nº194/2013

EXTRATO - 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 194/2013
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A ASSOCIAÇÃO

BLUMENAUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES AUDITIVOS - ABADA.

OBJETO: Credenciamento para realização de procedimentos de audiologia/otologia, serviço de atenção a saúde auditiva, com códigos/descrições/valor unitário.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-168/2013.

PREÇO: Renova também o valor pago à contratada que se mantém

estimado em R\$ R\$ 3.835,20 (três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 46.022,40 (quarenta e seis mil, vinte e dois reais e quarenta centavos).

Prazo: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de dezembro de 2014 até 30 de novembro de 2015.

DATA: 07 de outubro de 2014.

6º TA CONTRATO Nº 196/11

EXTRATO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 196/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. GEORGE ALLAN MILCHERT.

OBJETO: Locação de duas salas comerciais de um prédio de alvenaria destinadas ao Funcionamento do Núcleo INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO FISSURADO - NIAF.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº 08-117, de 19 de agosto de 2011.

PREÇO: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.548,47 (mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos) mensais, a contar do dia 21 de agosto de 2014, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.581,64 (dezoito mil quinhentos e oitenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

DATA: 20 de outubro de 2014.

3º TA CONTRATO Nº 206/2011

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 206/11
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PODAR EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de arborização urbana do município, como operações de plantio, adubação, podas, cortes de árvores.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 107, de 19 de outubro de 2011.

PREÇO: Renova também o valor total da prestação de serviços que se mantém em R\$ 557.600,40 (quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos reais e quarenta centavos).

Prazo: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 31 de outubro de 2014 até 30 de outubro de 2015.

DATA: 14 de outubro de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 209/12

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 209/2012
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC.

OBJETO: Serviço de manutenção, atualização e gerenciamento de dados ao software pergamum - sistema integrado de bibliotecas.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº 09-130/12, de 20 de setembro de 2012.

PREÇO: Renova também o valor dos serviços que se mantêm em R\$ 6.156,00 (seis mil e cento e cinquenta e seis reais), fracionados em doze parcelas de igual valor.

Prazo: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 1º de outubro de 2014 até 30 de setembro de 2015.

DATA: 20 de agosto de 2014.

2º TA CONTRATO Nº 238/12

EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 238/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TECNOLON ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção e conserto com fornecimento de peças dos equipamentos médico hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 147, de 25 de outubro de 2012.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 38.095,68 (trinta e oito mil, noventa e cinco reais e sessenta e oito centavos).

DATA: 09 de setembro de 2014.

3º TA CONTRATO Nº 238/2012

EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 238/12
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA TECNOLON ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção e conserto com fornecimento de peças dos equipamentos médico hospitalares.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 147, de 25 de outubro de 2012.

PREÇO: Renova também o valor da prestação de serviços que se mantêm em R\$ 126.985,60 (cento e vinte e seis mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) mensais.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 05 de novembro de 2014 até 04 de novembro de 2015.

DATA: 30 de setembro de 2014.

7º TA CONTRATO Nº 259/2010

EXTRATO - 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 259/10
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de preparo e distribuição da alimentação escolar.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-020/10, de 21 de dezembro de 2010.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 845.547,01 (oitocentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e um centavo), totalizando o valor do contrato em R\$ 16.147.626,65 (dezesseis milhões, cento e quarenta e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos). Acrescenta a quantia de R\$ 3.068.049,06 (três milhões, sessenta e oito mil, quarenta e nove reais e seis centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 19.215.675,71 (dezenove milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e um centavos).

DATA: 24 de setembro de 2014.

13º TA CONTRATO Nº 277/09

EXTRATO - 13º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 277/09
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA GTA - GESTÃO AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: Serviços de coleta e disposição final de resíduos.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-014/09, de 12 de novembro de 2009.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 216,00 (duzentos e dezesseis reais), ao valor total do lote 1, devido à inclusão do CEPREAD - Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Domésticos, a partir do dia 17 de setembro de 2014.

DATA: 25 de setembro de 2014.

TERMO RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO Nº 015/2014

EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL AO CONTRATO Nº. 015/2014
PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ORCALI SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.

OBJETO: Serviços de monitoramento de câmeras de vídeo e alarme 24 horas, cerca eletrônica e câmeras de segurança a ser instaladas no prédio antigo restaurante Frohsinn, na Rua Gertrud Siedrichs, nº 94, Bairro Vorstadt, Blumenau/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 105/2013.

DATA: 19 de setembro de 2014.

Fica rescindido o contrato nº 015/2014, a partir do dia 20 de agosto de 2014.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 65/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 65/2014

APROVA A MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, REFERENTE AOS MESES DE JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2014, DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, e conforme o art. 7º da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

- o parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação, conforme consta no relatório da reunião realizada em 19 de novembro do corrente ano, que analisou as Movimentações Financeiras dos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária realizada em 27 de novembro de 2014, conforme consta na Ata nº 19/2014, que aprovou as referidas Movimentações Financeiras,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, dos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro de 2014:

I - mês de junho de 2014 com saldo de R\$ 1.281.305,37 (um milhão duzentos e oitenta e um mil trezentos e cinco reais e trinta e sete centavos) sendo, R\$ 708.514,06 (setecentos e oito mil, quinhentos e quatorze reais e seis centavos) reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/ adolescentes e atividades do FIA, e um saldo livre de R\$ 522.643,09 (quinhentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e nove centavos).

II- mês de julho de 2014 com saldo de R\$ 1.231.157,15 (um milhão, duzentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e sete reais e quinze centavos) sendo, R\$ 806.789,38 (oitocentos e seis mil, setecentos e oitenta e nove reais e trinta e oito centavos) reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/ adolescentes e atividades do FIA, e um saldo livre de R\$ 407.883,41 (quatrocentos e sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos).

III - mês de agosto de 2014 com saldo de R\$ 1.215.027,69 (um milhão, duzentos e quinze mil, vinte e sete reais e sessenta e nove centavos) sendo, R\$ 382.815,56 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos) reservado

para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/ adolescentes e atividades do FIA, e um saldo livre de R\$ 818.135,17 (oitocentos e dezoito mil, cento e trinta e cinco reais e dezessete centavos).

IV - mês de setembro de 2014 com saldo de R\$ 1.200.950,61 (um milhão, duzentos mil, novecentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos) sendo, R\$ 402.940,15 (quatrocentos e dois mil, novecentos e quarenta reais e quinze centavos) reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/ adolescentes e atividades do FIA, e um saldo livre de R\$ 817.180,09 (oitocentos e dezessete mil, cento e oitenta reais e nove centavos).

V - mês de outubro de 2014 com saldo de R\$ 1.220.120,24 (um milhão, duzentos e vinte mil, cento e vinte reais e vinte e quatro centavos) sendo, R\$ 367.506,88 (trezentos e sessenta e sete mil, quinhentos e seis reais e oitenta e oito centavos) reservado para ações de incentivo a guarda, defesa dos direitos de crianças/ adolescentes e atividades do FIA, e um saldo livre de R\$ 821.877,54 (oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Parágrafo único: Todos os valores seguem a deliberação do Conselho.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de novembro de 2014.

Vanessa Raquel Cardoso

Coordenadora do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 66/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 66/2014

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA COORDENADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, PARA O PERÍODO 2014/ 2015.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento à crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- a Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Conselheiros abaixo relacionados para composição da Mesa Coordenadora do CMDCA, para o período 2014/2015;

I - Coordenador Geral - Ivone Serpa, representante da Entidade Cruz Azul no Brasil.

II - Vice Coordenadora - Anelize Termann Schlosser, representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

III - Secretária - Vanessa Raquel Cardoso, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de novembro de 2014.
Vanessa Raquel Cardoso
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 67/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 67/2014
DISPÕE SOBRE A RENOVAÇÃO DE REGISTRO DA ENTIDADE "ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE AMPARO AO MENOR - ABAM" E RENOVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DOS PROGRAMAS ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - MODALIDADE ABRIGO E CASA LAR NO CMDCA.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento à crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- que a Entidade "Associação Blumenauense de Amparo ao Menor - ABAM" desenvolve suas atividades em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

- a aprovação da Comissão de Normas e Registro, realizada na reunião de 20 de novembro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer validade de 04 (quatro) anos para a Renovação

do Registro da Entidade ABAM sob número de ordem 001/2003 e renovação da Inscrição dos Programas Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo sob nº 001/2003 e Casa Lar sob nº 043/2010, no CMDCA a contar de 27 de novembro de 2014 e término em 27 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de novembro de 2014.
Vanessa Raquel Cardoso
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013 - 2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 68/2014 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 068/2014
DISPÕE SOBRE A INSCRIÇÃO DO "PROGRAMA JOVEM APRENDIZ" DA ENTIDADE REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIALEINTEGRAÇÃO - RENAPSI, NO CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, e com base no seu Regimento Interno, aprovado através de Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003,

CONSIDERANDO:

- que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é o órgão a quem compete deliberar e exercer o controle do atendimento à crianças e adolescentes em todos os níveis, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);

- a Resolução nº 017/2013, alterada pela Resolução nº 023/2013, que dispõe sobre o registro de Entidades Não-Governamentais; a inscrição de programas e serviços de atendimento à criança e ao adolescente de Entidades Governamentais e Não Governamentais a inscrição de projetos para obtenção de financiamento através de editais específicos, e sobre a certificação para captação de recursos, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para projetos de atendimento à criança e ao adolescente;

- a aprovação da Comissão de Normas e Registro, realizada na reunião de 20 de novembro de 2014;

- a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em Plenária Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Inscrição do "Programa Jovem Aprendiz" da entidade RENAPSI no CMDCA, sob número de ordem 061/2014, a contar de 27 de novembro de 2014 e término em 27 de novembro de 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 27 de novembro de 2014.
Vanessa Raquel Cardoso
Coordenadora Geral do Conselho Municipal
dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Gestão 2013 - 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/1405 - SAMAE

Processo Administrativo n.º 160/1405

Suspensão Temporária

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, com sede na Rua Bahia, 1530, torna público que em virtude das irregularidades acometidas no Contrato n.º 67/2012, oriundo do Processo de Dispensa n.º 08.028/2012, decide aplicar à proponente Projesan Saneamento Ambiental Ltda., a sanção prevista no art. 87, inciso III da Lei 8.666/93, qual seja, fica a contratada suspensa temporariamente de participar de licitações e contratar com essa Administração, pelo prazo de 02 (anos) anos.

Encaminha-se a Gerência de Suprimentos para publicação e registros junto ao Cadastro de Fornecedores.

Blumenau: 28/11/2014

Alcindo Cipriani

Diretor Administrativo

Bom Jesus do Oeste**PREFEITURA****DECRETO Nº 4621/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4621/2014 de 27 de Novembro de 2014.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02614/2014, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4477/14 de 02 de Janeiro de 2.014, sob o Processo de Licitação nº 02614/2014, que tem por objeto Terceirização de Trator de Esteira para Manutenção das Atividades do Departamento do DMER.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	DIFERENCIAL OBRAS E SERVIÇOS EIRELI EPP	Terceirização de trator de esteira com peso operacional mínimo de 14.000 kg , potencia mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2008 com escarificador traseiro e lamina angular	40,00	4.300,00

quatro mil e trezentos reais	4.300,00
------------------------------	----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 27/11/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

2255.14 - L. CRÉDITO ESPECIAL CIGA.DOM E REGIN

Lei n. 2255/2014 de 27.11.14

Abre Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial na Prefeitura Municipal de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.300,00

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 200,00

Total R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Total R\$ 2.500,00

Art. 3º - Fica incluído no PPA 2014-2017 e LDO/2014 a criação desta modalidade de aplicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

2256.14 - L. CRÉDITO ESPECIAL SCFV

Lei n. 2256/2014 de 27.11.14

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0056.2402 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV, receita: 17.21.34.13 - Piso Básico Variável - SCFV - transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social ao município de Bom Retiro - SC, destinados ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais continuadas de Proteção Social Básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º - Fica incluído no PPA 2014-2017 e LDO/2014 a criação desta modalidade de aplicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

093.14 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO.APOIO A CRECHES

Decreto N.º 93/14 de 27 de novembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

04.01 - SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTE

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.22 - Recursos Transf.Conv.Educação (FNDE-Apoio a Creche) R\$ 35.624,59

Total R\$ 35.624,59

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o repasse do FNDE - Apoio a Creches - Programa Basil Carinhoso, fonte de Recurso 01.22 - Transferência de Convênio -Educação, receita: 17.61.02.01 - TRANSF. DE CONV. FNDE- APOIO A CRECHES.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

094.14 - DEC NMCME

Decreto n.º 94/14 de 27.11.14.

Nomeia Novos Membros do Conselho Municipal de Educação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei n.º 2254/2014 de 18 de novembro de 2014;

D e c r e t a:

Art. 1º. Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal de Educação, de acordo com a indicação abaixo descrita:

Representantes do Poder Executivo

- Membro Titular: JEFERSON ULISSES NUNES

- Membro Suplente: ERICLÉIA FAUSTINO DA MOTA

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

- Membro Titular: JOELMA MENEGAZ

- Membro Suplente: MARILENE DOS SANTOS NECKEL

- Membro Titular: ANDRÉA NASCIMENTO KUHNEN

- Membro Suplente: JULIANA MADRUGA DA SILVA

Representantes da Secretaria do Bem Estar Social

- Membro Titular: ANGELITA APARECIDA DE SOUZA VIEIRA

- Membro Suplente: ELISIANE DE LINS MENEGAZ

Representantes dos professores das escolas privadas

- Membro Titular: NEIDE SCHIESTL KUMM

- Membro Suplente: ANA CARINA BROERING GORGES

Representantes dos profissionais da educação da rede municipal de ensino - Ensino Fundamental

- Membro Titular: LINDAIR SCHULLER

- Membro Suplente: ALESSANDRA DOS SANTOS MORETTI

Representantes dos profissionais da educação da rede municipal de ensino - Educação Infantil

- Membro Titular: ANDREIA CRISTINA DE OLIVEIRA DEUCHER

- Membro Suplente: CLEODETE COSTA TOMÉ

Representantes dos profissionais do Ensino Médio

- Membro Titular: MARINEUSA RAMOS MARTINS

- Membro Suplente: DAIANA PROBST DO AMARAL

Representantes do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

- Membro Titular: CARMEM SCHIESTL HENRIQUE

- Membro Suplente: DANIELA MEURER GOULART

Representantes do Conselho Tutelar

- Membro Titular: ERMENE LUCIA SCHLEMPER

- Membro Suplente: CATHIA DAS GRAÇAS NEVES WALTRICK

Representantes de pais de alunos

- Membro Titular: CLAUDIA STAIMBACH ROSSINI

- Membro Suplente: MARCIA GORGES

- Membro Titular: ANA CLAUDIA BRUDER

- Membro Suplente: ANA CLAUDIA ROSSI

Representantes de alunos

- Membro Titular: MARCIA EGER ALEXANDRE

- Membro Suplente: CASSIANE LEMONI

Art. 2º. O referido Conselho terá a seguinte diretoria.

Presidente: CLAUDIA STAIMBACH ROSSINI

Vice-Presidente: LINDAIR SCHULLER

Secretária: CARMEM SCHIESTL HENRIQUE

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.º 94/12 de 11 de outubro de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

095.14 - DEC CONSELHO FUNDEB

Decreto n. 095/14 de 27.11.2014.

Nomeia Membros para Compôr o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro-SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 1887 de 15.05.07, alterada pela Lei 1963/08 de 09 de dezembro de 2008;

D e c r e t a:

Art. 1. Ficam nomeados os novos membros para compor o Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de acordo com a indicação abaixo descrita:

Representante do Poder Executivo

- Membro Titular: JEFERSON ULISSES NUNES

- Membro Suplente: ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA

- Membro Titular: MARILENE DOS SANTOS NECKEL

- Membro Suplente: JOELMA MENEGAZ

Representante dos Professores das Escolas públicas Municipais

- Membro Titular: LINDAIR SCHULLER

- Membro Suplente: ALESSANDRA DOS SANTOS MORETTI

Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

- Membro Titular: JOSÉ SIMIANO

- Membro Suplente: ANDREIA CRISTINA DE OLIVEIRA DEUCHER

Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais

- Membro Titular: ANDRÉA NASCIMENTO KUHNEN

- Membro Suplente: JULIANA MADRUGA SILVA

Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

- Membro Titular: CLAUDIA STEIMBACH ROSSINI

- Membro Suplente: MARCIA GORGES

- Membro Titular: ANA CLAUDIA BRUDER

- Membro Suplente: ANA CLAUDIA ROSSI

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública
 - Membro Titular: CASSIANE LEMONI
 - Membro Suplente: GISELE RODE
 - Membro Titular: MARCIA EGER ALEXANDRE
 - Membro Suplente: CÉLIO ROBERTO SANTOS
 Representante do Conselho Municipal de Educação
 - Membro Titular: ANGELITA APARECIDA DE SOUZA VIEIRA
 Membro Suplente: CARMEM SCHIESTL HENRIQUE
 Representante do Conselho Tutelar
 - Membro Titular: ERMENE LUCIA SCHLEMPER
 - Membro Suplente: EMILIA ALICE SCHIESTL TRENTA
 Art. 2. O referido Conselho terá a seguinte diretoria.

Presidente: ANGELITA APARECIDA DE SOUZA VIEIRA
 Vice-Presidente: ANA CLAUDIA BRUDER
 Secretária: MARILENE DOS SANTOS NECKEL

Art. 3. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4. Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto n.º 64/13 de 05 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
 27 de novembro de 2014.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
 Secret. Mun. Administ. e Fazenda

096.14 - DEC. SUPLEMENTAÇÃO SUPERÁVIT.APOIO A CRECHES

Decreto N.º 96/14 de 27.11.2014.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.365.0018.2016 - MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Recurso 03.22.0000 (Transf.Conv.Educ.(FNDE-Apoio a Creche) - Exercício Anterior) R\$ 17.309,06
 Sub Total R\$ 17.309,06
 Total Geral da Suplementação R\$ 17.309,06

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
 Sec. Mun. de Administração e Fazenda

097.14 - DEC. EXCESSO ARREC. ALIENAÇÕES

Decreto N.º 97/14 de 27 de novembro de 2014.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014, por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º I e art. 7º da Lei n.º 2204/13 de 12 de dezembro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária:

03.01 - SECR. MUN. DE ADM E FAZENDA
 04.122.014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECR. DE ADM. E FAZENDA
 4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL
 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
 Recurso 01.89 - Recursos Alienações R\$ 2.300,00

Total R\$ 2.300,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso os recursos de alienações de ativos, fonte de Recurso 01.89 - Alienações de Bens outros programas, receita: 22.19.00. - ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS no valor de R\$ 1800,00 e da receita: 13.25.01.99. - RENDIMENTOS DE ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS no valor de R\$ 500,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.
 ALBINO GONÇALVES PADILHA
 Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
 Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
 Sec. Mun. de Administração e Fazenda

098.14 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL CIGA.DOM E REGIN

Decreto n. 098/2014 de 27.11.14

Abre Crédito Especial no Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado na Lei n.º 2255/2014 de 27 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial na Prefeitura Municipal de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E

FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.300,00

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.71.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 200,00

Total R\$ 2.500,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação apresenta-se como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação orçamentária:

03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0014.2008 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.00.00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Total R\$ 2.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

099.14 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL SCFV

Decreto n. 099/2014 de 27.11.14

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado na Lei n.º 2256/2014 de 27 de novembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0056.2402 - CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o excesso de arrecadação, fonte de Recurso 01.52.00.07 - Recursos Piso Básico Variável - SCFV, receita: 17.21.34.13 - Piso Básico Variável - SCFV - transferidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social ao município de Bom Retiro - SC, destinados ao custeio dos serviços e ações socioassistenciais

continuadas de Proteção Social Básica do SUAS - Sistema Único de Assistência Social no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

974.11.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ANDREA S. HEINZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 974/14 de 26.11.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 09 de novembro de 2016, a funcionária Andrea Simone Heinz, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Entrada.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
26 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

975.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 975/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de novembro de 2014, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

976.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILU DE ALMEIDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 976/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 26 de novembro de 2014, a funcionária Marilu de Almeida, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

977.11.14 - P. LIC. TRAT. LUCIANE T. CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 977/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de novembro a 08 de dezembro de 2014, a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

978.11.14 - P. LIC. MOT. P. FAM. JANIA CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 978/14 de 27.11.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em

tratamento de saúde, no dia 24 de novembro de 2014, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

979.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DANIELA M. GOULART

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 979/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 24 de novembro de 2014, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

980.11.14 - P. LIC. TRAT. IZABEL AP. T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 980/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 25 de novembro de 2014, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de outubro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

981.11.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CARLA K. B. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 981/14 de 27.11.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 24 de novembro com término no dia 26 de novembro de 2014, a funcionária Carla Karine de Brida da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

982.11.14 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA C. PERON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 982/14 de 27.11.14

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 15 de janeiro de 2015, Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

CHAMADA PÚBLICA SAÚDE 08

Chamada Pública 08/2014

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2014

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Senhor Albino Gonçalves Padilha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Saúde, senhora Hiede Maria Carbonera, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas para os cargos de Técnico Enfermagem Socorrista e Auxiliar de Enfermagem, uma vez que, mesmo após a chamada de todos os profissionais classificados no Processo Seletivo 01/2014 e da Chamada Pública já realizadas este ano, não foram supridas as necessidades do Município, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:

Cargo: TÉCNICO ENFERMAGEM SOCORRISTA - SAMU - 17/12/2014 das 09h00min às 10h00min.
PARA OCUPAÇÃO DE 03 (três) VAGAS DISPONÍVEIS PARA TRABALHAR NO SAMU DE BOM RETIRO.
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 02/01/2015 a 31/01/2015.
Carga Horária: 36h (12x36h) semanais, sendo que o horário será definido após a contratação.

Cargo: Auxiliar de Enfermagem - 17/12/2014 das 09h00min às 10h00min.
PARA OCUPAÇÃO DE 02 (duas) VAGAS DISPONÍVEIS PARA TRABALHAR NO POSTO DE SAÚDE.
PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 02/01/2015 a 31/01/2015.
Carga Horária: 40h semanais, sendo que o horário será definido após a contratação.

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes de Técnico Enfermagem Socorrista e Auxiliar de Enfermagem para trabalharem no mês de Janeiro/2015, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na sede da prefeitura de Bom Retiro/SC, no dia 17/12/2014 das 9h às 10h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas; que estas já foram aplicadas no processo seletivo público 001/2014; que os candidatos que lá foram aprovados já assumiram suas vagas não existindo mais candidatos disponíveis, pois esgotada a lista de classificados, serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de tempo de serviço e horas de curso na área da saúde, nos seguintes termos:

3.1 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.1.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço na área do cargo no serviço público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	1,00
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	1,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	1,40

Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	1,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	1,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	2,00
Pontuação máxima	2,00

3.1.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

- a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido no cargo pretendido pelo tempo especificado em anos, meses e dias; e ou
b) Declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de saúde particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em anos, meses e dias.

3.1.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1 e 3.2.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

3.2 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.2.1 A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
40 HORAS	0,10
41 A 80 HORAS	0,30
81 A 120 HORAS	0,50

3.2.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de 2012 a 2014. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.3. A nota da prova de tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.4. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.5. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.6. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

- 1º) Maior tempo de atuação no cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista no serviço público Municipal para o item 1 e Auxiliar de enfermagem para o item 2;
2º) Maior tempo de atuação no cargo de Técnico de Enfermagem Socorrista no serviço público do Estado para o item 1 e Auxiliar de enfermagem para o item 2;
3º) Maior idade.

3.7. Os candidatos deverão comparecer no dia 17/12/2014, das

9h às 10h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
b) CPF (cópia);
c) Título de Eleitor (cópia);
d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia autenticada);
e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2012 a 2014 (cópia autenticada).
f) Atestado de tempo de serviço na área do cargo expresso por períodos de contratação, em anos, meses e dias, expedido por órgão competente, (considerados até 30/11/2014) (original ou cópia autenticada);

4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

4.2. Os candidatos aprovados pelo número de vagas deverão comparecer no dia 02/01/2015, às 09h, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
c) CPF (cópia).
d) Título de Eleitor (cópia).
e) Comprovante da última votação (cópia).
f) PIS ou PASEP (cópia).
g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
h) Comprovante de quitação militar - Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público.
k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

4.3 Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", e "m" do item anterior (4.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

4.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se

Bom Retiro, 27 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

HIEDE MARIA CARBONERA
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO		Nº DE INSCRIÇÃO:	
CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO Nº 08/2014			
CAR- GO:			
NOME DO (A) CANDIDATO (A):			
NOME DO PAI:			
NOME DA MÃE:			
DATA DE NASCI- MENTO: / /	SEXO:	() MASC () FEM	NATURAL DE: U.F.
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:	FONE:
END. RESIDENCIAL:			
BAIRRO:		CIDADE:	U.F.
RG.:		DATA DE EMIS- SÃO:	CPF:
TÍTULO ELEITORAL:		ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIEN- TE:	() SIM () NÃO	TIPO DE DEFICIÊNCIA:	
E-mail:			

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 01/2013 e todas as disposições nele contidas.

TEMPO DE SERVIÇO NO SERVIÇO PÚBLICO NA REFERIDA ÁREA	PONTUAÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)	PONTUAÇÃO
TOTAL GERAL (tempo de serviço + horas de curso)	

BOM RETIRO, 17 de dezembro de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)

Assinatura do recebedor / responsável

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 07**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 07/2014.**

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Santa Catarina, Senhor Albino Gonçalves Padilha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, senhora Elizabete Werlich Mateus, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas para o cargo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas semanais**, uma vez que, mesmo após a chamada de todos os profissionais classificados no Processo Seletivo 01/2013 e das demais Chamadas Públicas já realizadas este ano, não foram supridas as necessidades do Município, tornam público, pelo presente Edital, as normas para **CHAMADA PÚBLICA**, nos itens a seguir:

1. DAS VAGAS:**Creche Irmã Paula**

Período Matutino – 02 vagas

Período Vespertino – 03 vagas

Creche Antônia Maria da Silva Vieira

Período Vespertino – 02 vagas

Creche Patrícia Deucher

Período Matutino – 01 vagas

Período Vespertino – 01 vagas

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir a vaga temporária existente de **30 (trinta) horas para Professor da Educação Infantil** para trabalharem nas **Creches: Irmã Paula, Antônia Maria da Silva Vieira e Patrícia Deucher**, no mês de Janeiro/2015, substituição dos professores em férias, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na sede da prefeitura de Bom Retiro/SC, no **dia 11/12/2014 das 9h às 11h**, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de títulos, prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas; que estas já foram aplicadas no processo seletivo público 001/2013; que os candidatos que lá foram aprovados já assumiram suas vagas não existindo mais candidatos disponíveis, pois esgotada a lista de classificados, serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de títulos, tempo de serviço e horas de curso no magistério, nos seguintes termos:

3.1 DA PROVA DE TÍTULOS:

3.1.1. A Prova de Títulos Acadêmicos é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprovando a conclusão, ou estar cursando curso de graduação ou pós-graduação, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS	
Título/ documento	Pontuação Máxima
Pós-Graduação na área da Educação	1,50 pontos
Diploma de Licenciatura Plena com Habilitação na Educação	1,20 pontos
Diploma de Habilitação para Magistério (Ensino Médio) e Atestado de Frequência Cursando Licenciatura Específica a partir da 5ª fase	1,00 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação a partir da 5ª fase	0,70 pontos
Diploma de Habilitação Magistério	0,30 pontos
Atestado de Frequência em Curso de Licenciatura Específica na Educação até a 5ª fase	0,20 pontos

3.1.2 O título deve ser apresentado original e cópia, ou cópia autenticada e ser regularmente emitido por estabelecimento de ensino, reconhecido pelo MEC ou por órgãos públicos dos governos federal, estadual ou municipal.

3.1.3. Os títulos de cursos de pós-graduação não serão avaliados cumulativamente, sendo computado, caso o candidato entregue mais de um diploma ou certificado, o de maior valor acadêmico.

3.2 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.2.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço no Magistério no ensino público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

DA PONTUAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO	
TEMPO DE SERVIÇO NO MAGISTÉRIO	Pontuação Máxima
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,10
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,20
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,30
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,40
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	0,50
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	0,60
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	0,70

Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	0,80
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	0,90
Comprovação de tempo de serviço no Magistério em escola da rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	1,00
Pontuação máxima	1,00

3.2.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

- a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido o Magistério pelo tempo especificado em anos, meses e dias; e ou
- b) Declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de ensino particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em anos, meses e dias.

3.2.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

3.3 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.3.1 A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
40 HORAS	0,10
41 A 80 HORAS	0,30
81 A 120 HORAS	0,50

3.3.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de **2012 a 2014**. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.4. A nota da prova de títulos acadêmicos, tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de títulos acadêmicos + na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.5. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de títulos acadêmicos + pontuação da prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.6. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.7. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

- a) tiver maior idade;
- b) tiver maior número de filhos.

3.8. Os candidatos deverão comparecer no dia 11/12/2014, das 9h às 11h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia autenticada);
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2012 a 2014 (cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço no magistério expresso por períodos de contratação, em anos, meses e dias, expedido por órgão competente, (considerados até 30/11/2014) (original ou cópia autenticada);

4 – DA ESCOLHA DE VAGA

4.1 A escolha da vaga ocorrerá no dia **15/12/2014**, às 15:00 h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

5 – DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

5.2. Os candidatos deverão comparecer no dia **05/01/2015**, às 09h, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento “se solteiro” ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar – Certificado de Reservista “se do sexo masculino” (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público e/ou Declaração de Acumulação para Cargo de Professor.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

5.3 Os documentos solicitados nos incisos “k”, “l”, e “m” do item anterior (4.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

5.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. **O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.**

Bom Retiro (SC), 26 de novembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito de Bom Retiro

ELIZABETE W. MATEUS
Sec. de Educação Cult. e Esporte

ANEXO I

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO				Nº DE INSCRIÇÃO:	
CHAMADA PÚBLICA EDUCAÇÃO Nº 07/2014					
CARGO:					
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO: / /		SEXO: () MASC () FEM		NATURAL DE:	
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:		CIDADE:			U.F.
RG.:		DATA DE EMISSÃO:		CPF:	
TÍTULO ELEITORAL:				ZONA:	SEÇÃO:
DEFICIENTE:		TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
() SIM () NÃO					
E-mail:					

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 01/2013 e todas as disposições nele contidas.

HABILITAÇÃO	PONTUAÇÃO
TEMPO DE SERVIÇO NO SERVIÇO PÚBLICO NA REFERIDA ÁREA	PONTUAÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 e 2013)	PONTUAÇÃO

TOTAL GERAL (habilitação + tempo de serviço + horas de curso)	

BOM RETIRO, 11 de dezembro de 2014.

Assinatura do (a) Candidato (a)_____
Assinatura do recebedor / responsável**ANEXO II****MODELO DECLARAÇÃO DE ACUMULO DE CARGO PÚBLICO**

Exercício 2014

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro, para fins do contido nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 com redação determinada pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20 de 1998, que:

() percebo APOSENTADORIA relativa ao cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____.

() NÃO MANTENHO outro vínculo empregatício em caráter permanente ou temporário com qualquer entidade pública federal, estadual, ou municipal, que impeça minha admissão ao quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Bom Retiro na função de _____.

Caso venha a assumir vínculo nestas condições, assumo o compromisso de comunicar esta Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

() MANTENHO vínculo público, exercendo o cargo de _____, pertencente à estrutura do órgão _____, sujeito(a) a carga horária de _____ horas semanais, que cumpro nos dias e horários abaixo discriminados e conforme declaração anexa expedida por _____.

Bom Retiro (SC) ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Classificado

8- Pessoa absolutamente incapaz, da qual o contribuinte seja tutor ou curador.

ATENÇÃO:

Filho de pais separados:

I- O contribuinte pode considerar como dependentes os filhos que fiquem sob sua guarda, em cumprimento de decisão judicial ou acordo homologado judicialmente. Nesse caso, deve oferecer à tributação, na sua declaração os rendimentos recebidos pelos filhos, inclusive a importância recebida do ex-cônjuge a título de pensão alimentícia;

II- O responsável pelo pagamento da pensão alimentícia pode deduzir o valor efetivamente pago a este título, sendo vedada a dedução do valor correspondente ao dependente, exceto no caso de separação judicial ocorrida em 2007, quando podem ser deduzidos, nesse ano, os valores relativos a dependente e a pensão alimentícia.

O fato de os dependentes receberem no ano-calendário rendimentos tributáveis ou não, não descaracteriza essa condição, desde que tais rendimentos sejam somados aos do declarante.

Eu, _____, portador(a) do RG _____ e inscrito no CPF nº _____ declaro para fins de admissão perante o quadro de servidores públicos da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, Santa Catarina, que:

() não possuo dependentes;

() possuo os seguintes dependentes;

DADOS DO DEPENDENTE

NOME GRAU DE PARENTESCO DATA DE NASCIMENTO

Assumo inteira responsabilidade pela exatidão das informações contidas nesta declaração e comprometo-me a comunicar qualquer alteração que venha ocorrer.

Bom Retiro (SC) _____ de _____ de 2014.

Assinatura do classificado

Brunópolis

PREFEITURA

LEI MUN. Nº 822

LEI Nº822, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conforme artigo 100, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal, FAZ saber a todos os habitantes do Município de Brunópolis que o Poder Legislativo votou, aprovou e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar por licitação, na modalidade de Concorrência Pública bens imóveis situados na área industrial precedidos de avaliação prévia subordinados ao interesse público, e em conformidade com o estatuído no art.17 da Lei Federal da Lei n.8.666/93.

Art. 2º. Os imóveis que serão objetos de alienação são os seguintes: um terreno de 900m2(novecentos metros quadrados), que faz parte de uma área maior, do patrimônio da Prefeitura Municipal de Brunópolis, localizado às margens do Acesso a BR 470, no perímetro urbano, com as seguintes confrontações: Sul com a Rua Prof. Jacira Becker Góis; Norte com Serraria; Oeste com a Rua B e Leste com Patrimônio do Município. E um terreno com área de 4.162,50m2(quatro mil cento e sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados), que faz parte de uma área maior do patrimônio do Município de Brunópolis-SC, localizado na área industrial às margens do acesso da BR-470, no perímetro urbano, com as seguintes confrontações: Sul com acesso; Norte com a Rua Prof. Jacira Becker Góis; Oeste com a Delegacia e Empresa Viro Vicio e Leste com a Fábrica de Tubos

Art.3º. Os imóveis descritos no art.2º foram objetos de Concessão Real de Uso já vencido e cumprido a finalidade, consoante se depreende das Leis Municipais n.516/2009 e 495/2009.

Art.4º O edital de licitação deverá esclarecer ainda que existem benfeitorias e edificações construídas sobre os referidos imóveis de propriedade dos beneficiários da Concessão Real de Uso, que deverão ser também avaliadas pela comissão da prefeitura e pelos proprietários Ricardo Pfaff Mingotti e Auto Posto Brudiesel Ltda pelo seu representante Legal.

Art.5º. Deverá constar no edital ainda a ressalva que os proprietários das benfeitorias caso não sejam vencedores da licitação deverão receber do licitante vencedor o valor das avaliações pelas benfeitorias e edificações existentes sobre os respectivos imóveis.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação revogando as disposições contrárias.

Brunópolis (SC), 25 de novembro de 2014.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
PREFEITO MUNICIPAL

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIR
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Registrada e Publicado no DOM.

LEI MUN. Nº 824

LEI 824 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014.

O Prefeito Municipal de Brunópolis no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou, e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.000.00 para a seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
04.01.15.451.0009.2.017- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 2º - Para atendimento das Suplementações que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
04.01.17.544.0009.2.003- MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 8.000,00

Art. 3º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 25.000.00 para a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO
05.01 - Secretaria de Educação, Cultura, Bem Estar e Desporto
05.01.12.361.0003.2.008- TRANSPORTE ESCOLAR
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 4º - Para atendimento das Suplementações que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
04.01 - Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
04.01.17.544.0009.2.003- MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SISTEMA DE ÁGUA
3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de novembro de 2014.
Ademil Antônio da Rosa
Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro
Secretario de Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e Publicada a Presente Lei no DOM.

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2014 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 011/2014

ESPÉCIE: Serv. Manut. Equip. Info. Do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços PROCESSO LICITATÓRIO: 69/2013. VALOR UNITÁRIO: R\$ 57.500,00. PRAZO EXECUÇÃO: ate 31/12/2014. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2014; CONTRATADA: Adapsat Com. Manut. Equip. Eletronicos Ltda EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 26 de novembro de 2014.

PUBLIQUE-SE

Rogério Ristow

PORTARIA Nº 2393/2014, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2393/2014, de 06 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 10/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, a análise de pedido de reconsideração realizado.
Considerando, juntada de procuração de advogado.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor MAX TERTULIANO FISCHER, brasileiro, portador do CPF nº 016.360.359-65, RG nº 3.447.053, ocupante do cargo de MOTO-RISTA DE VEÍCULOS LEVES, admitido em 01 de março de 2000, através da portaria nº 1109/2000, para apurar os fatos constantes da denúncia/memorando nº 503/2013, encaminhado pela Secretário de Saúde, bem como constante do despacho datado de 18/11/2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese é considerado inassiduidade habitual, com fundamento nos moldes dos arts.25 c/c 188, III, art. e 204 da Lei Complementar 147/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 06 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2471/2014 , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCESSO SIGILOSO

PORTARIA nº 2471/2014 , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 919/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 20/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os prazos concedido para ampla defesa e contraditório;

Considerando, as várias tentativas da Comissão Processante para tomar conhecimento e colher novos fatos dos processos judiciais.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor dos servidores C. L. S e M. A. M. ambos vinculados ao regime administrativo, para apurar em tese a prática de assédio moral e assédio sexual, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PR 21-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 28/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2014 TIPO: MENOR PREÇO
OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE FINAL DE ANO DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 27 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2014-FMAS

Estado de Santa Catarina

Município de Caçador/SC

Fundo Municipal de Assistência Social

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 03/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 03/2014 para Aquisição de Vales Transportes DESTINADOS AOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV E PAIF, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC, Empresa Auto Coletivo Caçador Ltda - CNPJ - 83.060.327/0001-86, pelo valor total de R\$ 6.996,00 (seis mil novecentos e noventa e seis reais) pelo período de 12 meses, de conformidade com o artigo 24, Inciso XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 27 de novembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

ATA CC - 02-2014- PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2014 - CC
CNPJ: 83.074.302/0001-31 AV. SANTA CATARINA, 195 C.E.P.: 89500-000 - Caçador - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 112/2014 Data do Processo: 27/08/2014
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 34/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 17 de Novembro de 2014, às 14:05 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 6166, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 112/2014, Licitação nº. 2/2014 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

JND COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA, LB COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME neste ato Representada pelo Sr. Laureci Bitencourt, TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA e MR CONCRETOS ARGAMASSAS E PAVIMENTAÇÃO LTDA, neste ato Representado pelo Sr. Bruno Haymussi Fontana

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS EMPRESAS: JND COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA, LB COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME E TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA, NÃO APRESENTARAM O DOCUMENTO EXIGIDO NO ITEM 2,1 letra P transcrevo(p) Apresentar Garantia de execução de obra através de caução em dinheiro ou títulos, seguro garantia ou fiança bancária, nos termos da Lei.), Sendo INABILITADAS. A EMPRESA LB COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME apresentou CND do Item 2.1 letra F com data de validade vencida, Esta tem o prazo de 02 (dois) dias prorrogáveis por igual período se considerada vencedora do certame. As empresas manifestaram interesse de Recurso, abrindo assim o prazo de 05 dias úteis.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Caçador, 17 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

CAROLINA FRUET DE LIMA - - Presidente da Comissão de Licitação
ANTONIO CARLOS CASTILHO - - MEMBRO
CARINE MARCON - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

LAURECI BITENCOURT - - Representante
BRUNO HAYMUSSI FONTANA - - Representante

Campo Alegre

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO 26/2014 FMS

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2014 FMS

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de filtros para veículos do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	10	unidade	Filtro, referência: ARL 4147	R\$ 14,00	R\$ 140,00
02	12	unidade	Filtro, referência: ARL 4150	R\$ 16,60	R\$ 199,20
03	14	unidade	Filtro, referência: ARL 5139	R\$ 65,00	R\$ 910,00
04	10	unidade	Filtro, referência: ARS 1013	R\$ 63,00	R\$ 630,00
05	14	unidade	Filtro, referência: ARS 2868	R\$ 25,00	R\$ 350,00
06	6	unidade	Filtro, referência: ART 5051	R\$ 43,00	R\$ 258,00
07	24	unidade	Filtro, referência: PC 947	R\$ 36,00	R\$ 864,00
08	12	unidade	Filtro, referência: PEL 312	R\$ 44,00	R\$ 528,00
09	12	unidade	Filtro, referência: PEL 675	R\$ 45,00	R\$ 540,00
10	12	unidade	Filtro, referência: PSL 156	R\$ 63,00	R\$ 756,00
11	50	unidade	Filtro, referência: PSL 55	R\$ 16,00	R\$ 800,00
12	30	unidade	Filtro, referência: PSL 560	R\$ 11,00	R\$ 330,00
13	14	unidade	Filtro, referência: PSL 77	R\$ 23,50	R\$ 329,00
14	12	unidade	Filtro, referência: PSL 78	R\$ 29,00	R\$ 348,00
15	6	unidade	Filtro, referência: RE 165464820 R	R\$ 60,00	R\$ 360,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 7.342,20	

Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 01/12/2014, às 09h45min do dia 11/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 11/12/2014 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária no exercício 2014, ou de dotação na mesma classificação no exercício 2015:

- 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone/fax nº. (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 01 de dezembro de 2014.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

ATA PREGÃO 110/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 110/2014)

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian T. Bartsch, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 110/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a "Aquisição de veículo modelo furgão compacto para transporte de merenda escolar na rede municipal de ensino" Recursos do Convênio nº 2014TR0002835 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Veritá Veículos Ltda - CNPJ: 83.528.232/0004-97 e Santa Paulina Strasbourg Veículos Ltda CNPJ: 05.210.259/0001-80. A empresa Veritá Veículos Ltda - CNPJ: 83.528.232/0004-97 não foi credenciada na licitação porque protocolou os envelopes fora do prazo estipulado no edital, restando apenas a empresa Santa Paulina Strasbourg Veículos Ltda CNPJ: 05.210.259/0001-80 que credenciou como representante o Sr. Wilson Grahl, a licitante apresentou a Declaração de Cumprimento dos Requisitos exigidos no Edital e não comprovou enquadramento como Empresa de Pequeno Porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Na fase de lances a representante concedeu desconto conforme tabela abaixo:.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
Santa Paulina Strasbourg Veículos Ltda	59.800,00	56.200,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante primeira classificada no ITEM. Estando de acordo com o exigido no edital, a empresa Santa Paulina Strasbourg Veículos Ltda foi declarada vencedora do Item com o valor de R\$ 56.200,00, conforme apresentado na tabela acima. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

ATA PREGÃO ELETRÔNICO 24/2014 FMS

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 24/2014 FMS)

Às 10:00 do dia 27/11/2014, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a aquisição de computadores para sala de vacina do município.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre-SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzh0>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

DECRETO Nº 8.687 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.687 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.017 -	Comemoração a datas alusivas e eventos locais	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.688 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.688 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido Sr. EDILSON PRUCKNESKI, Registro no Sistema sob nº 955164, do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
28 de Novembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 28/11/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 1-1940 DE 01 DE MAIO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 1-1940

NOMEIA CARCEIREIRO DA CADEIA PÚBLICA - JOSÉ ROMÃO DE CARVALHO.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Março de 1940.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Março de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 2-1940 DE 01 DE MAIO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 2-1940

NOMEIA INSPETOR DE VEÍCULOS - JOÃO FERREIRA DE LIMA.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Maio de 1940.

EUGÊNIO DUARTE

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Maio de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 3-1940 DE 01 DE MAIO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 3-1940

EXONERA A PEDIDO ZELADOR DO CEMITÉRIO PÚBLICO - VIDAL FERREIRA LEAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Maio de 1940.

BENTO MARTINIAMO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 31 de Maio de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO Nº 1/1940 DE 25 DE JULHO DE 1940

DECRETO Nº 1-1940

CRIA DUAS ESCOLAS MIXTAS MUNICIPAIS NOS LOGARES LAGEADO E PAPANDUVINHA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 25 de Julho de 1940.

BENTO MARTINIAMO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na Secretaria da Prefeitura Municipal

de Campo Alegre, em 25 de Julho de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 4-1940 DE 01 DE JULHO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 4-1940

NOMEAR ZELADOR DO CEMITÉRIO PÚBLICO - JOEL CUBAS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 01 de Julho de 1940.

BENTO MARTINIAMO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Julho de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 5-1940 DE 31 DE JULHO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 5-1940

NOMEAR PROFESSOR DA ESCOLA MIXTA DE LAGEADO - EUGENIO SCHÜTZLER.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Julho de 1940.

BENTO MARTINIAMO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 31 de Julho de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 6-1940 DE 31 DE JULHO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 6-1940

NOMEAR PROFESSOR DA ESCOLA MIXTA DE PAPANDUVINHA - ERNESTO SCHÜTZLER.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Julho de 1940.

BENTO MARTINIAMO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Comunique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 31 de Julho de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 1/1940 DE 05 DE AGOSTO DE 1940

DECRETO LEI Nº 1-1940

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de Agosto de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 05 de Agosto de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 2/1940 DE 23 DE AGOSTO DE 1940

DECRETO LEI Nº 2-1940

REGULA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 23 de Agosto de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 23 de Agosto de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO Nº 4/1940 DE 26 DE AGOSTO DE 1940

DECRETO Nº 4-1940

DENOMINA IMPOSTOS DE ACORDO COM O DECRETO LEI FEDERAL Nº 1.804 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1939.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de Agosto de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 26 de Agosto de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 7-1940 DE 29 DE OUTUBRO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 7-1940

INSTALA INAUGURA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 29 de Outubro de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 29 de Outubro de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 5/1940 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1940

DECRETO LEI Nº 5-1940

ORÇA A RECEITA E FIXA A DESPEZA PARA O EXERCÍCIO DE 1941.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 30 de Novembro de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 30 de Novembro de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

DECRETO LEI Nº 6/1940 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1940

DECRETO LEI Nº 6-1940

CRIA OS CARGOS DE SECRETÁRIO E TESOUREIRO E DO AGENTE DE ESTATÍSTICA.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 26 de Dezembro de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 26 de Novembro de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

RESOLUÇÃO Nº 8-1940 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1940

RESOLUÇÃO Nº 8-1940

DESIGNA FISCAL MUNICIPAL - ODORICO CUBAS.

RESOLUÇÃO OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de Dezembro de 1940.

BENTO MARTINIANO D' AMORIM

Prefeito Municipal

Publique-se - Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 31 de Dezembro de 1940.

MARIA DORINHA D' AMORIM.

Secretária

Campos Novos

SAMAE - CAMPOS NOVOS

EXT. CT. 41/2014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do terceiro aditivo ao contrato cno nº. 44/2011
CONTRATO CNO - 41/2014

DATA DE ASSINATURA: 28 de Novembro de 2014.
OBJETO: Prestação de serviços na manutenção do sistema de mo-
nitoramento do SAMAE de Campos Novos-SC.
PRAZO: 01.12.2014 à 30.11.2015.

Campos Novos - SC, 28 de Novembro de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

EXT. CT. 42/2014

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

Termo do terceiro aditivo ao contrato cno nº. 45/2011
CONTRATO CNO - 42/2014

DATA DE ASSINATURA: 28 de Novembro de 2014.
OBJETO: Manutenção e hospedagem do site do SAMAE de Cam-
pos Novos-SC.
PRAZO: 01.12.2014 à 30.11.2015.

Campos Novos - SC, 28 de Novembro de 2014.
JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 01/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/14

HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14

CONTRATADO: OURO VERDE SOM E PROP.LTDA CONTRATANTE: FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM, EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS EM FUNÇÃO DA COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES NATALINAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.150,00 (cinco mil cento e cinquenta reais)

DATA: 28/11/14 - ALFREDO EIKE BACH - Presidente.

PORTARIA Nº 844/2014

PORTARIA Nº. 844/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 4.251/2007 e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional JAQUELINE DOS SANTOS CHAGAS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0205, e convocada conforme Edital nº 060 de 29 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/12/2014.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, para atuar na Unidade Básica de Saúde Campo da Água Verde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional DALVANA PORTELLA FELIX BIALESKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0021, e convocada conforme Edital nº 060 de 29 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/12/2014.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 24 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 24/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 852/2014

PORTARIA Nº. 852/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996, da Lei Municipal nº 3.386/2001, da Lei Municipal nº 3.511/2002, da Lei Municipal nº 4.485/2010, da Lei Municipal nº 4.960/2012, da Lei Municipal nº 2.830/1997, e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente, para atuar no Serviço Social da Saúde, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrita sob nº. 1169, e convocada conforme Edital nº 059 de 29 de outubro de 2014, iniciando as suas atividades a partir de 01/12/2014.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 853/2014

PORTARIA Nº. 853/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 5.139/2013; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Art. 1º - Fica nomeada CLAUDETE APARECIDA FRANCISCO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/12/2014, conforme comunicação interna nº 352/SMS/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 854/2014

PORTARIA Nº. 854/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997;
CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 26/11/2014 do profissional GIOVANI PAULO KLEMPPOUZ, nomeado no cargo de Supervisor III, para atuar no PROCON, sendo responsável pela coordenação das atividades, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna nº 286/DP/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 130/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/14
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/14
HOMOLOGAÇÃO: 28/11/14
CONTRATADO: ALVO CONFECÇÕES LTDA CONTRATANTE: FUNDACAO CULTURAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 7.000 KITS DE UNIFORME ESCOLAR, COMPOSTO DE 1 JAQUETA, 2 CALÇAS, 2 CAMISETAS MANGA CURTA, 1 CAMISETA MANGA LONGA, 1 BERMUDA, 1 JAPONA DE INVERNO, 2 PARES DE MEIA E 1 PAR DE TÊNIS, DESTINADOS AOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. VALOR DA DESPESA: R\$ 2.169.949,60 (dois milhões cento e sessenta e nove mil novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)
DATA: 28/11/14 - - .

DECRETO Nº 290/2014

DECRETO Nº. 290/2014

"NOMEAR COMISSÃO"

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os abaixo relacionados, para comporem a COMISSÃO DO LEIA CANOINHAS - LEITOR DESTAQUE 2014 a ser realizado a partir de 25/11/2014 com vigência para o ano letivo de 2014:

1. CÉLIA LEITE;
2. FERNANDO LUIS TOKARSKI;
3. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE;
4. LEILA GORETE GOBETTI BOLDUAN;
5. SALETE PALHANO DE ANDRADE.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 25/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 291/2014

DECRETO Nº. 291/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 5.348,15m² (Cinco mil, trezentos e quarenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), procedido por RODRIGO DE PAULA E SILVA E OUTROS, situado na Rua Paulo Artner, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.966, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 1.914,30 m², lote nº 03 com área de 330,00 m², lote nº 04 com área de 330,00 m², lote nº 05 com área de 330,00 m², lote nº 06 com área de 330,00 m², lote nº 07 com área de 391,25 m², lote nº 08 com área de 262,80 m², lote nº 09 com área de 259,80 m² e lote nº 10 com área de 1.200,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1.670 conforme requerimento protocolado sob nº. 5836/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 292/2014

DECRETO Nº. 292/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 11.557,27m² (Onze mil, quinhentos e cinquenta e sete metros e vinte e sete decímetros quadrados), procedido por IVANA DE PAULA E SILVA CORDEIRO, situado na Rua Paulo Artner, no Bairro Industrial Nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.968, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 03 com área de 8.917,27 m², lote nº 11 com área de 330,00 m², lote nº 12 com área de 330,00 m², lote nº 13 com área de 330,00 m², lote nº 14 com área de 330,00 m², lote nº 15 com área de 330,00 m², lote nº 16 com área de 330,00 m², lote nº 17 com área de 330,00 m² e lote nº 18 com área de 330,00 m², todos pertencentes à quadra nº 1.738 conforme requerimento protocolado sob nº. 5728/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 293/2014

DECRETO Nº. 293/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 785,71m² (Setecentos e oitenta e cinco metros e setenta e um decímetros quadrados), procedido por NILBERTO KOTELAK, situado na Rua Sergio Gapski, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 38.142, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 02 com área de 454,96 m² e lote nº 16 com área de 330,75 m², ambos pertencentes à quadra nº 0433 conforme requerimento protocolado sob nº. 6608/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 294/2014

DECRETO Nº. 294/2014

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 749,36 m² (Setecentos e quarenta e nove metros e trinta e seis decímetros quadrados), procedido por JOSÉ WALDI SCHULKA, situado na Rua Jacob Tremel, no Bairro Água Verde, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 37.892, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 22 com área de 300,00 m² e lote nº 15 com área de 449,36 m², ambos pertencentes à quadra nº 0433 conforme requerimento protocolado sob nº. 6622/2014.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e

do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 295/2014

DECRETO Nº. 295/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

RETIFICAR O DECRETO Nº. 288/2014

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º do Decreto nº 288/2014, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Ficam nomeados os membros efetivos abaixo relacionados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB, a partir da presente data até 13 de setembro de 2016, conforme nomes a seguir:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Diogo Carlos Seidel
Suplente: Cristiano de Souza e Silva
Titular: Luciane Aparecida Darmorus Zucco
Suplente: Cibele Neudorf Batista

REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Elcia Aparecida Chimangosewski Gevieski
Suplente: Eliane Sudosky de Oliveira

REPRESENTANTES DE DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Eduardo Carvalho do Prado
Suplente: Thalita Pereira Bosse

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Luciane Wagner
Suplente: Liliane Knop Alves Machado

REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Titular: Jocilda Clarice da Silva
Suplente: Vanessa Ferreira
Titular: Cirlene Felício de Oliveira Zella
Suplente: Janete Terezinha Machado

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Dinaci Klutchovski
Suplente: Vera Lucia de Melo Meis

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Titular: Paulo Odair Moreira
Suplente: Izane Maria Pereira

REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - NÍVEL SECUNDARISTAS

Titular: Valfrida Terezinha de Lima
Suplente: Fabiana de Melo Meins”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 126/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 189/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 126/2014.

COMUNICADO DE DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA POR NÃO ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO EM TEMPO HÁBIL.

Contrato n.º 146/2014.

Desde o dia 24/11/2014 a Assessoria de Comunicação e o Departamento de Licitações e Contratos tentou entrar em contato com a empresa AMERICAN AUDIO VISUAL LTDA via telefone fixo, celular e e-mail sem sucesso.

O Contrato foi enviado à empresa pelo e-mail americaneventos@hotmail.com, sendo que a empresa não compareceu para assinar o contrato, ficando desta forma inviável a execução dos serviços. Diante do fato da empresa AMERICAN AUDIO VISUAL LTDA não ter assinado o Contrato em tempo hábil, resolvemos desclassificar a mesma do Pregão Presencial n.º 126/2014.

Em tempo hábil será providenciada outra empresa para execução dos referidos serviços.

PAULO CESAR SAFANELLI

Pregoeiro

PORTARIA Nº 858/2014

PORTARIA Nº. 858/2014

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 01/12/2014, para a servidora ADRIANA FILOMENA PETRY, comissionada no cargo de Coordenador na Casa Lar de Isosos “Stellita Pacheco Costa”, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme comunicação interna nº 302/SEMAS/2014.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 01/12/2014, para a servidora ROSEMARE STEILEIN CONTE, comissionada no cargo de Coordenador no Programa Sentinela, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme comunicação interna nº 301/SEMAS/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de novembro de 2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/11/2014.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 5.427, DE 19/11/2014

LEI Nº 5.427, de 19/11/2014

DISPÕE SOBRE LIGAÇÕES DE ÁGUAS EM VIAS A SEREM PAVIMENTADAS

O Vereador João Grein, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica incluído parágrafo único no Art. 1º da Lei nº 3.875, de 14/09/2005, com a seguinte redação:

Art. 1º ...

Parágrafo único. Nos termos do Art. 25 da Lei nº 4.376, de 17/12/2008, deverão ser realizadas as esperas para as futuras ligações de água de maneira a não atingir a pista de rolamento da nova pavimentação.

\p Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 19 de novembro de 2014.

Vereador João Grein

Presidente da Câmara

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 19/11/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 179/2014

DECRETO Nº 179, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza a quebra da ordem cronológica de vencimento de faturas para priorizar o pagamento de diversos fornecedores na forma que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade da Administração nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

CONSIDERANDO, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

CONSIDERANDO, a momentânea dificuldade de caixa, decorrente da queda da arrecadação nos últimos meses e a crescente demanda de obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a redução do fluxo de caixa levou a um atraso superior a 30 dias no pagamento das obrigações assumidas;

CONSIDERANDO, que a Prefeitura já iniciou o processo de corte de despesas para restabelecer a normalidade nos pagamentos, nos termos do Decreto nº 115, de 1º de agosto de 2014;

CONSIDERANDO, que em virtude do não pagamento dos valores devidos aos fornecedores, serviços estes imprescindíveis para a perfeita administração do Município, sendo necessária a imediata quitação para a continuidade dos serviços;

CONSIDERANDO, a possibilidade de interrupção do fornecimento dos serviços de Publicações de Atos Oficiais do Poder Executivo e outras Publicações para comunicação, transparência e publicidade dos atos da Administração desta Municipalidade, necessitamos priorizar o pagamento à Imprensa Nacional, RBS Zero Hora Editora Jornalística e Fundo de Materiais e Impressos Oficiais;

CONSIDERANDO, os prazos jurídicos a cumprir junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, é imprescindível a quitação das guias judiciais, sob pena de prescrição de prazos e atos processuais em ações em que o Município é parte ativa ou passiva;

CONSIDERANDO, a possibilidade de interrupção na vigência dos seguros da frota da Administração Municipal, em virtude do não pagamento dos valores devidos, seguros estes, imprescindíveis para a continuidade dos serviços que dependem da utilização de veículos, necessitamos priorizar o pagamento às empresas Gente Seguradora, Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A e Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais;

CONSIDERANDO, a possibilidade de interrupção do fornecimento de combustível e óleo lubrificante a fim de abastecer a frota da Administração Municipal, em virtude do não pagamento dos valores devidos aos fornecedores, materiais estes, imprescindíveis e essenciais para a continuidade na prestação de serviços e na realização de atividades administrativas que dependem da utilização

de veículos, necessitamos priorizar o pagamento às empresas Bordignon Combustíveis e Transportes Ltda. e Irmãos Dambrós Ltda.

CONSIDENRANDO, que foi contratada a Empresa Betha Sistemas Ltda., para implantação do Sistema de Informática, sistema este, integrado com a Câmara de Vereadores e o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, é de natureza essencial para o funcionamento e desempenho de todas as atividades, em todos os setores da Administração Municipal, sendo que o não pagamento acarretaria no bloqueio e paralisação do sistema e conseqüentemente a paralisação da máquina pública;

CONSIDENRANDO, que foi contratada a Empresa Governança Brasil, para implantação do Sistema de Informática de controle e gestão para emissão de relatórios de Audiências Públicas;

CONSIDERANDO a contratação de empresa especializada - Poseidon Produtos para Informática Ltda, com objetivo de acesso ao provedor de Internet da tecnologia Wireless nos locais e velocidades de acordo com a demanda, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto a ANATEL, registro no CREA/SC e hospedagem de e-mails sob o domínio www.capinzal.sc.gov.br para uso do Poder Executivo Municipal, sendo imprescindível para o funcionamento e desempenho de todas as atividades da Administração Municipal, principalmente no tocante a necessidade da internet para o funcionamento do Sistema de Informática Betha, necessitamos priorizar o pagamento à referida empresa;

CONSIDERANDO, que a Central Telefônica é o meio de comunicação essencial do Município de Capinzal, necessitamos priorizar o pagamento à empresa WR Telecomunicações Ltda. ME;

CONSIDERANDO, que o Sistema de Controle Interno é de suma importância para o bom andamento das atividades administrativas da Diretoria de Controle Interno, necessitamos priorizar o pagamento à empresa FAEE Suprimentos e Locação de Sistemas, fornecedora do programa de Controle Interno, responsável pelo gerenciamento das atividades dessa Diretoria;

CONSIDERANDO, a contratação da empresa Eletrônica Beber Ltda - EPP, com o objetivo de manutenção das antenas repetidoras de televisão, neste Município de Capinzal, necessitamos priorizar o pagamento à referida empresa;

CONSIDERANDO, os serviços especializados em medicina e segurança do trabalho, que consiste na elaboração e implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho, execução de exames médicos ocupacionais, audiometria, treinamentos e cursos, assessoria e acompanhamento técnico, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e Teste de acuidade visual, serviços estes que são obrigatórios de conformidade com legislação vigente e não podem ser interrompidos, necessitamos priorizar o pagamento à empresa Amettra Assessoria e Consultoria em Segurança do Trabalho;

CONSIDERANDO o Convênio nº 003, celebrado em 28 de fevereiro de 2014, com objetivo o estabelecimento de um sistema de cooperação técnica, administrativa e financeira na execução das atividades e manutenção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) buscando o melhor, mais célere e eficiente atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, no acesso à educação e na defesa dos direitos e interesses dos portadores de necessidades especiais como parte integrante do Sistema Municipal de Ensino, necessitamos priorizar o repasse à APAE;

CONSIDERANDO a exigência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC quanto à emissão das Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's - Conselho Regional de Engenharia,

Arquitetura, Agronomia de Santa Catarina, CREA-SC de projeto, execução e fiscalização de obras, o não pagamento destas, acarretaria no prejuízo ao profissional, bem como às obras, além das multas que podem vir a ser aplicadas pelo CREA-SC, pela falta de responsável técnico pelas obras;

CONSIDERANDO a necessidade de pagamento de Taxa de Licença Ambiental de Implantação - LAI à Fundação do Meio Ambiente - FATMA, referente a obra de Saneamento Básico (Estação de Tratamento de Esgoto) do Loteamento Santa Maria, sendo que o não pagamento da referida taxa a obra não poderá ser executada e não será efetuado o repasse pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO a contratação de empresa especializada - T.O.S - Obras e Serviços Ambientais Ltda., para execução de serviços essenciais de coleta de lixo que são realizados de acordo com o cronograma e horários estabelecidos pela Secretaria de Infraestrutura, esses serviços incluem coleta de resíduos sólidos comuns, resíduos recicláveis, resíduos sólidos especiais e resíduos sólidos de serviços de saúde e são realizados com veículos específicos para essa atividade e funcionários treinados para a função, necessitamos priorizar o pagamento à empresa;

CONSIDERANDO o Convênio nº 002, de 31 de março de 2011, e seus aditivos, que entre si celebraram os Municípios de Capinzal, Ouro e Zortéa e o Hospital Nossa Senhora das Dores, com objetivo da manutenção do sistema de pronto socorro, através do sistema de PLANTÃO 24 (vinte e quatro) HORAS, com estrutura física para atendimento ao público dos Municípios de Capinzal, Ouro e Zortéa, utilizando-se as dependências físicas, pessoal (equipe de enfermeiros, auxiliares de enfermagem e equipe médica), equipamentos, aparelhagens e instrumentos afins de propriedade do Hospital Nossa Senhora das Dores, sendo que sua interrupção inviabilizará o atendimento de emergência do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de pagamentos dos serviços médicos, serviços esses prestados de relevante interesse da saúde pública oferecidos à população capinzalense, sendo que sua interrupção inviabilizará o atendimento médico à população;

CONSIDERANDO a contratação de empresa especializada - Onseg Sistemas de Segurança Ltda., para realizar serviços de vigilância e monitoramento do sistema de alarme na Prefeitura Municipal - Centro Administrativo Prefeito Silvío Santos, Casa do Cidadão, Creas e Cecon, para o ano de 2014;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal da Administração e Finanças, através do serviço de tesouraria, autorizado a quebrar a ordem cronológica de vencimentos das faturas para priorizar o pagamento até esta data, relativo ao fornecimento dos serviços acima especificados, nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 24 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

RESOLUÇÃO 013/2014 - CIALAR

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Nome de Servidor, na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o nome da servidora Luciana Cristina Bussacro, brasileira, casada, nascida em 14 de março de 1987, inscrita no CPF sob o nº 056.503.089-26, contratada para exercer as funções do cargo de Assistente Social, em regime de trabalho de conformidade com o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR.

Art. 2º A servidora passa a assinar Luciana Cristina Bussacro Socól.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data supra.

Capinzal, em 28 de novembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Presidente do CIALAR

SIMAE**EXTRATO DE CONTRATO Nº CAO/43/2014**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº CAO/43/2014 CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: AUTO POSTO CHALEIRA PRETA LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 13.671.897/0001-27

OBJETO: TERMO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº CAO/40/2013, PARA REAJUSTE DOS VALORES CONTRATADOS PARA O FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM DURANTE O ANO DE 2014.

VALOR: R\$ 2,78 (DOIS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) POR LITRO.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2014.

VIGÊNCIA: 27/11/2014 A 31/12/2014.

Catanduvas**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2014 - PREGÃO Nº 0061/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0087/2014

PREGÃO Nº 0061/2014

Objeto: Aquisição de brinquedos para as crianças atendidas e acompanhadas pela assistência social e demais crianças que residem em nosso município visando o desenvolvimento do Fundo Municipal de Assistência Social.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 11 de dezembro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de novembro de 2014, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 28 de novembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 460 DE 28.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 460/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico, datado em 17.11.14,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, matriculada sob o nº 25/02, licença para tratamento de saúde, nos dias 17,18 e 19 de novembro de 2014 (três dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17.11.2014.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 461 DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 461/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº 2548/02, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 24.11.14 a 29.11.14 (06 dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 24.11.14.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 462 DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 462/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar NEUSA FRANCISCO LUCKMANN, ocupante do cargo efetivo de Administrador, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), FG - 2, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
28 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 463 DE 28.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 463/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CRISTIANE SOTELI BETTOLY, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 40% (quarenta por cento), FG - 3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
28 de novembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 464 DE 28.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 464/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar CRISLEI SEBOLD, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola, para exercer a função gratificada de Chefe de

Serviço, na Secretaria Municipal da Administração e Planejamento.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 40% (quarenta por cento), FG - 3, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 28 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 465 DE 28.11.14

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 465/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), prevista no anexo V da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 28 de novembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 118, DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 118, DE 28.11.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, § 1º,II, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 116 (transferência de convênios - outros) no valor de R\$ 537.660,00 (quinhentos e trinta e sete mil seiscentos e sessenta reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
116 - Transferência de convênios - Outros
4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
1038 - Pavimentação

... R\$ 506.660,00

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

20 - Agricultura

14 - Agricultura Sustentável

606 - Extensão Rural

116 - Transferência de convênios - Outros

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

1008 - Aquisição de Maquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Veículos de Transporte de Carga

..... R\$ 31.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 119, DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 119, DE 28.11.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 110 (receitas de impostos e transferências de impostos - educação), no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

01 - Divisão de Ensino

12 - Educação

06 - Educação para Todos

361 - Ensino Fundamental

110 - Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas

2014 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar
R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 120, DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 120, DE 28.11.2014

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, § 1º II, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 115 (transferência de convênios - educação), no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 - Divisão de Ensino
12 - Educação
06 - Educação para Todos
361 - Ensino Fundamental
115 - Transferência de Convênio - Educação
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
2015 - Manutenção do Programa do Transporte Escolar
R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 121, DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 121, DE 28.11.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, § 1º II, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 112 (contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública), no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
112 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
2044 - Manutenção Ampliação Serviços de Iluminação Pública
R\$ 3.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 122, DE 28.11.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
DECRETO Nº 122, DE 28.11.2014

Abre credito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, I, da Lei nº 0598, de 20.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários - orçamentos municipais), no valor de R\$ 35.000,00 (vinte e cinco mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 - Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços
03 - Divisão de Obras
15 - Urbanismo
13 - Urbanismo
451 - Infra Estrutura Urbana
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações
R\$ 25.000,00

04 - Secretaria da Fazenda
04 - Secretaria da Fazenda
04 - Administração
02 - Administração Financeira
123 - Administração Financeira
90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas
2008 - Contribuição ao Pasep R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
28 de novembro de 2014.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014 -PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2014- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2015, de combustíveis (gasolina, óleo diesel, ARLA) para abastecimento da frota de veículo do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 15/12/2014.

Abertura: dia 15/12/2014, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 27 de novembro de 2014.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2014-FIA

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA -FIA - CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2014 - FIA

Objeto: credenciamento e seleção de projetos sociais de entidades registradas no CMDCA, que tenham programas de atendimento direto com execução às crianças e adolescentes, conforme especificações constantes no Anexo "A" "I", "II", "III", "IV" e "B" do Edital, para destinação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - FIA de Concórdia - SC.

Data da realização: 10 de dezembro de 2014 até o dia 30 de janeiro de 2015.

Horário: das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 285, 2º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (049) 3442-1532 ou 3442-0119.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FIA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2014 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do senhor Wilson Anivo Haeffiger, Diretor Administrativo, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 27 de novembro de 2014, Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra, em caráter emergencial, para concerto da ambulância Peugeot Boxer, sob placa MJT 1622, a utilizada para transportes de pacientes do SUS, a favor da empresa VANCAR MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, no valor de R\$ 8.383,00 (oito mil, trezentos e oitenta e três reais).

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014 – FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2014 - FMAS

Objeto: Aquisição durante o exercício de 2015 de gêneros alimentício (lanches e Hortifrutigranjeiros) para crianças e adolescentes que frequentam as oficinas socioeducativas nas unidades do CRAS, CREAS e Abrigo Lar Anjo Gabriel e do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no Centro de Convivência Sementes do Amanhã, com recursos oriundos do FEAS, SCFV/FNAS e recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 17/12/2014.

Abertura: dia 18/12/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 28 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

CREAS ESTADO - CUSTEIO 3ª 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 10/2014 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente FEAS/FMAS/CREAS Média Complexidade - custeio, no valor de R\$ 28.512,00 (vinte e oito mil, quinhentos e doze reais).

Concórdia SC, 28 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

FEAS BASICA CUSTEIO 3ª 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 2014 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FEAS/BASICA CUSTEIO, repasse no valor de R\$ 13.339,08 (treze mil e trezentos e trinta e nove reais e oito centavos), referente ao serviço de Fortalecimento de Vínculos e de Proteção e Atendimento Integral a Família.

Concórdia SC, 28 de novembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

FEAS ALTA COMPLEXIDADE CUSTEIO ABRIGO 28 11 2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 09/2014 FEAS

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo - SST/FEAS/Alta Complexidade, no valor de R\$ 27.225,00 (vinte e sete mil e duzentos e vinte e cinco reais).

Concórdia SC, 28 de novembro de 2014.

Lauri Garbossa

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

DECRETO Nº 793/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 793/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ONORINO SANTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, ao servidor ONORINO SANTI, ocupante do cargo de Agente Operacional, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 19 de outubro de 2009 a 18 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 794/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 794/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gratificação, a título de locomoção, ao servidor SAMOEL LUIZ BITTENCOURT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 72 da Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor SAMOEL LUIZ BITTENCOURT, ocupante do cargo de Médico, matrícula 994758-01, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, a título de locomoção.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos à 14 de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 795/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 795/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA SULMIRA MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora MARIA SULMIRA MÜLLER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 796/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 796/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VIVIANE EINSFELD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 10 de novembro de 2014, à servidora VIVIANE EINSFELD, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104280-00, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2009 a 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 797/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 797/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor MARLON MAURICIO ANTUNES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, ao servidor MARLON MAURICIO ANTUNES, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de novembro de 2009 a 2 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 798/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 798/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia KENIA SIMONE LANG no cargo de Chefe do Departamento de Licitações; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora KENIA SIMONE LANG, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Licitações - Secretaria Municipal de Administração, do Quadro de Pessoal do Poder

Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora KENIA SIMONE LANG, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 799/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 799/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia IVONICE MARIA RODRIGUES DA SILVA SCHIOCHETT no cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora IVONICE MARIA RODRIGUES DA SILVA SCHIOCHETT, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Secretaria Municipal de Administração - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 800/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 800/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, ocupante do cargo de Encarregado da Seção Legislativa, para responder pelo cargo de Diretor Administrativo, do período vespertino do dia 10 a 16 de novembro de 2014, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

DECRETO Nº 801/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 801/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora GRACIELE CAMILLO SUTIL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora GRACIELE CAMILLO SUTIL, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 53244-02, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de setembro de 2009 a 14 de setembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 802/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 802/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia JUCINEI DE CASTILHOS CANDIDO no cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JUCINEI DE CASTILHOS CANDIDO, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Programas Habitacionais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor JUCINEI DE CASTILHOS CANDIDO, do cargo de provimento em comissão de Controlador da Divisão de Logística, a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 803/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 803/2014, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia MATHEUS HENRIQUE BITTENCOURT no cargo de Controlador da Divisão de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor MATHEUS HENRIQUE BITTENCOURT, para exercer o cargo de Controlador da Divisão de Logística - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MARNIO ALBERTO CADORE Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON
Diretora Administrativa

DECRETO Nº 804/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 804/2013, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa a servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora Técnica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora JENIFFER CAROLINA TASCA ANZANELLO MAGARINOS, ocupante do cargo de Engenheiro, para responder pelo cargo de Diretora Técnica, no período de 6 a 16 de novembro de 2014, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse íterim, gratificação de 80% (oitenta por cento) do nível 2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de novembro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DECRETO Nº 805/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 805/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989 e no Estatuto da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, aprovado pelo Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pelo cargo de Diretora-Geral da Fundação Municipal de Esportes - FMEC, no período de 14 a 25 de novembro de 2014, em face do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º A Diretora-Geral designada exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FMEC.

Art. 3º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, a movimentação das contas bancárias da FMEC, junto ao BB/BESC, será efetuada pela Ordenadora de Despesas/Diretora-Geral/Superintendente designada da FMEC, senhora NEUSA TEREZINHA SCHMIDT GUGEL, no período de 14 a 25 de novembro de 2014, na forma estabelecida nos Decretos nºs. 676/2012, de 24 de agosto de 2012 e 95/2013, de 7 de janeiro de 2013.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 806/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 806/2014, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SAIURI SUELEN MARCHETTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 20 de novembro de 2014, à servidora SAIURI SUELEN MARCHETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de agosto de 2009 a 2 de agosto de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 11 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 807/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 807/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia a servidora MARIA CRISTINA BERTA para responder, interinamente, pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008 e no art. 3º, VIII, da Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, para responder pelo cargo de Secretária Municipal de Saúde, no período de 17 a 23 de novembro de 2014, em razão do afastamento do titular, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica designada a servidora MARIA CRISTINA BERTA, Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde - FMS, no período de 17 a 23 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 808/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 808/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor EVANDRO GRISA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor EVANDRO GRISA, do cargo de provimento efetivo de Eletricista Automotivo.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 809/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 809/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Exonera, a pedido, a servidora EDILAMAR MACHADO DE LARA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora EDILAMAR MACHADO DE LARA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 10 de novembro de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 810/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 810/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LUCIMAR OLIVEIRA DOS SANTOS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora LUCIMAR OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de maio de 2009 a 5 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 811/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 811/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora JULIANA DO NASCIMENTO PEREIRA DA COSTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 24 de novembro de 2014, à servidora JULIANA DO NASCIMENTO PEREIRA DA COSTA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2008 a 7 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 812/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 812/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CECILIA VARGAS TIBOLLA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora CECILIA VARGAS TIBOLLA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de março de 2002 a 12 de março de 2007.

Art. 2º Fica alterada a expressão: "6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012" para: "13 de março de 2007 a 12 de março de 2012", constante no art. 1º do Decreto nº 269/2012, de 1º de março de 2012, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CECILIA VARGAS TIBOLLA.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 813/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 813/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor JOSE DALLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, ao servidor JOSE DALLO, ocupante do cargo de Motorista, o gozo de 1 (um)

mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 814/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 814/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ANGELITA MADALENA HINKEL VIEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora ANGELITA MADALENA HINKEL VIEIRA, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 14 de março de 2005 a 13 de março de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 815/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 815/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LEILA ELOISE SCHNEIDER VIEIRA MACHADO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora LEILA ELOISE SCHNEIDER VIEIRA MACHADO, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 100404-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de setembro de 2003 a 14 de setembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 816/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 816/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora JUCILEI SALETE GUBERTTI LONGO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de novembro de 2014, à servidora JUCILEI SALETE GUBERTTI LONGO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 817/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 817/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANGELA DA CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora ROSANGELA DA CRUZ, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de outubro de 2009 a 12 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 818/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 818/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor SEBASTIÃO LENINHO SCHUASTZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, ao servidor SEBASTIÃO LENINHO SCHUASTZ, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de fevereiro de 2008 a 6 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 819/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 819/2014, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor HARRI BOMM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, ao servidor HARRI BOMM, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 13 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 820/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 820/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede Promoção Horizontal a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 20 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e no Decreto nº 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração, e considerando as avaliações efetuadas pelas comissões especialmente designadas.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento efetivo do Quadro de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, Promoção Horizontal, para a Faixa de Vencimento B:

I - ANA PAULA MORANDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, com efeitos pecuniários retroativos a 16 de outubro de 2014;

II - LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos pecuniários retroativos a 3 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 821/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 821/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - FRANCIELI VALGOI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche;

II - JOSIANE ESPINOSA CABRAL, ocupante do cargo de Pedagogo;

III - LEONARDO VARGAS OLIVA NETTO, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO
Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 822/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 822/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora ELISANGELA KAHER FRUHWIRTH, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 7 de abril de 2008 a 6 de abril de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 823/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 823/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE SIMIONE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, à servidora ROSANE SIMIONE, ocupante do cargo de Escriturário, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de setembro de 2001 a 1º de setembro de 2006.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 14 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

DECRETO Nº 824/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 824/2014, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Designa a servidora TATIANE LUZZI para responder, interinamente, pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora TATIANE LUZZI, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos, para responder pelo cargo de Diretora de Recursos Humanos, no período de 18 de novembro a 2 de dezembro de 2014, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de novembro de 2014.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

LEI ORDINARIA Nº 4708

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.708, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza o Município adquirir área de terras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a adquirir, por utilidade pública, a área de terras de 62,28m², ocupada pelo traçado do trevo das Ruas Senador Atílio Francisco Xavier Fontana e Jabuticabal, no Bairro Petrópolis, do imóvel caracterizado como: lote urbano nº 01, da quadra 1, do Loteamento Floresta, com área de 371,88m², situado na Rodovia SC 283, esquina com a Rua A, de propriedade de VALDECIR PEDRO COLASSO e sua mulher, senhora NELSI KLUMB COLASSO, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis

desta Comarca sob nº 12.245, Livro nº 2 - "AZ", tendo a área de 62,28m², as seguintes medidas e confrontações: inicia-se no vértice P1, de coordenadas N 6.988.971,459m e E 396198,092m, situado na Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, deste, segue com a distância de 4,77m, confrontando neste trecho com o desenvolvimento das ruas Senador Atílio Francisco Xavier Fontana e a Jabuticabal, até o vértice P2, de coordenada N 6.988.789,889 m e E 396.202,162m; deste, segue com azimute de 152°38'55" e distância de 13,53m, confrontando neste trecho com a rua Jabuticabal, até o vértice P3, de coordenadas N 6.988.777,869m e E 396.208,372m; deste, segue com azimute de 321°22'24" e distância de 5,31m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P4, de coordenadas N 6.988.782,029m e E 396.205,062m; deste, segue com azimute de 313°56'06" e distância de 3,24m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P5, de coordenadas N 6.988.784,269m e E 396.202,732m; deste, segue com azimute de 306°04'42" e distância de 3,47m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P6, de coordenadas N 6.988.786,309m e E 396.199,922m; deste, segue com azimute de 283°45'25" e distância de 3,35m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P7, de coordenadas N 6.988.787,109m e E 396.196,672m; deste, segue com azimute de 269°34'37" e distância de 9,46m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P8, de coordenadas N 6.988.787,039m e E 396.187,222m; deste, segue com azimute de 256°38'04" e distância de 2,58m, confrontando neste trecho com o lote nº 01, até o vértice P9, de coordenadas N 6.988.830,89m e E 396.184,712m; deste, segue com azimute de 69°26'55" e distância de 14,28m; confrontando neste trecho com a Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, até o vértice P1, de coordenadas N 6.988.835,91m e E 396.247,47m; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Pela área de terras descritas no art. 1º desta Lei, o Município efetuará o pagamento de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), após concluída a escrituração e o registro do imóvel.

Art. 3º Os proprietários outorgarão a escritura pública da área de terras constante nesta Lei, após a competente autorização legislativa.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de novembro de 2014.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

LEI ORDINARIA Nº 4709

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.709, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras
Projeto/Atividade 15.0451.0042.1009 Modernização Urbanística - SEMURB
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
Exercício Anterior R\$ 600.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
Unidade Orçamentária 09.02 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
Projeto/Atividade 16.0122.0049.2605 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 10.625,00
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
Exercício Anterior R\$ 15.561,00
Projeto/Atividade 16.0481.0048.2252 Ações das Habitações Rurais - FMHIS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do
Exercício Anterior R\$ 11.648,35
Projeto/Atividade 16.0482.0048.2253 Ações das Habitações Urbanas - FMHIS
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 75.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS
Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais
Projeto/Atividade 28.0843.0057.2042 Ações da Dívida Interna - Encargos Especiais
Elemento 3.2.90.00.00.00.00.00 Juros e Encargos da Dívida - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 124.000,00
Elemento 4.6.90.00.00.00.00.00 Amortização da Dívida - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 317.408,18

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.0122.0078.1451 Modernização e Organização Administrativa da FMEC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 10.202,64
 Projeto/Atividade 27.0122.0079.1453 Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência FMEC
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 8.704,93

TOTAL ANULADO R\$ 1.198.150,10.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
 Projeto/Atividade 08.0122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 110.625,00
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura - Superávit do Exercício Anterior R\$ 27.209,35

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde
 Projeto/Atividade 10.303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 441.408,18
 Fonte de Recursos 03.020000 Receita de Impostos de Saúde - Superávit do Exercício anterior R\$ 600.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes
 Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - Prefeitura R\$ 18.907,57

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.198.150,10.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até outubro de 2014, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil
 Projeto/Atividade 12.0365.0021.2018 Ações da Educação Infantil - SEMED

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.620000 Outros Recursos - FNDE R\$ 110.447,74
 Unidade Orçamentária 06.06 Ensino Médio
 Projeto/Atividade 12.0362.0024.2011 Ações do Ensino Médio - Convênios - SEMED
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.220000 Transferências de Convênios - Educação R\$ 5.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 115.447,74.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
 Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente
 Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigadoras e Compensatórias - FUMDEMA
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.240000 Transferências de Convênios - Outros R\$ 74.000,00
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas
 Fonte de Recursos 01.240000 Transferências de Convênio - Outros R\$ 139.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 213.000,00.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.590, de 29 de outubro de 2013 e 4.621, de 13 de dezembro de 2013, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
--	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 10 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

LEI ORDINARIA Nº 4710

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.710, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Denomina via pública do Loteamento Angelo Sacomori, do Bairro Arvoredo, de Rua Margarida Zucchi Petrolí.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Rua A localizada no Loteamento Angelo Sacomori, no Bairro Arvoredo, passa a denominar-se Rua Margarida Zucchi

Petroli.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 12 de novembro de 2014.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

PORTARIA Nº 207/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 207/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 08 e 09/2014 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;

- os Adendos nºs. 335 e 340/2014 ao LTCAT da Secretaria Municipal de Educação;

- o Adendo nº 65/2014, ao LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- a CI DRH 653/2014, de 13 de novembro de 2014, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Adicional de Insalubridade, grau médio, correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo:

I - EDINEI ANTUNES, ocupante do cargo de Servente Braçal;

II - JOSUÉ ANDERSON GALVÃO, ocupante do cargo de Servente Braçal;

III - SANDRA ELISA FASSBINDER TOMAZ, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

IV - SILVANA MARIA SILVA DE LIMA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

V - SUZAMARA PELLIN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 3 de novembro de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 208/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 208/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Remoção nº 1/2014, de 13 de outubro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado final do Edital de Remoção nº 1/2014, de 13 de outubro de 2014, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

Protocolo	Nome do requerente	Matrícula	Unidade atual	Disciplina/área	Unidade Pretendida	Deferido	Indeferido	Critério
19375/2014	Adriana Alberti Pagliochi	90050-02	REDE	Educação Infantil	CMEI Criança Feliz		X	1.2.1
19376/2014	Adriana Priamo	34843-08	REDE	Educação Infantil	CMEI Criança Feliz	X		1.2.1
20808/2014	Andréia Cadorin Schiavini	4405-11	REDE	Anos Iniciais	EBM Ângelo Ary Biezes		X	Pedido fora de prazo
20625/2014	Cátia Pedrote	33880-05	CRAS	Anos Iniciais	EBM Elizabetha Pavan		X	1.2.1
20624/2014	Cátia Pedrote	33880-05	CRAS	Anos Iniciais	EBM Concórdia		X	1.2.1
20429/2014	Denise Kussler Mausof	68012-02	REDE	Educação Infantil	CMEI Criança Feliz		X	1.2.1
20050/2014	Diomar José Perin	4653-1-00	EBM Natureza	Educação Física	EBM Concórdia	X		Candidato único
19408/2014	Elis Regina Fracasso	79634-00	Rede	Educação Infantil	CMEI Acalanto	X		Candidata única
19312/2014	Elisabete Regina S. Gasparin	5754.1-03	CMEI C. Feliz	Educação Infantil	CMEI Imigrantes	X		Candidata única
20152/2014	Flávia Peruzzo Schwabenland	18732-01	EBM Eugênio Pozzo	Especialista	EBM Santa Rita	X		1.2.1
19457/2014	Francieli Gugel Varela	57584-10	REDE	Anos Iniciais	EBM Giuseppe Sette		X	1.2.1
19456/2014	Francieli Gugel Varela	57584-11	REDE	Anos Iniciais	EBM Concórdia		X	1.2.1
20636/2014	Gelsi Trentin Niero	91804-04	CMEI Zilda Silveira Neves	Educação Infantil	CMEI Zilda Silveira Neves	X		1.2.1
20425/2014	Gleici Mara Dreher	55190-05	REDE	Português	EBM Elizabetha A. Pavan		X	1.2.1
20426/2014	Gleici Mara Dreher	55190-05	REDE	Português	EBM Concórdia		X	1.2.1
20308/2014	Jânia Paula Bonassi Bet	86231-02	REDE	Educação Infantil	CMEI Zilda Silveira Neves		X	1.2.1
20626/2014	Joelci Ribeiro	4786.4-05	REDE	Especialista	EBM Santa Rita		X	1.2.1
20316/2014	Juciléia Cadorin	102199-01	REDE	Anos Iniciais	EBM Concórdia	X		1.2.1
20317/2014	Juciléia Cadorin	102199-01	EBM Irmão Miguel	Anos Iniciais	EBM Concórdia	X		Candidata única
20610/2014	Karen Sandra Magedans Wilske	104221-00	REDE	Educação Infantil	CMEI Imigrantes		X	1.2.1
20552/2014	Karina Stein Calixto de Araújo	97730-02	EBM Santa Rita	História	EBM Concórdia	X		1.2.1
19689/2014	Kelli R. Bombona Benelli	57134-07	EBM Natureza	Anos Iniciais	EBM Concórdia		X	1.2.1
19763/2014	Leila Rizolli	86142-06	REDE	Anos Iniciais	EBM Giuseppe Sette	X		1.2.1
20102/2014	Lenara Secco Siepmann	57576-04	REDE	Educação Infantil	CMEI Zilda Silveira Neves	X		Candidata única
20225/2014	Lucimara Tochetto Paviani	942421-01	REDE	História	EBM Concórdia		X	1.2.1
20022/2014	Maisa Bianchini Renosto	58602-01	REDE	Educação Infantil	CMEI Lua de Cristal	X		Candidata única
19390/2014	Marcia Casagrande	68640-00	REDE	Educação Física	EBM Giuseppe Sette	X		Candidata única
19853/2014	Márcia Lúcia Maldaner Frozza	101818-00	REDE	Educação Infantil	CMEI Imigrantes	X		1.2.1
19386/2014	Marisa Aparecida C. Pozzo	53457-08	REDE	Anos Iniciais	EBM Concórdia		X	1.2.1
20571/2014	Marisa Ceci Nunes Carvalho	100080-01	REDE	Português	EBM Concórdia	X		1.2.1
19635/2014	Marisa P. Pichetti	56278-05	REDE	Anos Iniciais	EBM Elizabetha A. Pavan		X	1.2.1

Protocolo	Nome do requerente	Matrícula	Unidade atual	Disciplina/área	Unidade Pretendida	Deferido	Indeferido	Critério
19712/2014	Neidi Mara Jande	31143-03	REDE	Português	EBM Waldemar Pheiffer		X	1.2.1
19851/2014	Paulo Rogério de Rossi	19780-01	EBM Nações	Português	EBM Waldemar Pheiffer	X		1.2.1
19675/2014	Rejane Bassegio Nesi	52450-05	EBM Giuseppe Sette	Artes	EBM Maria Petroli	X		1.2.1
20546/2014	Rosane Fátima da C. Branco	100595-07	REDE	História	EBM Concórdia		X	1.2.1
20288/2014	Silvanéa Forner	76460-04	REDE	Anos Iniciais	EBM Ângelo Ary Biezu	X		1.2.1
20669/2014	Simone Lazzarotto	99635-00	REDE	Anos Iniciais	EBM Ângelo Ary Biezu		X	1.2.1
20247/2014	Terezinha Pagoto	101494-01	REDE	História	EBM Concórdia		X	1.2.1
19952/2014	Vanessa Frizon	92177-00	REDE	Português	EBM Elizabetha A. Pavan	X		1.2.1
20036/2014	Vanusa A. Hert Zottis	308137-08	REDE	Anos Iniciais	EBM Elizabetha A. Pavan	X		1.2.1
20392/2014	Zilma Rodrigues do N. Poyer	70386-05	REDE	Artes	EBM Maria Petroli		X	1.2.1
20355/2014	Zulamar Maria Costa	99953-09	REDE	Anos Iniciais	EBM Ângelo Ary Biezu		X	1.2.1
20356/2014	Zulamar Maria Costa	99953-09	REDE	Anos Iniciais	EBM Concórdia		X	1.2.1

PORTARIA Nº 209/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 209/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

- I - AGENOR LUIS CEMBRANI, ocupante do cargo de Tesoureiro, a partir de 18 de novembro de 2014;
- II - ANA PAULA DE AGUIAR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 18 de novembro de 2014;
- III - ANA PAULA ROSA CAVASSINI STEIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 18 de novembro de 2014;
- IV - ELIETE TERESINHA PIVA ALTHAUS, ocupante do cargo de Servente Braçal, a partir de 18 de novembro de 2014;
- V - FABIANA PAULA PICININ, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, a partir de 18 de novembro de 2014;
- VI - HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Escriturário, a partir de 24 de novembro de 2014;
- VII - ODARIO KOSENHOSKI, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 18 de novembro de 2014;
- VIII - VILMAR JOÃO ZORZETTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 18 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 89/2014**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Contrato Nº 89/2014

Contratado: CLEIDIMAR MACHADO ESCOBAR 06043697947

Objeto: Contratação de serviço de mão de obra para colocação de meio fio na Rua Mato Grosso

Valor: R\$ 12.900,00 (Doze mil e novecentos reais)

Vigência: 31/12/2014

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 42

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 42/2014 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 48/2014

Contratado: LUCENY MARIA BAGGIO CORTINA ME

Objeto: Fica aditada na Cláusula quarta do contrato 48/2014, o valor de R\$ 4.250,00 (Quatro mil duzentos e cinquenta reais), representando 25% do item licitado inicialmente, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações 8.666/93.

Vigência: 31/12/2014

CONCORRÊNCIA Nº06/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Concorrência Nº 06/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

Tipo: maior oferta.

Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 08/01/2015

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 08/01/2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:030 hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 28 de novembro de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins**PREFEITURA****DECRETO Nº. 269, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.**

DECRETO Nº. 269, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO AVISO PÚBLICO Nº 003/2014 - ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO-, ESTAGIARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 038/2013 de 03/12/2013 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelo Aviso Publico nº 003/2014, para o preenchimento de vagas de Estagiária, em caráter temporário, os servidores a seguir relacionados:

I - Gilson Eduardo Pahl;

II - Laís Cristina Scarioto;

III - Marcos Antonio Marmentini;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os trabalhos relativos ao Aviso Publico e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 24 de novembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 02/2014 FUNREBOM**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2014
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA CAMINHONETA PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CORREIA PINTO, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 11/12/2014 às 10:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 01 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Presidente da Comissão de Licitação
Pregoeiro Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 70/2014 PMCP

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 70/2014 - TOMADA DE PREÇOS

Despacho de revogação de processo Licitatório
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações, e
CONSIDERANDO que em razão de não haver números de dotações disponíveis para a publicação do edital, revoga-se o processo.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 70/2014, e consequentemente a licitação por Tomada de Preços com o mesmo número, cujo objeto é o PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ESTADOS UNIDOS, PEDRO NUNES DO AMARAL, HERMINIO ATAIDE FURTADO E GETULIO VARGAS, E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA BELIZARIO RAMOS E DA AVENIDA TANCREDO NEVES, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO SIGEF Nº 11423, DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Correia Pinto, SC, 01 de dezembro de 2014.
Vânio Forster
Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 278/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 278/2014

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 278/2014, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE PARACHOQUES PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e

contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 28 de Novembro de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 291/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE FIO E CARRETEL PARA AS ROÇADEIRAS EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/12/2014. A partir das 16:00 horas do dia 19/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 26 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 292/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 292/2014

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GARAGEM PARA AS VIATURAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DO 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR/ CURITIBANOS, CONFORME PLANILHA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 18:00 horas do dia 17/12/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 16:00 horas do dia 18/12/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 28 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS COM TESTE DE CERTIFICAÇÃO DE 35MPA, PARA USO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 19/12/2014.

A partir das 16:00 horas do dia 19/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 28 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

RESULTADOS LICITAÇÕES 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado da Licitação Pregão nº 050/2014, Objeto: Aquisição de óculos de grau, destinados idosos em situação de vulnerabilidade social e atendidos pelos Programas Sociais. Vencedor: Mendonça e Hoscheidt .Ltda - Valor R\$ 4.000,00.

Dionísio Cerqueira SC 06/11/2014

João Stahl

Gestor do FMS

DECRETO 5305/2014

DECRETO Nº 5305/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 06 DA QUADRA Nº 06-A, COM ÁREA DE M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTÉ, Prefeito Municipal em exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 12.939, de propriedade de Alenir Teresinha Rover

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, com área de 530,86m² (quinhentos e trinta metros e oitenta e seis centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 06-A, com área de 457,84m² (quatrocentos e cinquenta e sete metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 12,86 metros;

SUL: Com a Rua Vereador Claudino Antonioli, medindo 9,40 metros e com a Rua do Divisor, medindo 14,82 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 19,91 metros;

OESTE: Com o Lote nº 05, medindo 31,44 metros.

b) Lote Urbano nº. 06-B (seis - B) da Quadra nº. 06-A, com área de 73,02m² (setenta e três metros e dois centímetros), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 12,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 0,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 25,00 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 6,56 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 06-B (seis - B) com área de 73,02m² (setenta e três metros e dois centímetros quadrados) e Lote Urbano nº 06-A (seis - A), com área de 437,88m² (quatrocentos e trinta e sete metros e oitenta e oito centímetros quadrados), ambos da Quadra nº 06-A, que perfaz um total de 510,90m² (quinhentos e dez metros e noventa centímetros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 06-B da Quadra nº 06-A, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 13, medindo 10,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 5,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 07, medindo 48,70 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 30,66 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
FLAVIO BERTE
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 27/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

DECRETO 5306/2014

DECRETO Nº 5306/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 06 DA QUADRA Nº 77, COM ÁREA DE 1.960,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o desmembramento do seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 06 da Quadra nº. 77, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 8.874, de propriedade de Carlos Reimir Schreiner Maran.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 06 da Quadra

nº. 77, nesta cidade, com área de 1.960,00m² (mil novecentos e sessenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 77, com área de 1.098,47m² (mil e noventa e oito metros e quarenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 08, medindo 28,00 metros;

SUL: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 28,00 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 39,16 metros;

OESTE: Com a Rua Visconde de Taunay, medindo 39,30 metros.

b) Lote Urbano nº. 06 - A (seis - A) da Quadra nº. 77, com área de 861,53m² (oitocentos e sessenta e um metros e cinquenta e três centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 08, medindo 22,00 metros;

SUL: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 22,00 metros;

LESTE: Com os Lotes nºs 04 e 05, medindo 39,05 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 39,16 metros.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
FLAVIO BERTE
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 27/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

DECTRETO 5307/2014

DECRETO Nº 5307/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº05 DA QUADRA Nº 46, COM ÁREA DE 1.330,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE, Prefeito Municipal em exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 05 da Quadra nº. 46, nesta cidade, matriculado

no Registro de Imóveis sob nº. 10.855, de propriedade da empresa Comercial Daltoé LTDA.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 05 da Quadra nº. 46, nesta cidade, com área de 1.330,00m² (um mil trezentos e trinta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 05 (cinco) da Quadra nº. 46, com área de 821,69m² (oitocentos e vinte um metros e sessenta e nove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Paraná, medindo 16,00 metros, e com o Lote nº. 05-A, medindo 13,60 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 07, medindo 31,30 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 06, medindo 45,00 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 05-A, medindo 44,44 metros e com o Lote Urbano nº. 04, medindo 5,00 metros.

b) Lote Urbano nº. 05 - A (cinco - A) da Quadra nº. 46, com área de 508,31m² (quinhentos e oito metros e trinta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Paraná, medindo 10,00 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 05, medindo 13,60 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº 05, medindo 44,37 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 04, medindo 32,40 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

FLAVIO BERTE
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 27/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

DECRETO 5308/2014

DECRETO Nº 5308/2014.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 03 DA QUADRA Nº 80, COM ÁREA DE 900,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO BERTE Prefeito Municipal em Exercício de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 03 da Quadra nº. 80, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 8.099, de propriedade de Elson Luiz Kollemberg e Neusa Krewer Kollenberg.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 03 da Quadra nº. 80, nesta cidade, com área de 900,00m² (novecentos metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 80, com área de 877,60m² (oitocentos e setenta e sete metros e sessenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 02, medindo 50,00 metros;

SUL: Com o Lote nº 04, medindo 34,00 metros e com o lote 03-A, medindo 16,00 metros;

LESTE: Com os Lotes nº 06 e 11, medindo 18,00 metros;

OESTE: Com o Lote nº 03-A, medindo 1,40 metros e com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 16,60 metros.

b) Lote Urbano nº. 03 - A (três - A) da Quadra nº. 80, com área de 22,40m² (vinte e dois metros e quarenta centímetros), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 03, medindo 16,00 metros;

SUL: Com o Lote nº 04, medindo 16,00 metros;

LESTE: Com o Lote nº 03, medindo 1,40 metros;

OESTE: Com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 1,40 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 04 (quatro) com área de 904,00m² (novecentos e quatro metros quadrados) e Lote Urbano nº 03 - A (três - A) ambos da Quadra nº 80, com área de 22,40m² (vinte e dois metros e quarenta centímetros quadrados) que perfaz um total de 926,40m² (novecentos e vinte e seis metros e quarenta centímetros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 04 (quatro), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 03, medindo 16,00 metros e 34,00 metros;

SUL: Com o Lote nº 05, medindo 22,50 metros e com o Lote nº 05-A, medindo 15,50 metros e 12 metros.

LESTE: Com o Lote nº 03, medindo 1,40 metros e com o Lote nº 06, medindo 20,00 metros.

OESTE: Com o Lote nº 05-A, medindo 8,00 metros e com a Avenida Prefeito Adelino Mangini, medindo 13,40 metros.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
FLAVIO BERTE
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.
Data 27/11/2014

GILMAR BRIZOLA DE CAMPOS
Secretario Municipal

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 107/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 107/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51),
1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/ FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de novembro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 233/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 233/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - JF AR CONDICIONADO LTDA ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiro de Santa Catarina por meio do convênio FUNREBOM firmados junto ao Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.990,00 (mil novecentos e noventa reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 385 (trezentos e oitenta e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 04/12/2015.

DOTAÇÃO - 1101.2037.4490 (179).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 201/ PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 14 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 101/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 101/2014
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 47/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TECNOLÓGICA P. SERV. INFORMÁTICA E ENGENHARIA LTDA.

DO OBJETO - Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 47/2014 de 31/12/2014 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 10 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 229/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 229/2014
LOCADOR - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
LOCATÁRIO - OLIVIO CANDIOTTO

OBJETO - Locação de uma sala comercial medindo 90,00 m² (noventa metros quadrados), localizada na Alameda Felipe Arns, nº 33, Centro, Forquilha/SC, para servir como instalações do Conselho Tutelar durante o exercício corrente, devidamente cadastrado no Cartório de Registro de Imóveis Rubens Costa, matrícula sob o número 39.131.

VALOR - O preço da locação é de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito) mensais, perfazendo um valor global de R\$ 9.456,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015, produzindo seus efeitos até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1301.2026.3390 (216).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 204/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 103/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 103/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - LEDIO DA SILVA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de gás de cozinha para atendimento Fundo de Saúde do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32) - Secretaria de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 197/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 227/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 227/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - LEDIO DA SILVA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de gás de cozinha para atendimento as diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 53.750,00 (cinquenta e três mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:
0401.2010.3390 (29) - Secretaria de Administração e finanças;
0501.2015.3390 (75) - Secretaria de Educação;
0701.2032.3390 (106) - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano;
1301.2020.3390 (192) - Secretaria de Ação Social.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 197/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 230/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 230/2014
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DISK AGUA CASAGRANDE LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada, de água mineral para atendimentos em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, para o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - 02/01/2015 até 31/12/2015.

DOTAÇÃO - A despesa do objeto deste contrato correrá pelas seguintes dotações orçamentárias de 2015.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 198/PMF/2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de novembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AT14PMF124

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF124

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A

Valor : 80.550,00 (oitenta mil quinhentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 128/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, E CILINDRO DE GÁS P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2014 A ABRIL DE 2015

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AT14PMF125

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF125

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: FRAYGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA Valor : 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 128/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, E CILINDRO DE GÁS P45, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FMS E FME), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2014 A ABRIL DE 2015

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AT14PMF126

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF126

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: ARNO TOFFOLI Valor : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 30/01/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2014

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE MUDAS DE FLORES DE ÉPOCA PARA EMBELEZAMENTO DA CIDADE DE FRAIBURGO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2014 A JANEIRO DE 2015

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AT14PMF127

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF127

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: SSAT - SINALIZAÇÃO E ADESIVOS LTDA Valor : 17.519,68 (dezesete mil quinhentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos)

Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 31/03/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 133/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE TINTAS, SOLVENTES, MICROESFERA DE VIDRO, TACHÕES E COLA PARA TACHÕES, PARA DEMARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE OS MESES DE NOVEMBRO DE 2014 A MARÇO DE 2015

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AT14PMF128

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT14PMF128

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA Valor : 48.580,00 (quarenta e oito mil quinhentos e oitenta reais)

Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 30/04/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 137/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VSANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO E RETIRADA DE ENFEITES NATALINOS E DE PÁSCOA, PARA DECORAÇÃO DE DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005_2014 FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0027/2014 - FMS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2014 - FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2014-FMS, para inscrição da servidora Natalia Manganeli Berg no "WORKSHOP TESTE DA LINGUINHA" que acontecerá no dia 06/12/2014 na cidade de Florianópolis/SC. Contratada: VOICE BRAZIL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.428.429/0001-06. Valor e pagamento: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) até 03/12/2014. Fundamento Legal: Art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 27 de novembro de 2014.

Nilce Pinz

Secretária Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL 0031_2014 - RP 0011_2014-SF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0031/2014 - SF
Registro de Preços nº 0011/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento torna público a retificação do objeto referente ao pregão em epígrafe, uma vez que o seu objeto é o seguinte:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de materiais, equipamentos e serviços para manutenção dos poços artesanais, durante o período de dezembro de 2014 a abril de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 14:15 horas do dia 11.12.2014. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de novembro de 2014.
Eloi Regalin
Presidente da SANEFRAI

CT14PMF159

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT14PMF159
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERV. LTDA
Valor : 2.755,00 (dois mil setecentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2014
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA RECURPERAÇÃO DA CONTROLADORA DO MOTOR DE PASSO DA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 150 Nº 290.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CT14PMF160

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT14PMF160
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada.: VIDENET INFORMÁTICA LTDA
Valor : 7.250,00 (sete mil duzentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 136/2014
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO NA SALA DE VACINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO (SI-PNI).

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CT14PMF161

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT14PMF161
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada.: ELIO M LAZZAROTTO-ME Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 19/12/2014
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 32/2014
Objeto : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ART. 25, INC. III, DA LEI Nº 8.666/93, VISANDO A CONTRATAÇÃO DO "PAPAI NOEL DO BRASIL" PARA AS FESTIVIDADES DE FINAL DE ANO "NATAL NO LAGO" COM CHEGADA DE HELICÓPTERO NA PRAÇA MARIA FREY, CENTRO DESTA CIDADE NO DIA 18/12/2014 DAS 19:30 ÀS 23:30 HORAS.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CT14PMF162

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT14PMF162
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: DISMACENTER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI
Valor : 11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais) Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 140/2014
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA O QUARTEL DA POLICIA MILITAR.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CT14PMF163

EXTRATO CONTRATUAL
Contrato Nº.: CT14PMF163
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada.: VIDENET INFORMÁTICA LTDA Valor : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 19/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 139/2014
Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA PLOTTER, PARA USO NO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

CT14PMF164

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT14PMF164

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada.: RAQUEL PALHANO DOS SANTOS FERREIRA ES-
QUADRIAS - MEValor : 13.300,00 (treze mil trezentos reais) Vigência
..... : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 138/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA RE-
CUPERAÇÃO DA COBERTURA DOS GINÁSIOS DE ESPORTES DO
CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL PE. BIAGIO SIMONETTI, LO-
CALIZADO NA RUA MARIA SALETE DE OLIVEIRA E DO CENTRO
DE EDUCAÇÃO FAXINAL DOS
CARVALHOS, LOCALIZADO NA COMUNIDADE DO FAXINAL DOS
CARVALHOS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECES-
SÁRIO

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

CT14SF27

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF27

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: AUTO DIESEL FRAIBURGO LTDA Valor
: 7.300,00 (sete mil e trezentos reais) Vigência : Início:
03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA DO RAMO PARA A REFORMA DA CAÇAMBA BASCU-
LANTE COM CAPACIDADE DE 10M³, UTILIZADA NO CAMINHÃO
VW 26.260E PLACAS MFQ-4196, FROTA SFR0218 DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

CT14SF28

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF28

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA

Valor : 395,44 (trezentos e noventa e cinco reais e qua-
renta e quatro centavos)

Vigência : Início: 04/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE CAFE
E AÇÚCAR PARA CONSUMO DA SANEFRAI, DURANTE OS MESES
DE NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2014

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

CT14SF29

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF29

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: IMPERVEG POLÍMETROS INDUSTRIA E COMERCIO
LTD Valor : 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2014

Objeto : PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO
DE EFLUENTES (ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RE-
SÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO
LIMPA FOSSA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

CT14SF30

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF30

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: FERMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARAMES
LTDA Valor : 2.326,50 (dois mil trezentos e vinte e seis
reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES
(ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TAN-
QUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSAS
DA SANEFRAI E DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO JARDIM
AMÉRICA.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

CT14SF31

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF31

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: IRRIGABRÁS COMÉRCIO DE MÁQUINAS CAÇADOR
LTD Valor : 1.584,00 (um mil quinhentos e oitenta e qua-
tro reais) Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES
(ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TAN-
QUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSAS
DA SANEFRAI E DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO JARDIM
AMÉRICA.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014

ELOI REGALIN

Presidente

CT14SF32

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF32
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: METROLÓGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓR
Valor : 259,00 (duzentos e cinquenta e nove reais) Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSAS DA SANEFRAI E DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

CT14SF33

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF33
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: PEDRA AZUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor : 27.932,30 (vinte e sete mil novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos)
Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSAS DA SANEFRAI E DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

CT14SF34

EXTRATO CONTRATUAL Contrato Nº.: CT14SF34
Contratante...: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: VANESSA AGOSTINI ME
Valor : 2.938,00 (dois mil novecentos e trinta e oito reais)
Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES (ETE), PARA TRATAMENTO CONJUNTO DE RESÍDUOS DE TANQUES SÉPTICOS COLETADOS PELO CAMINHÃO LIMPA FOSSAS DA SANEFRAI E DO ESGOTO SANITÁRIO DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

PORTARIA Nº 3008/2014

PORTARIA N.º 3.008, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0042 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01359/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 20 de dezembro de 2014 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3009/2014

PORTARIA N.º 3.009, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 01360/2014 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARILZA BILIK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.145.979-67, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 16 de janeiro de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de novembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

RESOLUÇÃO CMS 017
DELIBERAÇÃO 017/CMS/14

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2014, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salete, APROVOU a Tabela de Procedimentos de Ortopedia para o ano 2015, conforme ATA Nº 012/2014.

Fraiburgo (SC), 26 de novembro de 2014.
Nilce Pinz
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

TA.AT14PMF122

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF122 - Contrato Nº: AT14PMF90
Contratante..: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: COMÉRCIO E TRANSPORTE DE FRUTAS RIBEIRO LTDA - FIL
Valor : 14.187,54 (quatorze mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1, 2, 6, 7, 10, 12, 14 E 18 DO LOTE 1.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA.AT14PMF123

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14PMF123 - Contrato Nº: AT14PMF92
Contratante..: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: SUPERMERCADO SERVELAR LTDA EPP Valor : 20.544,08 (vinte mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oito centavos)
Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NAS QUANTIDADES DO ITEM 24 DO LOTE 6, DO ITEM 41 DO LOTE 10 E DO ITEM 63 DO LOTE 14.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA;AT14SF14

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT14SF14 - Contrato Nº: AT14SF08
Contratante..: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA
Valor : 7.050,00 (sete mil e cinquenta reais) Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO EM 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 01.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

TA14PMF115

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF115 - Contrato Nº: CT13PMF129
Contratante..: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Valor : 630,67 (seiscentos e trinta reais e sessenta e sete centavos)
Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 31/07/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2013
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA SUA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO MICROÔNIBUS DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO: PAS/ÔNIBUS/IVECO CITYCLASS
70C17 - Cap/Pot/Cil - 23P/170CV - Ano/Modelo: 2013/2014 - Placa: QHE 4855 - Chassi: 93ZL68C01E8456033 - Renavam: 1018692786.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14PMF116

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA14PMF116 - Contrato Nº: CT14PMF108
Contratante..: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: A.R.G INDUSTRIAL LTDA Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 07/02/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ENGENHEIRA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2015.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14PMF117**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14PMF117 - Contrato Nº: CT14PMF100
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA - EPP Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 16/01/2015
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2014

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DA ARQUITETA FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 16 DE JANEIRO DE 2015.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14PMF118**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14PMF118 - Contrato Nº: CT09PMF95
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: VIVO S.A.

Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/11/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 82/2009
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, AMIGAVELMENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CONTRATO A PARTIR DESTA DATA, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU RESSARCIMENTO.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14PMF119**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14PMF119 - Contrato Nº: CT13PMF25
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO Contratada...: VIVO S.A.

Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 14/11/2014 Término: 14/11/2014
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, AMIGAVELMENTE, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES, RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CONTRATO A PARTIR DESTA DATA, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU RESSARCIMENTO. PARTIR DESTA DATA, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER PENALIDADE OU RESSARCIMENTO.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14PMF120**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14PMF120 - Contrato Nº: CT14PMF130
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA

Valor : 3.870,00 (três mil oitocentos e setenta reais) Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 19/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 100/2014
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, A PEDIDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO NA QUANTIDADE DO ITEM 03.

Fraiburgo, 27 de Novembro de 2014
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

TA14SF13**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA14SF13 - Contrato Nº: CT14SF27
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO Contratada...: AUTO DIESEL FRAIBURGO LTDA Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2014
Objeto : FICA ALTERADA A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INFORMADA NA SUA CLÁUSULA QUARTA ITEM 4.1 DO CONTRATO.

Fraiburgo, 26 de Novembro de 2014
ELOI REGALIN
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 177, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 177, de 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES - LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 099/2008.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, faz saber a todos os habitantes, que o Poder Legislativo aprovou e nos termos do artigo 32, V, da Lei Orgânica Municipal promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica revogado o Inciso IV, do artigo 157, da Lei Complementar Municipal nº 099/2008, Código de Edificações, alterado pela Lei Complementar nº 151/2012.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a Lei Complementar nº 151/2012 e demais disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 28 de novembro de 2014.
JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 986/2014.

PORTARIA N.º 986, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 019/2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: GABRIELA PEREIRA RODRIGUES, mat. 5146, TULA SOUZA DO AMARAL, mat. 3226 e NYCHOLAS GONÇALVES DO NASCIMENTO, mat. 5314 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 019/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º 16 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA N.º 16 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

"Concede Licença-Prêmio a servidora do Município, Câmara Municipal de Garopaba".

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GAROPABA, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Artigo 23, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, em consonância com a Lei Complementar nº 1000/2005, artigo 137 e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LUCIANE CRISTINA STEIN, Auxiliar Legislativa, 02 (dois) meses de Licença-Prêmio (um quinquênio), a que tem direito, a ser gozada, no período de 01/12/2014 a 31/01/2015, quando deverá voltar ao exercício de suas funções.

Art. 2º O direito a presente Licença foi adquirido no período de julho de 2007 a julho de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de novembro de 2014.

ROGÉRIO LINHARES

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, no mural de publicações da Câmara Municipal de Garopaba, aos 28 dias do mês de novembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 01/12/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho

Diretor Administrativo

Câmara Municipal de Garopaba

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.539, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.539, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 04/2014, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de novembro de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 04/2014, instaurada para apurar a responsabilidade por infrações de trânsito relativas a veículo de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 30 de novembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

LEI Nº 3.619, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.619, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

ALTERA REFERÊNCIA SALARIAL, DEFINE ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO QUE MENCIONA E INSTITUI GRATIFICAÇÃO ESPECIAL.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as referências salariais dos cargos abaixo mencionados, constantes no Quadro de Pessoal Civil do Município de Gaspar:

I - A referência do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Especializados III - Operador de Máquina, nível ASE III, passa a ser 44 (quarenta e quatro);

II - A referência do cargo em provimento efetivo de Motorista de Caminhão, nível ASE V, passa a ser 36 (trinta e seis); e

III - A referência do cargo em provimento efetivo de Motorista de Ônibus, nível ASE V, passa a ser 44 (quarenta e quatro).

§ 1º Compete ao Agente de Serviços Especializados - Operador de Máquina, nível ASE III, sem prejuízo de outras disposições legais:

I - operar, com habilidade técnica as seguintes máquinas:

microtrator, máquina demarcadora de faixas, tratores agrícolas, rolo compactador, rolo compactador vibratório, pá carregadeira motoniveladora, trator de esteiras, retroescavadeira, escavadeira hidráulica e motoniveladora, dentre outros;

II - vistoriar a máquina e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança da máquina;

III - comunicar por escrito ao superior hierárquico quaisquer defeitos verificados;

IV - executar serviços de terraplanagem, nivelamento de ruas e estradas, assim como abaulamentos, abrir valetas e cortar taludes;

V - operar máquinas rodoviárias em escavação, transporte de terras, aterros e trabalhos semelhantes;

VI - operar com máquinas de compactação, varredouras mecânicas, tratores, etc.;

VII - comprimir com rolo compressor cancha para calçamento ou asfaltamento, conduzir e manobrar a máquina acionando o motor e manipulando os comandos de marcha e direção, para posicioná-la conforme as necessidades dos serviços;

VIII - operar mecanismos de tração e movimentação dos implementos da máquina, acionando pedais e alavancas de comando, para escavar, carregar, mover e levantar ou descarregar terra, areia, cascalho, pedras e materiais análogos;

IX - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

X - colocar em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

XI - executar suas atribuições cooperando com zelo e determinação na realização de tarefas interrelacionais que dependam de interação com outros equipamentos e funções;

XII - acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das máquinas e seus implementos e, depois de executados, efetuar os testes necessários;

XIII - limpar e lubrificar a máquina e seus implementos, seguindo as instruções de manutenção do fabricante, bem como providenciar a troca de pneus, quando necessário;

XIV - observar as medidas de segurança ao operar e estacionar as máquinas;

XV - anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre trabalhos realizados, consumo de combustível, consertos e outras ocorrências;

XVI - atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável hierárquico;

XVII - manter seus documentos e habilitações em dia, às suas expensas, responsabilizando-se por suas renovações;

XVIII - participar e executar serviços de plantão em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu superior hierárquico, quando solicitado; e

XIX - executar demais tarefas correlatas.

§ 2º Compete ao Motorista de Caminhão, sem prejuízo de outras disposições legais:

I - conduzir veículos automotores destinados ao transporte de cargas disponíveis na frota municipal;

II - transportar materiais e documentos, responsabilizando-se pelos mesmos;

III - vistoriar o veículo verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo;

IV - comunicar por escrito ao superior hierárquico quaisquer defeitos verificados;

V - controlar e auxiliar na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a sua correta entrega, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega;

VI - preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata;

VII - recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;

VIII - promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;

IX - efetuar ou providenciar reparos de emergência;

X - manter seus documentos e habilitações em dia, às suas expensas, responsabilizando-se por suas renovações;

XI - obedecer, na íntegra, à legislação de trânsito vigente;

XII - zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda;

XIII - participar e executar serviços de plantão, submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu superior hierárquico, quando solicitado; e

XIV - realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato;

§ 3º Compete ao Motorista de Ônibus, sem prejuízo de outras disposições legais:

I - conduzir veículos automotores destinados ao transporte de passageiros disponíveis na frota municipal;

II - transportar pessoas, materiais e documentos, responsabilizando-se pelos mesmos;

III - auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros,

manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário;

IV - zelar pela segurança de passageiros e de terceiros;

V - vistoriar o veículo verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo;

VI - comunicar por escrito ao superior hierárquico quaisquer defeitos verificados;

VII - controlar e auxiliar na carga e descarga de mercadorias;

VIII - preencher diariamente o mapa de controle individual de veículos, entregando-o no prazo solicitado pela sua chefia imediata;

IX - recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;

X - promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção;

XI - efetuar ou providenciar reparos de emergência;

XII - manter seus documentos e habilitações em dia, às suas expensas, responsabilizando-se por suas renovações;

XIII - obedecer, na íntegra, à legislação de trânsito vigente;

XIV - zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda;

XV - participar e executar serviços de plantão, submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu superior hierárquico, quando solicitado; e

XVI - realizar outras atribuições compatíveis com as acima descritas, conforme demanda e a critério de seu superior imediato.

Art. 2º Fica alterada para 44 (quarenta e quatro) a referência salarial do cargo em provimento efetivo de Agente de Serviços Especializados III - Operador de Máquinas-Retro, constante no Quadro de Pessoal Civil do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Parágrafo único. Compete ao Agente de Serviços Especializados - Operador de Máquinas-Retro, sem prejuízo de outras disposições legais:

I - operar retro escavadeiras, pás-carregadeiras e outras máquinas do serviço destinadas à abertura de valas, terraplenagem, etc.;

II - zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução;

III - zelar pela conservação e manter as máquinas em perfeitas condições de funcionamento;

IV - adotar as medidas de segurança recomendadas para a operação e estacionamento da máquina, a fim de evitar possíveis acidentes;

V - fazer reparos emergenciais;

VI - cuidar do abastecimento de combustíveis, água e óleo dos maquinários;

VII - comunicar ao seu superior quaisquer defeitos verificados;

VIII - preencher o relatório diário da máquina;

IX - recolher o veículo ou equipamento à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito existente;

X - manter seus documentos e habilitações em dia, às suas expensas;

XI - participar e executar serviços de plantão, sobreaviso em feriados, finais de semana e noturnos, bem como submeter-se ao escalonamento de férias, folgas e turnos elaborado pelo seu chefe imediato, quando solicitado, bem como fazer uso de uniformes e equipamentos de proteção individual; e

XII - executar outras tarefas correlatas.

Art. 3º Fica instituída gratificação especial mensal aos ocupantes do cargo em provimento efetivo de Motorista, nível ASE V, e portadores de carteira de habilitação no mínimo "C", do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, que conduzirem caminhão, participarem e executarem serviços de plantão, sobreaviso em feriados, finais de semana e no período noturno, e que se encontrem em efetivo exercício.

§ 1º A gratificação especial que trata o caput deste artigo será de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e integrará a composição do 13º salário e adicional de férias, sendo reajustada na mesma data e índice da reposição salarial do vencimento dos servidores públicos municipais de Gaspar.

§ 2º Será suspensa a gratificação pelo exercício das funções de motorista de caminhão quando o servidor se afastar de suas atividades, exceto em virtude de:

I - licença à servidora gestante;

II - licença paternidade;

III - licença prêmio; e

IV - férias.

§ 3º A presente gratificação especial é de caráter transitório e está atrelada ao exercício das atividades de Motorista de Caminhão, de forma que em nenhuma hipótese será incorporada para efeito de vencimento ou remuneração do servidor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC,
em 26 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 247/2014

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 247/2014

OBJETO: Registro de Preços de Oxigênio Medicinal. ENVELOPES até às 13h30min do dia 11/12/2014, no Depto. de Compras, sito a Rua Cel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. A ABERTURA às 14h, íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 28/12/2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO = TERMO ADITIVO Nº 002/2014 – ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº CM-007/2009.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 002/2014 - ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº CM-007/2009.

Objeto: Prorrogação do Contrato nº CM-007/2009 em mais doze meses, com vigência até 1º de novembro de 2015, e reajuste do valor da locação em 2,2317% a partir de 1º de novembro de 2014.

Origem: Presidência da Câmara de Vereadores de Gaspar .

Procedimento: Processo de Prorrogação de Contrato nº 002/2014.

Fundamentação: Cláusula 4.4 do Contrato nº CM-007/2009; Resolução nº 77, de 27 de novembro de 2014, da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar; Lei Federal nº 8.245/1991; art. 57, § 4º e art. 62, § 3º, inciso I, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

Contratante: Câmara de Vereadores de Gaspar, CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

Contratada: Gaspar Administradora de Bens Ltda., CNPJ nº 06.024.900/0001-55.

Valor do Aluguel Mensal: R\$ 15.848,24 (quinze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos) a partir de 1º de novembro de 2014.

Dotação: Órgão: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 - Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 - Legislativa; Subfunção: 031 - Ação Legislativa; Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo; Atividade: 2.20004 Materiais e Serviços de Terceiros em Geral; Modalidade: 3.3.3.9.0.00 - Aplicações Diretas.

Gestor do Contrato: Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Data de Assinatura do Aditivo ao Contrato: 28 de novembro de 2014.

Vigência do Aditivo: da data de assinatura até 1º de novembro de 2015, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

Gaspar-SC, 28 de novembro de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

Guaramirim**PREFEITURA****DECRETO Nº. 394/2014**

DECRETO Nº. 394/2014.
Decreta Férias Coletivas.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas férias coletivas, nas repartições públicas municipais, no período de 22 de dezembro de 2014, até 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Ficam ressalvadas as necessidades urgentes e inadiáveis de cada Secretaria Municipal, a manutenção dos serviços essenciais à população, inclusive plantão nas repartições que se fizerem necessárias.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº. 391/2014.

Guaramirim/SC, 26 de novembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul**PREFEITURA****EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 02/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 02/2014
PROCESSO LICITATORIO Nº. 72/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA

OBJETO: O Preço do Óleo diesel e S10, previsto no presente Contrato, fica a partir de 01 de dezembro de 2014, com Equilíbrio Econômico-Financeiro:

- Óleo Diesel 4,95% - R\$ 2,69 (aumento de R\$ 0,13 por litro)
- Óleo S10 4,34 % - R\$ 2,94 (aumento de R\$ 0,12 por litro)

Guarujá do Sul, SC, 28 de novembro de 2014.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

LEI Nº 3.075/2014.

LEI Nº 3075/2014

"INSTITUI O PROGRAMA 'ADOTE UMA PRAÇA' DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica instituído no Município de Herval D'Oeste o programa "Adote uma Praça".

Parágrafo único. O programa tem por objetivo promover parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para organização, manutenção e conservação de praças públicas no Município, de forma a embelezar a cidade.

Art. 2º Entende-se por praças públicas, para os efeitos desta Lei:

- I - parques naturais;
- II - parquinhos infantis;
- III - academias populares;
- IV - rotatórias;
- V - canteiros;
- VI - jardins;
- VII - praças e
- VIII - áreas de ginástica e lazer.

Art. 3º Será permitida a veiculação de publicidade na praça pública por parte da pessoa física ou jurídica conveniada e a divulgação da parceria na imprensa e em informes publicitários envolvendo a área objeto do convênio.

§1º A entidade colaboradora poderá instalar placa(s) de divulgação na área adotada, com dados constantes em regulamento próprio.

§2º O conteúdo da placa deverá ficar adstrito ao objeto do instrumento de cooperação e ao nome dos partícipes.

Art. 4º A escolha do adotante em caso de pluralidade de interessados levará em consideração a entidade que estiver em funcionamento mais próxima da praça pública a ser adotada.

Art. 5º A adoção de uma praça pública pode se destinar a:

- I - urbanização da praça pública;
- II - implantação de áreas de esporte e lazer;
- III - conservação e manutenção da área adotada e
- IV - realização de atividades culturais, esportivas ou de lazer.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo Municipal, através dos órgãos competentes:

- I - a aprovação dos projetos e urbanização de construção das praças públicas, de esporte e áreas verdes que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do Termo de Parceria estabelecido; e
- II - a fiscalização das obras e do cumprimento do Termo de Parceria estabelecido.

Art. 7º A adoção de praça pública opera-se sem prejuízo da função do Poder Executivo de administrar os bens municipais.

Art. 8º Caberá à entidade ou pessoa jurídica adotante a obrigação:

- I - pela execução dos projetos elaborados e aprovados pelo Poder Executivo Municipal, com verba pessoal e material próprios;
- II - pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no Termo de Parceria e no projeto apresentado;
- III - pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso da praça pública, conforme estabelecidos no projeto apresentado e
- IV - em torná-la acessível aos portadores de deficiência física e mobilidade reduzida.

Art. 9º As entidades e pessoas jurídicas que vierem a participar do Projeto "Adote uma Praça" assumirão todas as responsabilidades e encargos trabalhistas dos funcionários contratados.

Art. 10. Os convênios firmados terão o prazo mínimo de 02 (dois) anos, renováveis por igual período, caso haja interesse das partes, podendo ser rescindido a qualquer tempo mediante comunicação com antecedência mínima de 01 (um) mês, ou no caso de infração grave ou descumprimento das suas cláusulas e condições, independentemente de interpelação, ressalvada a responsabilidade da entidade colaboradora até a data do distrato.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei e estabelecerá os critérios para realização de convênio, elaboração de projetos, análise e aceitação de propostas, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), a contar da publicação da presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 28 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito

LEI Nº 3.076/2014.

LEI Nº 3076/2014

"CRIA O FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica instituído o Fórum Municipal Permanente de Educação, com a finalidade de participar do processo de readequação, implementação, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação no âmbito do Município de Herval D'Oeste (SC).

Art. 2º O Fórum Municipal Permanente de Educação tem as seguintes atribuições:

- I - participar do processo de readequação, implementação, monitoramento e avaliação da política municipal e nacional de educação;
- II - acompanhar, junto à Câmara de Vereadores e ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes à política nacional e municipal de educação, em especial a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da

Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III - acompanhar e avaliar os impactos da implementação do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação;

IV - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das conferências nacionais e municipais de educação;

V - elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno das conferências municipais de educação;

VI - oferecer suporte técnico a Secretaria Municipal de Educação para a organização de seus fóruns e de suas conferências de educação;

VII - zelar para que os fóruns e as conferências de educação do Município estejam articuladas à Conferência Nacional de Educação;

VIII - planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar as suas deliberações.

Art. 3º O Fórum Municipal Permanente de Educação, composto por representantes de órgãos públicos, entidades e movimentos sociais, terá a indicação de seus representantes titulares e suplentes formalizada por meio de decreto municipal, a partir da seguinte composição:

I - representantes de pais, mães ou responsáveis pelos alunos - Rede Privada;

II - representantes de pais, mães ou responsáveis pelos alunos - Rede Estadual;

III - representantes de pais, mães ou responsáveis pelos alunos - Rede Municipal;

IV - representantes dos alunos de Ensino Superior e Pós-Graduação;

V - representantes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE;

VI - representantes do Conselho Municipal de Educação - CME;

VII - representantes do Conselho Municipal do FUNDEB;

VIII - representantes das Associações de Pais e Professores;

IX - representantes dos Professores de Educação Infantil;

X - representantes dos Professores de Ensino Fundamental;

XI - representantes dos Professores de Ensino Médio;

XII - representantes da Secretaria Municipal de Educação;

XIII - representantes das Escolas Particulares;

XIV - representantes dos Gestores de Unidades Escolares;

XV - representantes da Cultura;

XVI - representantes do Conselho de Direito;

XVII - representantes do Conselho Tutelar;

XVIII - representante da Câmara de Vereadores;

XIX - representantes dos Profissionais da Educação;

XX - representante dos Alunos.

Art. 4º Os representantes (titulares e suplentes) das entidades, setores ou segmentos relacionados no Artigo 3º deste Regimento Interno, indicados para compor o FMPE serão nomeados por ato específico do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O primeiro coordenador do Fórum Municipal de Educação será designado "ad referendum" pelo Poder Executivo, no Decreto de nomeação dos demais membros, com mandato de quatro anos.

Art. 6º A eleição dos próximos coordenadores com mandato de quatro anos será realizada em reunião ordinária do FMPE, convocada para esse fim, com sua pauta publicada no mural público com antecedência mínima de quinze dias e escolha do candidato por, no mínimo, dois terços dos membros presentes à reunião.

Art. 7º O Fórum Municipal Permanente de Educação será sempre composto por membros titulares e membros suplentes que representam entidades, órgãos e movimentos sociais representativos dos segmentos da educação escolar e dos setores da sociedade com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação.

Art. 8º A critério do pleno, a composição do FMPE poderá ser alterada com a inclusão de outros órgãos, entidades e movimentos da comunidade educacional, observando:

§ 1º A solicitação de ingresso no FMPE deverá ser feita por meio de ofício encaminhado à Coordenação do mesmo, justificando a solicitação com base nos critérios acima dispostos.

§ 2º O ingresso de novas entidades ou órgãos será deliberado, em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença de no mínimo dois terços dos membros do FMPE.

Art. 9º As reuniões do FMPE serão compostas por membros titulares ou suplentes em exercício de titularidade, convidados especiais e observadores.

§ 1º Poderão participar das reuniões do FMPE, como convidados especiais, a critério do pleno, personalidades, pesquisadores, presidentes de entidades, órgãos e movimentos, técnicos e representantes de instituições de direito público ou privado e representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário.

§ 2º Será observador, sem direito a voz e voto, qualquer cidadão brasileiro que se fizer presente nas reuniões do pleno do FMPE.

Art. 10. A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no Regimento Interno e aprovados em reunião convocada para esse fim, conforme registro em Livro próprio.

Art. 11. Os fóruns de educação no âmbito deverão organizar-se seguindo as orientações e os procedimentos estabelecidos pelo Fórum Nacional de Educação.

Parágrafo único. O Regimento Interno do Fórum Municipal Permanente de Educação terá como base Regimento Interno do Fórum Nacional de Educação.

Art. 12. O FMPE terá funcionamento permanente e reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses, preferencialmente, no segundo mês de cada semestre, ou extraordinariamente, por convocação da sua coordenação, ou ainda por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 13. O FMPE e as conferências municipais de educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal de Educação e, receberão o suporte técnico e administrativo do Departamento Pedagógico, para garantir seu funcionamento.

Art. 14. São direitos e deveres dos membros do FMPE:

I - participar com direito a voz e a voto das reuniões do Fórum e deliberar sobre quaisquer assuntos constantes da pauta;

II - cumprir e zelar pelo cumprimento dos objetivos e atribuições do Fórum;

III - sugerir e debater os conteúdos da agenda das reuniões do FMPE, mediante o envio à coordenação, de quaisquer assuntos relacionados aos seus objetivos e;

IV - deliberar sobre a aprovação ou alteração deste Regimento.

Art. 15. Cabe à Coordenação do FMPE:

I - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do FMPE, com antecedência mínima de dois dias, encaminhando a pauta e documentos a ela correspondentes;

II - coordenar as reuniões do FMPE;

III - elaborar a pauta das reuniões, fazendo constar as sugestões encaminhadas pelos seus membros e;

IV - designar um membro a cada reunião para secretariar os

trabalhos e submeter à aprovação do Fórum as atas das reuniões.

Art. 16. A participação no Fórum Permanente Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval D'Oeste (SC), 25 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

LEI COMPLEMENTAR Nº 324/2014.

LEI COMPLEMENTAR Nº 324/2014.

"ALTERA DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE A ALÍQUOTA PARA CÁLCULO DO IPTU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

\p

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste(SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º O art. 14 da Lei 680/77 passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - O Imposto Predial e Territorial Urbano, será calculado mediante a aplicação sobre o valor venal dos imóveis, das seguintes alíquotas:

I - para terreno não edificado, alíquota de 0,80 % (zero vírgula oitenta por cento) para fato gerador ocorrido a partir de 2015, inclusive;

II - para terreno edificado, alíquota de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) para fato gerador ocorrido a partir de 2015, inclusive;

III - para edificações alíquota de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) para fato gerador ocorrido a partir de 2015, inclusive.

Parágrafo Único - O terreno que se limita com mais de um logradouro será considerado como situado naquele em que a testada apresentar maior valor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 28 de novembro de 2014.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1276/2014

PORTARIA Nº 1276/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 25 de novembro de 2014 até 23 de maio de 2015, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora Patrícia de Sordi (Matr. 2563), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 6/E, 20 horas semanais, Ensino Fundamental, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1277/2014

PORTARIA Nº 1277/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os Efeitos da Portaria nº 1218, que Contratou em Caráter Temporário, a Senhora JÉSSICA KANGERSKI DA SILVA (Matr. 4036), para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, Ensino Fundamental, sendo que a mesma continuará em substituição à Servidora Patrícia de Sordi, que se encontra em Licença Maternidade, a partir de 25 de novembro de 2014, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, aprovada e classificada em 20º lugar pelo Processo Seletivo 001/2013 - SMECE/HO de 11 de dezembro de 2013, homologado em 05 de fevereiro de 2014, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 314/2013. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 28 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1278/2014

PORTARIA Nº 1278/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Incorporação de Adicional de Insalubridade, ao Servidor MANOEL ANTUNES DA SILVA (Matr. 162), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Operador de Máquinas II, Nível - 8, Referência "I", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme dispõe as Leis Complementares Nº 006/1994, art. 59 e 61, e Nº 197/2006, art. 68, referente ao período aquisitivo compreendido entre abril de 2002 a março de 2011, num percentual de 18 %, sobre o menor vencimento pago pelo município para cargo de provimento efetivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1279/2014

PORTARIA Nº 1279/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 27 de novembro de 2014, da Servidora LIGIA BACALTHUK (Matr. 744), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Bioquímico, Nível - 10/2, Referência "E", 20 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Novembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1280/2014

PORTARIA Nº 1280/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE,

AVERBAR O TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO, do Servidor Sergio Comaretto (matr. 203), ocupante do cargo de Provimento Efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência - "G", conforme Certidão nº 20022040.1.00035/13-2 de 04/09/2013, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente ao período de 01/09/1983 a 25/02/1986, 28/02/1986 a 31/03/1987, 06/06/1988 a 28/06/1988, 08/08/1988 a 28/02/1990 (totalizando 05 anos, 02 meses e 14 dias); aos períodos de 01/03/1990 a 01/12/2014, (totalizando 24 anos, 09 meses e 12 dias), conforme Certidão nº 126 de 24/11/2014, expedida pela Prefeitura de Herval d' Oeste; perfazendo para fins de aposentadoria, um cômputo geral de efetivo tempo de contribuição de 29 anos, 11 meses e 26 dias.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 28 de novembro de 2014.
NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

Ibiam**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 007/2014 CMS**

RESOLUÇÃO Nº 07/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 063, de 10 de novembro de 1997.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária do dia 26 de novembro de 2014 e Ata nº 137.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a tabela de preços para credenciamento de exames laboratoriais para o ano de 2015.

Art. 2º Aprovar a substituição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Ibiam das seguintes entidades:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Clube de Mães

- Arlete Durigon Lizot (Titular)
- Marli Micheluzzi da Silva Matos (suplente)

AMAI (Associação de Mulheres Agricultoras de Ibiam):

- Iliane Raisel Barth da Costa Radomski (Titular)
- Tania de Campos Walter (Suplente)

Art.3º Auxílio de Custos no valor de R\$3.500,00 para cirurgia do paciente Vinícius Buzzato Gonçalves Padilha.

Art.4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRASE.

IBIAM-SC 27 de novembro de 2014.

ERICA THOMÉ LAIDNES

Secretária Municipal de Saúde de Ibiam/
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada em: 28/11/2014

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal de Ibiam

Publicação e Registro:

Ilhota**PREFEITURA****PORTARIA 706 2014**

PORTARIA NO 706, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia JOÃO ROBERTO VIEIRA, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Planejamento do Município de Ilhota - SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de SC, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR

JOÃO ROBERTO VIEIRA, para o exercício do cargo em comissão de Assessor de Planejamento do Município de Ilhota, SC.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Ilhota, 03 de novembro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA 704 2014

PORTARIA NO 704, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil, do Município de Ilhota - SC.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de SC, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, resolve:

Nomear

JONATAS DE OLIVEIRA JACÓ, para o exercício do cargo em comissão de Coordenador da Defesa Civil do Município de Ilhota, SC.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Ilhota, 03 de novembro de 2014.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba**PREFEITURA****PORTARIA PMI/DGP Nº 516/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 516, de 28 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a exoneração de Chefe de Departamento de Transportes Públicos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar AMILTON DE MELLO PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 520.893.719-00, do cargo de Chefe de Departamento de Transportes Públicos, nomeado em 01 de março de 2013, através da PORTARIA PMI/DGP Nº 160/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 30 de novembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 517/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 517, de 28 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor III e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear THIAGO LUIZ PIRES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 069.025.129-73, para exercer o cargo de Assessor III junto a Secretaria Municipal de Esporte - SESPORTE, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 518/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 518, de 28 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor IV e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALDIR FELIPE, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 063.760.299-49, para exercer o cargo de Assessor IV junto a Procuradoria Geral Municipal, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de dezembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

DECRETO PMI Nº 289.2014

DECRETO PMI Nº 289, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde- SEMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - saúde pública e medicina preventiva;

II - atividades médicas e odontológicas;

III - educação para a saúde;

IV - administração ambulatorial e controle hospitalar;

V - vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;

VI - gestão de programas e ações relativas à saúde da família;

VII - assistência básica à saúde;

VIII - controle, regulação, avaliação e auditoria.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Administração, Planejamento e Atenção em Saúde

1. Gerência de Controle Administrativo

2. Gerência de Compras

2.1. Coordenadoria de Suprimentos

2.2. Coordenadoria de Planejamento

2.2.1. Supervisão de Arquivo

2.2.2. Supervisão de Transporte e Pacientes

3 Gerência de Manutenção de Bens Imóveis

4 Gerência do Fundo Municipal de Saúde

5 Gerência de Logística de Suprimentos

b) Diretoria de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria

1. Auditoria Técnica

1.1 Supervisão de Controle da Auditoria

1.1.2. Coordenadoria de Atenção Básica

1.1.3. Programa de Melhoria da Atenção Básica

1.1.3.1 Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar

2. Gerência da Estratégia de Saúde da Família

3. Departamento de Controle dos Centros de Referência de Saúde

3.1. Supervisão do Centro de Referência de Saúde da Mulher

3.2. Supervisão do Centro de Referência de Saúde do Homem

3.3. Supervisão do Posto de Atendimento Médico Municipal - PAMM

3.4. Supervisão de Urgências e Emergência

4. Gerência de Apoio à Saúde da Família

4.1. Supervisão do Programa Saúde na Escola

5. Gerência dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF

6. Departamento de Serviços de Referência em Saúde

6.1. Coordenação Executiva da Policlínica

6.2. Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas

6.3. Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO

7. Departamento de Prevenção e Combate às Drogas

7.1. Coordenadoria do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

8. Diretoria de Vigilância em Saúde e Assistência Farmacêutica

8.1. Coordenadoria de Vigilância Epidemiológica

8.2. Coordenação Executiva do Programa DST/AIDS/HIV

8.2.1 Supervisão do Programa de Combate ao Aedes Aegypti

8.3. Coordenadoria de vigilância Sanitária e Ambiental

8.3.1 Supervisão de Combate a Endemias

8.3.2 Supervisão de Controle de Zoonoses

8.3.3 Supervisão de Fiscalização Sanitária

8.4. Coordenadoria de Saúde do Trabalhador e Vigilância Nutricional

8.5. Coordenadoria de Assistência Farmacêutica

8.5.1 Supervisão da Farmácia Básica - SFB

8.5.2 Supervisão de Medicamentos e Insumos Estratégicos

9. Gerência de Programas e Ações Estratégicas

III - órgão colegiado:

a) Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Saúde para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal De Saúde ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretor(a)	3	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	3	Remuneração	1.400,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Coordenação	2	Remuneração	950,00
Assessor(a) Especial	Assessoria	1	Remuneração	2.100,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) III	Assessoria	3	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Coordenador(a) Executivo(a)	Gratificação	950,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	9	75% do salário-base do servidor de carreira
Coordenador(a)	10	50% do salário-base do servidor de carreira
Supervisor(a)	15	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 221, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2014.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único

(Decreto PMI nº 289/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal:

Descrição Específica:

- saúde pública e medicina preventiva;
- atividades médicas e odontológicas;
- educação para a saúde;
- administração ambulatorial e controle hospitalar;
- vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental;
- gestão de programas e ações relativas à saúde da família;
- assistência básica à saúde;
- controle, regulação, avaliação e auditoria.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público

e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;

- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;

- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) Especial

Descrição Sumária:

- assessoramento especial às unidades do órgão, de acordo com as especificidades funcionais que atendam às necessidades do órgão, demandadas pelo superior hierárquico;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades do órgão de atuação;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua

da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os

nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;

- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a) Executivo(a)

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais,

administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficientes.

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;

- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Coordenador(a)

Descrição

- coordenar as atividades sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua coordenação, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 290.2014

DECRETO PMI Nº 290, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer- SESPORTE, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Secretaria Municipal de Esporte e Lazer compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- II - efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- III - promover a ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- IV - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- V - elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- VI - constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- VII - promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- VIII - incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:

- a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- a) Diretoria de Desenvolvimento do Esporte
- b) Departamento de Esportes
 - 1. Supervisão de Projetos Sócioesportivos
- c) Departamento de Lazer e Inclusão Social

III - órgão colegiado:

- a) Conselho Municipal de Esporte

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III**DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS**

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) I	Assessoria	1	Remuneração	1.800,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	4	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	3	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) I	Gratificação	950,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Supervisor(a)	1	25% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 224, de 1º de outubro de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2014.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único
(Decreto PMI nº 290/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- estabelecer a política esportiva e de lazer municipal;
- efetuar o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes;
- promover a ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte;
- manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- elaborar o calendário de competições esportivas nas diversas modalidades, com integração dos bairros;
- constituir projeto específico para esportes náuticos e aquáticos;
- promover oportunidades esportivas para pessoas com deficiência;
- incentivar e conscientizar sobre a importância da prática de atividades físicas, em todas as faixas etárias.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;
- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de

atuação;

- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua

da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao município, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e

nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) I

Descrição Sumária:

- elaboração de estudos, análises, pareceres, laudos técnicos e notas técnicas de acordo com as normas disciplinadoras do assunto;
- pesquisar continuamente práticas de gestão e tecnologia para aprimoramento das atividades
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas

ao órgão de atuação;

- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar desconhecimentos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Supervisor(a)

Descrição Sumária:

- supervisionar e controlar os serviços sob a sua subordinação;
- manter-se permanentemente informado sobre a tramitação de processos relacionados ao órgão sob sua supervisão;
- fazer cumprir as rotinas próprias das competências do órgão sob sua supervisão;
- manter contato permanente com seu superior hierárquico, assistindo-o no desempenho de suas atribuições;
- redigir ou fazer redigir atos próprios de suas atividades;
- exercer outras atribuições inerentes ao cargo ou que lhes sejam determinadas pelo superior hierárquico.
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do órgão sob sua supervisão, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 288.2014

DECRETO PMI Nº 288, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV		
Manutenção da Secretaria de Governo		
04.122.0002-2.002		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	40.000,00
Total		40.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de novembro de 2014.
 Jaison Cardoso de Souza
 Prefeito

Registre-se e Publique-se.
 Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
 Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

DECRETO PMI Nº 293.2014

DECRETO PMI Nº 293, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.479, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais) para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE GOVERNO		
Manutenção da Secretaria de Governo		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0037)	Aplicações Diretas	600.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0082)	Aplicações Diretas	100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO		
Manutenção da Sedtur		
23.122.0008-2.026		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0112)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDES		
04.122.0007-2.132		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)	Aplicações Diretas	30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-2.134		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0162)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (0034)	Aplicações Diretas	800.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDURB		
15.451.0007-2.031		

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0119)	Aplicações Diretas	100.000,00
SEC. MUN. DE CULTURA – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	1.480.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 291.2014

DECRETO PMI Nº 291, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional - SDR/Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional - SDR/Oeste, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA REGIMENTAL

Art. 2º À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional - SDR/Oeste, compete desenvolver as atividades relacionadas com:

I - conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional sustentável;

II - estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;

III - propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;

IV - exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;

V - atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste tem a seguinte Estrutura Organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Municipal:
a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

a) Diretoria de Desenvolvimento Regional/Oeste

1. Departamento de Infraestrutura Regional/Oeste

2. Departamento de Apoio Operacional/Oeste

III - órgão colegiado:

a) Conselho de Planejamento da Região IV/Oeste

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com interveniência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Regional/Oeste atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Secretário(a) Municipal	Secretaria Municipal	1	Subsídio	5.200,00
Diretor(a)	Diretoria	1	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) II	Assessoria	1	Remuneração	1.200,00
Assessor(a) III	Assessoria	1	Remuneração	1.000,00
Assessor(a) IV	Assessoria	1	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Diretor(a)	Gratificação	1.400,00
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) II	Gratificação	600,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a) IV	Gratificação	430,00

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 220, de 1º de outubro de

2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2014.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

Anexo Único
(Decreto PMI nº 291/2014)

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Secretário(a) Municipal

Descrição Específica:

- conduzir o processo de formulação e implementação da política de desenvolvimento regional municipal sustentável;
- estabelecer estratégias de integração dos bairros de sua abrangência, com a participação das organizações representativas dos mesmos;
- propor diretrizes e prioridades, em consonância com o Planejamento Estratégico Municipal, em articulação com os demais órgãos municipais;
- exercer as atividades de secretaria-executiva dos Conselhos das Regiões de Planejamento de sua abrangência, bem como dos Conselhos Locais de Saúde;
- atuar na estruturação, implantação e manutenção da infraestrutura urbana da região.

Descrição Sumária:

- assistir ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos relacionados à sua área de competência;
- dirigir, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades exercidas pelas unidades organizacionais que lhe são subordinadas;
- coordenar a elaboração dos planos de ação pertinentes ao órgão sob sua gestão;
- assegurar a mais estreita colaboração das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, entre si, e destas com as demais unidades integrantes da Administração Municipal;
- determinar a realização de diligências e propor a abertura de inquérito administrativo, sempre que necessário;
- cumprir e fazer cumprir os atos baixados pelo Chefe do Poder Executivo, pertinentes à sua área de atuação ou de aplicação geral;
- implementar as ações estabelecidas em convênios, contratos e acordos, com outros órgãos ou entidades;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- designar servidores para integrar órgãos colegiados municipais;

- coordenar as atividades de divulgação dos trabalhos do órgão sob sua gestão;
- praticar todos os demais atos que se fizerem necessários ao funcionamento das unidades organizacionais que lhe são subordinadas, observados os preceitos legais vigentes;
- desempenhar e cumprir as normas do Sistema de Controle Interno.
- responder a pedidos escritos de informações oriundos do Poder Legislativo Municipal, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como, a prestação de informações falsas;
- comparecer à Câmara Municipal, por iniciativa própria ou mediante convocação ou entendimentos prévios com a Mesa Diretora, para expor assuntos de relevância do órgão sob sua gestão;
- subscrever os atos e regulamentos referentes ao seu órgão de atuação;
- expedir instruções para a plena execução das normas vigentes;
- apresentar ao Chefe do Poder Executivo relatório anual dos serviços realizados pelo órgão sob sua gestão;
- responder por atos assumidos, ordenados ou praticados sob suas ordens;
- exercer responsabilidade fiscal, através do planejamento público e do equilíbrio financeiro, buscando atingir maior economicidade na realização das despesas;
- promover a modernização e inovação da gestão pública municipal de forma a evitar a fragmentação das ações e a promover a harmonia dos serviços públicos essenciais disponibilizados ao cidadão, com maior eficiência e eficácia;
- exercer a autoridade e responsabilidade, com o comprometimento dos agentes públicos na execução de atos de gestão e de governo;
- prover a transparência administrativa, permitindo a participação ativa da sociedade na definição das prioridades e na execução dos programas municipais, através dos órgãos colegiados;
- executar os planos, programas e ações, com a observância das normas que regulam a atividade específica do órgão sob sua gestão;
- controlar a aplicação dos recursos públicos e da guarda e conservação dos bens públicos municipais;
- exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de fazê-lo contrariamente aos legítimos interesses dos usuários do serviço público e dos jurisdicionados administrativos;
- abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei;
- ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;

- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II

Descrição Sumária:

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as

- melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
 - acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
 - exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
 - desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.
- II - Funções de Representação:

Denominação: Diretor(a)

Descrição Sumária:

- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- dirigir, orientar e supervisionar a execução das atividades de competência da respectiva Diretoria;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho da Diretoria;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados na Diretoria e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades da Diretoria e suas respectivas Unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao titular do órgão superior a que estiver vinculado;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) II**Descrição Sumária:**

- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- liderar grupos de trabalhos especialmente constituídos para levantar, avaliar e sugerir alternativas e soluções para problemas específicos identificados pelo superior hierárquico;
- diagnosticar descompassos nos processos organizacionais, administrativos e técnicos, sugerindo medidas inovadoras e eficazes.
- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III**Descrição Sumária:**

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do

mesmo;

- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV**Descrição Sumária:**

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 292.2014

DECRETO PMI Nº 292, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aprova a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município -PGM, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos VII e XXIV do artigo 93 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 37 e 40 da Lei Complementar nº 4.161, de 20 de fevereiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e Organizacional, os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Representação e Gratificadas da Procuradoria Geral do Município, conforme disposto neste Decreto.

CAPÍTULO I**DA ESTRUTURA REGIMENTAL**

Art. 2º À Procuradoria Geral do Município compete desenvolver as atividades relacionadas com:

- I - defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- II - emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- III - redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 3º A Procuradoria Geral do Município tem a seguinte Estrutura Organizacional:

- I - órgãos de assistência direta e imediata ao Procurador Geral:
 - a) Assessoria

II - órgãos de direção, chefia, gerenciamento, coordenação e supervisão:

- Departamento de Atos Contratuais
- Departamento de Defesa e Proteção do Consumidor
- Procuradoria
- Gerência do Contencioso Trabalhista
- Gerência do Contencioso Tributário

III - órgão colegiado:

- Conselho Municipal de Defesa do Consumidor

Art. 4º O titular do órgão superior deverá editar, sob orientação do órgão municipal responsável pela gestão de pessoas e da Procuradoria Geral do Município, com intervidência da Controladoria Geral do Município, o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Governo para detalhar as unidades administrativas integrantes da Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria, suas competências e as atribuições de seus dirigentes, assessores e demais agentes públicos.

CAPÍTULO III

DOS QUADROS DEMONSTRATIVOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E GRATIFICADAS

Art. 5º Para suprir a Estrutura Regimental e Organizacional da Procuradoria Geral do Município ficam atribuídos os(as) seguintes:

I - Cargos em Comissão:

DENOMINAÇÃO	ÓRGÃO	VAGAS	REMUNERAÇÃO	
			FORMA	VALOR (R\$)
Procurador(a) Geral	Procuradoria Geral	1	Subsídio	5.200,00
Procurador(a)	Procuradoria	4	Remuneração	2.100,00
Chefe de Departamento	Departamento	2	Remuneração	1.400,00
Assessor(a) III	Assessoria	2	Remuneração	1.000,00
Assessor(a)IV	Assessoria	4	Remuneração	800,00

II - Funções de Representação:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	FORMA	VALOR (R\$)
Chefe de Departamento	Gratificação	750,00
Assessor(a) III	Gratificação	500,00
Assessor(a)IV	Gratificação	430,00

III - Funções Gratificadas:

NOMENCLATURA	REMUNERAÇÃO	
	VAGAS	VALOR DA FG (R\$)
Gerente	2	75% do salário-base do servidor de carreira

Parágrafo único. As atribuições principais dos cargos e funções constam do Anexo Único deste Decreto, às quais poderão ser acrescentadas outras por ocasião da edição do Regimento Interno.

Art. 6º Fica revogado o Decreto PMI nº 129, de 29 de maio de 2014.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de dezembro de 2014.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Anexo Único

(Decreto PMI nº 292/2014)

Descrição das Atribuições Principais de Cargos e Funções

I - Cargos em Comissão:

Denominação: Procurador(a) Geral

Descrição Específica:

- defender em juízo e fora dele os interesses e direitos do Município;
- emitir pareceres nos processos que lhe são distribuídos, assim como naqueles de matéria legislativa;
- redigir, organizar, numerar e manter sob sua responsabilidade, os contratos e convênios que geram direitos e obrigações pelo Município.

Descrição Sumária:

- manter estudos para permanente atualização e adequação das normas de Controle Interno;
- elaborar e apresentar ao Chefe do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas a programação de auditorias internas, de acordo com o Plano Anual de Auditoria;
- providenciar inspeções e auditorias para verificar a legalidade e a legitimidade dos atos e avaliar os resultados;
- manifestar-se sobre as contas anuais do Chefe do Poder Executivo;
- encaminhar ao Tribunal de Contas o Relatório de Auditoria e manifestação sobre as contas anuais do Chefe do Poder Executivo, com indicação das providências adotadas e a adotar, para corrigir eventuais ilegalidades ou irregularidades, ressarcir danos causados ao erário, ou evitar a ocorrência de novas falhas semelhantes;
- sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a instauração de Tomada de Contas Especial nos casos de identificação de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário;
- sugerir aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, que solicitem ao Tribunal de Contas a realização de auditorias especiais;
- dar conhecimento ao Tribunal de Contas sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas em Tomada de Contas Especial realizada, com indicação das providências adotadas ou a adotar, para ressarcimento de eventuais danos causados ao erário e para corrigir e evitar novas falhas;
- programar e/ou sugerir aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a participação dos servidores em cursos de capacitação voltados para a melhoria do controle interno;
- supervisionar, em conjunto com as demais autoridades e técnicos, o Relatório de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária de que tratam os artigos 54 e 55 da LC nº 101/2000;
- emitir periodicamente relatório baseado nas informações prestadas, através de solicitações por escrito, de inspeções ou auditorias, pelos Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo, pelos Controles Internos, pelas autoridades das Unidades Administrativas/Organizacionais/Operacionais e pelo Sistema de Auditoria Permanente;
- comunicar a autoridade imediata ou ao gestor da unidade organizacional qualquer tipo de restrição encontrada e suas providências, comunicando ao Chefe do Poder Executivo a falta ou insuficiência da correção do ato, e, se necessário, consequentemente ao Tribunal de Contas do Estado;
- orientar os gestores da administração no desempenho de suas

funções e responsabilidades;

- desempenhar suas funções em estrito cumprimento das normas de Controle Interno editadas, sob pena de responsabilidade, sujeitando-os a imputação de débito, multa e/ou punição administrativa na forma estabelecida na Lei Municipal nº 3.086/2007 e neste decreto, no estatuto dos servidores, regulamento e/ou regimento próprio;
- cumprir procedimentos, métodos, rotinas, trabalhos técnicos incumbido da execução e do controle visando corrigir as atividades relacionadas ao controle interno, bem como, do apoio às atividades do controle interno e externo, exercidas pelo órgão central de controle interno - Controladoria Geral, pelo tribunal e demais componentes do controle social;
- realizar auditorias internas que em geral para a verificação do cumprimento das normas de controle interno, relatando complementariamente os fatos de forma a caracterizar as ilegalidades, irregularidades, falhas ou erros apurados;
- cumprir e fiscalizar o exercício de normas específicas e legais, relativas à área de sua competência;
- solicitar a abertura de procedimentos licitatórios, ou sua dispensa, nos termos da legislação aplicável à matéria;
- acompanhar a execução do orçamento do órgão sob sua gestão e produzir dados para sua reformulação e aperfeiçoamento;
- promover e acompanhar a implantação de mecanismos de controle de projetos e atividades no âmbito do órgão sob sua gestão;
- designar servidores para, em paralelo as suas atividades normais, atuarem como representantes de órgãos setoriais e do órgão central do Sistema de Controle Interno, conforme disposto na legislação municipal que trata do assunto;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Procurador

Descrição Sumária:

- acautelar-se em os processos judiciais ou administrativos que envolvem o Município e seus agentes públicos, nesta qualidade, seja de forma ativa, com o Município como autor das ações, seja de forma passiva, quando o Município e seus agentes integram o pólo passivo da ação judicial;
- promover todas as diligências internas e externas necessárias à instrução processual e seu controle, bem como, emitir pareceres em expedientes administrativos referentes ao discutido processualmente;
- zelar pela conservação do patrimônio do Município, à disposição do órgão sob sua gestão, estabelecendo registros e controles específicos;
- propor ao Procurador Geral novas alternativas de trabalho, quando houver necessidade de atender eventual demanda de serviço, até que este volte à normalidade;
- adotar condutas que venham a ser necessárias, em vista da dinâmica da administração e no interesse público;
- assessorar o Procurador Geral, e na sua ausência ou quando solicitado, o Chefe do Poder Executivo e os demais titulares de órgãos superiores da Administração Municipal;
- zelar pelo bom desempenho dos servidores do órgão sob sua gestão, cobrando funções e realizando treinamentos;
- promover o acompanhamento da execução física e financeira dos convênios, contratos e acordos na área de sua atuação;
- exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral na área de sua competência; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a este subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;
- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua direção, obedecidos aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

II - Funções de Representação:

Denominação: Chefe de Departamento

Descrição Sumária:

- orientar e coordenar as atividades do Departamento sob sua responsabilidade e demais unidades organizacionais a subordinadas;
- responsabilizar-se e responder pela execução dos trabalhos de sua área de atuação;

- propor ao superior imediato a programação de trabalho do Departamento;
- opinar sobre os assuntos relativos à sua área de atuação que dependam de decisão de autoridade superior;
- distribuir, acompanhar e avaliar as atividades dos servidores que lhe são subordinados;
- elaborar e analisar relatório mensal do Departamento, encaminhando-o ao seu superior hierárquico;
- exercer todos os atos de administração necessários ao desenvolvimento do Departamento sob sua chefia, obedecendo aos preceitos legais vigentes; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) III

Descrição Sumária:

- assessorar estrategicamente o superior hierárquico, quanto as melhores práticas gerenciais e técnicas associadas aos novos paradigmas da administração pública, na área do órgão de atuação;
- assessoramento ao superior hierárquico no que concerne às suas atividades políticas, sociais e administrativas relacionadas ao órgão de atuação;
- assessoramento em atividades determinadas pelo superior hierárquico, que demandem solução rápida e efetiva, por ação própria ou de outros agentes públicos;
- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

Denominação: Assessor(a) IV

Descrição Sumária:

- apresentar sugestões de políticas, estratégias e ações gerenciais que possam levar a administração municipal à melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados ao munícipe, visando alcançar os melhores orientar e supervisionar profissionais ligados ao órgão de atuação, especialmente nas matérias de competência do mesmo;
- acompanhar processos, procedimentos e projetos relacionados ao órgão de atuação, intervindo para agilizar a solução das demandas que se apresentam;
- exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza ou determinadas pelo superior hierárquico;
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

III - Funções Gratificadas:

Denominação: Gerente

Descrição Sumária:

- gerenciar a execução das atividades de sua competência;
- colaborar com o titular do órgão superior na definição dos planos, programas e projetos setoriais da pasta;
- opinar sobre os assuntos que dependam de decisão superior e propor as necessárias providências;
- submeter à aprovação do titular do órgão superior a que estiver vinculado a programação de trabalho do órgão sob sua gerência;
- indicar ao titular do órgão superior a que estiver vinculado os

- nomes de servidores subordinados para designação ou dispensa e para seus substitutos eventuais ou temporários;
- elaborar planilha de férias dos servidores lotados no órgão sob sua gerência e nas demais unidades organizacionais subordinadas;
- apresentar relatórios mensais das atividades do órgão sob sua gerência e suas respectivas unidades organizacionais subordinadas, encaminhando-os ao seu superior hierárquico;
- colaborar com o titular do órgão superior a que estiver vinculado na identificação de alternativas e ações que devam ser implementadas com vistas ao aperfeiçoamento do desempenho do órgão superior; e
- desempenhar, cumprir e fazer as normas vigentes, especialmente aquelas relacionadas às atividades sob sua responsabilidade.

DECRETO PMI Nº 294.2014

DECRETO PMI Nº 294, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.480, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 147.800,00 (cento e quarenta e sete mil e oitocentos reais) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0034)	Aplicações Diretas	147.800,00
Total		147.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0035)	Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0036)	Aplicações Diretas	42.800,00
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0041)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0043)	Aplicações Diretas	5.000,00
Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escola		
12.365.0009-2.147		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0067)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0070)	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		147.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.479.2014

LEI Nº 4.479, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais) para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE GOVERNO		
Manutenção da Secretaria de Governo		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0037)	Aplicações Diretas	600.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		
Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0082)	Aplicações Diretas	100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO		
Manutenção da Sedtur		
23.122.0008-2.026		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0112)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDES		
04.122.0007-2.132		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)	Aplicações Diretas	30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-2.134		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0162)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (0034)	Aplicações Diretas	800.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDURB		
15.451.0007-2.031		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0119)	Aplicações Diretas	100.000,00
SEC. MUN. DE CULTURA – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	1.480.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 47/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 12 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de gêneros alimentícios para uso dos pacientes dos grupos de terapias do CAPS da Secretaria Municipal de Saúde com orçamento de 2015.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretaria Municipal

LEI Nº 4.480.2014

LEI Nº 4.480, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 147.800,00 (cento e quarenta e sete mil e oitocentos reais) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0034)	Aplicações Diretas	147.800,00
Total		147.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0035)	Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0036)	Aplicações Diretas	42.800,00
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0041)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0043)	Aplicações Diretas	5.000,00
Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escola		
12.365.0009-2.147		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0067)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0070)	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		147.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 46/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2014

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 12 de dezembro de 2014, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo maior desconto por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de revisão, manutenção mecânica, chapeação e pintura, funilaria e fornecimento e reposição de peças originais e de primeira linha ou genuínas para a frota de veículos da secretaria municipal de saúde, com orçamento de 2015. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza
Secretaria Municipal

DECRETO PMI Nº 295.2014

DECRETO PMI Nº 295, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0019 (0034)	Aplicações Diretas	300.000,00
Total		300.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos do FUNDEB apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 054/14**

Ato da Presidência nº 054/14

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 41ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 1º de dezembro de 2014 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da OAB - 30ª Subseção de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
159	PL nº 4.634/2014	24/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SA-MCRAD, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
160	PL n 4.639/2014	27/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a renúncia de bens públicos relativos ao Sistema Viário de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.631/2014	11/11/14	Legislativo Municipal	Walfredo de Amorim	Altera os Incisos V e VI do Art. 3º da Lei nº 3.802, de 16 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro de Vila Alvorada, Município de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
154	PL nº 4.635/2014	24/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
155	PL nº 4.636/2014	24/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Instituir a Comissão Permanente de Avaliação Imobiliária e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
156	PL nº 4.637/2014	24/11/14	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PLC nº 324/2014	28/11/14	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Institui o auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Câmara Municipal.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 28 de novembro de 2014

Luís Antônio Dutra Presidente	Renato Carlos de Figueiredo Vice-Presidente
Rosália Maria de Souza Sgrott Primeira-Secretária	

Indaial**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 255/2014**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 255/2014.

Tomada de Preços nº 023/2014-10430

Objeto: Reforma de sanitários do Colégio Municipal.
Entrega dos envelopes: 18/12/2014 as 09:15h.
Abertura das propostas: 18/12/2014 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 256/2014

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 256/2014.

Tomada de Preços nº 024/2014-10430

Objeto: Execução de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação da Rua Luigi Panini - extensão 320,00m.
Entrega dos envelopes: 17/12/2014 as 09:15h.
Abertura das propostas: 17/12/2014 as 09:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 257/2014

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 257/2014.

Tomada de Preços nº 025/2014-10430

Objeto: Recuperação de pavimentação asfáltica (tapaburaco) e serviços complementares - área 2.000,00m².
Entrega dos envelopes: 17/12/2014 as 14:15h.
Abertura das propostas: 17/12/2014 as 14:30h
Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.
Local para obtenção do Edital: o mesmo.
Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904
licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br
www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

Ipumirim**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:15:00 horas do dia 15/12/2014, e abertura prevista para às 08:15:00 do dia 15/12/2014. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios para entrega parcelada, destinados ao programa nacional de alimentação escolar, para o exercício de 2015, conforme anexos do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 28/11/2014
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2014

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 10:00:00 horas do dia 15/12/2014, e abertura prevista para às 10:00:00 do dia 15/12/2014. Objeto da licitação: aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada destinado as atividades do programa de alimentação da Creche Municipal Danilo João Cason, para o exercício de 2015, conforme anexos do Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 28/11/2014
VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 363/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A CLAUDETE MARIA RAMOS, matrícula 2209-8, férias de 25 dias, relativas ao período aquisitivo de 20/01/2014 a 19/01/2015 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 364/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ELIZANGELA APARECIDA TOBIN MERTINS, matrícula 1644-6, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 365/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FATIMA PAGNO BUSSOLARO, matrícula 1654-3, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 366/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GIOVANA KATIA BAUTITZ SCHNEIDER, matrícula 1643-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 367/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A JOSEMARA DARLEIA TELES, matrícula 1650-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 368/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A LILIANA MARQUESI, matrícula 1646-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 369/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARISANE ELAUTERIO DA LUZ RAIMUNDI, matrícula 1649-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 370/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MELANIA ALBERTON ZANELLA, matrícula 2042-7, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 03/07/2013 a 02/07/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 371/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E A OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MIRTE BONISSONI BEDIN, matrícula 1655-1, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 372/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A PATRICIA PIMENTEL BRATTI, matrícula 2040-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 373/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A SOLANGE MARIA BOLDORI DAL PUPPO, matrícula 1642-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 374/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TEREZINHA LUCIA SCHWETZ, matrícula 1648-9, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 375/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A AGENTE COMUNITARIA DE SAÚDE A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A VANDERLANIA REGINA CHIARELLO PEREIRA, matrícula 1651-9, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria

produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 376/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA NO CARGO DE ZELADORA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A GRAZIELE CRISTINE BOCHI FARINA, matrícula 2005-2, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/05/2013 a 14/05/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 377/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MOIRA COMBOSKI, matrícula 1676-4, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 15/07/2013 a 14/07/2014 e gozo de 01/12/2014 a 30/12/2014 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/12/2014.

Ipumirim - SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EDITAL Nº 022/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
PUBLICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CONCORRENTES AOS
CARGOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a classificação final dos concorrentes do Processo Seletivo nº 001/2014, destinado à seleção de Professores em caráter temporário, para atuação na educação básica: nos níveis de Educação Infantil e Ensino fundamental do ensino regular da rede pública municipal e nas modalidades esportivas e culturais.

I - CLASSIFICAÇÃO:

1) Área/Disciplina: Educação Infantil – Pré Escolar		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Ivanete Zuanazzi	960	1º
Aneliria Tecchio	593	2º
Juliana Kel	460	3º
Carina da Silva Galelli	456	4º
Werenise Schach Ludescher	444,5	5º
Anelise Andrin Barbieri	365	6º
Angélica Priscila Silvestre	360	7º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Cristiele Schouten	260	1º
Larisa Teles da Rocha Knecht	240	2º
Katia Franciele Zummach Skolaude	227	3º
Beatriz Cristina Kiekow de Oliveira	200,5	4º
Elizandra Haboski Schmidt	180	5º
Adriane Marisa Wille	166	6º
Maritania M.B. Eisenhardt	135	7º
Morgana Cason Weimer	40	8º

2) Área/Disciplina: Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Marta Ines de Mello	1.215	1º
Eliane Regina Bonissoni Rossetto	1021,5	2º
Ivanete Zuanazzi	960	3º
Edite L. S. Kruetzmann	909	4º
Angela Maria Demarco Fiorentin	897	5º
Sirléia Kist	858	6º
Clessimar S. Divensi	789	7º
Margarete Colcinski Corso	624	8º
Carla Mueller	600	9º
Idiane Regina Pottratz Wildner	597	10º
Raquel Evangelista	558	11º
Rosane W. Kern	555	12º
Mariluci Vottri Trombetta	552	13º
Dariane Pilatti	547	14º
Cristina Cilene Guerini Otowicz	523,5	15º
Juciane Raimundi	520	16º

Denise Regina Lutz	519	17º
Simone Regina Scalco	460	18º
Mélin Luci Nath	460	19º
Rosimar Ferrazzo	460	20º
Juliana Kel	460	21º
Luciane Andrin	457	22º
Carina da Silva Galelli	456	23º
Werenise Schach Ludescher	444,5	24º
Sheila Spricigo	434,5	25º
Cristiane Rodrigues Galvão de Tomin	365	26º
Anelise Andrin Barbieri	365	27º
Angelica Priscila Silvestre	360	28º
Ilei Carmem Frigeri	316	29º
Daniela Rosana Kochenborger	221	30º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Keli Cristina Guerini	295	1º
Cleia B. Metz	295	2º
Lisandra Biffi	295	3º
Beatriz Taiane Wermwier Bauer	280	4º
Adriana Toffoli	260	5º
Franciele Henger Benini	260	6º
Larissa Teles da Rocha Knecht	240	7º
Adrieli Cisotto Lodi	230	8º
Naíza Elizete Haefliger	205,5	9º
Beatriz Cristina Keikow de Oliveira	200,5	10º
Elizandra Haboski Schmidt	180	11º
Andreia Aparecida Pereira	142,5	12º
Maritania M. B. Eisenhardt	135	13º
Tatiane Rodio	80	14º
Cristina Ferrazzo Torres dos Reis	60	15º
Elizandra Lovera Lazzarotto	40	16º
Morgana Cason Weimer	40	17º
Janaina Tironi	40	18º

3) Área/Disciplina: Artes		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Alana Carla Guerini	40	1º

5) Área/Disciplina: Ciências		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Janete Aparecida Simoni	879	1º
Mariluci Vottri Trombetta	502	2º
Nivia Rosane Weber	496	3º
Marilete Terezinha Valandro	443	4º
Luciane A. Gugel	298	5º

4) Área/Disciplina: Educação Física

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Wilian L. Artmann	578,5	1º
Eduardo Zanatta	517	2º
Gabriela Brandelero	481	3º
Eluana Schwertz	435	4º
Gabriela Luiza Schrammel	427	5º
Angélica Mendes	418	6º
Sandra B. Zulian	368	7º
Alan Tremea	233	8º
Eduarda Moscon	200	9º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Tiago Vinicius Tremea	94	1º
Mateus Guerini	60	2º
Samuel Junior Costa	60	3º
Andreia Fürhr	40	4º
Dyonatan Scalco	40	5º

6) Área/Disciplina: Geografia

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

7) Área/Disciplina: História

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Josemara Darléia Teles	260	1º
Taline Bobato Stadler Teixeira	197,5	2º
Andressa Benelli	117,5	3º

8) Área/Disciplina: Inglês

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Carla Mueller	410	1º
Gisandra Schwerz	341	2º

9) Área/Disciplina: Língua Portuguesa

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Gisele Rodrigues Santos Ávila	79	1º

10) Área/Disciplina: Matemática

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
André Moterle	514	1º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Maiane Bernardi	292	1º
Cheila Felipe Chiella	278,5	2º
Géssica Natana Silvestre	210	3º
Tuane Vieira	125,5	4º
Darlusa Zat	60	5º
Rosane Lazzarotto Rossetto	40	6º

11) Área/Modalidade: AEE

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Jussara Elisa Simoni	604	1º
Rosimar Ferrazzo	460	2º
Jéssica Duana Locatelli	120	3º
Ana Cristina Andrin	120	4º

12) Área/Modalidade: Substituto Para Afastamentos Legais

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Janete Aparecida Simoni	879	1º
Mirian Catia Fister	790	2º
Raquel Evangelista	558	3º
Marilete Terezinha Valandro	443	4º
Luciane Antonia Gugel	298	5º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Cheila Felipe Chiella	278,5	1º
Jaíne Maria Albiero	240	2º
Taline Bobato Stadler Teixeira	197,5	3º
Ray Junior Zat	160	4º
Tuane Vieira	125,5	5º
Candice Venancio	115	6º
Juciane S. Soares Baranoski	100	7º
Gisele Rodrigues Santos Ávila	79	8º
Rosane Lazzarotto Rossetto	40	9º
Alana Carla Guerini	40	10º

13) Área/Modalidade: Reforço Escolar

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Marta Ines de Mello	1.215	1º
Edite Lourdes Siebeneichler Kruetzmann	909	2º
Angela Maria Demarco Fiorentin	897	3º

Margarete Colcinski Corso	624	4º
Denise Regina Lutz	519	5º
Cristiane Rodrigues Galvão de Tomin	365	6º
Daniela Rosana Kochenborger	221	7º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Adriane Marisa Wille	166	1º
Danieli Florinda Vortmann	40	2º

14) Área/Modalidade: Sala de Informática		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Monica Telles dos Santos Regert	565	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Ray Junior Zat	160	
Dariane Pilatti	547	
Lucas Eduardo Zanatta	330,5	

15) Área/Modalidade: Turmas com Alunos de Inclusão		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Eliane Regina Bonissoni Rossetto	971,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Sirléia Kist	808	1º
Mirian Cátia Fister	790	2º
Clessimara S. Divensi	739	3º
Jussara Eliza Simoni	604	4º
Aneliria Techio	593	5º
Idiane Regina Pottratz Wildner	547	6º
Cristiana Cilene Guerini Otowicz	523,5	7º
Juciane Raimundi	520	8º
Rosane Weiss Kern	505	9º
Simone R. Scalco	460	10º
Mérilin Luci Nath	460	11º
Luciane Andrin	457	12º
Sheila Spricigo	434,5	13º
Keli Cristina Guerini	298	14º
Cléia B. Metz	295	15º
Lisandra Biffi	295	16º
Viviane Perosin	286	17º
Beatriz Taiane Wermeier Bauer	280	18º
Cristiele Schoulten	266	19º
Adriana Toffoli	260	20º
Jaíne Maria Albiero	240	21º
Adrieli Cisotto Lodi	230	22º
Kátia Franciele Zummach Skolaude	227	23º
Naíza Elizete Haeffiger	205,5	24º
Andréia Aparecida Pereira	142,5	25º
Jésica Duana Locatelli	120	26º
Ana Cristina Andrin	120	27º
Candice Venancio	115	28º

Juciane S. Soares Baranoski	100	29º
Tatiane Rodio	80	30º
Cristina Ferrazzo Torres dos Reis	60	31º
Elizandra Lovera Lazzarotto	40	32º
Janaina Tironi	40	33º
Danieli Florinda Vortmann	40	34º

13) Área/Modalidade: Futebol de Salão		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Dilviana Cason	812,5	1º
Willian Luiz Artmann	528,5	2º
Alan Treméa	233	3º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Tiago Vinicius Tremea	94	1º
Samuel Junior Costa	60	2º

13) Área/Modalidade: Atletismo e Voleibol		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Edson Pedroso	884,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

13) Área/Modalidade: Dança Folclórica e Artística		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Vanderson Cerutti	617,5	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		

13) Área/Modalidade: Instrutor Musical		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Não houve inscrição		
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do (a) candidato (a)	Pontuação	Classificação
Margner Adriano Helbing	85	1º
Paulo José Lersch	78	2º

II - DA OCORRÊNCIA DE EMPATES:

Os empates foram resolvidos, com a aplicação das regras previstas no item "11.2", do Edital nº 018/2014, que disciplina este Processo Seletivo.

Ipumirim-SC, 28 de novembro de 2014.

Valdir Zanella

PREFEITO

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 70/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 70/2014

DISPENSA Nº. 01/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Fund. Munic. Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV.

Irineópolis, 21 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 60/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 60/2014

CONCORRÊNCIA Nº. 02/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Roque Auto Socorro Ltda - ME.

Irineópolis, 25 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 63/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 63/2014

CONCORRÊNCIA Nº. 03/2014

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Knapp & Cia Ltda.

Irineópolis, 27 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 81/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Roque Auto Socorro Ltda - ME.

Objeto: Permissão, dentro do território do município de Irineópolis/SC, da guarda, depósito e a venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação nas vias públicas do município, e dá outras providências, aprovado pela lei nº 1.787 de 16 de abril de 2014.

Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais).

Vigência: 25.11.2014 a 24.11.2015

Base Legal - Processo Licitatório 60/2014 - Concorrência nº. 02/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 80/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória - UNIUV.

Objeto: Contratada se compromete a Realizar Concurso Publico para o preenchimento de vagas na esfera municipal, onde a mesma será responsável pela elaboração dos editais, elaboração, aplicação e correção das provas, divulgação do gabarito e resultado final, análise dos eventuais recursos, bem como todos os demais atos necessários a completa realização do certame.

Vigência: 21.11.2014 a 20.03.2015

Base Legal - Processo Licitatório 70/2014 - Dispensa de Licitação nº. 01/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 138/2012

CONTRATO Nº 75/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 138/2012

1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Inova Engenharia SS Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o nº 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Inova Engenharia SS Ltda., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.552.792/0001-23, com sede a Avenida Getulio Vargas nº 538, apto 04, centro, na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Renato Lira, Engenheiro Civil, portador do CPF nº 018.276.029-45 e RG nº 6.452.286 SESP/SC e registrado no CREA/SC sob nº. S1 061413-9, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 67/2012, modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2012, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 138/2012, fica, de comum acordo, prorrogado o prazo de sua vigência de 24.10.2014 até 31.12.2014.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 30 de outubro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Renato Lira

Inova Engenharia SS Ltda.

Contratada

Testemunhas:

Nome: João Paulo Andreievski
CPF: 066.283.679-08

Nome: Sidnei Wagner
CPF: 302.634.259-91

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 64/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Knapp & Cia Ltda.

Objeto: Prestação de Serviços de Perfuração e Detonação, com estimativa de 15.000 m³ (quinze mil metros cúbicos) de Rochas com fornecimento de materiais e mão de obra.

Valor: R\$ 176.100,00 (cento e setenta e seis mil e cem reais)

Vigência - 27/11/2014 a 26/11/2015

Base Legal - Processo Licitatório 63/2014 - Concorrência nº.03/2014

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 05/2014

Processo Licitatório nº. 78/2014

Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2014

Comissão Permanente de Licitações

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 68/2014, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda., conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2458/2013. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 27 de novembro de 2014.

PATRICIA FABIANE FRONCZAK

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL - INEXIGIBILIDADE 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 78/2014

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 05/2014

Objeto: Contratação da empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de prestar serviços de hora máquina, especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de

programas municipais. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 25, caput, da Lei 8.666/93, declarando a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda

O preço se apresenta compatível com o mercado.

Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 27 de novembro de 2014.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE Nº 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO 78/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ref.: Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação nº. 05/2014

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: O Município de Irineópolis necessita contratar serviços de hora/máquina especialmente para locação de máquinas, equipamentos e veículos, para prestarem serviços no Município, principalmente destinados ao atendimento de programas municipais, em conformidade com o Decreto nº 2458/2013. A empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda., se compromete para os serviços ao qual se credenciou, incluir operador e/ou motorista, combustível e manutenções dos veículos, máquinas ou equipamentos. Os serviços prestados serão para a recuperação e manutenção das ruas e estradas deste município, onde se fizer necessário, de acordo com solicitação e autorizado pela Secretaria de Infra Estrutura ou Agricultura, e também junto ao Programa "Porteira Adentro", conforme Lei Municipal nº. 1700/2013, aos agricultores cadastrados, conforme artigo 3º:

I - Terraplanagem;

II - Abertura, conservação e revestimentos de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais;

III - Construção e reforma de silos, trincheiras, tanques de peixe e açudes para captação de água;

IV - realização de drenagem;

V - Fornecimento de brita, lascão e cascalho;

VI - Transporte de cascalho e brita;

VII - Transporte de calcário e outros insumos, para fins de programa oficial de correção de solo;

VIII - Valetamento;

IX - Construção de bueiros, abertura de fossas e sumidouros para tratamento de dejetos orgânicos e outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades da Secretaria Municipal da Infraestrutura e obedecida os limites orçamentários.

RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Paragrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um numero limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende

contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público.

A contratação da empresa Cristofolini & Cristofolini Ltda., dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 28 de novembro de 2014.

PRESIDENTE	SECRETÁRIA
Patrícia Fabiane Fronczak	Andressa Bendlin

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
PREGÃO PRESENCIAL
PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº 165/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 165/2014, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de desinsetização, dedetização, antirratização, desratização e descupinização, para atender as escolas municipais, creches, museu, biblioteca, depósitos de alimentos e materiais de limpeza, prédio da prefeitura e prédio da estação de tratamento da cidade (ao lado da prefeitura). Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 28 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA Nº 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 150/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Elmo A. Kist.
ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 156/2014.
OBJETO: Execução em regime de empreitada global do projeto para pintura (com fornecimento de materiais e mão de obra) da edificação do quartel do corpo de bombeiros, localizado na Rua Soldado Elo, na cidade de Itapiranga.
VALOR: R\$ 25.575,08
VIGÊNCIA: 27 de dezembro de 2014.

Itapiranga - SC. 27 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 137/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e CARMEM BABICK NEISS
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013
OBJETO Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: 545
Classe - Referência: C-01
VIGÊNCIA: 28/11/2014 a 17/12/2014.

Itapiranga - SC, 28 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 235, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 235, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2014.
Decreta LUTO OFICIAL.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO o falecimento do ex-prefeito Gilberto José Goerck;

CONSIDERANDO os inestimáveis serviços prestados ao município de Itapiranga, no cargo de Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados a comunidade itapiranguense;

DECRETA:

Art. 1º "LUTO OFICIAL" por três dias, em todo território do município de Itapiranga - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Itapiranga - SC, 29 de novembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

Sérgio Luis Kessler
Secretario Municipal de Administração

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA CONVITE Nº 31-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	28/11/2014	Horário: 08:00h
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 31/2014 Nº 148/2014

OBJETO:

Aquisição de material gráfico impresso para uso das Unidades Básicas de Saúde (PSF), NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família), Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Reabilitação, Departamento de Saúde, Vigilância Sanitária e Epidemiológica, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2191/2014. Exatamente às 08h:00m, afim de julgar e analisar as propostas de preços das empresas habilitadas no certame em epígrafe: GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP, CNPJ Nº 14.481.040/0001-07, GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO, LTDA CNPJ Nº 13.919.051/0001-63 e GRÁFICA RADIAL LTDA, CNPJ Nº 81.709.495/0001-24. Seguindo todos os procedimentos e abertos os envelopes de proposta e analisadas foram achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor Total
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA	R\$ 19.845,40
GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP	R\$ 19.879,34
GRÁFICA RADIAL LTDA	R\$ 25.083,85

Portanto a empresa GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA foi vencedora com o valor total de R\$ 19.845,40 (dezenove mil oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 33.659,85 (trinta e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta e cinco centavos). A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO	

ATA DE SESSÃO PÚBLICA LEILÃO Nº 01-2014

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	28/11/2014	Horário: 09h:30m
Licitação /Modalidade	LEILÃO	Nº 01/2014 PROC. Nº 133/2014

OBJETO:

Alienação de bens móveis considerados inservíveis de 07 (sete) veículos, caracterizados por: Fiat/Siena ELX, Fiat Fiorino Flex, Fiat Uno Mille Fire, Fiat Fiorino IE, WV Masca Granmini W120, VW Gol CI 1.6, GM Corsa GL 1.6, GM Kadet GL, com objetivo de renovação da frota municipal e outros equipamentos que integram o patrimônio público municipal, conforme Anexo I deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação conforme Decreto Municipal nº 2191/2014, como apoio ao Leilão, conforme Decreto Municipal nº 2305/2014. Observando que a Licitação em julgamento foi publicada em Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Oficial dos Municípios, Jornal de grande circulação no Estado "A Notícia", mural público municipal, e site oficial do Município no dia 13/11/2014 a fim de ampla divulgação. Protocolou envelope a seguinte pessoa física:

Nome	CPF	Protocolo
IBRAHIM DONIZETTI DE OLIVEIRA	328.123.029-68	788

Iniciada a sessão o Leiloeiro Oficial Municipal com os membros da comissão permanente de licitação, e os licitantes presentes rubricaram o envelope de habilitação e proposta, o qual encontrava-se devidamente lacrado. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação/Credenciamento, e analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros e os presentes, neste ato constatou-se que todos estavam de acordo com o edital considerado HABILITADO. Passando para a fase seguinte foi aberta o envelope da PROPOSTA do habilitado, e ambos também habilitados. Após visto todas as fases iniciou-se os lances, sendo que o interessado fez as seguintes propostas:

Item	Objeto	PREÇO/LANCES	IBRAHIM DONIZETTI DE OLIVEIRA
01	Veiculo Fiat/ Siena ELX	1º	R\$ 13.941,50
		2º	R\$ 13.942,00

Do julgamento, do item nº 02 ao 08 não houve proposta, declara o licitante que o valor está muito acima do valor real que valem os veículos, pois só servem para sucata.

Item	Vencedor	Valor R\$
01	IBRAHIM DONIZETTI DE OLIVEIRA	R\$ 13.942,00
VALOR TOTAL DO LEILÃO		R\$ 13.942,00

O vencedor neste momento firma o compromisso de pagamento através da emissão da guia de recolhimento com descrição do certame identificada nominalmente a ser paga em banco em espécie a Prefeitura, e solicita que a guia seja gerada para vencimento no dia 15/12/2014, que foi aceito pelo leiloeiro e equipe de apoio. Desta forma fica adjudicado provisoriamente o certame, ficando no aguardo do termo definitivo de arrematação. Em seguida a reunião foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que foi lida e assinada pelos membros da CPL e pelos representantes das empresas presentes que concordam com todo o exposto. Nada mais havendo a tratar a sessão foi encerrada.

FABIANO VALORE SIQUEIRA
LEILOEIRO OFICIAL MUNICIPAL

FERNANDA CRISTINA ROSA
APOIO/MEMBRO CPL

VALÉRIO PACHECO
APOIO/MEMBRO CPL

LICITANTE:

1. IBRAHIM DONIZETTI DE OLIVEIRA
CNPJ/MF nº 328.123.029-68

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 17/2014 - PROCESSO Nº 160/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 19/12/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 09h:00min receberá envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO Nº 17/2014 - PROCESSO Nº 160/2014, para a Contratação de empresa para prestação de serviço técnico para revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico e formatação de Plano Integrado de Saneamento Básico, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital. O Edital contendo especificações poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Licitações e Contratos entre as 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 28 de novembro de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC
PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 33/2014 AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS ESCOLAR 0KM MODELO/ FABRICADO 2014/2015 PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº33/2014

Processo: 83/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS ESCOLAR 0KM MODELO/FABRICADO 2014/2015 PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de dezembro de 2014 até às 09:00 hrs. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de dezembro de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 01 de dezembro de 2014
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

LEI Nº 2.585, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.585, de 28 de novembro de 2014.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de quadros em todos os prédios públicos que ofereçam atendimento na área da saúde, informando a escala diária dos médicos e dentistas em serviço.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Público Municipal obrigado a instalar quadros em todos os prédios públicos, ou entidades com quem mantenha convênios, que ofereçam atendimento na área da saúde, informando a escala diária com o nome dos médicos e dentistas em serviço, inclusive o plantonista de sobre aviso.

Art. 2º. O quadro será instalado em local de fácil visibilidade, cujas medidas serão no mínimo de 50 cm de largura e 70 cm de altura, e conterá as seguintes informações: nome do médico ou dentista, especialidade e o seu respectivo horário de atendimento.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei, disponibilizará as placas nos locais de atendimento a que se refere a presente Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 28 de novembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito Município de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO - (RREO) DO 5º BIMESTRE DE 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 5º Bimestre de 2014, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
R\$ 1,00								
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		24.000.000,00	24.000.000,00	4.366.046,52	18,19	22.141.659,74	92,26	1.858.340,26
RECEITAS CORRENTES		22.753.000,00	22.753.000,00	3.336.922,17	14,67	17.236.064,19	75,75	5.516.935,81
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.156.000,00	1.156.000,00	178.247,17	15,42	1.162.579,48	100,57	-6.579,48
IMPOSTOS		840.000,00	840.000,00	151.888,58	18,08	979.102,87	116,56	-139.102,87
TAXAS		286.000,00	286.000,00	25.790,07	9,02	179.900,65	62,90	106.099,35
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		30.000,00	30.000,00	568,52	1,90	3.575,96	11,92	26.424,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		200.000,00	200.000,00	29.405,19	14,70	157.891,16	78,95	42.108,84
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		200.000,00	200.000,00	29.405,19	14,70	157.891,16	78,95	42.108,84
RECEITA PATRIMONIAL		418.000,00	418.000,00	44.740,02	10,70	156.726,94	37,49	261.273,06
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		418.000,00	418.000,00	44.740,02	10,70	156.726,94	37,49	261.273,06
RECEITA AGROPECUÁRIA		16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Outras Receitas Agropecuárias		16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS		790.000,00	790.000,00	155.685,25	19,71	724.403,71	91,70	65.596,29
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		19.032.000,00	19.032.000,00	2.907.426,46	15,28	14.878.406,83	78,18	4.153.593,17
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		18.592.000,00	18.592.000,00	2.780.945,58	14,96	14.514.033,51	78,07	4.077.986,49
Transf. de Instituições Privadas		3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transf. de Pessoas		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Transf. de Conv.		436.000,00	436.000,00	126.480,88	29,01	364.373,32	83,57	71.626,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.141.000,00	1.141.000,00	21.418,08	1,88	156.056,07	13,68	984.943,93
Multas e Juros de Mora		196.000,00	196.000,00	6.394,00	3,26	30.044,81	15,33	165.955,19
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		200.000,00	200.000,00	1.949,41	0,97	11.443,60	5,72	188.556,40
RECEITA DA DIVIDIVA ATIVA		318.000,00	318.000,00	11.701,66	3,68	105.582,70	33,20	212.417,30
RECEITAS DIVERSAS		427.000,00	427.000,00	1.373,01	0,32	8.984,96	2,10	418.015,04
RECEITAS DE CAPITAL		1.247.000,00	1.247.000,00	1.029.124,35	82,53	4.905.595,55	393,39	-3.658.595,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		360.000,00	360.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	360.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS		60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	156.500,00	260,83	-96.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	156.500,00	313,00	-106.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		827.000,00	827.000,00	1.029.124,35	124,44	4.749.095,55	574,26	-3.922.095,55
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		827.000,00	827.000,00	1.029.124,35	124,44	4.749.095,55	574,26	-3.922.095,55
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		24.000.000,00	24.000.000,00	4.366.046,52	18,19	22.141.659,74	92,26	1.858.340,26

Continua 1/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.000.000,00	24.000.000,00	4.366.046,52	18,19	22.141.659,74	92,26
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.000.000,00	24.000.000,00	4.366.046,52	18,19	22.141.659,74	92,26
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	603.431,21	—	—	235.025,17	—
Superávit Financeiro	—	603.431,21	—	—	235.025,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	24.000.000,00	12.313.340,99	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	55,64
DESPESAS CORRENTES	20.459.000,00	1.266.553,84	21.725.553,84	3.105.726,41	15.676.653,00	3.192.640,08	15.587.889,13	71,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.093.000,00	-812.159,52	12.280.840,48	1.705.456,88	8.371.201,11	1.705.260,35	8.370.865,08	68,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	208,19	770,68	208,19	770,68	1,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.316.000,00	2.078.713,36	9.394.713,36	1.400.061,34	7.304.681,21	1.487.171,54	7.216.253,37	76,81
DESPESAS DE CAPITAL	3.501.000,00	11.046.787,15	14.547.787,15	1.538.831,34	4.618.614,57	1.696.046,34	4.618.614,57	31,75
INVESTIMENTOS	2.851.000,00	11.496.787,15	14.347.787,15	1.525.698,74	4.499.393,28	1.682.913,74	4.499.393,28	31,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	650.000,00	-450.000,00	200.000,00	13.132,60	119.221,29	13.132,60	119.221,29	59,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	24.000.000,00	12.313.340,99	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	55,64

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	24.000.000,00	12.313.340,99	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	16.106.837,29
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.935.156,04	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	24.000.000,00	12.313.340,99	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	22.141.659,74	16.106.837,29

FONTE:

JACINTO MACHADO , 28/11/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI MÁRCIO LUIZ ABATTI ALÉXSANDER DOS SANTOS KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
ORDENADOR DA DESPESA SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇ CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6 CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.000.000,00	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	100,00	55,64
Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	120.962,08	649.335,32	125.954,20	635.174,97	3,14	61,07
Ação Legislativa	1.040.000,00	1.040.000,00	120.962,08	649.335,32	125.954,20	635.174,97	3,14	61,07
Administração	1.870.000,00	2.327.056,95	339.868,04	2.017.169,12	369.208,15	1.986.810,35	9,83	85,38
Administração Geral	1.830.000,00	2.287.056,95	336.993,43	2.007.898,87	366.333,54	1.977.540,10	9,79	86,47
Defesa Civil	40.000,00	40.000,00	2.874,61	9.270,25	2.874,61	9.270,25	0,05	23,18
Assistência Social	756.000,00	826.000,00	108.514,33	543.440,20	108.514,33	540.344,20	2,67	65,42
Assistência à Criança e ao Adolescente	80.000,00	80.000,00	7.457,92	33.938,85	7.457,92	33.938,85	0,17	42,42
Assistência Comunitária	676.000,00	746.000,00	101.056,41	509.501,35	101.056,41	506.405,35	2,51	67,88
Previdência Social	10.000,00	10.000,00	407,09	4.309,29	407,09	4.309,29	0,02	43,09
Previdência do Regime Estatutário	10.000,00	10.000,00	407,09	4.309,29	407,09	4.309,29	0,02	43,09
Saúde	4.052.000,00	4.683.028,19	800.777,29	3.635.477,12	810.689,65	3.624.131,08	17,94	77,39
Atenção Básica	4.052.000,00	4.683.028,19	800.777,29	3.635.477,12	810.689,65	3.624.131,08	17,94	77,39
Educação	7.600.000,00	11.154.164,11	1.385.247,55	6.169.261,30	1.546.462,02	6.162.903,77	30,50	55,25
Alimentação e Nutrição	260.000,00	433.389,34	58.495,04	180.699,59	58.495,04	180.699,59	0,89	41,69
Ensino Fundamental	6.880.000,00	9.802.058,31	1.178.790,92	5.320.597,96	1.337.205,39	5.317.040,43	26,31	54,24
Educação Infantil	360.000,00	818.716,46	127.020,00	599.352,68	129.820,00	596.562,68	2,95	72,86
Educação de Jovens e Adultos	100.000,00	100.000,00	20.941,59	68.611,07	20.941,59	68.611,07	0,34	68,61
Cultura	396.000,00	497.554,95	10.442,40	114.752,41	10.442,40	114.752,41	0,57	23,06
Difusão Cultural	396.000,00	497.554,95	10.442,40	114.752,41	10.442,40	114.752,41	0,57	23,06
Urbanismo	3.346.000,00	3.363.779,93	453.309,26	2.232.148,14	453.309,26	2.231.675,24	11,04	66,34
Serviços Urbanos	3.346.000,00	3.363.779,93	453.309,26	2.232.148,14	453.309,26	2.231.675,24	11,04	66,34
Saneamento	892.000,00	967.000,00	95.322,87	802.479,52	118.644,37	791.216,84	3,92	81,82
Saneamento Básico Urbano	892.000,00	967.000,00	95.322,87	802.479,52	118.644,37	791.216,84	3,92	81,82
Gestão Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	520.000,00	623.860,66	72.999,27	503.119,84	88.347,38	491.410,24	2,43	78,77
Extensão Rural	520.000,00	623.860,66	72.999,27	503.119,84	88.347,38	491.410,24	2,43	78,77
Indústria	68.000,00	153.000,00	0,00	57.577,00	0,00	57.577,00	0,28	37,63
Administração Geral	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	48.000,00	133.000,00	0,00	57.577,00	0,00	57.577,00	0,28	43,29

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	24.000.000,00	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	100,00	55,64
Comércio e Serviços	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.054.000,00	8.813.326,76	1.115.944,58	2.837.539,91	1.115.944,58	2.837.539,91	14,04	32,20
Serviços Urbanos	414.000,00	663.999,05	0,00	272.350,00	0,00	272.350,00	1,35	41,02
Transporte Rodoviário	640.000,00	8.149.327,71	1.115.944,58	2.565.189,91	1.115.944,58	2.565.189,91	12,69	31,48
Desporto e Lazer	320.000,00	968.569,44	94.832,35	290.246,99	94.832,35	290.246,99	1,44	29,97
Desporto Comunitário	320.000,00	968.569,44	94.832,35	290.246,99	94.832,35	290.246,99	1,44	29,97
Encargos Especiais	2.000.000,00	810.000,00	45.930,64	438.411,41	45.930,64	438.411,41	2,17	54,12
Outros Encargos Especiais	2.000.000,00	810.000,00	45.930,64	438.411,41	45.930,64	438.411,41	2,17	54,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	24.000.000,00	36.313.340,99	4.644.557,75	20.295.267,57	4.888.686,42	20.206.503,70	100,00	55,64

FONTE:

JACINTO MACHADO , 28/11/2014

ANTONIO JOÃO DE FAVERI MÁRCIO LUIZ ABATTI ALÉXSANDER DOS SANTOS
ORDENADOR DA DESPESA SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇ CONTADOR-CRC/SC 023516/O-6

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Joaçaba

PREFEITURA

ATA 01/2013 TA 02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013 - TA 02

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de novembro do ano de 2014, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, como órgão gerenciador e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 10.594.533/0001-00, o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba - SC, CNPJ/MF 02.247.113/0001-11 e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES DE JOAÇABA, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba (SC), CNPJ nº 72.172.224/0001-91, como órgãos participantes, e a empresa COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA estabelecida em Joaçaba, SC, na Rua Armindo Heberle, s/nº, Vila Remor, inscrita no CNPJ sob nº 06.123.549/0001-50, representada neste ato pelo Sr. ITACIR ARALDI, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba, SC, portado do RG nº 3.153.918 e CPF nº 845.795.529-20, doravante denominada DETENTORA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 1/2013, firmada em 03/01/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 125/2013/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 72/2013/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é o Registro de Preços de combustíveis e lubrificantes, visando eventuais aquisições futuras, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, no exercício financeiro de 2014, observado o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 24 de novembro de 2014:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
2	Óleo Diesel S-10 (litro)	lto	LATINA	2,41	2,55

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 1/2013.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 21 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE - Prefeito

COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA
ITACIR ARALDI

Testemunhas:

1. _____
2. _____

PORTARIA N.º 3354

PORTARIA Nº 3.354 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 13/11/2014, do(a) Sr.(a) LUIZ FERNANDO FRAGOSO, Técnico de Enfermagem Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013 e nº 97 de 18 de março de 2005.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3355

PORTARIA Nº 3.355 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 14/11/2014, do(a) Sr.(a) DANIELLE COCO POZZEBON, Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 14 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3356

PORTARIA Nº 3.356 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) JESSICA REGINATO GARBO, ENFERMEIRO - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de novembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de novembro de 2014
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3357

PORTARIA Nº 3.357 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do(a) Senhor(a) KELLY ANILY PEREIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificada no edital n.º 001/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, ao findar-se a estabilidade provisória em função do Inciso III da Súmula 244 do TST .

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3358

PORTARIA N.º 3.358 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) TATIANE MARATEU BORGES, Fiscal de Tributos, conforme requerimento protocolado sob n.º 125.714 de 05 de julho de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de novembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3359

PORTARIA N.º 3.359 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ADRIANO NORA, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 129.738 de 21 de maio de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de novembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

HOMOLOG PL 80/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 80/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2014/PMJ

A Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Iria Flâmia Rodriguez Torrico, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 80/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 55/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central, para operar os serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão para uso de espaço público para instalação de máquina de autoatendimento.

VENCEDOR:

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

VALOR R\$ 701.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

IRIA FLÂMIA RODRIGUEZ TORRICO

Secretaria

CONTRATO 208/2014 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 208/2014/PMJ

PL 80/2014/PMJ - PP 55/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

OBJETO: a operação pela CONTRATADA de serviços de centralização, processamento e gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores da Prefeitura de Joaçaba, Fundos e Fundação, com a outorga de permissão de uso de espaço público para instalação de máquina de auto-atendimento.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 701.000,00 (setecentos e hum mil reais).

VIGÊNCIA: de 60 (sessenta meses) a contar do dia 08 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em até 12 (doze meses).

FISCAL DO CONTRATO: Iria Flâmia Rodriguez Torrico.

DATA DE ASSINATURA: 27/11/2014.

Iria Flâmia Rodriguez Torrico

Secretaria Gestão Financeira

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

HOMOLOG PL 3/2014 FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2014/FUNREBOM - PP 02/2014

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 03/2014 - PP 02/2014/FUNREBOM, nos seguintes termos:

- Modalidade: PL 03/2014 - PP 02/2014/FUNREBOM

Objeto: a aquisição de 01 (um) chassi de caminhão 4x2, novo, com cabine leito (estendida), em conformidade com as características mínimas descritas no Anexo I do presente Edital, para posterior transformação em viatura Auto Bomba Resgate que será

utilizada em ocorrências envolvendo atendimentos de urgência, de resgate e combate a incêndio, prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:

DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEICULOS LTDA

VALOR R\$ 238.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

Francisco Moreira Lopes

Prefeito em Exercício

PORTARIA N.º 3360

PORTARIA N.º 3.360 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 130.188 de 25 de junho de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de novembro de 2014

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3361

PORTARIA N.º 3.361 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) FIRMINO BUFFON, Operador de Máquinas, conforme requerimento protocolado sob n.º 131.808 de 23 de outubro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de novembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3362

PORTARIA N.º 3.362 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) NELIA MARIA FIN, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 131.892 de 31 de outubro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 28 de novembro de 2014
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3363

PORTARIA Nº 3.363 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) VALDIR JOSE ROSA, Carpinteiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 136.400 de 21 de novembro de 2014, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de novembro de 2014 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de novembro de 2014, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3364

PORTARIA Nº 3.364 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA, diante do Processo Licitatório n.º 06/2014/FMS - Pregão Presencial n.º 05/2014/FMS, conforme documentação encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3365

PORTARIA Nº 3.365 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) JULIANA LETICIA DEBERTOLIS CAVALLI, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na licença médica da professora Laiane Fatima Nora que passou por perícia médica e esta readaptada.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 23 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3366

PORTARIA Nº 3.366 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) LUCIANA MARIA ALBUQUERQUE CAVANUS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como 2º professor de aluno com necessidades especiais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de setembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

9/2013 FMCE TA 01

CONTRATO Nº 9/2013/FMCE - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES, com sede na Rua Tiradentes, 170, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 72.172.224/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o 83.843.912/0001-52, estabelecida na ROD. ADMAR GONZAGA, 2765, Bairro ITACOROBÍ, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. NATALINO UGGIONI, portador da C. I. nº 41.684.637-3 e CPF nº 301.977.878-60, residente e domiciliado na cidade de FLORIANÓPOLIS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 9/2013/FMCE, firmado em 02/12/2013, proveniente do Processo de Licitação

nº 116/2013/PMJ - Edital PP nº 66/2013/PMJ, homologado em 29/11/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e a CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-ão ao contrato os valores de acordo as estimativas a seguir discriminadas:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	03	500,00	1.500,00	18.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			1.500,00	18.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			50,10	601,20

CLÁUSULA SEGUNDA
CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Francisco Moreira Lopes
Prefeito em exercício

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC
NATALINO UGGIONI

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

PORTARIA N.º 3367

PORTARIA Nº 3.367 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar como 2º professor de aluno com necessidades especiais, na Escola Municipal Rotary Fritz Lucht.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

5/2013 FUNREBOM TA 01

CONTRATO Nº 5/2013/FUNREBOM - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.843.912/0001-52, estabelecida na ROD. ADMAR GONZAGA, 2765, Bairro ITACORUBI, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. NATALINO UGGIONI, portador da C. I. nº 41.684.637-3 e CPF nº 301.977.878-60, residente e domiciliado na cidade de FLORIANÓPOLIS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 128/2013/PMJ, firmado em 02/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 116/2013/PMJ - Edital PP nº 66/2013/PMJ, homologado em 29/11/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e a CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-ão ao contrato os valores de acordo as estimativas

a seguir discriminadas:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	03	500,00	1.500,00	18.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			1.500,00	18.000,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			50,10	601,20

CLÁUSULA SEGUNDA**CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC
NATALINO UGGIONI

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

PORTARIA N.º 3368

PORTARIA Nº 3.368 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) MARIA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Edna Maria Faganello que permanece em licença médica.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3369

PORTARIA Nº 3.369 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) SONIA MARIA LOPES DA SILVA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professor Ivone Zarpelon que permanece em licença médica.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de outubro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

32/2013 FMAS TA 01

CONTRATO Nº 32/2013 - FMAS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o número 02.247.113/0001-11, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.843.912/0001-52, estabelecida na ROD. ADMAR GONZAGA, 2765, Bairro ITACORUBI, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. NATALINO UGGIONI, portador da C. I. nº 41.684.637-3 e CPF nº 301.977.878-60, residente e domiciliado na cidade de FLORIANÓPOLIS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 32/2013/FMAS, firmado em 02/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 116/2013/PMJ - Edital PP nº 66/2013/PMJ, homologado em 29/11/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de

serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e a CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-ão ao contrato os valores de acordo as estimativas a seguir discriminadas:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	07	500,00	3.500,00	42.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	01	375,00	375,00	4.500,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			4.313,00	51.756,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			144,05	1.728,65

CLÁUSULA SEGUNDA
CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Francisco Moreira Lopes - Prefeito em exercício

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA - IEL/SC
NATALINO UGGIONI

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

PORTARIA N.º 3370

PORTARIA Nº 3.370 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) VANESSA MATOS DE SOUZA PEREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Patricia T. Martinazzo dos Santos que permanece em licença médica.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 3371

PORTARIA Nº 3.371 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 97/2005, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 19 de dezembro de 2014 do (a) Servidor (a) Sr. (a) ZENAIDE CORREIA BRASIL DAMIN, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para a atuar na vaga da professora Elisabeth Schneider que após perícia médica exonerou-se em função de sua aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de agosto de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

39/2013 FMS TA 01

CONTRATO Nº 39/2013/FMS - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado neste pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, por seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.843.912/0001-52, estabelecida ROD. ADMAR GONZAGA, 2765, Bairro ITACOROBÍ, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, neste ato representada pelo Sr. NATALINO UGGIONI, portador da C. I. nº 41.684.637-3 e CPF nº 301.977.878-60, residente e domiciliado na cidade de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 39/2013/FMS, firmado em 02/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 116/2013/PMJ - Edital PP nº 66/2013/PMJ, homologado em 29/11/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e a CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-ão ao contrato os valores de acordo as estimativas a seguir discriminadas:

NÍVEL	QTDE. ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR 12 MESES R\$
SUPERIOR	08	500,00	4.000,00	48.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	02	375,00	750,00	9.000,00
TOTAIS PREVISTOS (BOLSA-AUXÍLIO)			5.188,00	62.256,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			173,28	2.079,35

CLÁUSULA SEGUNDA
CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Francisco Moreira Lopes - Prefeito em exercício

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC
NATALINO UGGIONI

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

PORTARIA N.º 3372

PORTARIA Nº 3.372 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
"NOMEIA COMISSÕES QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º NOMEAR os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 2º semestre 2014 e as comissões de avaliações para progressão por mérito referente ao ano de 2014 que serão concedidas em janeiro de 2015:

Secretaria Municipal de Saúde:
Ana Paula Franke
Marcia Maria Zimmermann Magro
Sulany de Fatima B. Welter

Secretaria Municipal de Educação : Fundação Municipal
de Cultura e Esportes: Danusa de Britto Oliveira
Rony Edson Lenz
Eliane Ferronato Filipiacki Elisabeth Baretta
Gabriela Pratto Nei Tesser

Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Nelia Maria Fin
José Antonio Martins
Venilton Rogerio Teles

Secretaria Municipal de Administração, Gabinete do Prefeito:
Celso Felipe Bordin
Jose Otavio Dalmedico
Roberto Minati

Secretaria de Gestão Financeira, Procuradoria:
Secretaria Municipal de Ação Social:
Eliana Zardo
Ivone Zanatta
Claudete Maria Toscan da Silva
Maristela Rosa Abatti Schuler
Iria Flávia Rodrigues Torrico
Mario Wolfart
Geovana Aparecida Denardi Facin

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação:
Jorge Ronaldo Pohl
Pedro Alvir Pereira
Valdecir Valentin Darold

Art. 2º - Fica designada a direção de cada unidade escolar para acompanhar e realizar a avaliação dos respectivos servidores.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de novembro de 2014.
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

128/2013 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 128/2013/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.843.912/0001-52, estabelecida na ROD. ADMAR GONZAGA, 2765, Bairro ITACOROBÍ, no Município de FLORIANÓPOLIS/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. NATALINO UGGIONI, portador da C. I. nº 41.684.637-3 e CPF nº 301.977.878-60, residente e domiciliado na cidade de FLORIANÓPOLIS/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 128/2013/PMJ, firmado em 02/12/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 116/2013/PMJ - Edital PP nº 66/2013/PMJ, homologado em 29/11/2013, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA de serviços de administração, na condição de agente de integração, do programa de concessão de vagas de estágio remuneradas a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva que estejam frequentando o Ensino Médio, Técnico ou Superior, com idade a partir de 16 anos, nos termos da Lei nº 11.788/2008, a fim de atender às necessidades do Município de Joaçaba, SC, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR e a CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo, agregar-se-ão ao contrato os valores de acordo com as estimativas a seguir discriminadas:

PREFEITURA				
NÍVEL	QTDE. ATUALIZADA DE ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR ANO R\$
SUPERIOR	14	500,00	7.000,00	84.000,00
TÉCNICO	01	438,00	438,00	5.256,00
MÉDIO	02	375,00	750,00	9.000,00
TOTAL PREVISTO (BOLSA-AUXÍLIO)			8.188,00	98.256,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			273,48	3.281,76

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
NÍVEL	QTDE. ATUALIZADA DE ESTAGIÁRIOS	VALORES BOLSA AUXÍLIO R\$	VALOR MÊS R\$	VALOR ANO R\$
SUPERIOR	52	500,00	26.000,00	312.000,00
TÉCNICO	08	438,00	3.504,00	42.048,00
MÉDIO	15	375,00	5.625,00	67.500,00
TOTAL PREVISTO (BOLSA-AUXÍLIO)			35.129,00	421.548,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO = 3,34% SOBRE O VALOR DA BOLSA AUXÍLIO			1.173,31	14.079,72

CLÁUSULA SEGUNDA**CLAUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 (doze) meses, a contar de 02 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo para execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA-IEL/SC

NATALINO UGGIONI

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

203/2014 PMJ TA 01

CONTRATO 203/2014 PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, doravante denominada CONTRATANTE, representada neste ato por seu Secretário, Sr. JORGE RONALDO POHL, e LUIZ CARDOSO DA SILVA, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 203/2014/PMJ, firmado em 19/09/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 66/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 47/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira

localizada na Zona 04.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO

JORGE RONALDO POHL - Secretário

LUIZ CARDOSO DA SILVA

CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

188/2014 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 188/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, e AVELINO BORSOI, portador do CPF 099.149.789-91, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 188/2014/PMJ, firmado em 23/07/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 55/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 39/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira localizada na Zona 07.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer

outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

AVELINO BORSOI
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

192/2014 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 192/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, e ALCEU DEITOS, portador do CPF 521.965.939-15, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 192/2014/PMJ, firmado em 23/07/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 55/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 39/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira localizada na Zona 02.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

ALCEU DEITOS
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

190/2014 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 190/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, e ARMINDO BORSOI, portador do CPF 065.768.269-15, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 190/2014/PMJ, firmado em 12/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 57/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 40/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira localizada na Zona 08.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

Armindo Borsoi
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

195/2014 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 195/2014/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, representado neste ato pelo Prefeito em exercício, Sr. FRANCISCO MOREIRA LOPES, por intermédio da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO, e LUIZ CARDOSO DA SILVA, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 195/2014/PMJ, firmado em 12/08/2014, proveniente do Processo de Licitação nº 57/2014/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 40/2014/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pelo CONTRATADO, de material pétreo, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.075,25 (mil e setenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no inciso I, "b" e § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente a aquisição suplementar de 425,00 m³ de material pétreo de cascalheira localizada na Zona 01.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 28 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
FRANCISCO MOREIRA LOPES
Prefeito em exercício

LUIZ CARDOSO DA SILVA
CONTRATADO

Testemunhas:

1. _____

2. _____

SIMAE**TOMADA DE PREÇOS JHL 0016/2014 SIMAE**

Licitação nº 0079/2014

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0016/2014

PROTOCOLO 3347/2014

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Tomada de Preços JHL 0016/2014 - Licitação 0079/2014, tipo Menor Preço Global (Empreitada Integral), que trata do Objeto: Contratação de empresa de especializada para execução de projeto e serviços de instalação de entrada de energia em alta tensão na Elevatória de Água Tratada - EAT-004, localizada no Acesso Adolfo Ziguelli, em Joaçaba - SC.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 17/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba-SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 17/12/2014 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC. Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do SIMAE na Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba - SC.

Joaçaba (SC), 01 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

PORTARIA JHL 216/2014

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 216/2014 DE 28/11/2014

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Arlindo Marques da Silva, sob nº da CNH 01701904958 ocupante do cargo de Encanador, P-4, N-1, Ref. I-3, da Função de Condutor do veículo F-4000 Placa LZN 4621 e;

Art. 2º- Designar, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o caminhão VW 10.160, Placa QHH- 6037, a partir de 01 de dezembro de 2014, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 3º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 4º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de dezembro de 2014, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de novembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

PORTARIA JHL 208/2014

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 208/2014 19.11.2014

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Márcio Luis Rodrigues Kemer do cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência A, Matrícula 173, lotado na Diretoria Administrativa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente
Joaçaba-SC, 19 de novembro de 2014.

EMPENHOS REFRENTE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**SANTA CATARINA****SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 31/10/2014

Nº do empenho : **1496/14**

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.385.934,98
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	7.880,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.393.814,98
		Saldo (A - B) :	272.775,03

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM - (Cód. 02-09-0001) Marca: BRANCA	LT	2.000,000	2,7100	5.420,00
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	1.000,000	2,4600	2.460,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PAGTO QUINZENAL

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0901/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	7.880,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 7.880,00 (sete mil oitocentos e oitenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
		Contadora CRC SC 029205/O-3	Diretora Presidente

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 31/10/2014

Nº do empenho : 1497/14

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão:	14	- Órgão 14
Unidade:	14.01	- SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
Funcional:	17.512.0028	- SANEAMENTO RESPONSÁVEL
Projeto/Atividade:	1.051	- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E REAPARELHAMENTO DO SISTEMA DE ÁGUA URBANA
Elemento:	4.4.90.30.01.00.00.00.01.0200	- Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
Cód. Detalham.:	0 - Sem detalhamento das destinações de recursos	
Código reduzido:	000015	

Dotação Inicial:	1.638.000,00	Empenhos anteriores :	1.167.504,98
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.230,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	1.638.000,00	Total (B) :	1.168.734,98
		Saldo (A - B) :	469.265,02

Credor: 6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

Cidade: Herval d'Oeste

UF: SC

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Banco:

Agência:

Fone: 35540353

Conta Corrente:

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	500,000	2,4600	1.230,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PAGTO QUINZENAL

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0900/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	1.230,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.230,00 (um mil duzentos e trinta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 05/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 05/11/2014

Nº do empenho : **1523/14**

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.415.858,80
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.450,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.418.308,80
		Saldo (A - B) :	248.281,21

Credor: **8191 COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E TRANSPORTES ARALDI LTDA**

Endereço: ARMINDO HEBERLE, 113

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 06-123-549/0001-50

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 49 35225105

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - (Cód. 02-09-0004) Marca: LATINA	LT	1.000,000	2,4500	2.450,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: EXERCÍCIO 2014

PGTO EM QUINZENAL

SOLICITAÇÃO Nº 0614/2013

PROTOCOLO Nº 3325/2013

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0919/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	2.450,00
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Data : 06/12/2006

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 70/2013

Data : 16/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 05/11/2014

Nº do empenho : **1524/14**

Ordinário

Processo : 0017/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.51.00.00.00.01.0200 - Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.418.308,80
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	13.000,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.431.308,80
		Saldo (A - B) :	235.281,21

Credor: **8124 COMPACTPAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA**

Endereço: DELFIM MOREIRA DA COSTA, 219-D

Cidade: Chapecó

UF: SC

C.N.P.J.: 14-637-072/0001-59

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 4933297173

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE(CBUQ), PREPARADA COM AGREGADOS PÉTREOS, DOSADO COM CAP 50/70, NÃO EMULSINADO, ADITIVADO COM COMPOSTO QUÍMICO EXCLUSIVO DE RETARDADOR DE "CURA" PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS, TAPA BURACOS, PODENDO O PRODUTO TER UMA ESTOCAGEM DE ATÉ 12 MESES, CAPAZ DE SER APLICADA MESMO EM BURACO COM ÁGUA OU EM PERÍODOS DE CHUVA, SEM PERDA DE SUA COESÃO E ADERÊNCIA AO PAVIMENTO ANTIGO, DISPENSANDO PINTURA DE LIGAÇÃO, EMBALADOS EM SACOS DE 25KG, GRANULOMETRIA NÃO INFERIOR A 96% NA PENEIRA 3/8", TEOR DE BETUME NÃO INFEROR A 5,6, DENSIDADE APARENTE DA MASSA ENTRE 1,90 A 2,35T/M3. - (Cód. 32-01-2024) Marca: ASFALTECPAV	SC	1.000,000	13,0000	13.000,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE ASFALTO PARA REPARAÇÃO E FECHAMENTO DE VALAS EM VIAS PÚBLICAS, ONDE O SIMAE EFETUAR CONserto DE REDES E LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO. (Licitação Nº : 12/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

SOLICITAÇÃO Nº 0090/2014
 PROTOCOLO Nº 0557/2014
 AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0920/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	13.000,00
--	-------------------	-----------

Fica empenhada a importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais)

Fundamento legal : LEI 10520/04, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 17/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/03/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 06/11/2014

Nº do empenho : **1531/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.122.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.060 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - SIMAE
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000003

Dotação Inicial:	960.000,00	Empenhos anteriores :	903.432,02
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	173,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	960.000,00	Total (B) :	903.605,02
		Saldo (A - B) :	56.394,98

Credor: **6111 JOACABA PNEUS LTDA**

Endereço: BR 282 - KM 392

C.N.P.J.: 84-587-245/0010-48

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.454.165

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 4935220660

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
41	PNEU 110/90-17, 60 P, R 34, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS : MMD-7522; MMD7692; MKR0093; MKR0133; MKR0083 - (Cód. 02-02-0022) Marca: LEVORIN DUNA	PÇ	1,000	152,0000	152,00
43	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACAS: MMD7522; MMD7692; MKR0093; MKR0083; MKR0133. - (Cód. 02-02-0099) Marca: LEVORIN MSC17	PÇ	1,000	21,0000	21,00

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E CAMARA PARA MOTO MKR0083 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0927/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	173,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 173,00 (cento e setenta e três reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 11/11/2014

Nº do empenho : **1542/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.603.368,80
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	38,20
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,01
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.603.406,99
		Saldo (A - B) :	63.183,02

Credor: **6436 VICINI PNEUS LTDA.**

Endereço: RUA FRANCISCO LINDNER, 425

C.N.P.J.: 82-854-209/0006-91

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 253342449

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 49 35221266

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
35	BALANCEAMENTO PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. - (Cód. 02-02-0095) Marca: VICNI	SV	2,000	6,9444	13,89
36	GEOMETRIA PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. - (Cód. 02-02-0096) Marca: VICNI	SV	1,000	24,3056	24,31

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO APRA O VEICULO GOL PLACA MCR-4695 DE PROPRIEDADE DO SIMAE.
 (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº0932/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	38,19
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 38,19 (trinta e oito reais e dezenove centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 11/11/2014

Nº do empenho : **1543/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.603.406,99
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	377,78
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.603.784,77
		Saldo (A - B) :	62.805,24

Credor: **6436 VICINI PNEUS LTDA.**

Endereço: RUA FRANCISCO LINDNER, 425

C.N.P.J.: 82-854-209/0006-91

Banco:

Cidade: Joaçaba

Inscr.Est./Ident.Prof.: 253342449

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 49 35221266

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEICULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. - (Cód. 02-02-0032) Marca: GOODYEAR KELLY PA	PÇ	2,000	188,8889	377,78

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS E SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO APRA O VEICULO GOL PLACA MCR-4695 DE PRORPIEDADE DO SIMAE. (Licitação Nº : 23/2014-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0933/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	377,78
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 377,78 (trezentos e setenta e sete reais e setenta e oito centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 14/11/2014

Nº do empenho : **1556/14**

Ordinário

Processo : 0031/2014

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.39.00.00.00.01.0200 - Material para Manutenção de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.612.198,68
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	2.435,86
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.614.634,54
		Saldo (A - B) :	51.955,47

Credor: **6705 JK PNEUS LTDA**

Endereço: AV. STA TEREZINHA, 3227

C.N.P.J.: 78-653-946/0003-06

Banco:

Cidade: JOACABA

UF: SC

Inscr.Est./Ident.Prof.: 251660265

Agência:

Fone: 4935222922

Conta Corrente:

Fax: 91426698

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
20	PNEU 215/75 17,5, DIANTEIRO e TRASEIRO, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131 - (Cód. 02-02-0004) Marca: FIRESTONE	PÇ	4,000	608,9650	2.435,86

Histórico:

AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O CAMINHÃO FORD CRGO PLACA MEB-6131 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 23/2014-PR)
 SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL
 smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0941/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	2.435,86
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 2.435,86 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 31/2014

Data : 05/12/2006

Data : 25/06/2014

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 14/11/2014

Nº do empenho : 1557/14

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.614.634,54
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	52,50
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.614.687,04
		Saldo (A - B) :	51.902,97

Credor: 6087 BRANDAO MOTO PECAS LTDA

Endereço: AV. SANTA TEREZINHA, 774

Cidade: JOACABA

UF: SC

C.N.P.J.: 85-227-718/0001-78

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252394070

Banco:

Agência:

Fone: 04935224076

Conta Corrente:

Fax:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
37	SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 8 - MOTOS	HR	2,500	21,0000	52,50
	LOTE 8: MOTOS				
	PLACA MARCA/MODELO SIMAE				
	MAY-8031 HONDA XR 200R ANO 2000 TÉCNICA ÁGUA				
	MAY-8121 HONDA XR 200R ANO 2000 TÉCNICA ÁGUA				
	MAY-8221 HONDA CG 125 TITAN ES ANO 2000 TÉCNICA ÁGUA				
	MDV-5038 HONDA NXR 150 BROS ESD ANO 2005 TÉCNICA ÁGUA				
	MJL-5774 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA				
	MJL-5874 HONDA CG 125 CARGO ES ANO 2012 TÉCNICA ÁGUA				
	MKR-0093 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
	MKR-0083 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
	MKR-0103 HONDA NXR150 BROS ESD ANO 2013 TÉCNICA ÁGUA				
	- (Cód. 02-11-0017) Marca: BRANDÃO				

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA AS MOTOS MAY-8221 E MAY-8031 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA
 CNPJ 84.591.890/0001-43
 I. ESTADUAL ISENTA

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATA
 PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA ÚTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0942/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	52,50
--	-------------------	-------

Fica empenhada a importância de R\$ 52,50 (cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 18/11/2014

Nº do empenho : **1562/14**

Estimativa

Processo : 0070/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE AGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.30.01.00.00.00.01.0200 - Combustíveis e Lubrificantes Automotivos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.614.687,04
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	1.999,98
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.616.687,02
		Saldo (A - B) :	49.902,99

Credor: **6052 ABASTECEDORA DE COMB.E TRANSP.BORTOLI LT**

Endereço: RUA SANTOS DUMONT, 1090

C.N.P.J.: 84-590-124/0001-64

Banco:

Cidade: Herval d'Oeste

Inscr.Est./Ident.Prof.: 250.498.197

Agência:

Conta Corrente:

UF: SC

Fone: 35540353

Fax: 49

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	ÓLEO DIESEL - (Cód. 02-09-0003) Marca: BRANCA	LT	813,000	2,4600	1.999,98

Histórico:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 52/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: EXERCÍCIO 2014

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTEÚTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0947/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	1.999,98
--	-------------------	----------

Fica empenhada a importância de R\$ 1.999,98 (um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data : 05/12/2006

Data : 16/12/2013

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 24/11/2014

Nº do empenho : 1578/14

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.062 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE ESGOTO
 Elemento: 3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000022

Dotação Inicial:	500.000,00	Empenhos anteriores :	425.172,69
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	110,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	500.000,00	Total (B) :	425.282,69
		Saldo (A - B) :	74.717,31

Credor: 7833 LOCOMAQ COM E LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIP LTDA-ME

Endereço: RUA PREF NORMELIO ZILIO, 75 SALA 02

Cidade: JOAÇABA

UF: SC

C.N.P.J.: 10-527-352/0001-53

Inscr.Est./Ident.Prof.:

Banco:

Agência:

Fone: 35224900

Conta Corrente:

Fax: 35220051

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
34	SERVIÇO DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 7 - MÁQUINAS PESADAS LOTE 7: MÁQUINAS PESADAS PLACA MARCA/MODELO SIMAE CASE RETROESCAVADEIRA CASE 580L ANO 2007 TÉCNICA AGUA MHY-7333 RETROESCAVADEIRA RANDON RK-406B ANO 2010 TÉCNICA ESGOTO - (Cód. 02-11-0014) Marca: LOCOMAQ	HR	1,000	110,0000	110,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO A SEREM EXECUTADOS NOS VEÍCULOS DAS ÁREAS TÉCNICA ÁGUA E ESGOTO DO SIMAE, PARA O EXERCÍCIO DE 2014. (Licitação Nº : 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETTRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL smtp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I.ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA CONFORME ESTABELECIDO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0963/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	110,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 110,00 (cento e dez reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :

Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

Pagina:

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 24/11/2014

Nº do empenho : **1583/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.628.620,01
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	489,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.629.109,01
		Saldo (A - B) :	37.481,00

Credor: **6905 MECANICA SPIER LTDA - ME**

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 5223360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	SERVIÇOS DE MECÂNICA GERAL PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0025) Marca: SPIER	HR	7,000	16,0000	112,00
6	SERVIÇOS DE MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0026) Marca: SPIER	HR	11,000	17,0000	187,00

SANTA CATARINA**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Nota de Empenho

S I M A E - JHO

C.N.P.J.: 84.591.890/0001-43

Município: JOACABA

Data: 24/11/2014

Nº do empenho : **1583/14**

Ordinário

Processo : 0064/2013

Órgão: 14 - Órgão 14
 Unidade: 14.01 - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHO SIMAE
 Funcional: 17.512.0028 - SANEAMENTO RESPONSÁVEL
 Projeto/Atividade: 2.061 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA - URBANO
 Elemento: 3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0200 - Manutenção e Conservação de Veículos
 Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
 Código reduzido: 000018

Dotação Inicial:	2.666.590,01	Empenhos anteriores :	2.628.620,01
Suplementações:	0,00	Valor do empenho :	489,00
Anulações:	0,00	Valor Anulado:	0,00
Total (A) :	2.666.590,01	Total (B) :	2.629.109,01
		Saldo (A - B) :	37.481,00

Credor: **6905 MECANICA SPIER LTDA - ME**

Endereço: RUA FRITZ LUCHT 05

Cidade: Joaçaba

UF: SC

C.N.P.J.: 82-704-735/0001-60

Inscr.Est./Ident.Prof.: 252164105

Banco:

Agência:

Fone: 49 35223360

Conta Corrente:

Fax: 49 52233360

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	SERVIÇOS DE ELETRICIDADE PARA A CATEGORIA DE VEÍCULOS CONSTANTES DO LOTE 2 - VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT: LOTE 2: VEÍCULOS LEVES MARCA FIAT PLACA MARCA/MODELO SIMAE MCI-9034 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MCI-9064 FIAT DOBLO CARGO ANO 2004 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MGR-3980 FIAT FIORINO FURGÃO ANO 2004/2005 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA INK-2963 FIAT FIORINO IE ANO 2006/2007 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA MJB-5617 FIAT STRADA WORKING CD 2011 GASOLINA/ALCOOL/GNV TÉCNICA ESGOTO MBH-0317 FIAT STRADA WORKING ANO 1999/2000 GASOLINA TÉCNICA ÁGUA - (Cód. 02-11-0027) Marca: SPIER	HR	10,000	19,0000	190,00

Histórico:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NOS VEÍCULOS PLACAS MCI-9034, MBH-0317, MHM-8126 DE PROPRIEDADE DO SIMAE (Licitação Nº: 46/2013-PR)

SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. ENCAMINHAR O ARQUIVO XML PARA EMAIL sntp@simae.sc.gov.br

LOCAL DE ENTREGA E FATURAMENTO: RUA TIRADENTES 123 - JOAÇABA

CNPJ 84.591.890/0001-43

I. ESTADUAL ISENTO

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO

PGTO EM ATÉ 05 (CINCO) DIAS APÓS ENTREGA A CONTENTO

FAVOR ATENDER AO PRAZO DE ENTREGA, EM CASO DE ATRASO FICARÁ SUJEITO A MULTA A RAZÃO DE 0,20% AO DIA UTIL.

FRETE CIF/SIMAE - JOAÇABA/SC

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 0965/2014

Fonte de recursos : 00.01.0200 - Recurso Ordinário SIMAE	Total empenhado :	489,00
--	-------------------	--------

Fica empenhada a importância de R\$ 489,00 (quatrocentos e oitenta e nove reais)

Fundamento legal : LEI 10520/02, DEC. 2879/06

Modal. licitação : Pregão Presencial

Processo Lic. : 64/2013

Data : 05/12/2006

Data : 03/12/2013

Justificativa Lic. :


Obra :

Contrato :

Data :

Encarregado do serviço	Credor	PATRICIA CALLEGARI WARKEN Contadora CRC SC 029205/O-3	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI Diretora Presidente
------------------------	--------	--	--

HOMOLOGAÇÃO PP47/2014 SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2014 - PR
	Processo Administrativo: 65/2014 Processo de Licitação: 65/2014 Data do Processo: 24/10/2014

Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 65/2014
 b) Licitação Nr.: 47/2014-PR
 c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
 d) Data Homologação: 25/11/2014
 e) Data da Adjudicação: 26/11/2014 Sequência: 0
 f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO A SER INSTALADO NA EAT 105 - SANTA HELENA, EM JOAÇABA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

G M SOM E ACESSÓRIOS LTDA (6961)

- | | | | | | |
|---|----|------|--------|----------|----------|
| 3 SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO COMPOSTO POR:
- 01 (UM) MODULO SOLAR FOTOVOLTAICO 12 VOLTS COM A POTENCIA UNITARIA MINIMA DE 80 WATTS E MAXIMA DE 90 WATTS, COM CAPACIDADE DE GERAR 25 A/DIA CONSIDERANDO UMA INSOLAÇÃO DIARIA DE 2,5 A 5 HORAS PARA JOAÇABA - SANTA CATARINA;
- 01 (UM) CONTROLADOR DE CARGA 10 AMPERES 12/24 VOLTS;
CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO. - Marca: KOMAES/FOCOS | CJ | 2,00 | 0,0000 | 1.200,00 | 2.400,00 |
|---|----|------|--------|----------|----------|

Total do Fornecedor: 2.400,00

INOVATEC SERVIÇOS EM ELETRICIDADE LTDA - ME (8185)


- | | | | | | |
|--|----|------|--------|----------|----------|
| 1 QUADRO DE COMANDO DE MOTORES MEDINDO 800MM X 600MM X 250MM. QCM COM PARTIDA ATRAVÉS DE CHAVE ESTÁTICA, PARA ACIONAR ATRAVÉS DE RAMPA DE ACELERAÇÃO E DESACELERAÇÃO E PROTEGER MOTOR DE INDUÇÃO TRIFÁSICO, POTÊNCIA DE 15 CV APROXIMADAMENTE 25 AMPERES. A TENSÃO DE FORÇA SERÁ DE 380 VCA, TENSÃO DE COMANDO 220V, FREQUÊNCIA 60HZ, LÍQUIDO A SER BOMBEADO: ÁGUA (POÇO PROFUNDO) CHAVE ESTÁTICA DE REFERENCIA - SSW 007 - 30 AMPERES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. - Marca: INOVATEC | PÇ | 1,00 | 0,0000 | 7.450,00 | 7.450,00 |
|--|----|------|--------|----------|----------|

Total do Fornecedor: 7.450,00

Total Geral: 9.850,00

Joaçaba, 26 de Novembro de 2014.

 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 47/2014 - PR
	Processo Administrativo: 65/2014 Processo de Licitação: 65/2014 Data do Processo: 24/10/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.053.4.4.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 55.139,11

Joaçaba, 26 de Novembro de 2014.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 61/2014 SEGURO**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC
PROCESSO LICITATÓRIO 61/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 12/12/2014, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº 13, REFERENTE A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro para os veículos da frota do Município de José Boiteux, cujas especificações detalhadas encontram-se na relação dos lotes da licitação, que fazem parte integrante deste Edital. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 28 de Novembro de 2014.
JONAS PUDEWELL
Prefeito Municipal

Lages**PREFEITURA****EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 31/2013 FMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º ADITIVO AO CONTRATO 031/2014 FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.250.676/0001-93, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco 1695 - Capoeiras, CEP: 88090-060 - Florianópolis/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 16.830,00 (dezesesseis mil, oitocentos e trinta reais).

Lages, 26 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 30/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 79.250.676/0001-93, estabelecida na Rua Joaquim Nabuco 1695 - Capoeiras, CEP: 88090-060 - Florianópolis/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages.

De acordo com solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, com aval da Secretaria Municipal da Fazenda e Parecer Jurídico favorável, ADITA-SE ao valor inicial contratado o valor de R\$ 16.830,00 (dezesesseis mil, oitocentos e trinta reais).

Lages, 26 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages.

EXTRATO CONTRATO 231/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 231/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antonio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 77/2014, correlato à Tomada de Preços nº 07/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Saúde dos Bairros Centenário e Vila Nova

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 696.868,52 (seiscentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e dois centavos).

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 232/2014 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 232/2014 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MADRUGA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n.º 02.274.438/0001-93, com sede Avenida Marechal Floriano, 1500 A - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 79/2014, correlato à Tomada de Preços nº 09/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção da Unidade de Saúde do Bairro Gethal

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 681.866,57 (seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 331/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 331/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: M.P. ZANON & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.520.542/0001-34, com sede a Rua João Batista de Mello, 225 - Centro - CEP 95900-000 - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 202/2014, correlato á Convite nº 22/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Show Pirotécnico para o Natal Felicidade de 2013 com fornecimento de materiais, em conformidade com o Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

02.1 De Início, da data da assinatura do(s) Contrato(s) decorrente(s);

02.2 De Execução, da data da assinatura do contrato até 23/12/2014.

02.3 Da Entrega do Material, até 01/12/2014, nos locais determinados pela Secretaria de Turismo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 207/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 207/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 09.053.748/0001-27, com sede a Rua Cecílio Rodrigues, 136 - Seminário, CEP: 89190-000, Taió/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 48/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.169,00 (hum mil, cento e sessenta e nove reais)

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 208/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 208/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ n.º 04.195.853/0001-87, com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Centro CEP: 88450-000 - Alfredo Wagner/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 48/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.285,00 (três mil, duzentos e oitenta e cinco reais)

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 209/2014 - FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 209/2014 FMAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADO: JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ n.º 13.965.228/0001-68, com sede a Rua 24 de Outubro 1162- Centro - Bom Retiro/SC, CEP: 88680-000.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 69/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 48/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Equipamentos para o Asilo Vicentino da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2014;

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 4.443,00 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais)

Lages, 28 de Novembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 03 PP 80-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MADEIRAS PARA USO EM CONSTRUÇÕES E REFORMAS DE CASAS EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Anexo II do Edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 03/12/2014, para às 09:00 do dia 12/12/2014.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 27 de novembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº122/2014 PMLM 49/2014 FMS 48/2014 HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº122/2014 PMLM 49/2014 FMS 48/2014 HMHL

PROCESSO Nº122/2014 49/2014 FMS 48/2014 HMHL

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de dezembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustível, para manter a frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencente à Prefeitura Municipal de Lauro Muller durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº123/2014

EDITAL DE PREGAO Nº123/2014

PROCESSO Nº123/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de dezembro de 2014 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº124/2014 PMLM 50/2014 FMS

EDITAL DE PREGAO Nº124/2014 PMLM 50/2014 FMS

PROCESSO Nº124/2014 50/2014 FMS

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 11 de dezembro de 2014 às 13:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de seguro para veículos da frota oficial do município de Lauro Muller - SC, obedecendo

integralmente às especificações e determinações previstas no edital e seus anexos, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2014.

ALAN CROCETTA

Pregoeiro Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº 006/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO No 006/2014

A Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de LAURO MULLER - SC, nomeada pelo Decreto no 154/2014, torna público que se acham abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para preenchimento de vagas do cargo de Servente e Cozinheira.

FUNÇÃO	Escolaridade ou qualificação mínima	SALÁRIO	NÚMERO DE VAGAS
Servente	Ensino Fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação	01 (um) salário mínimo vigente na época da contratação	12
Cozinheira	Ensino Fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação	01 (um) salário mínimo vigente na época da contratação	10

INSCRIÇÃO

As inscrições serão realizadas nos dias 25 de novembro a 09 de dezembro de 2014, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 13h00min na Secretária Municipal da Educação e dos Esportes Saúde, localizada na Rua Orleans, s/nº, em Lauro Müller (SC).

REALIZAÇÃO DA PROVA -

A prova será realizada no dia 20 de Dezembro de 2014, com abertura dos portões às 13h00min, iniciando as provas às 14h00min horas e encerramento as 17h00min, tendo como local a Escola Hilário Pescador, à Rua Vilmar Fernandes Madeira, s/n, bairro Sumaré - Lauro Müller - SC.

Lauro Müller (SC), 25 de novembro de 2014.

Juliana zanin piuco

Presidente da Comissão

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação Nº 72/2014

Pregão Presencial Nº 57/2014

Contrato Administrativo: 144/2014

Contratado(a): Andrade, Passini Comércio de Materiais Elétricos Ltda

DESPACHO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DECORRENTE DE LICITAÇÃO

Considerando o expediente do Setor de Compras e Licitações do Município, fl. 79, Comunicação Interna nº 05/2014, que informa que os objetos da licitação referente ao processo em epígrafe deveriam ter sido entregues pela contratada até o dia 15/11/2014, mas foram entregues somente na data de 19/11/2014, conforme nota fiscal eletrônica nº 000.125, ocasionando mora na entrega do objeto.

Considerando as disposições legais aplicáveis ao Pregão, conforme Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, especialmente no que tange a eventual aplicação de penalidade de multa (art. 7º).

Considerando as disposições suplementares da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que em seu art. 86 disciplina a possibilidade de aplicação da penalidade de multa moratória por atraso injustificado na execução do contrato, a ser apurada em eventual processo administrativo (§ 2º, art. 86).

Considerando a possibilidade de desconto do valor de eventual multa moratória aplicada, após decisão deste processo administrativo, conforme previsão do § 3º do art. 86 da Lei 8.666/93.

Considerando o disposto no edital do certame, item 09, mais especificamente no subitem 09.1 que trata do prazo para entrega do objeto da licitação, fl. 13 (15 dias após a assinatura do contrato), bem como do disposto na cláusula segunda do contrato firmado entre as partes, item 2.1, que trata do mesmo prazo (fl. 75).

Considerando o disposto na cláusula sétima - das penalidades - constante do contrato celebrado entre as partes (fl. 77), item 7.1.1. que estipula a multa moratória em 0,33% por dia de atraso sobre o valor total da obrigação não cumprida pela contratada, limitada a 20%.

Determino:

1) A abertura de processo administrativo a ser processado e autuado nos próprios autos do processo de licitação acima epigrafado, com a finalidade de apuração dos fatos que ensejaram infração às disposições do edital, cláusula(s) contratual(ais) descritas, para, se for essa a conclusão/decisão, aplicar a penalidade de multa moratória, nos termos das disposições legais e contratuais.

2) O sobrestamento de eventual pagamento, até decisão deste processo administrativo, visando resguardar a Administração do adimplemento de eventual multa a ser aplicada, na forma do § 3º do art. 86 da Lei 8.666/93.

3) A notificação da empresa referida para que apresente resposta escrita, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, especificando as provas que pretenda produzir, contado do recebimento da notificação, cientificando que os autos estão à disposição para consulta e extração de cópias, se achar necessário, junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

Remeta-se cópia deste despacho à empresa referida.

Autue-se e cumpra-se com urgência, ante o sobrestamento do pagamento.

Publique-se.

Lindóia do Sul/SC, 28 de novembro de 2014.

Valdecir José Missel

Diretor de Urbanismo

Registrado e publicado.

Em 28/11/2014

Leonardo Júnior Cavallier

Auxiliar de Técnico

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 1935

DECRETO Nº 1935 de 26 de novembro de 2014.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1171 de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Fica anulada parcialmente na Atividade abaixo discriminada a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 19 - Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da educação básica)R\$ 70.000,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
08.SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 - Manutenção da Educação Básica Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais
Fonte 18 - Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do magistério) R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 26 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 1936

DECRETO Nº 1936 de 27 de novembro de 2014.

"CRIA A COMISSÃO COORDENADORA E A EQUIPE TÉCNICA DE APOIO DE ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- Fica criada a COMISSÃO COORDENADORA a quem é atribuída a coordenação do processo de adequação do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), composta pelos seguintes membros:

NOME	REPRESENTAÇÃO
ADRIANA ELISABETH BIER	Escola Municipal São Francisco
ALCIR DENARDI	Secretaria de Obras e Serviços
ALTAIR KATSCHOR	país E.E.B Padre Nóbrega

ANA CLEUSA DALLA LANA	Câmara de Vereadores
ANDREA DALLA LANA VIEIRA	Conselho Municipal de Educação/ E.M.São Francisco
ANGELO BRANDALISE JUNIOR	Secretaria de Fazenda e Administração
ARTHUR CESAR DESIDERIO	Alunos do SENAI
BRUNO ARENHART	Associação Germânica Heinrich Hacker
CLEMENS KLEIN	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CRISTINA KULL	Conselho Municipal de Assistência Social
DIRCE A. DALLA COSTA R. DA SILVA	Conselho M. de Educação/Secretaria de Educação
DIRLEI MARIA SCHNEIDER BOESING	Conselho do FUNDEB
DREONI F. MENDES	Secretaria de Fazenda e Administração
EDUARDO BUTZEN	Instituto Federal Catarinense
ELAINE WEIRICH	CMDCA
EZAIR TEREZINHA HOFFMANN	Câmara de Vereadores
FELIPE JUNG	alunos do Ensino Superior IFC
FRANCIELE IARA DIESEL	Conselho Municipal de Educação - APP
INGRID STOBBE	Escola Municipal São Francisco
IVETE FAVETTI	Conselho Municipal de Educação - SED
JANE CARLA BURIN	Conselho Municipal de Educação - IFC
JOANA REGENSBURGER	COMEN
JOÃO BATISTA ZAMBONI	Câmara de Vereadores
JONAS DINEI RODRIGUES MORAES	Câmara de Vereadores
JOVIANE COLOMBELLI	Conselho M. Programa Bolsa Família/Conselho de Saúde
JUAN RHODEN SCHUERMAN	alunos Escola Municipal São Francisco
JULCIMAR LUIS MACHADO	Conselho Municipal de Educação - SENAI
LAURI JOSÉ RIZZI	Conselho Municipal de Educação - E.E.B. Padre Nóbrega
LENIR COSTA BEBER	Câmara de Vereadores
LUCIANA PRONER CANALE	Conselho Municipal de Educação E. M. São Francisco
LUIZA LOHMANN	Conselho Gestor - E.E.B. Padre Nóbrega
MARCELO COSTA BEBER	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
MARCIA BRESSAN DOS SANTOS	Círculo Trentino Di Luzerna
MARCIA GATELLI PATZLAFF	Conselho Tutelar
MÁRCIA R. DOCIATTI CENDRON	Conselho Municipal de Educação - SENAI
MARCIA R. FACCIN R. DA SILVA	Pais Escola Municipal São Francisco
MARCUS VINICIUS BUENO ALBACH	Conselho Municipal de Educação - APP
MARIA GILDA CAVALERI	Escola Municipal São Francisco
MARIA INÊS D. DALLA COSTA	Secretaria da Fazenda e Administração
MARISTELA AURORA DALLA LANA	Conselho Municipal de Educação - SED
MARISTELA GOMES	Conselho Municipal de Educação - E.M.São Francisco
MAURÍ JOSÉ SCHLINDWEIN	Câmara de Vereadores

MICHELI TEDESCO	CRAS
MOISÉS DIERSMANN	UNOESC
NATHALYA LUIZA TORRI SANDI	alunos Escola Municipal São Francisco
NOELY FIORIM UNGERICH	Conselho Municipal de Educação - E.E.B. Padre Nóbrega
REJANE VALDUGA	Pais Escola Municipal São Francisco
RENAN TESSER	Escola Municipal São Francisco
RODRIGO HOFFELDER	Câmara de Vereadores
RODRIGO SOUSA	Câmara de Vereadores
ROSÂNGELA IMMICH	Conselho Municipal de Educação - E.E.B. Padre Nóbrega
ROSANGELA MITTERER	pais da E.E.B. Padre Nóbrega
ROSELI OTTO MEISTERLIN	Conselho Municipal de Educação - E.M. São Francisco
ROSELI T. SCHNEIDER PADILHA	Conselho Municipal de Educação - E.E.B. Padre Nóbrega
RUBIA REMPALSKI C. DA SILVA	alunos do ensino médio IFC
SILVIA BELLAN LIEBSCH	pais Escola Municipal São Francisco
SIRLEI SCHUMACHER RECALCATTI	Câmara de Vereadores
SOYARA CAROLINA BIAZOTTO	Conselho Municipal de Educação - IFC
TAINARA CRISTINA ALVES HACK	alunos do ensino médio IFC
VALI CAROLINA SPIER	Conselho M. de Educação - Secretaria de Educação
VITOR LUIS DESIDERIO MOCELLIN	alunos do SENAI
WALMOR S. D. NETO STROHER	Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

Art.2º- Fica criada a EQUIPE TÉCNICA DE APOIO à COMISSÃO COORDENADORA visando a adequação do PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) , composta pelos seguintes membros:

Conselho Municipal de Educação
 ANDREA DALLA LANA VIEIRA
 ROSELI OTTO MEISTERLIN
 NOELY FIORIM UNGERICH
 ROSELI TEREZINHA SCHNEIDER PADILHA
 IVETE FAVETTI
 FRANCIELE IARA DIESEL
 VALI CAROLINA SPIER
 SOYARA CAROLINA BIAZOTTO
 MÁRCIA REGINA DOCIATTI CENDRON

Gestores das Escolas públicas e privadas
 ADRIANA ELISABETH BIER
 INGRID BUCHWEITZ STOBBE
 MARIA GILDA CAVALHERI
 MARISTELA GOMES

Conselhos de Acompanhamento e Controle Sociais
 CLEMENS SALVI KLEIN

alunos
 VITOR MOCELIN
 ARTHUR DESIDÉRIO

pais
 MÁRCIA RIBEIRO DA SILVA

Secretaria da Fazenda e Administração
 DREONE F. MENDES
 MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

Associações Culturais
 SÉRGIO MARTENDAL

Câmara de Vereadores de Luzerna
 JOÃO BATISTA ZAMBONI

Gestores de Instituições de Ensino Superior e Técnico Profissionalizante
 JANE CARLA BURIN
 SAMUEL BOESING

Art.3º- A Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica de Apoio definirão em conjunto a forma de organização do trabalho pactuando um cronograma de atividades.

Art.4º- Os membros da Comissão Coordenadora e Equipe Técnica de Apoio não serão remunerados, consideradas as suas funções de relevante interesse público.

Art.5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2014.
 MOISÉS DIERSMANN
 Prefeito de Luzerna

DECRETO 1937

DECRETO Nº 1937 de 27 de novembro de 2014.

"ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2014".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22, da Lei nº 1.171, de 12 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º- Ficam abertos CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES no valor de R\$ 6.850,00 (seis mil, oitocentos e cinquenta reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2013, apurado na Fonte 54 - Convênio Trânsito Militar, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2014, atribuído às Atividades e Encargos Especiais:

Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
 Atividade - 0601.06.181.0010.2012 - Manutenção do Convênio FUNPOM
 Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
 Fonte 54 - Convênio Trânsito Militar R\$ 1.700,00
 Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos
 Fonte 54 - Convênio Trânsito Militar..... R\$ 5.050,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 6.850,00

Art. 2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de novembro de 2014.
 MOISES DIERSMANN
 Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 128/2014 - PP 077/2014 - MANUTENÇÃO DE REDE - PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 0128/2014 - PML
Pregão nº 0077/2014 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 128/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço
- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação serviço de manutenção de rede de computadores e tecnologias da informação e comunicação – TIC para a Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, mediante demanda, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO 03746414989

- Valor total: R\$ 28.800,00

Luzerna (SC), 28 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PL 120/2014 - PR 072/2014 - TRANSPORTE ESCOLAR - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA
AVISO DE RETIFICAÇÃO
Processo Licitatório nº 0131/2014 - Concorrência Pública nº 0007/2014 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

OBJETO: Concessão de direito real de uso sobre bens imóveis abaixo arrolados, localizados na áreas indicadas, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, com encargos e cláusula de reversão, constante da descrição abaixo: LOTE 01 - Terreno urbano denominada área "3 - E", com um área superficial de 3.245,10 m². LOTE 02- Terreno urbano denominada área "3 - F", com uma área superficial de 4.257,01 m².

1) Os itens do presente edital passar a ser definidos da seguinte forma:

8.3.2.1.O valor do investimento projetado, considerando-se que o investimento mínimo, na área a ser concedida, é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para cada um dos Lote 01 e Lote 02, entre obras civis, máquinas, e equipamentos;

8.3.2.2. A indicação do número de empregos diretos e a previsão do número de empregos indiretos a serem oferecidos com o empreendimento, considerando-se que a oferta e/ou manutenção de, no mínimo, 05 (cinco) empregos diretos para cada um dos Lote 01 e Lote 02 é requisito mínimo;

8.3.2.3. A indicação do faturamento anual projetado, considerando-se que o mínimo admitido é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)/ano para cada um dos Lote 01 e Lote 02;

2) As demais disposições permanecem inalteradas.

3) O Edital na íntegra e devidamente alterado encontra-se disponível no site www.luzerna.sc.gov.br a partir da data de publicação deste aviso.

Luzerna (SC), 28 de novembro de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

AVISO DE DISPENSA - PL 133/2014 - DL 015/2014

MUNICIPIO DE LUZERNA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 133/2014
Dispensa nº 015/2014

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação com o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 83.518.860/0001-49, situado na Av. 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna (SC), para a locação das dependências do clube destinado a contratação com o ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 83.518.860/0001-49, situado na Av. 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna (SC). A locação das dependências clube destina-se as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, Esportes e Cultura destinados aos seguintes eventos: a) encerramento do ano letivo de 2014, dos alunos da educação infantil junto com a comunidade educativa e familiar; b) 2º Encontro Folclórico (Lei 1320/14), visando a valorização da cultura e as origens do Município, evento previsto no calendário oficial do Município (Lei 1319/14).

Valor homologado: R\$ 6.650,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas em especial o disposto no art. 24, inciso X.

Luzerna (SC), 26 de novembro 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito

CONTRATO PML Nº 168.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 168/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº /2014

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº /2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISES DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 127/2014, Pregão Presencial PML nº 076/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO pessoa jurídica de direito privado, situada na Avenida Caetano Natal Branco, nº5555, Sala 02 Centro, no Município de Luzerna/SC CEP 89609-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.074.920-0001-21, neste ato representado por seu representante legal ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº 4.289.236 e inscrito no CPF/MF sob o nº 037.464.149-89, residente e domiciliado na Rua Limeira, nº 261, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89609-000, doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto a Contratação de empresa especializada na prestação serviço de manutenção de rede de computadores e tecnologias da informação e comunicação - TIC para a Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna, mediante demanda, compreendendo:

1.1.1. Administração de servidores: Aker Firewall 6.7, com as features: Regras de filtragem de pacote; Controle de Acessos, QoS, IDS/IPS, VPN site to site (firewall/ firewall), Windows Server 2008 compreendendo o suporte técnico nos 2 (dois) servidores: Active Directory; File Server; Backup;

1.1.2. Projeto e manutenção em cabeamento estruturado Cat6;

1.1.3. Suporte Técnico nos Sistema Betha;

1.1.4. Os quantitativos totais expressos no Anexo I, do edital, são estimativos e representam a previsão do Setor requisitante, pelo prazo de 12 (doze) meses.

1.1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativas às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto da licitação encontra-se devidamente especificado no Anexo I do Edital, sendo que os serviços deverão ser prestados, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura e dos Fundos Especiais, devendo o FORNECEDOR, iniciar a prestação dos mesmos em até 12 (doze) horas contados do momento da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

2.2. O FORNECEDOR prestará suporte técnico nas seguintes modalidades:

2.2.1. Efetuar suporte técnico do software adquiridos ou licenciados, ainda que temporariamente, ao Município e aos Fundos Especiais;

2.2.2. Sistema de Gestão Pública utilizado atualmente pelo Município de Luzerna e seus Fundos Especiais é o Sistema Betha, conforme Processo Licitatório nº 0092/2012, Tomada de Preços nº 0013/2012.

2.2.3. Realizar o suporte técnico no Firewall Aker 6.7;

2.2.4. Prestar suporte técnico nos servidores Windows e Active Directory;

2.3. Efetuar suporte técnico presencial, nas dependências da Prefeitura, através de um dos responsáveis técnicos, com formação em Bacharel ou Tecnólogo em Engenharia da Computação; Ciências da Computação e/ou Redes de Computadores, indicados na equipe técnica da licitante, de no mínimo 32 horas mensais, em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

2.4. O suporte técnico presencial, previsto no item anterior deverá ser realizado através de no mínimo 04 visitas por mês, distribuídas em, no mínimo, 01 (uma) visita técnico por semana.

2.5. O FORNECEDOR deverá efetuar suporte técnico através de telefone, fax, email, sem limite de consultas, de segunda a sexta-feira, emitindo parecer técnico de forma imediata ante a solicitação.

2.6. Efetuar suporte técnico por meio de acesso remoto aos sistemas informatizados do Município, durante o horário de funcionamento da Prefeitura, 07h45min às 11h45min e das 13 horas às 17 horas.

2.7. Para o início dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar carta de apresentação do responsável pela execução dos serviços, que responderá também perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;

2.8. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes e aquelas complementares e pertinentes aos serviços ora licitados.

2.9. Os serviços deverão ser exercidos por profissionais com comprovada habilitação e experiência, contratados pelo FORNECEDOR, que deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades do Município.

2.10. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do

FORNECEDOR;

2.11. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

2.12. Caberá exclusivamente ao FORNECEDOR, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que o FORNECEDOR colocar a serviço no atendimento do objeto.

2.13. Por ocasião do recebimento dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o proponente vencedor a promover a devida substituição, observando-se os prazos contratuais.

2.14. O aceite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

2.15. Os profissionais designados para a execução dos serviços devem ser educados, apresentar-se corretamente vestidos (uniformizados e obrigatoriamente portando crachá de identificação, com foto), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam.

2.16. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de trabalho quando da execução dos serviços, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

2.17. Por ocasião da execução dos serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se ao FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

2.18. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela re-execução do serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, por atraso na execução do serviço, à contar da data efetiva do pedido.

2.19. O aceite dos serviços executados não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

2.20. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

2.21. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

2.22. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. Pela execução total da Ata o FORNECEDOR receberá R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais);

2.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados

da entrega dos laudos de medições mensais efetuadas nos equipamentos contratados, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente; 2.3.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

2.4. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 - email: compras@luzerna.sc.gov.br);

2.5.A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR;

2.6.Os preços não serão reajustados;

2.7.O preço poderá somente poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado e protocolado pelo FORNECEDOR;

CLÁUSULA TERCEIRA DAS DOTAÇÕES

3.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade- 0601.04.122.0007.2006 –manutenção do departamento de administração

Atividade- 0701.08.243.0022.2081 –manutenção do conselho tutelar

Atividade- 0801.12.361.0031.2030 –manutenção da educação básica fundamental

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade- 1301.10.301.0016.2017 –manutenção e funcionamento do fundo municipal de saúde

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade- 1201.08.244.0025.2026 –manutenção da assistência social geral

Atividade- 1201.08.244.0025.2084 -manutenção do CRAS.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;

4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

4.6. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

4.7. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados;

4.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer

anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

4.9. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do contrato;

4.10. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução do contrato;

4.11. Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas. A inadimplência do Contratado para com estes encargos, não transfere ao Município a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

4.12. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato;

4.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, com o intento de verificar as condições em que o serviço está sendo prestado;

4.14. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;

4.15. Refazer os serviços que, a juízo do representante da CONTRATANTE, não forem considerados satisfatórios, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

4.16. Manter seus empregados sob as normas disciplinares da CONTRATANTE, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer que seja considerado inconveniente pelo representante da CONTRATANTE;

4.17. Recrutar, selecionar e encaminhar ao CONTRATANTE os empregados necessários à realização dos serviços;

4.18. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;

4.19. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados;

4.20. Coordenar e controlar a execução dos serviços contratadas;

4.21. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;

4.22. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;

4.23. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

4.24. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo ao CONTRATANTE o acesso ao controle de frequência;

4.25. Cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

4.26. Utilizar na execução dos serviços apenas produtos e materiais de primeira qualidade;

4.27. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário;

4.28. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

4.29. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste

contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.30. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

4.31. Substituir os equipamentos em até 24 (vinte e quatro) horas quando apresentarem defeitos;

4.32. Fornecer e exigir dos empregados o uso de todos os equipamentos de segurança recomendados pelas normas regulamentares, quando for o caso, afastando do serviço aqueles empregados que se negarem a usá-los;

4.33. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.

4.34. Substituir imediatamente, sob pena de multa pela mora, a pessoa designada para a execução do objeto licitado, em qualquer uma, por mais especial que o seja, das hipóteses ou causas de sua ausência (atestado médico, outras faltas justificáveis frente à legislação trabalhista, licenças, férias, falecimento, incapacitações para o trabalho, seja ela temporária ou permanente, etc.).

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados neste item, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1.advertência;

5.1.2. multa;

5.2.suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.2.1.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2.2.As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.2.3.A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR;

5.3.A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.3.1.O Município observará a boa-fé da e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.3.2.Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.3.3..0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços ou entrega das mercadorias, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), equivalente a 07 (sete) dias corridos do atraso, o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.3.4.até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa;

5.3.5.30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5.3.6.Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços ou do atraso na entrega de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

5.3.7.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.3.7.1.houver atraso injustificado, do início dos serviços ou do atraso na entrega, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.3.7.2.todos os serviços executados ou do objeto contratado que não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR;

5.5. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

5.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

A presente Ata somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letras "a" e "b" e inciso II, letras "b", "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A Ata poderá ser rescinda nos seguintes casos:

7.1.1. por ato unilateral e escrito pelo FORNECEDOR, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do art.78 da Lei 8.666/93;

7.1.2. amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

7.1.3. judicialmente, nos termos da legislação vigente;

7.2. O descumprimento, por parte do FORNECEDOR de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao MUNICÍPIO o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial;

7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa;

7.4. Fica reservado ao MUNICÍPIO o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei 8.66/93 e alterações, sem que assista ao FORNECEDOR direito algum de reclamações ou indenização.

CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado, se de interesse das partes, até no máximo de 60 (sessenta) meses, observado o disposto na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO

ERODI NUNES VIEIRA SOBRINHO

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 27/11/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 27/11/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.558,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	7.558,75
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	7.558,75
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	4.535,25
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.023,50

Luzerna, 28/11/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

PORTARIA 3247

PORTARIA N.º 3247/2014

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal Rafael Carlos Crepaldi, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar Administrativo, lotado da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 03 de novembro de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA 3248

PORTARIA N.º 3248/2014

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Delfino da Silva, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, no período de 11/11/2014 a 10/01/2015, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 11 de novembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 3249

PORTARIA N.º 3249/2014

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995, Art.110 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1o - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Edemar Nicolau Kuhn, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, lotado no cargo de Contador, 10 dias de férias, no período de 10/11/2014 a 19/11/2014, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 11 de novembro de 2014.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

PORTARIA 3251

PORTARIA N.º 3251/2014

"Concede Licença Maternidade à Servidora que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 113 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, a Servidora Pública Municipal, Simone Setti, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por 120(cento e vinte) dias, conforme atestado em anexo, no período de 10/11/2014 a 09/03/2015.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 14 de novembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 3250

PORTARIA N.º 3250, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

NOMEIA MEMBROS PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACIEIRA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade como Art. 8º da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros e suas respectivas representatividades para fazerem parte do Fórum Municipal de Educação do município de Macieira, tendo a seguinte composição:

Representatividade da Secretaria Municipal de Educação

Ariane SpanholiVigolo

Giovana Betinelli

Mara Regina Szalyga

EvaniDomigues Cardoso

Paulo Sergio Pedrozo

Representatividade da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Edemar Nicolau Kuhn

Representatividade do Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

Ariane SpanholiVigolo

Alexa Di Domenico Seriguelli

Nadir Zimmer

Cleide Seriguelli

Janete Camuzzatto

LeidimaraRecalcati

Rosimari Silva

Representatividade da Escola Cândida BertottoZucatti

Nadir ZimmerTelegen

Viviana Lamonato

Cleciane Rodrigues dos Santos

Representatividade da Escola de Ensino Fundamental Pequenos

Brilhantes
 Carla Locatelli
 Bárbara Abati
 Cristiane Turmina
 Ivan Carlos Carneiro
 Representatividade do Conselho Municipal de Educação
 (Câmara da Educação Básica)
 Ariane SpanholiVigolo
 Rosangela Tasca Wosniak
 Mara Regina Szalyga
 MarcielMaffioletti
 Andréia Biava
 (Câmara do FUNDEB)
 Iana Spanholo Abraão
 Adriano Lazzarotti
 Nadir ZimmerTelegen
 Evani Domingues Cardoso
 Giovana Betinelli
 Cassiane Farinon
 Simone SettiPerego
 Karoline Santos de Oliveira
 Robson Karpinsk
 Representatividade da APPF Escola Municipal Pequenos Brilhantes
 Luciana Locatelli
 AnadirRampinelli
 NoilirManenti
 Representatividade Escola de Educação Básica Albina Mosconi
 Maristela Pérego
 Deize Luciane Possato
 Representatividade do Conselho Tutelar
 Cassiano Antunes
 Andréia Zimmer
 Edinéia Marques
 Vera Lucia de Oliveira
 Representatividade da APP Escola Municipal ProfªCândida BertottoZucatti
 JossemaraCamuzzato
 Janete Bento Pereira
 Miriam Baptistela
 Representatividade da Câmara Municipal de Vereadores
 Luiz Camuzzato
 Aldair Antônio Arconti
 Lourdes SettiLocatelli
 Representatividade do Ensino Superior
 Karoline Santos de Oliveira
 Cidnei Antônio Seriguelli
 Representatividade da APP Escola Educação Básica Albina Mosconi
 Luciana Locatelli
 Vera Lucia Arconti
 Lucila Seriguelli
 Representatividade da Secretaria Municipal de Assistência Social
 Paplo Cristhian Pedrozo
 Cassiane Farinon
 Representatividade dos Cursos Técnicos / Ensino Profissionalizante
 Débora LocatelliMaffioletti
 Josiane VottorazziFavarin
 Representatividade da Escola de Educação Especial
 Nilza Francisca Suldovski
 Isabel Maffioletti
 Representatividade da Secretaria Municipal de Saúde
 Mirian MondiniSolovi
 SizianeTomazzi
 Maria Lucia Maffioletti

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Macieira (SC), 11 de novembro de 2014.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

PORTARIA 3252

PORTARIA N.º 3252/2014

“Admite Servidor em Caráter Temporário.”

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei Complementar Municipal n.º 38, de 28/12/2009, Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

ADMITIR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sr.ª SUELIN CASTANHEIRO para exercer as funções de Agente Comunitária de Saúde, com remuneração mensal prevista em LEI, e, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo período de 11 de novembro de 2014 a 07 de março de 2015, em razão da licença maternidade da titular do cargo Simone Setti,

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de novembro 2014.
 EMERSON ZANELLA
 Prefeito Municipal

PORTARIA 3253

PORTARIA N.º 3253/2014

Conceder Férias ao Servidor que Especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, Art.91 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao Servidor Publico Municipal Severino de Oliveira, lotado na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, no cargo de tesoureiro, 10 dias de férias, no período de 14/11/2014 a 23/11/2014, .

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 17 de novembro de 2014.
 Emerson Zanella
 Prefeito Municipal

PORTARIA 3254

PORTARIA N.º 3254/2014

“Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ”.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal, Marylucy Bonassa Setti, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotado na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30(trinta) dias de Licença Premio, no período de 19/11/2014 a 18/12/2014.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 19 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 3255

PORTARIA N.º 3255/2014

"Exonera, os Servidores que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, os servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Acácio M de Moraes	Motorista II	20/11/2014
Simone Patel	Professora 20 horas	24/11/2014
Edilene M Piatí	Enfermeira	30/11/2014

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 28 de novembro de 2014.
Emerson Zanella
Prefeito Municipal

DECRETO 1447

DECRETO Nº1447, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro da Saúde do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 760, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
20.28 Manutenção das atividades da Saúde
31.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO 1446

DECRETO Nº1446, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do Município no exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 759 de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
20.28 Manutenção das atividades da Saúde
31.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 66.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO 1448

DECRETO Nº1448, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 761, de 18/11/2014..

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.07 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário
31.90 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

02.03 Séc. Mun. de Administração e Finanças
20.21 Manutenção das atividades administrativas
31.91 Aplicações Diretas- O. Intra orçamentárias
R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
20.37 Manutenção ensino fundamental
31.91 Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO 1449

DECRETO Nº1449, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar por conta do provável excesso
De arrecadação do Exercício de 2014 - FUNDEBEMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso
de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 762, de
18/11/2014.**DECRETA:**Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar
dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do pro-
vável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do FUNDEB.

02.00 Gabinete do Prefeito

02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

20.37 Manutenção Ensino Fundamental

31.90.18 Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

31.91.18 Aplicações Diretas

R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014..

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

DECRETO 1451

DECRETO Nº 1451, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia JUNTA MÉDICA

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformi-
dade com o Art. 127, parágrafo 6º, da Lei Complementar 002, de
19/06/1995, Estatuto dos Servidores Públicos.**DECRETA:**Art. 1º - Ficam nomeados os Médicos Dr. Stefan Szylewicz: Psi-
quiatra; Dr Rafael Balbissan: Clínico Geral; Dr. Jose Roberto Quei-
roz: Ortopedista, para sob a presidência do primeiro, comporem a
JUNTA MÉDICA responsável pela avaliação diagnóstica e emissão
de Laudo sobre o estado de saúde do Servidor Delfino da Silva, em
Licença para Tratamentos de Saúde superior a 15 (quinze) dias.Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 24 de novembro de 2014.

EMERSON ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1452

DECRETO Nº 1452, 24 de novembro de 2014.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA URBANA QUE ESPECIFICA
E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de
suas atribuições legais, e com base no artigo 11 e seguintes da
Lei Complementar Municipal nº 021, de 18 de novembro de 2004(LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO URBANO) c/c a Lei Federal
6.766/79 e a Lei Estadual nº 6.063/1982, e,CONSIDERANDO o pedido de parcelamento apresentado pelo pro-
prietário do imóvel, Sr. Jorge Cerry;CONSIDERANDO, ainda, que o pedido preenche os requisitos le-
gais.**DECRETA:**Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento do terreno urbano,
com área de 4.900,056 m², de propriedade do Sr. Jorge Cerry,
localizado na Rua Ângelo Pandini, no perímetro urbano desta ci-
dade, registrado na Matrícula nº 32.278, do CRI da Comarca de
Caçador, SC, desmembrando em 08 lotes urbanos:

Lote 01 611,44 m²

Frente-Sudoeste	: 12,00 metros com Rua Angelo Pandinni;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 50,82 metros com o Lote 02;
Lado Esq.-Sudeste	: 51,81 metros com Agenor dos Santos (Matricu- la-26111).

Lote 02 599,52 m²

Frente-Sudoeste	: 12,00 metros com Rua Angelo Pandinni;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 49,83 metros com o Lote 03;
Lado Esq.-Sudeste	: 50,82 metros com Lote 01.

Lote 03 587,61 m²

Frente-Sudoeste	: 12,00 metros com Rua Angelo Pandinni;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 48,84 metros com o Lote 04;
Lado Esq.-Sudeste	: 49,83 metros com o Lote 02.

Lote 04 622,94 m²

Frente-Sudoeste	: 14,00 metros com Rua Angelo Pandinni;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 47,58 metros com o Lote 05;
Lado Esq.-Sudeste	: 48,84 metros com o Lote 03.

Lote 05 559,80 m²

Frente-Sudoeste	: 6,04 metros com Rua Angelo Pandinni; : 5,98 metros com a servidão de acesso;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 46,10 metros com o Lote 06;
Lado Esq.-Sudeste	: 47,58 metros com o Lote 04.

Lote 06 541,24 m²

Frente-Sudoeste	: 12,00 metros com servidão de acesso;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 50,82 metros com o Lote 07;
Lado Esq.-Sudeste	: 46,10 metros com o Lote 05.

Lote 07 524,37 m²

Frente-Sudoeste	: 12,00 metros com servidão de acesso;
Fundos-Nordeste	: 12,00 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 43,30 metros com o Lote 08;
Lado Esq.-Sudeste	: 44,70 metros com o Lote 06.

Lote 08 442,42 m²

Frente-Sudoeste	: 14,16 metros com servidão de acesso;
Fundos-Nordeste	: 6,73 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-26119);
Lado Dir.-Noroeste	: 41,94 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-24551);
Lado Esq.-Sudeste	: 43,30 metros com o Lote 07.

Servidão de Acesso 410,72 m²

Frente-Sudeste	: 9,40 metros com a Rua Angelo Pandinni-(Matr.25.022);
Fundos-Noroeste	: 9,40 metros com Fernando Tasca e Eduardo Tasca (matr.-24551);
Lado Dir.-Sudoeste	: 42,69 metros com Odair Betinelli (matr.-9637);
Lado Esq.-Nordeste	: 5,98 metros com o Lote 05; : 12,00 metros com o Lote 06; : 12,00 metros com o Lote 07; : 14,16 metros com o Lote 08.

Art. 2º. A presente aprovação tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Macieira, SC, em 24 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

DECRETO 1450

DECRETO Nº1450, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de 24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, SC, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 763, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

01.00 Câmara Municipal
01.01 Câmara Municipal
40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
31.91 Aplicações Diretas- Oper. Intra-orçamentária
R\$ 500,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01.00 Câmara Municipal
01.01 Câmara Municipal
40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 6.500,00

40.02 Manutenção Subsídios dos Vereadores
31.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEIS 764

LEI Nº 764, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Macieira para o Exercício de 2015.

EMERSON ZANELLA, Prefeito municipal de Macieira - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Macieira SC, para exercício de 2015, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 12.184.510,00 (Doze milhões, cento e oitenta e quatro mil e quinhentos e dez reais).

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 10.180.000,00 (Dez milhões e cento e oitenta mil reais) e a Despesa Orçamentária em R\$ 7.403.375,00 (Sete milhões, quatrocentos e três mil e trezentos e setenta e cinco reais), e Despesa Financeira de R\$ 2.776.625,00 (Dois milhões, setecentos e setenta e seis mil e seiscentos e vinte e cinco reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
------------------------	-------------

1 – RECEITAS CORRENTES	10.179.984,00
1.1- Receita Tributária	341.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	33.000,00
1.3- Receita Patrimonial	47.300,00
1.4- Receita Agropecuária	3.300,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	31.900,00
17-Transferências Correntes	11.696.400,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	2.038.940,00
1.9- Outras Receitas Correntes	66.024,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	16,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	16,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	10.180.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	6.882.509,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	3.639.400,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	12.000,00
3.3- Outras Despesas Correntes	3.231.109,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	515.366,00
4.4- Investimentos	428.166,00
4.5- Inversões Financeiras	2.200,00
4.6- Amortização da Dívida	85.000,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.500,00
9.9- Reserva de Contingência	5.500,00
- TRANSF. FINANCEIRAS A FUNDOS MUNICIPAIS	2.776.625,00
- Fundo Municipal da Saúde	2.038.725,00
- Fundo M. Assistência Social	90.000,00
- Fundo M. da Criança e adolescente	9.900,00
- Câmara Municipal de Vereadores	638.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	10.180.000,00

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Poder Legislativo para o exercício de 2015 estimam a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

I - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	599.998,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	14.190,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	583.608,00

(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	2.200,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	2,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	2,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	2.038.725,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	2.038.725,00
TOTAL	2.638.725,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	2.575.813,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.808.600,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	723.213,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	62.912,00
4.4- Investimentos	62.912,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	2.638.725,00

II - FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	181.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	178.400,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	1.100,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00
7.2- Receita de Contribuições	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	90.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	90.000,00
TOTAL	271.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	262.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00

3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	262.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00
4.4- Investimentos	9.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	271.000,00

III - FUNDO M. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	550,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	0,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	550,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00
7.2- Receita de Contribuições	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	9.900,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	9.900,00
TOTAL	10.450,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	8.250,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	8.250,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	2.200,00
4.4- Investimentos	2.200,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	10.450,00

IV - FUNDO M. DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	674.320,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	274.320,00
1.3- Receita Patrimonial	400.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
7 – RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	548.640,00
7.2 – Receitas de Contribuições	548.640,00
TOTAL	1.222.960,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	422.960,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	350.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	72.960,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	800.000,00
9.9- Reserva de Contingência	800.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	1.222.960,00

V - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	638.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	638.000,00
TOTAL	638.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	623.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	447.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	176.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4- Investimentos	15.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	638.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	5.500,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	5.500,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

I – Passivo Contingente	0,0
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	0,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por lei específica, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá suplementar receitas, desde que contenha prévia autorização legislativa.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculada a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º - Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados neste lei, respeitando a autorização legislativa.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, desde que, com prévia autorização legislativa.

Art. 9º - A execução orçamentária da despesa deverá ocorrer em conformidade com a lei federal 4.320/64 e lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 10 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015 a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Macieira - SC, 25 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 765

LEI Nº765, de 25 de novembro de 2014

DELIMITA E EXPANDE O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA NO BAIRRO DO QUILOMETRO TRINTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de acordo com Mapa e Memorial Descritivo que fazem parte integrante desta lei, autorizando a dar nova delimitação do Perímetro Urbano do Bairro do Km. 30, do município de Macieira/SC.

Art. 2º - Fica delimitado o novo perímetro urbano do Bairro do km.30 do Município de Macieira conforme memorial descritivo em anexo.

Parágrafo único: Com a edição desta Lei, o perímetro urbano inicia-se no ponto "00" com coordenadas em UTM E: 473952.523 S: 7038143.040, do ponto "00" segue por uma distância de 60,51metros até encontra o ponto 01, se estendendo até o ponto "17", com coordenadas em UTM E: 474731.694 S: 7038634.243, pela montante do Córrego Lageado Grande por uma distância de 1.377,78metros, até encontrar o ponto "00", onde se dá por encerrado o perímetro do Bairro "Km. 30" do Município de Macieira, com uma área total de 220.776,55m2.

Art. 3º - As edificações a serem construídos na área agora incluída como urbana, a partir da data da vigência da presente lei, obedecerão as exigências do Plano Diretor e Código de Postura do Município.

Art. 4º - Os terrenos situados dentro do perímetro são denominados lotes, e deverão ser enumerados e identificados, dentro das quadras urbanas e com dimensões compatíveis com as preconizadas na legislação vigente e de respeito do assunto em questão.

Art. 5º - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incide sobre todos os imóveis edificados ou não, situados no perímetro urbano, salvo aqueles que contribuam para o Imposto Territorial Rural - ITR, que serão considerados isentos do IPTU.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposição em contrário. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 25 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 759

LEI Nº759, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do Município no exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde

20.28 Manutenção das atividades da Saúde
31.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 66.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 760

LEI Nº760, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro da
Saúde do exercício de 2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar
dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Supe-
rávit Financeiro do Exercício de 2013.

10.00 Fundo Municipal de Saúde
10.01 Fundo Municipal de Saúde
20.28 Manutenção das atividades da Saúde
31.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 70.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 761

LEI Nº761, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de
24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício
de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito
suplementar especial no Orçamento vigente, conforme abaixo:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.07 Sec. Mun. De Agricultura e Desenv. Econômico
20.45 Atividades de Desenv. Rural e Agropecuário
31.90 Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00

02.03 Séc. Mun. de Administração e Finanças
20.21 Manutenção das atividades administrativas
31.91 Aplicações Diretas- O. Intra orçamentárias
R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica
anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.04 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

20.37 Manutenção ensino fundamental
31.91 Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 762

LEI Nº762, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso
De arrecadação do Exercício de 2014 - FUNDEB

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar
dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do pro-
vável excesso de arrecadação do exercício de 2014 do FUNDEB.

02.00 Gabinete do Prefeito
02.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
20.37 Manutenção Ensino Fundamental
31.90.18 Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

31.91.18 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-
das as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014..
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LEI 763

LEI Nº763, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Credito Suplementar Especial alterando Lei nº. 684/13 de
24/12/2013 que Estima a Receita e Fixa Despesa para o exercício
de 2014.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de
Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que
a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir credito
suplementar no Orçamento vigente, conforme abaixo:

01.00 Câmara Municipal
01.01 Câmara Municipal
40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
33.90 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
31.91 Aplicações Diretas- Oper. Intra-orçamentária
R\$ 500,00

Art. 2º - Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

01.00 Câmara Municipal
01.01 Câmara Municipal
40.01 Manutenção das Atividades Legislativa
44.90 Aplicações Diretas
R\$ 6.500,00

40.02 Manutenção Subsídios dos Vereadores
31.90 Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

LC 69

LEI COMPLEMENTAR Nº 69, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
ALTERA CARGOS EXISTENTES NA LEI Nº 55/2013.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. - Altera cargo de Fiscal de Tributos Obras e Posturas, e Fiscal de Vigilância Sanitária, conforme tabelas abaixo:

Cria Cargo na LC 55/2013	Carga horária	Nível	Vagas	Salário
Fiscal de Tributos Obras e Posturas	40 horas	Médio	01	R\$ 2000,00
Fiscal de Vigilância Sanitária	40 horas	Médio	01	R\$ 1.600,00

Art. 2º. - As Atribuições e habilitação necessária encontram-se no Anexo I desta Lei.

Art. 3º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EMERSON ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 3256

PORTARIA N.º 3256/2014

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:
CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Delfino da Silva, ocupante do cargo de Serviços Gerais II, no período de 27/11/2014 a 27/05/2015, conforme perícia medica em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 28 de novembro de 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº. 4065

LEI MUNICIPAL Nº. 4065

DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

DENOMINA "RUA SERVIDOR ALFREDO ARBIGAUS", A RUA COM INÍCIO NA RODOVIA MUNICIPAL MFR-350 DENOMINADA DE ESTANISLAU WILLNER, E TÉRMINO APÓS PERCORRER 1,50 KM NA RODOVIA MUNICIPAL MFR-030 DENOMINADA DE BENEMÉRITO MARTINS STEPHANES.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Rua Servidor Alfredo Arbighaus", a rua com início na Rodovia Municipal MFR-350 denominada de Estanislau Willner, e término após percorrer 1,50 km na Rodovia Municipal MFR-030 denominada de Benemérito Martins Stephanes. A largura da faixa de domínio da rua deverá ser 14,00 m (quatorze metros).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra, 25 de novembro de 2014.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 35/2014

PORTARIA Nº 35/2014

28 de novembro de 2014

EXONERA À PEDIDO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

VER. HEBERT GILSO WERKA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e artigo 72 da Resolução nº 6 de 4.4.2007, resolve:

Art. 1º Exonerar à pedido FERNANDO RODRIGUES, do cargo comissionado de Diretor Administrativo e Financeiro, nomeado pela Portaria nº 15 de 08.04.2014, a partir do dia 1º.12.2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 28 de novembro de 2014.
VER. HEBERT GILSO WERKA
Presidente

Maravilha**PREFEITURA****EXTR. PROCESSO N. 5.063.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 5.063/2014 - Modalidade Pregão Presencial n. 041/2014 - SRP

O presente Edital contempla o disposto na Lei Complementar Federal n. 147/2014.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preços - SRP, para posterior aquisição de gêneros alimentícios, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 12 de dezembro de 2014 às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no Setor de Compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 28 de novembro de 2014.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Massaranduba**PREFEITURA****DECRETO Nº 3021 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 3021 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais), no programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERENCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.302.0191.1102 - Aquisição de Equipamentos para o Hospital
0602 - 44900000 -Aplicações Diretas
0602 - 30200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos- Saúde
..... R\$ 11.500,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado decorrerão do Superávit financeiro apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 de Novembro de 2014
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
Gerente do Procon

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA N.º 456/2014

PORTARIA n.º 456/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora NALVA REJANE DA SILVA CORDEIRO, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz Pelegrini, em virtude do retorno da servidora Eliane da Boit Presa Januário, vinculada à Secretaria Estadual, da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 287/2014.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 457/2014

PORTARIA n.º 457/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITORA PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSANE BRISTOT PIAZZA, ocupante do cargo de Monitora de Projetos ACT para o CRAS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 040/2014.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 458/2014

PORTARIA n.º 458/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MONITORA PARA O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora MARILÉSIA PASINI DAL PONT, ocupante do cargo de Monitora de Projetos ACT para o CRAS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 039/2014.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 459/2014

PORTARIA n.º 459/2014

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e Lei nº 910/2002, de 13 de março de 2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita LILIANE VITÓRIO ALEXANDRE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 106/2014.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 460/2014

PORTARIA n.º 460/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1414/2010, de 26 de março de 2010 e suas alterações, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora LORIZETE BECKER ARIGONI, para ocupar a função de Agente Comunitária de Saúde - E.S.F, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo n.º 001/2014, a partir da presente data.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 461/2014

PORTARIA n.º 461/2014

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA - SAMU POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010, e Processo Seletivo n.º 001/2014, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º O Senhor EMERSON RICARDO FREITAS DA SILVA, para exercer o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição ao servidor Marcos Andre Fernandes, em virtude de Licença Saúde, até o retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 462/2014

PORTARIA n.º 462/2014

TRATA DA NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1349/2009, de 30 de março de 2009, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor SENÉSIO MARTINS BORGES, para ocupar o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, nível DAS-2, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Novembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

DECRETO N.º 075/2014

DECRETO n.º 075/2014

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (56)	R\$ 110.000,00
Total	R\$ 110.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação Orçamentária.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.365.2008 – Manutenção do Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0108.0 – Aplicações Diretas (55)	R\$ 110.000,00
Total	R\$ 110.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

DECRETO N.º 076/2014

DECRETO n.º 076/2014
ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.611/2013, de 22 de Novembro de 2013.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 38.245,56 (Trinta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais, cinquenta e seis centavos), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.0761.0 – Aplicações Diretas (66)	R\$ 35.000,00
130110305.2053 – Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.3.0146.0 – Aplicações Diretas (67)	R\$ 3.245,56
Total	R\$ 38.245,56

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110305.2053 – Manutenção da Vigilância em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.3.0146.0 – Aplicações Diretas (57)	R\$ 3.245,56
130110301.2054 – Manutenção de Outros Programa de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0761.0 – Aplicações Diretas (41)	R\$ 25.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0761.0 – Aplicações Diretas (43)	R\$ 10.000,00
Total	R\$ 38.245,56

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Setembro de 2014.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças.

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 297/2014

Decreto nº 297/2014 de 27/11/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1324/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1324/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIAS AO "AR LIVRE", COM TODOS OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MATERIAIS NECESSÁRIOS INCLUSOS, CONFORME DESCRIÇÃO, CARACTERÍSTICAS, PRAZOS E DEMAIS OBRIGAÇÕES E INFORMAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
CELSE MOACIR GOMES EPP	9.400,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 27 de novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

ERRATA AO EDITAL 1400/2014

Errata ao Edital 1400/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1400/2014 - Modalidade Pregão n. 043/2014

O Senhor Prefeito do Município de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial Nº043/2014, Teve sua data de abertura alterada para o dia 12 de Novembro de 2014, as 10:45. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 28 de Novembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

ERRATA AO EDITAL 1401/2014

Errata ao Edital 1401/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 1401/2014 - Modalidade Pregão n. 044/2014

O Senhor Prefeito do Município de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial Nº044/2014, Teve sua data de abertura alterada para o dia 12 de Novembro de 2014, as 10:00. Sendo mantidas as demais condições do edital. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 28 de Novembro de 2014.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Monte Carlo**PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até as 18:00 horas do dia 18/dezembro/2014

ABERTURA: às 14:00 horas do dia 19/dezembro/2014
TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 773 SUBSTITUI MEMBRO NO COMTUR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 773 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com a lei complementar n.º 219 de 18/9/2014,

DECRETA:

Art. 1.º SUBSTITUIR o Membro Titular representante da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte no Conselho Municipal de Turismo, nomeado pelo Decreto 688 de 17/10/2014, Paulo Roberto dos Santos, por Marlete Maria Alexandre.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3161 PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 3161 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência

da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível abandono de cargo pelo servidor Anderson Alan Schaefer Jacinto.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 DE NOVEMBRO de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 774 PRORROGA PRAZO DE ANISTIA DE JUROS E MULTAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 774 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO DO BENEFÍCIO INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2881 DE 3 DE JULHO 2014, A QUAL AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o art. 6º da lei nº 2881, de 3 de julho de 2014, CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal nº 2881/2014, que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder anistia de juros e multas dos débitos lançados em dívida ativa,

CONSIDERANDO que a implementação tem promovido a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que a anistia concedida tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira,

CONSIDERANDO que, de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,
DECRETA:

Art. 1.º Fica prorrogado até o dia 12 de dezembro de 2014 o prazo para a concessão da anistia de juros e multa, previsto no art. 1º da lei municipal nº 2881 de 3 de julho de 2014.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO 775 PRORROGA PRAZO REFIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N.º 775 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, III, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o § 2º do art. 2º da lei nº 2882 de 3 de JULHO de 2014 ,

CONSIDERANDO o incremento de receitas públicas municipais com o advento da lei municipal nº 2882/2014, que institui o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes,

CONSIDERANDO que a implementação vem promovendo a regularização cadastral e a resolução de situações pendentes nos sistemas de informatização do Município de Navegantes;

CONSIDERANDO os benefícios que o Programa REFIS tem trazido às pessoas físicas e jurídicas que passam por algum tipo de dificuldade financeira,

CONSIDERANDO que de acordo com as informações repassadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita subsiste a possibilidade de mais contribuintes aderirem ao Programa,
DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 12 de dezembro de 2014 o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal no Município de Navegantes, previsto no art. 1º da lei municipal nº 2882 de 3 de julho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de novembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ATA I - PREGÃO PRESENCIAL 212/2014 PMN ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2014 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS: CEUFEST, M.A LUCCA, FOGOS PRIMAVERA , CRUZART, TODAS POSSUIDORAS DO BENEFÍCIO DAS ME/EPP, A EMPRESA CIA DOS FOGOS 5 ESTRELAS TINHA UM REPRESENTANTE ENTRETANTO NÃO CHEGOU A TEMPO DE PROTOCOLAR SEU ENVELOPE POIS CHEGOU AS 8:55H DESTA FORMA FOI INFORMADO QUE NÃO SERIA RECEBIDO SEU ENVELOPE; A LICITANTE CEUFEST COMPARCEU COM O REPRESENTANTE SR. DERICI DEILI C. FRANCESCHI, ENTRETANTO NÃO APRESENTOU O CONTRATO SOCIAL AUTENTICADO (ITEM 3.1), HAVIA APRESENTADO O ORIGINAL E PEDIU PARA QUE NÃO FICASSE NO PROCESSO NEM RUBRICADO, QUANDO INFORMADO PELO PREGOEIRO QUE APENAS A APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO SIMPLIFICADA NÃO SUPRIRIA A FALTA DA APRESENTAÇÃO DO CONTRATO , O OUTRO SÓCIO (ERLEI FRANCESCHI) QUE ESTAVA PRESENTE POREM NÃO CREDENCIADO COMEÇOU A PERTURBAR A LICITAÇÃO, QUANDO SOLICITADO PARA QUE O MESMO NÃO SE PRONUNCIA-SE O MESMO CONTINUOU A PERTURBAR E DISSE QUE NÃO IRIA PARAR DE FALAR, QUANDO O PREGOEIRO PEDIU PELA 3ª VEZ QUE O MESMO NÃO SE PRONUNCIA-SE E QUE IRIA CHAMAR A AUTORIDADE POLICIAL , O MESMO CONTINUOU A PERTURBAR A SESSÃO , NESTE MOMENTO O PREGOEIRO SAIU DA SALA E CHAMOU A AUTORIDADE POLICIAL PARA RETIRAR O SÓCIO QUE NÃO ESTAVA CREDENCIADO, NO RETORNO DO PREGOEIRO O MESMO NÃO ESTAVA MAIS, APÓS FOI FORNECIDO AOS LICITANTES PARA ASSINATURA NOS CREDENCIAMENTOS, FOI INFORMADO QUE TODAS FORAM CREDENCIADAS COM EXCEÇÃO DA LICITANTE CEUFEST QUE NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL , entretanto sua proposta e habilitação continuariam no processo.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO ABRIRAM OS ENVELOPES DE PROPOSTAS: QUANTO AS PROPOSTAS AS LICITANTES M.A LUCCA, CEUFEST, CRUZARTE COLOCARAM SEPARADAMENTE DOS MATERIAIS (ITEM A ITEM) A SUA MÃO DE OBRA, E A LICITANTE FOGOS PRIMAVERA COLOCOU SUA MÃO DE OBRA JÁ IMBUTIDA NOS ITENS (APÓS NA MESMA PROPOSTA SEPAROU M.O E MATERIAL), TODAS ESTAS EMPRESAS FORAM CLASSIFICADAS (SENDO QUE A ÚNICA QUE NÃO PODERIA SE MANIFESTAR ERA A CEUFEST POIS NÃO TINHA CREDENCIADO).

APÓS A ETAPA DE LANCES FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA DOS LANCES M.A LUCCA. QUANTO A VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO O VENCEDOR DA ETAPA DE LANCES ATENDEU COM AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL. Não houve menção de RECURSO: ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

Douglas Lemos
Pregoeiro
Navegantes 28/11/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA DESAFETAÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PAULO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DESAFETAÇÃO DE ÁREA LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO PAULO

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Governo e Assistência Social, torna pública a convocação de todos os cidadãos e entidades representativas da sociedade para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e debate da proposta de desafetação de área pública localizada no Bairro São Paulo para realização de projeto habitacional e assentamento

de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A Audiência ocorrerá no dia 19 de dezembro de 2014, com início às 14h00min horas e término até as 17h00min, na Escola Municipal Maria Ivone Muller localizada no Bairro São Paulo, neste Município, e consistirá na apresentação de projetos e propostas para a desafetação e futura utilização da área. Perguntas e outras sugestões que não forem apreciadas durante a audiência, serão respondidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a mesma, e ficarão disponíveis na Secretaria de Assistência Social, ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

NAVEGANTES, SC, 28 de novembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECISÃO ADMINISTRATIVA SUPRIMOVEIS EIRELI EPP.

CERTIFICO, para os devidos fins que, em data de 28/11/2014 neste Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, foi publicado e afixado no Mural Ofício do Município o extrato a seguir transcrito:

Prefeitura Municipal de Navegantes - Extrato Decisão Administrativa SUPRIMOVEIS EIRELI EPP - inscrita - Procedimento Administrativo nº 42/2014 - A empresa SUPRIMOVEIS EIRELI EPP - inscrita no CNPJ: 04.563.256/0001-68, vencedora da tomada de preço nº 30/2014, Contrato 211/2014, é o que restou prejudicado, conforme Ata de Julgamento lavrado aos dias 18 de setembro de 2014 pela Comissão de Licitação deste Município.

No dia 24/09/2014, foi enviada uma notificação pelo departamento de Processos Administrativos NT nº 42/2014, para a empresa, pois a mesma não começou a executar a Construção da Academia da saúde, localizada no bairro São Domingos no Município de Navegantes, e não foram cumpridos os prazos de entrega, foi enviado a NT nº 42/2014 para que a empresa prestasse esclarecimentos, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal. No dia 13/10/2014, as 10:00 hrs da manhã chegou ao Departamento de Processos Administrativos da Administração, o retorno da AR, recebido pela empresa no dia 29/09/2014, defesa tempestiva, interposta pela empresa no dia 06/10/2014, garantindo assim seu direito. Contudo a empresa Suprimoveis, é reincidente na inadimplência, pois no processo de nº 46/2014 já foi publicada uma Decisão Administrativa dando uma advertência à empresa pelo atraso na entrega de mercadoria do Pregão 156/2014. E no que foi alegado na presente Defesa, não restou comprovado, pois a tabela da SINAPI serve de referencia de preço de obra publica e na época da confecção do edital estava dentro dessas referencias, devidamente comprovados pela conferencia da referida tabela no dia 17 de outubro de 2014 pela Comissão de Licitação e pelo Engenheiro responsável Sr. Waldir Aparecido Lopes Ramos, no dia 22 de Outubro de 2014, sendo assim infundados os valores mencionados na Defesa.

Ficou apurado pela Comissão de Licitação e pela Secretaria de Administração que a empresa Suprimoveis, descumpriu clausulas contratuais e editalcias, visto que atrasou a entrega da Obra de Construção da Academia da Saúde, referente ao contrato 211/2014 alegando que a obra era inexecuível. Cabe salientar, que não há o que se falar em obra inexecuível, conforme trata a Lei 8666/93, em seu artigo 48 §1º b "Para efeitos do dispositivo no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexecuíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: [...] b) valor orçado pela administração. No caso em epigrafe só seria inexecuível, se o valor da proposta cotada pela empresa fosse menor que R\$ 195.215,96,

Pois o Valor máximo previsto no edital era de R\$ 278.879,95, ressaltamos ainda que o edital com as condições estabelecidas para participação ficou publicado durante 15 dias sendo que neste prazo qualquer interessado - inclusive a contratada - possuía tempo hábil para fazer orçamentos e outros procedimentos para verificar se o valor a ser cotado seria pertinente, consultando inclusive a administração acerca dos projetos.

As cláusulas desrespeitadas da tomada de preço nº 30/2014 e Contrato 211/2014, foram as Clausulas 12, 13 e seus incisos com fundamento no alegado pela Secretaria tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste Ente em garantir a supremacia do interesse publico, ante todo exposto, com base na lei 8.666/93 e penalidades previstas em lei.

Isto Posto, DETERMINAMOS Rescisão Contratual total e fica por este ato impedido de licitar pelo prazo de 1 ano e dois meses com este ente publico , Decisão que será enviada por AR para a empresa SUPRIMOVEIS EIRELI EPP, a publicação desta decisão estará disponível no Diário Oficial dos Município (DOM) e site Municipal, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa. Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 28 de Novembro de 2014.

BENILDE PERÃO

Secretária da Secretaria de Administração e Logística.

NOVA DATA ABERTURA PROPOSTA CC 194/2014.

O Presidente da Comissão e a Comissão de Licitação torna publico que devido o protocolo de Recurso as 16:15h do dia 28/11/2014 pela licitante BALTT EMPREITEIRA TRANSP. E TERRAPLENAGEM LTDA, a abertura dos envelope de propostas antes agendado para o dia 01/12/2014 as 14 h será alterado para o dia 09/12/2014 as 16h, após o termino do prazo de contrarrazão e decisão dos recursos.

Local - Prefeitura Municipal de Navegantes

Navegantes 28 de novembro de 2014

Douglas Lemos

Presidente

Comissão de Licitação - Fernanda Hassmann, Maria Benedita, Carla Claudino, Adriana Correa.

Nova Trento

PREFEITURA

LEI Nº 2.558/2014

Lei nº 2.558, de 25 de novembro de 2014
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, DENTRO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Nº 2.519, de 23/12/2013 (Lei Orçamentária),
Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 228.188,03 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e oito reais e três centavos), para reforço de dotações, conforme identificação abaixo:

05 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
01 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
Proj/Ativ.: 2.038 - Manutenção da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer
Elemento: (92)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 18.000,00

Proj/Ativ.: 2.039 - Apoio ao Esporte Amador
Elemento: (96)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 22.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura

Proj/Ativ.: 2.047 - Manutenção da Secretaria da Agricultura
Elemento: (108)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ... R\$ 41.000,00
Elemento: (109)3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orç ... R\$ 2.000,00

08 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
01 - Secretaria de Assistência Social de Habitação
Proj/Ativ.: 2.042 - Funcionamento e Manutenção do CRAS (Paif)
Elemento: (149)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 33.000,00

03 - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência
Proj/Ativ.: 2.043 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento: (161)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 20.000,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento
01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 2.050 - Manutenção da STOSU
Elemento: (133)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 92.188,03

Art. 2º. Os recursos necessários para atender o crédito acima especificado, decorrerá da anulação parcial dentro

do orçamento fiscal vigente, do Município, conforme identificação abaixo:

03 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Proj/Ativ.: 2.007 - Manutenção da Casa da Cidadania
Elemento: (24)3.1.90.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 10.000,00

04 - Secretaria Municipal da Educação
01 - Secretaria Municipal da Educação
Proj/Ativ.: 2.009 - Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental
Elemento: (36)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 24.000,00

05 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
01 - Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
Proj/Ativ.: 1.012 - Reforma de Equipamentos Esportivos
Elemento: (91)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 25.000,00

Proj/Ativ.: 2.046 - Realização da Festa Incanto Trentino
Elemento: (101)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 498,03

Proj/Ativ.: 2.048 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento Turístico
Elemento: (103)3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ... R\$ 30.000,00
Elemento: (106)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 10.000,00

Órgão: 06 - Secretaria Municipal da Agricultura
Unidade: 01 - Secretaria Municipal da Agricultura

Proj/Ativ.: 1.016 - Aquisição de Trator e Equipamentos Agrícolas
Elemento: (112)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 1.900,00

08 - Secretaria de Assistência Social e Habitação
01 - Secretaria de Assistência Social de Habitação
Proj/Ativ.: 2.041 - Atendimento à Pessoa Idosa (PBVII)
Elemento: (147)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 15.790,00

09 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento
01 - Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Urbanos e Planejamento

Proj/Ativ.: 1.015 - Construção de Bueiros
Elemento: (115)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 5.000,00

Proj/Ativ.: 1.019 - Construção de Abrigos de Passageiros
Elemento: (124)4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 12.000,00

Proj/Ativ.: 1.021 - Sinalização Turística
Elemento: (123)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 15.000,00

Proj/Ativ.: 2.052 - Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito
Elemento: (141)3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas ...
R\$ 5.000,00

Proj/Ativ.: 2.054 - Revitalização de Ruas e Praças
Elemento: (119)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Proj/Ativ.: 2.055 - Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo
Elemento: (139)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 63.000,00

02 - Fundo Municipal de Defesa Civil
Proj/Ativ.: 2.049 - Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil
Elemento: (125)3.1.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00
Elemento: (126)3.3.90.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.559/2014

LEI Nº 2.559 de 29 de novembro de 2014
Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Trento para o Exercício de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

1. DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Nova Trento para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 35.378.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 35.378.000,00 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e oito mil reais), sendo R\$ 24.517.000,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 10.861.000,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	37.369.000,00
1.1. Receita Tributária	4.217.000,00
1.2. Receita de Contribuições	979.000,00
1.3. Receita Patrimonial	2.162.000,00
1.4. Receita de Serviços	1.351.000,00
1.5. Transferências Correntes	28.016.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	644.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.496.000,00

2.1. Operações de Crédito	250.000,00
2.2. Alienação de Bens	70.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	1.000,00
2.4. Transferências de Capital	1.175.000,00
3. RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	822.000,00
3.1. Receita de Contribuições - Intra-Orçamentária	822.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	4.309.000,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA	35.378.000,00

§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
CAMARA MUNICIPAL	1.065.000,00
GABINETE DO PREFEITO	598.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.366.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9.083.000,00
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	895.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	729.000,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	899.000,00
SECRETARIA DOS TRANSP., OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E PLAN.	5.394.000,00
ENCARGOS GERAIS	846.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.000,00
IPREVENT	1.471.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.058.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.597.000,00
SAMAE	1.286.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	35.378.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.065.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	3.045.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	193.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	899.000,00
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.365.000,00
10. SAÚDE	8.597.000,00
12. EDUCAÇÃO	9.063.000,00
13. CULTURA	226.000,00
15. URBANISMO	4.583.000,00
17. SANEAMENTO	1.859.000,00
20. AGRICULTURA	719.000,00
22. INDÚSTRIA	10.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	204.000,00
26. TRANSPORTE	45.000,00
27. DESPORTO E LAZER	510.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	846.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.149.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	35.378.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS GERAIS	2.211.000,00
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.744.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.366.000,00
0003. EDUCAÇÃO PARA TODOS	9.083.000,00
0004. SAÚDE PARA TODOS	9.883.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS	586.000,00
0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	924.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.083.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE NOVA TRENTO	5.349.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.149.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	35.378.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	29.295.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	17.666.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	17.034.000,00
3.1.91.00	Aplicações Diretas	632.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	86.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	86.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	11.543.000,00
3.3.20.00	Transferências da União	1.000,00
3.3.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	520.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.821.000,00
3.3.91.00	Aplicações Diretas Decorrente de Op. Entre Órgãos	190.000,00
3.3.93.00	Aplicações Diretas Consórcio do Qual o Ente Participe	10.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.934.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.533.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.533.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	10.000,00
4.5.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	391.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	391.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.149.000,00
	TOTAL DA DESPESA EFETIVA	35.378.000,00

2. DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

2.1. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Nova Trento para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.065.000,00 (um milhão, sessenta e cinco mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Nova Trento será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº

101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.065.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.065.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.065.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.056.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	764.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	292.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	9.000,00
4.4.00.00	Investimentos	9.000,00
	SOMA (I)	1.065.000,00

2.2. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Nova Trento para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 27.421.000,00 (vinte e sete milhões, quatrocentos e vinte e um mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 20.901.000,00 (vinte milhões, novecentos e um mil reais) e em R\$ 6.520.000,00 (seis milhões, quinhentos e vinte mil reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder às demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	30.639.000,00
1.1. Receita Tributária	4.161.000,00
1.2. Receita de Contribuições	628.000,00
1.3. Receita Patrimonial	133.000,00
1.4. Receita de Serviços	112.000,00
1.5. Transferências Correntes	25.065.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	540.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.091.000,00
2.1. Operações de Crédito	250.000,00
2.2. Alienação de Bens	50.000,00
2.3. Amortização de Empréstimos	1.000,00
2.4. Transferências de Capital	790.000,00

3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.309.000,00
SOMA	27.421.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Nova Trento será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
GABINETE DO PREFEITO	598.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.366.000,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9.083.000,00
SECRETARIA DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	895.000,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	729.000,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	899.000,00
SECRETARIA DOS TRANSP., OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E PLAN.	5.394.000,00
ENCARGOS GERAIS	846.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.000,00
SOMA	20.901.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.169.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao IPREVENT	286.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Nova Trento	1.065.000,00
SOMA	6.520.000,00
TOTAL	27.421.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	2.939.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	193.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	899.000,00
12. EDUCAÇÃO	9.063.000,00
13. CULTURA	226.000,00
15. URBANISMO	4.583.000,00
17. SANEAMENTO	573.000,00
20. AGRICULTURA	719.000,00
22. INDÚSTRIA	10.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	204.000,00
26. TRANSPORTE	45.000,00
27. DESPORTO E LAZER	510.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	846.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.000,00
SOMA	20.901.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.169.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao IPREVENT	286.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Nova Trento	1.065.000,00
SOMA	6.520.000,00

TOTAL	27.421.000,00
-------	---------------

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS GERAIS	846.000,00
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	573.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	2.366.000,00
0003. EDUCAÇÃO PARA TODOS	9.083.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS	586.000,00
0006. SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS	924.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.083.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE NOVA TRENTO	5.349.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.000,00
SOMA	20.901.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	5.169.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao IPREVENT	286.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Nova Trento	1.065.000,00
SOMA	6.520.000,00
TOTAL	27.421.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	17.702.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	9.327.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	86.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	8.289.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.108.000,00
4.4.00.00	Investimentos	2.707.000,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	10.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	391.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	91.000,00
	SOMA	20.901.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde		5.169.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao IPREVENT		286.000,00
Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Municipal de Nova Trento		1.065.000,00
	SOMA	6.520.000,00
	TOTAL	27.421.000,00

2.3 DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: IPREVENT

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora IPREVENT para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 3.529.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e nove mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora IPREVENT será realizada mediante a arrecadação de contribuições, rendas, outras Receitas Correntes e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.421.000,00
1.1. Receita de Contribuições	351.000,00
1.2. Receita Patrimonial	2.000.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	70.000,00
2. RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	822.000,00
2.1. Receita de Contribuições – Intra-Orçamentária	822.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	286.000,00
SOMA	3.529.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora IPREVENT será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
IPREVENT	3.529.000,00
TOTAL	3.529.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	106.000,00
09. PREVIDENCIA SOCIAL	1.365.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.058.000,00
TOTAL	3.529.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS GERAIS	1.365.000,00
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	106.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.058.000,00
TOTAL	3.529.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.466.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.411.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	55.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	5.000,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	2.058.000,00
	TOTAL	3.529.000,00

2.4 DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 8.597.000,00 (oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor,

discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	3.023.000,00
1.1. Receita Tributária	56.000,00
1.2. Receita Patrimonial	16.000,00
1.3. Transferências Correntes	2.951.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	405.000,00
2.1. Alienação de Bens	20.000,00
2.2. Transferências de Capital	385.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	5.169.000,00
SOMA	8.597.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	8.597.000,00
TOTAL	8.597.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	8.597.000,00
TOTAL	8.597.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	8.597.000,00
TOTAL	8.597.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.136.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	5.623.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.513.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	461.000,00
4.4.00.00	Investimentos	461.000,00
	TOTAL	8.597.000,00

2.5. DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: SAMAE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora SAMAE para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 1.286.000,00 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora SAMAE será realizada mediante a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.286.000,00
1.1. Receita Patrimonial	13.000,00

1.2. Receita de Serviços	1.239.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	34.000,00
SOMA	1.286.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora SAMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
SAMAE	1.286.000,00
TOTAL	1.286.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. SANEAMENTO	1.286.000,00
TOTAL	1.286.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	1.286.000,00
TOTAL	1.286.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	935.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	541.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	394.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	351.000,00
4.4.00.00	Investimentos	351.000,00
	TOTAL	1.286.000,00

Art. 6º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo, no final do respectivo exercício, justificadamente, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos

objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, com ações e serviços públicos de saúde e os gastos com recursos do FUNDEB serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na norma constitucional e legal na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 11 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Art. 12 Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Nova Trento, 29 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.560/2014

Lei nº 2.560, de 29 de novembro de 2014

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 2.517, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013, que AUTORIZA A CONCESSÃO DE AJUDA FINANCEIRA AOS MÉDICOS DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS" QUE ATUAM NO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos 1º e 2º da Lei nº 2.517, de 17 de dezembro de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda financeira no valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada médico vinculado ao Programa do Governo Federal "Mais Médicos" que atuar no Município de Nova Trento, visando custear suas despesas com alimentação e moradia.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde, financiado com recursos repassados pelo Governo Federal com a seguinte classificação:

Elemento: 3.3.90 - Projeto/Atividade: 2.021 - Ações de Atenção Básica"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 29 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

LEI Nº 2.561/2014

LEI Nº 2.561, de 29 de novembro de 2014
estabelece o vencimento para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º É fixado em R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais) o vencimento para os cargos de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, ambos com carga de 40 (quarenta) horas semanais e constantes do Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Nova Trento.

Parágrafo Único - Neste valor de R\$ 1.014,00 (Um mil e quatorze reais) está incorporado o abono previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 2.523/2014.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de novembro de 2014.

Nova Trento, 29 de novembro de 2014.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAÚDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 006/2014
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2014
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 28/11/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAÚDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO AOS MUNICÍPIOS NA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO E MEDICAMENTOS E MATERIAIS PARA USO NA UNIDADE SANITÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
CONTRATADO: A.G. KIENEN & CIA LTDA - PROMEDIC
VALOR DA DESPESA: R\$ 290,00 (Duzentos e noventa reais)
CONTRATADO: ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 456,00 (Quatrocentos e cinquenta seis reais)
CONTRATADO: ANGEOMED COM.DE PROD.MED.HOSP. LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 657,00 (Seiscentos e cinquenta sete reais)
CONTRATADO: DIMASTER - COM.DE PRODUTOS HOSPITALARES
VALOR DA DESPESA: R\$ 427,25 (Quatrocentos e vinte sete reais e vinte cinco centavos)
CONTRATADO: DIMEVA - DISTRIB.DE MEDICAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.581,00 (Um mil, quinhentos e oitenta um reais)
CONTRATADO: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.721,50 (Um mil, setecentos e vinte um reais e cinquenta centavos)
TOTAL R\$ 5.132,75 (Cinco mil, cento e trinta dois reais e setenta cinco centavos)

DATA: 28/11/2014
TANIA MARA WAGNER MURARO
Secretaria De Saúde E Promoção Social/gestora Fms.

Orleans

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - EDITAL Nº 014/2014

O PREFEITO DE ORLEANS, uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Homologar o resultado do Concurso de Alteração de Carga Horária Edital Nº 014/2014

PROFESSORA	UNIDADE ESCOLAR DE LOTAÇÃO/CARGA HORÁRIA / PERÍODO	UNIDADE ESCOLAR DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA / PERÍODO	CARGA HORÁRIA TOTAL SOMANDO AS DUAS UNIDADES ESCOLARES
Antonia Gorete Feltrin Bussolo	EEB Hilsa Pedone / 20h / Matutuno	CEI Regina Chetetto Sprícigo / 20h / Vespertino	40h
Marilucia Aparecida de Moura Bombazar	CEI Débora Laurentino / 20h / Vespertino	CEI Mundo Encantado / 20h / Matutino	40h
Viviani Cardoso	CEI Débora Laurentino / 20h / Vespertino	CEI Mundo Encantado / 20h / Matutino	40h
Sinara Bonetti Pavei	CEI Débora Laurentino / 20h / Vespertino	CEI Mundo Encantado / 20h / Matutino	40h

Marco Antonio Bertoncini Cascaes
Prefeito Municipal

AVISO Nº 175/2014 MATERIAL PESCA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 175/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 808703/2014-PROCESSO 1019981-65/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE ORLEANS E O MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

Recebimento das Propostas: até o dia 12/12/2014 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 12/12/2014, às 16h 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 28 de Novembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 176/2014 CESTAS BÁSICAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 176/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA ATENDER AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CADASTRADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DE ORLEANS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até o dia 12/12/2014 às 14h45m.

Abertura das Propostas: dia 12/12/2014, às 15h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 28 de Novembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 177/2014 LEITE INTEGRAL

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, PARA ATENDER CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS CARENTES NO EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 15/12/2014 às 12h45m.

Abertura das Propostas: dia 15/12/2014, às 13h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 28 de Novembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

AVISO Nº 42.2014 VEICULO SAUDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM PARA USO DA VIGILANCIA SANITÁRIA CONFORME ANEXOS.

Recebimento das Propostas: até o dia 12/12/2014 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 12/12/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,
- Telefone (48) 3886.0100,
- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br
- Site www.orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 28 de Novembro de 2014.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

Paial

PREFEITURA

PREGÃO 029/2014 PM

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 029/2014

Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de fogos de artifício para o Réveillon 2014/2015 conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08hs30min do dia 12/12/2014

Abertura: 12/12/2014 as 08hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 25 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

PREGÃO 030/2014 PM

PREFEITURA MUNICIPAL PAIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 030/2014

Objeto: contratação de serviços e fornecimento de peças para recuperação da caixa do caminhão de placa LYU 8937 do município de Paial conforme relação de peças e serviços constantes no Anexo I deste edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13hs30min do dia 12/12/2014

Abertura: 12/12/2014 as 13hs45min

Informações complementares estarão disponíveis na página do município www.paial.sc.gov.br e poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município, sito a Rua Goiás nº 400, Centro, Município de Paial de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045, pelo e-mail compras@paial.sc.gov.br

Município de Paial - SC em 25 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

TP 007/2014 PM

MUNICÍPIO DE PAIAL/SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.007/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de construção de cobertura para cancha de bocha conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08:45hs do dia 19/12/2014.

Abertura: dia 19/11/2014, às 09:00hs.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.paial.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás nº 400, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Paial, SC, 26 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

TP 008/2014 PM

MUNICÍPIO DE PAIAL/SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.008/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica em parte da Av Julio Bender e construção de passeios em partes da: Av Julio Bender, Rua Ceará e Rua Sta Catarina conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 13:45hs do dia 19/12/2014.

Abertura: dia 19/11/2014, às 14:00hs.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.paial.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Goiás nº 400, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3451-0045.

Paial, SC, 26 de novembro de 2014.

ALDAIR ANTONIO RIGO

Prefeito Municipal

EXTRATO RESULTADO FASE DE PROPOSTA TP006/2014

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2014 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de melhoria na praça central Avelino Auler, no centro de Paial conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi julgada vencedora a licitante LEANDRO PAGLIARI ME sagrou-se vencedora do objeto da licitação em epígrafe, com o preço total de R\$ 97.170,45 (noventa e sete mil cento e setenta reais e quarenta e cinco centavos). Outrossim, ficam a licitantes vencedora notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 28 de novembro de 2014.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Palhoça

PREFEITURA

ERRATA N 002

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ERRATA Nº 002

Edital nº 06/2014 - Exploração de Comércio de Alimentos

O Município de Palhoça torna público que altera-se o Item 6.1. letra "c", DAS OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES VENCEDORES, do Edital 06/2014, passando a ter a seguinte redação: c) obedecer expressamente os horários de funcionamento expresso no alvará de Licença (à partir das 19h até às 23h50min); horário de montagem de estrutura à partir das 18h30 min; horário de desmontagem das estruturas à partir das 24h.

O Edital 06/2014, encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Receita, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 27 de novembro de 2014

Nilson João Espíndola

Secretário de Receita

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 073/2014

PORTARIA Nº 073/2014

Concede pensão por morte, em caráter integral a MARIA HELENA ANTUNES e DEIVID STADLER ANTUNES, dependentes presumidos do servidor inativo falecido, ALBINO MARQUES ANTUNES, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal a senhora MARIA HELENA ANTUNES, inscrita no CPF nº 941.960.289-34 e portadora do RG nº 2.060.764, e para a menor sob guarda DEIVID STADLER ANTUNES dependentes presumidos do servidor inativo ALBINO MARQUES ANTUNES, falecido em 13/11/2014.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, alterada pela Emenda Constitucional 070/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Invalidez em caráter Integral concedida ao servidor falecido, nos termos da Portaria nº 018/2005, alterada pela Portaria nº 030/2012.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

com efeitos a contar de 13/11/2014, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 24 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Andréa Mara Harger Luckmann Pléticos

Assistente Administrativo

Matrícula 300010-01

PORTARIA Nº 074/2014

PORTARIA Nº 074/2014

Retifica a Portaria nº 009/2013, que Concedeu pensão por morte, em caráter integral a MARLI ROSALINA DA ROSA e MAYARA MARLI DA ROSA, dependentes presumidas do servidor inativo falecido, OLINO MANOEL DA ROSA, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal e dá outras providências.

Camilo Nazareno Pagani Martins, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Retificar o art. 1º da Portaria nº 009/2013, ou seja, onde lê-se "(...)Maria Eduarda Martins Pedro (...)", leia-se "(...) Mayara Marli da Rosa (...)".

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 009/2013 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 07/02/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 26 de novembro de 2014.

Camilo Nazareno Pagani Martins

Prefeito Municipal

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA

Ariana Vera da Rosa Tavares

Técnico Previdenciário

Matrícula 900048

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 102/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 102/2014, Referente à Tomada de Preços nº 124/2014. Objeto: Construção de Espaço Educativo Urbano II. Contratada: MAURICIO ELY PUTTKAMMER - ME, totalizando o montante de R\$ 849.891,54 (oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos). Vigência: A contagem do prazo deste contrato terá início no dia de sua assinatura e término previsto para 240 (duzentos e quarenta) dias, após a emissão da Ordem de Serviço.

Papanduva/SC, 26 de novembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 101/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 101/2014, Referente ao Edital de Credenciamento nº 002/2014. Objeto: A presente contratação tem como objeto a realização, pelo contratado, de leilão para venda de bens moveis inservíveis de propriedade da contratante e sem serventia para a mesma. Contratada: JULIO RAMOS LUZ, sendo que a remuneração do contratado será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem negociado no leilão. Vigência: O presente contrato terá vigência a partir da assinatura do mesmo até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado em caso de adiantamento ou retardamento do leilão por algum motivo previsto em lei, expirando-se automaticamente se, dentro desse prazo, o objeto for integralmente executado.

Papanduva/SC, 21 de novembro de 2014

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 0001/2014 ATADE REGISTRO DE PREÇO n. 0001/2014

PROCESSO LICITATORIO n. 0023/2014

PREGÃO PRECENSIAL n. 0015/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: POSTO COPLAVAL

Objeto Os preços previstos na Ata de Registro de Preços n. 0001/2014, ficam reajustado da seguinte forma:

Item 01 - Óleo Diesel b5 S10 - o valor previsto para este item fica reajustado em 4.40%, passando para R\$ 2, 765;

Item 02 - Óleo Diesel b5 500 - o valor previsto para este item fica reajustado em 4.58%, passando para R\$ 2,561;

Item 03 - Gasolina Comum - o valor previsto para este item fica reajustado em 1.66%, passando para R\$ 3,170.

Da Retificação: As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Passos Maia-SC, 28 de novembro de 2014.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11-22/2014 DE 14/03/2014**

Extrato 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº. 11-22/2014 DE 14/03/2014, conforme Processo Licitatório 012/2014. Tendo como contratante a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e contratado Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda. CNPJ nº04.372.020/0001-44, Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto reequilibrar o preço unitário registrado na Ata de Registro de Preços nº 11-22/2014 do item nº: 121 Ibuprofeno 600mg; Valor Licitado: 0,063-Valor Reequilibrado: 0,098. Finalidade: O reequilíbrio econômico financeiro solicitado pela compromitente, devidamente justificado, aprovado pela Assessoria Jurídica Municipal, conforme Parecer juntado ao Processo, sendo fundamentado no que dispõe a alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93.

20 de novembro de 2014
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 03/14**

PORTARIA Nº. 03/14

JOÃO DOS PASSOS CUSTÓDIA, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, assim como lhe confere o art. 14 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Autorizar a servidora em comissão, ELAINE MENDES DE MATOS FERMIANO, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo de férias, de 01 de Dezembro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de Paulo Lopes, 28 de dezembro de 2014.
João dos Passos Custódia
Presidente

Publicada a presente Portaria em 28 de dezembro de 2014.

Penha**PREFEITURA****CV07/2014 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2014 - FMS
CARTA CONVITE Nº 07/2014 - FMS

Objeto: Prestação de serviço de obras e engenharia, com fornecimento de mão de obra e material, para reforma do Pronto Atendimento 24 hrs, localizado na Rua Alfeu J. Conceição, Centro, conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Abertura do Processo: 09/12/2014 às 16:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 27 de NOVEMBRO de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

ADITIVO Nº 132/2014 FMS

1º Termo Aditivo nº 132/2014 FMS
Ao contrato nº 52/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS

Objetivo: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 HRS, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 132/2014 FMS, Contrato Administrativo nº 52/2014 PMP, para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, no bairro Fundo Canoas, na rua Estrada Boa Esperança, nº 1918, Cep 89163-920, telefone 47-35319800, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, neste ato representada Sandro Fabio Girardi, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor contratado na clausula primeira do contrato administrativo nº 52/2014 FMS, fica aditado um acréscimo de valor de 10%, o que corresponde a R\$ 2.558,29 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), conforme segue na planilha

abaixo:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
2	Agulha 20x5,5: agulha em aço inoxidável, siliconada, cânula com paredes e bisel trifacetado, adaptador tipo luer, canhão em polipropileno colorido, atóxica, epirogênica descartável e traumática, embalada individualmente em papel grau cirúrgico e laminado de polipropileno com abertura em pétala estéril. caixa com 100 unidades. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	cx	EMBRA-MAC	34	3,94	133,96
10	Almotolia transparente 250ml, bico reto, confeccionada em plástico transparente. ponta com tampa de proteção haste de fixação. Apresentar Amostra do produto.	und	J.PROLAB	16	1,37	21,92
11	Almotolia escura 250ml, bico reto, confeccionada em plástico escura. ponta com tampa de proteção haste de fixação. Apresentar Amostra do produto.	und	J.PROLAB	16	1,37	21,92
55	Sonda Nasogástrica curta nº 16. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	05	0,36	1,80
58	Sonda Nasogástrica longa nº 10. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOSANI	06	0,48	2,88
59	Sonda Nasogástrica longa nº 12. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOSANI	06	0,51	3,06
60	Sonda Nasogástrica longa nº 14. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOSANI	06	0,59	3,54
65	Sonda de aspiração traqueal nº 10. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	08	0,33	2,64
67	Sonda de aspiração traqueal nº 14. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	05	0,37	1,85
69	Sonda uretral 6 materiais: PVC, tamanho/capacidade: nº6 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	48	0,30	14,40
70	Sonda uretral 8 materiais: PVC, tamanho/capacidade: nº8 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	48	0,32	15,36
71	Sonda uretral 10 materiais: PVC, tamanho/capacidade: nº10 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	400	0,29	116,00
72	Sonda uretral 12 materiais: PVC, tamanho/capacidade: nº12 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	unid	BIOSANI	800	0,30	240,00
73	Sonda uretral 14 materiais: PVC, tamanho/capacidade: nº14 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOSANI	400	0,33	132,00

74	Sonda uretral 16 materias: PVC, tamanho/capacidade: n16 característica adicionais: descartável, atóxica, siliconada, estéril, epirrogênica, cilíndrica, reta, ponta arredondada e fechada, com orifício lateral, processo de esterização oxido de etileno, forma de apresentação: embalagem individual pgc, aplicação: drenagem e controle diurese. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOSANI	280	0,39	109,20
80	Mononylon 2-0 fio de sutura nylon monofilamento, fio de poliamida, não absorvível pelo organismo, com agulha triangular 3,0 3/8 círculo, caixa com 24 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	cx	PROCARE	06	17,95	107,70
82	Mononylon 4-0 fio de sutura nylon monofilamento, fio de poliamida, não absorvível pelo organismo, com agulha triangular 2,5 3/8 círculo, caixa com 24 unidades embalado em papel grau cirúrgico abertura em pétala. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	cx	PROCARE	06	17,95	107,70
96	Solução para curativo: acido caprilico, acido caprico, acido laurico, lecetina de soja, vitamina A, vitamina E, acido caproico, oleo de girassol com 200ml, contendo os ácidos graxos essenciais, tipo dersani ou similar. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	frc	MOPH	40	3,74	149,60
101	Coletor perfuro-cortante 13lts: recipiente para coleta e descarte de materias perfuro cortantes, confeccionado em papelão ondulado, com capacidade 13 litros, com surpeficiencie interna impermeabilizada. Caixa c/ 10 unidades. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	cx	EMBALAI-RE	08	20,49	163,92
103	Termômetro clínico digital com certificação do INMETRO. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	BIOLAND	08	6,20	49,60
106	Água destilada, estéril, epirrogênica 1.000ml Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	frc	CAITHEC	12	1,79	21,48
163	Embalagem tubular para esterilização 08x100 PGC. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	ESTERIL-CARE	08	21,12	168,96
164	Embalagem tubular para esterilização 12x100 PGC. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	ESTERIL-CARE	08	31,00	248,00
165	Embalagem tubular para esterilização 15x100 PGC. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	ESTERIL-CARE	08	38,40	307,20
166	Embalagem tubular para esterilização 20x100 PGC. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	ESTERIL-CARE	08	51,70	413,60
TOTAL R\$						2.558,29

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.058- Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0064 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000032

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 27 de novembro de 2014.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

Nome:

CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

ADITIVO Nº 133/2014 FMS

1º Termo Aditivo nº 133/2014 FMS

Ao contrato nº 53/2014 FMS

Licitação: Processo Licitatório nº. 09/2014 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 05/2014 -FMS

Objetivo: Aquisição de material médico hospitalar para serem utilizados nas dependências do PA 24 HRS, NAM, CEFIR, DST/AIDS E NASF da rede municipal de saúde de Penha/SC.

Pelo presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 133/2014 FMS, ao Contrato Administrativo nº 53/2014 FMS para fornecimento de medicamento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, com sede na cidade de Rio do Sul/SC, na rua Estrada Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, Cep 89163-554, telefone 47-35209000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002-0001-02, neste ato representada por Cordova Pereira, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor contratado na cláusula primeira do contrato administrativo nº 52/2014 FMS, fica aditado um acréscimo de valor de 20%, o que corresponde a R\$ 2.558,29 (dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e nove centavos), conforme segue na planilha abaixo:

Programa de Trabalho / Atividade					Elemento de Despesas:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	MARCA	QUAT.	PREVISÃO DE CUSTO	
					UNITÁRIO	GLOBAL
8	Álcool etílico hidratado 70% com gel carbopol e glicerina BAG IN BOX, com bico dosador bolsa de 800ml. Apresentar Amostra do produto.	bolsa	Vic Pharma	08	9,61	76,88
87	Soro fisiológico 100ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa plástica transparente. Sistema Fechado. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	bolsa	Segmenta-Euro	640	1,65	1.056,00
88	Soro fisiológico 250ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa plástica transparente. Sistema Fechado. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	bolsa	Segmenta-Euro	640	1,85	1.184,00
89	Soro fisiológico 500ml (solução de cloreto de sódio a 0,9%) injetável e sem conservantes. Acondicionado em bolsa plástica transparente. Sistema Fechado. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	bolsa	Segmenta-Euro	320	2,40	768,00
93	Ringer com lactato 500ml, sistema fechado. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	bolsa	Fresenius Kabi Brasil	280	2,45	686,00
99	Saco de lixo hospitalar (infectante), branco leitoso, capacidade 40 litros, com simbologia ABNT com a inscrição "RESÍDUO INFECTANTE". Saco 0.08 micras, material plástico, gramatura normal. Apresentar Amostra	und	Nekplast	448	0,11	49,28
100	Saco de lixo hospitalar (infectante), branco leitoso, capacidade 100 litros, com simbologia ABNT com a inscrição "RESÍDUO INFECTANTE". Saco 0.08 micras, material plástico, gramatura normal. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	Nekplast	288	0,17	48,96
104	Sulfadiazina de prata, creme 1% recipiente com 400gr. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	Prati Donaduzzi	03	14,00	42,00
105	Lidocaína gel: cada 5g contem 100mg de cloridrato de lidocaína 2% bisnagas de 30g. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	Pharlab	40	2,40	96,00

107	Nitrofurasona pomada: nitrofurasona pomada 0,2% pote com 500g. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	und	Prati	06	13,00	78,00
109	Hipoclorito de sódio 1%1000 ml. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	lt	Ricie wirath M	72	1,75	126,00
111	Povidine degermante 1.000 ml. Apresentar no envelope da Proposta de Preços o Registro do Produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Apresentar amostra do produto, conforme prazo estabelecido no edital.	lt	Vic Pharma	08	12,45	99,60
137	Saboneteira para refil de sabonete liquido/álcool gel 800 ml. Apresentar catálogo do produto.	und	Premisse	08	13,98	111,84
	TOTAL R\$					4.4256,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 20.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0014 - Atenção Básica

Projeto/Atividade: 2.055- PAB Fixo - Ações Básicas de Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0064 - Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000013

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 27 de novembro de 2014.

PREFEITURA_____
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439-37

Nome:

CPF:

DE ACORDO:

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

ADITIVO Nº 181/2014 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

6º TERMO ADITIVO Nº 181/2014 - PMP

AO TERMO DE CONTRATO Nº 113/2012 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 60/2012 - PMP, Tomada de preço nº. 10/2012 - PMP.

OBJETO: prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação da Rua Amaro de Castro e Eloi Adriano, com lajota sestetada de concreto, drenagem pluvial e sinalização vertical/horizontal, em estrita observância aos memoriais e projetos em anexo.

LOTE 01 - Rua Reinaldo Amaro de Castro, com 2.415,00 m² de área a pavimentar, situada no Centro.

LOTE 02 - Rua Elói Adriano, com 3.849,00 m² de área a pavimentar, situada no Centro.

Através do presente 6º Termo Aditivo nº 181/2014 - PMP, ao Contrato Administrativo nº 113/2012 - PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO VIBRADO LTDA - EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Centro, CEP 88.380-000, Fone (47) 3345-1047, e-mail vibron@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr. João Claudio Buttendorf, CPF nº 552.121.239-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 113/2012 - PMP fica prorrogado para até 28/03/2015 a contar do dia 29/10/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 29 de outubro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO VIBRADO LTDA - EPP
PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome Josiane Bento
CPF 053.867.439-37

Nome
CPF

De acordo:

RAFAEL CELESTINO
Secretário da Administração

PORTARIA Nº 265/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA Nº 265/2014

BAIXAR: da relação da ativa, o funcionário REINALDO PEDRO NASCIMENTO FILHO, ocupante do cargo de Coveiro, por motivo de falecimento, com efeito retroativo a 08/11/2014.

Penha/SC, 28 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

PP61/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº109/2014 - PMP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014 - PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL (NATALI) A SER REALIZADA NO PERÍODO DE 16 A 22 DE DEZEMBRO DE 2014 NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.
Abertura do Processo: 11/12/2014 às 14:00 horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.
Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha.sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 28 de novembro de 2014.
Evandro Eredos dos Navegantes
Prefeito Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 310/2014**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 310/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto ACOMETER a contratada a execução de obra de engenharia, consistente na construção de Quadra de Areia no Bairro Britador, num total de 680,00m², na forma do Projeto Básico nº 032/2014,
LICITAÇÃO: modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 018/2014
EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DON JUAN LTDA LE
VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 50.892,21 (cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos) - preço global, sendo: R\$ 14.196,20 (quatorze mil, cento e noventa e seis reais e vinte centavos) mão-de-obra e R\$ 36.696,01 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e um centavo).

DATA DO CONTRATO: 25 DE NOVEMBRO DE 2014

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 312/2014.

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 312/2014.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato Aquisição de coifa,
LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação: nº 199/2014.
EMPRESA CONTRATADA: FUNILARIA ESTRELA BERTOLIN LTDA
VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais).

DATA DO CONTRATO: 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 019/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 019/2014
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16/12/2014 licitação modalidade Tomada de Preços nº 019/2014, visando a "aquisição e instalação de parque infantil no Centro Educacional do Município de Pinheiro Preto".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 16/12/2014, até às 10:15hrs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 049/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 049/2014

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 15/12/2014, licitação modalidade Pregão Presencial n. 049/2014, visando a AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO ÓLEO DIESEL, GASOLINA COMUM, ÓLEO ARLA E ÓLEO S10, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO, EXERCÍCIO 2015.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 15/12/2014, até às 14:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site WWW.pinheiropreto.sc.gov.br

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 053/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 115/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI's E UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 12/12/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 12/12/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 28 de Novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 373/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 373/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAU7791	55601636A	29/09/2006	50100	162 * I	574.61
MAU7791	55601637A	29/09/2006	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MFE1420	55600999A	31/07/2006	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 523/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 523/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CJB7948	55255813B	10/12/2007	66370	230 * IX
CJB7948	55255811B	10/12/2007	66020	230 * VI
GPE2379	55192324B	16/12/2007	69120	232
LND1027	55192476B	13/12/2007	65990	230 * V
LWT1689	55192467B	28/11/2007	65990	230 * V
LXF0127	55255768B	10/12/2007	65990	230 * V
LXK1699	55255856B	10/12/2007	50100	162 * I
LXL5168	55255726B	29/11/2007	69200	233
LXP7829	55255803B	06/12/2007	69200	233
LXR8583	55192473B	08/12/2007	66370	230 * IX
LZR1906	55255584B	28/11/2007	65990	230 * V
LZR1906	55255583B	28/11/2007	50100	162 * I
LZS1799	55255761B	07/12/2007	69120	232
MAB9623	55255952B	20/12/2007	66100	230 * VII
MAB9623	55255951B	20/12/2007	66370	230 * IX
MAQ7398	55255600B	06/12/2007	69200	233
MBB0531	55192118B	21/12/2007	69200	233
MBW1780	55192170B	11/12/2007	65990	230 * V
MBW6100	55191295B	11/12/2007	69120	232
MCN0488	55191587B	30/12/2007	50100	162 * I
MED5281	55255806B	06/12/2007	69200	233
MEL2149	55255756B	07/12/2007	65990	230 * V
MER3032	55192264B	12/12/2007	50100	162 * I
MFE6781	55191291B	03/12/2007	66700	230 * XIII
MFE6781	55191292B	03/12/2007	69120	232
MGG8061	55191579B	25/11/2007	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 121/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 121/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACR4487	54486898A	18/03/2002	65990	230 * V	191.53
CVN2882	54932505A	21/03/2002	57200	186 * I	127.69
ICV9761	54932508A	25/03/2002	63860	220 * XIII	127.69
LWV8571	54932507A	21/03/2002	51850	167	127.69
LXB1540	54486708A	23/03/2002	73400	252 * IV	85.12
LXD5625	54932504A	21/03/2002	51850	167	127.69
LXV1257	54932511A	27/03/2002	51850	167	127.69
LYG6431	54932509A	23/03/2002	51850	167	127.69
LYG6431	54932509A	23/03/2002	59670	203 * V	191.53
LYS6654	54932502A	21/03/2002	51850	167	127.69
LYW0345	54486900A	20/03/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LZY9450	54932506A	21/03/2002	57200	186 * I	127.69
MAV6836	54486486A	26/03/2002	73660	252 * VI	85.12
MEY0540	54932510A	25/03/2002	59320	203 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 149/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 149/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGS3465	54488037A	27/10/2002	65480	229	85.12
BNM6744	54487862A	06/10/2002	55250	181 * XV	85.12
IGO8138	54488039A	27/10/2002	65480	229	85.12
LWX9271	54487875A	20/10/2002	55250	181 * XV	85.12
LXJ6465	54486418A	26/10/2002	60500	208	191.53
LXV1939	54487872A	13/10/2002	60500	208	191.53
LXY7464	54488031A	20/10/2002	65480	229	85.12
LYS4161	54487797A	27/10/2002	69120	232	53.20
LYS4161	54487797A	27/10/2002	70300	244 * I	191.53
LYZ4003	54488034A	22/10/2002	70480	244 * II	191.53
LYZ8746	54486416A	26/10/2002	54520	181 * VIII	127.69
LZC5906	54488033A	22/10/2002	60500	208	191.53
LZW2505	54488038A	27/10/2002	52740	175	191.53
LZW7137	54488032A	20/10/2002	65480	229	85.12
LZX7703	54488036A	27/10/2002	60500	208	191.53
MAF7823	54487874A	16/10/2002	51690	165	957.69
MAF7823	54487873A	16/10/2002	50100	162 * I	574.61
MAI5549	54488030A	18/10/2002	52070	169	53.20
MAW0818	54486415A	25/10/2002	54520	181 * VIII	127.69
MBD8265	54486414A	25/10/2002	55920	1m 182 * III	85.12
MBJ9571	54488035A	22/10/2002	69200	233	127.69
MBZ3207	54488029A	15/10/2002	57380	186 * II	191.53
MCD1652	54486733A	28/10/2002	55410	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 530/2008

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 530/2008

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR2330	55191585B	14/12/2007	65990	230 * V	191.54
MBW4055	55192323B	16/12/2007	50100	162 * I	574.61
MFO2352	55191717B	11/11/2007	51690	165	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 111/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 111/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWR0239	54486878A	09/01/2002	69120	232	53.20
LYE4667	54486238A	13/01/2002	73400	252 * IV	85.12
LYE4667	54486238A	13/01/2002	51850	167	127.69
MCN7450	54486474A	12/01/2002	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 62/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 62/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXD5495	55542351	03/02/2000	65990	230 * V	191.53
LXI3171	55542440	15/03/2000	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXI3171	55542439	15/03/2000	50100	162 * I	574.61
LXS4015	55542437	12/03/2000	72340	250 * I * a	85.12
LYE6637	55541867	27/02/2000	69630	237	127.69
LYE9563	55542434	06/03/2000	50100	162 * I	574.61
LYE9563	55542434	06/03/2000	70300	244 * I	191.53
LYP4994	55542431	03/03/2000	57380	186 * II	191.53
LYQ1420	55542368	07/03/2000	50100	162 * I	574.61
LYQ1420	55542368	07/03/2000	65560	230 * I	191.53
LYR4849	55542432	04/03/2000	51690	165	957.69
LYX1244	55542373	15/03/2000	50100	162 * I	574.61
LYZ4976	55542426	28/02/2000	69470	235	127.69
LZG6075	55542441	16/03/2000	70300	244 * I	191.53
LZP2039	55542063	23/02/2000	55250	181 * XV	85.12
LZV7151	55542422	20/02/2000	57380	186 * II	191.53
MAC2455	55541868	01/03/2000	50100	162 * I	574.61
MAC2455	55541869	01/03/2000	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCA7030	55542428	02/03/2000	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 436/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 436/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAC7405	55601690A	03/05/2007	60500	208
LXA8756	55191608B	25/04/2007	70300	244 * I
LZH9702	55191234B	24/04/2007	74550	218 * I
LZJ4517	55191358B	25/04/2007	51850	167
MAR2931	55190638B	05/05/2007	54100	181 * IV
MAT0017	55191236B	24/04/2007	74550	218 * I
MBA1356	55191363B	08/05/2007	73660	252 * VI
MBJ1062	55191310B	24/04/2007	55500	181 * XVIII
MBJ2312	55191232B	24/04/2007	74630	218 * II
MDO7931	55190249B	22/04/2007	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 326/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 326/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABV3053	55601572A	28/05/2006	55500	181 * XVIII
CMP0175	55601559A	14/05/2006	51690	165
LXE9862	55600499A	18/04/2006	51850	167
LXO2087	55601570A	28/05/2006	55500	181 * XVIII
LZG3880	55601070A	29/06/2006	55410	181 * XVII
LZU9744	55601708A	20/05/2006	60500	208
LZX0704	55600998A	18/06/2006	70480	244 * II
MCF9399	55601701A	11/05/2006	55680	181 * XIX
MGI2006	55601566A	28/05/2006	55680	181 * XIX
MIO3860	55600074A	27/04/2006	51850	167
MIO7550	55601576A	28/05/2006	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 241/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 241/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MBI3653 54487150A 05/10/2004 60500 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.126 361/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.126 361/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LZM0958 55601500A 10/07/2006 69200 233 127.69
LZS6334 55600050A 02/07/2006 65990 230 * V 191.54
MAB4868 55601758A 06/07/2006 67500 230 * XXI 85.13
MBP6777 54488345A 04/08/2006 50450 162 * V 191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 482/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 482/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALJ2643	55191074B	12/04/2007	66610	230 * XII	127.69
MCA2494	55191784B	21/06/2007	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 98/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 98/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LWU7959	54486904A	04/10/2001	69200	233		127.69
LXI0529	54486859A	14/10/2001	65990	230	* V	191.53
LXN6802	54486258A	16/10/2001	60500	208		191.53
LXX1539	54486656A	18/10/2001	50450	162	* V	191.53
LXX2081	54486811A	19/10/2001	58350	195		127.69
LXZ7168	54486454A	10/10/2001	69200	233		127.69
LYE1694	54486855A	10/10/2001	65990	230	* V	191.53
LYF3646	54486854A	10/10/2001	65990	230	* V	191.53
LYI1801	54486509A	15/10/2001	69120	232		53.20
LYN4114	54486659A	19/10/2001	66370	230	* IX	127.69
LYY6267	54486658A	18/10/2001	65990	230	* V	191.53
LYY6267	54486657A	18/10/2001	50100	162	* I	574.61
LZJ3903	54486508A	11/10/2001	62380	218	* II * a	127.69
LZU3821	54486455A	16/10/2001	57200	186	* I	127.69
MBZ1419	54486812A	19/10/2001	50100	162	* I	574.61
MDW6920	54486857A	13/10/2001	69120	232		53.20
MDW6920	54486857A	13/10/2001	51850	167		127.69
MKF1300	54486856A	13/10/2001	51850	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 116/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 116/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAG0954	54486889A	14/02/2002	51850	167	127.69
AGL7684	54486376A	09/02/2002	59670	203 * V	191.53
AMX1668	54486890A	14/02/2002	51850	167	127.69
DAX3251	54487189A	20/02/2002	66370	230 * IX	127.69
IDU4236	54487197A	20/02/2002	60500	208	191.53
LWR8778	54486375A	06/02/2002	61570	214 * IV	127.69
LWS6123	54486374A	04/02/2002	57200	186 * I	127.69

LWT2707	54486290A	08/02/2002	69200	233		127.69
LXC1206	54486289A	05/02/2002	55500	181	* XVIII	85.12
LXC1206	54486289A	05/02/2002	56730	183		85.12
LXK7778	54486537A	14/02/2002	65990	230	* V	191.53
LXR4871	54486292A	20/02/2002	65560	230	* I	191.53
LXU8898	54486378A	20/02/2002	52310	172		85.12
LXY9873	54486291A	20/02/2002	51850	167		127.69
LZD4255	54486288A	04/02/2002	69200	233		127.69
MBB5060	54486287A	31/01/2002	69200	233		127.69
MDB7190	54486684A	10/02/2002	70300	244	* I	191.53
MDB7190	54486685A	10/02/2002	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MFI0080	54487187A	08/02/2002	55500	181	* XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 400/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 400/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKE5499	55602044A	17/12/2006	50100	162 * I	574.61
AKE5499	55602045A	17/12/2006	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CMU7973	55601670A	10/11/2006	51690	165	957.69
MBA2532	55602042A	17/12/2006	50100	162 * I	574.61
MCA6769	55190004B	13/12/2006	65990	230 * V	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 28/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 28/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFI0372	55559285	20/03/1998	51850	167	127.69
BGV1766	55558970	06/04/1998	51850	167	127.69
CCA8516	55559286	20/03/1998	51850	167	127.69
IEL0259	55559325	13/02/1998	62460	218 * II * b	574.61
LWS8146	55559335	17/02/1998	62200	218 * I * b	574.61
LWS8146	55559331	17/02/1998	50100	162 * I	574.61
LXN2872	55559318	13/02/1998	62460	218 * II * b	574.61
LYA6322	55559279	12/02/1998	62460	218 * II * b	574.61
LYA7127	55559353	11/03/1998	64320	223	127.69
LYC3761	55559241	31/01/1998	70300	244 * I	191.53
LYD8631	55559015	05/02/1998	51850	167	127.69
LYE2370	55558960	17/03/1998	65800	230 * IV	191.53
LYG5467	55559017	05/02/1998	51850	167	127.69
LYJ5594	55559351	06/03/1998	55250	181 * XV	85.12
LYZ1831	55559322	13/02/1998	51850	167	127.69
LYZ8021	55559328	17/02/1998	62200	218 * I * b	574.61
LZD7216	55558967	27/03/1998	55410	181 * XVII	53.20
LZJ3730	55559117	06/03/1998	51850	167	127.69
LZW4310	55559315	13/02/1998	62380	218 * II * a	127.69
MAW2600	55559553	12/02/1998	62380	218 * II * a	127.69
MBK6250	55559115	28/02/1998	51850	167	127.69
MBK9650	55559116	28/02/1998	64320	223	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 391/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 391/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BOI1490	55190251B	21/01/2007	55680	181 * XIX
IGW1495	55190017B	21/01/2007	55250	181 * XV
LXJ9207	55601173A	06/01/2007	70640	244 * IV
LYT6714	55602034A	05/12/2006	73660	252 * VI
MCR7357	55190691B	24/01/2007	70480	244 * II
MDL7332	55190763B	20/01/2007	52230	171
MGQ1001	55190696B	26/01/2007	60500	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 424/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 424/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHX5374	55190159B	09/12/2006	72340	250 * I * a	85.13
CTS4069	55190302B	12/01/2007	60500	208	191.54
MAH4894	55601188A	09/02/2007	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1582/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1582/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGJ3341	54881758E	18/10/2014	69120	232
MGJ3341	54881759E	18/10/2014	65992	230 * V
MGJ3341	54881760E	18/10/2014	50100	162 * I
MGJ3341	54881761E	18/10/2014	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 140/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 140/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADH2176	54487770A	04/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
AED1357	54486715A	01/08/2002	55500	181 * XVIII	85.12
AEH3204	54932491A	02/08/2002	69200	233	127.69
CCK5313	54487769A	04/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
LXQ7334	54932490A	27/07/2002	54520	181 * VIII	127.69
MAG4070	54487768A	04/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
MAG4501	54932489A	26/07/2002	67000	230 * XVI	127.69
MDV5520	54487767A	04/08/2002	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 164/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 164/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AAA2405	54486783A	30/01/2003	66100	230	*	VII	127.69
ABZ3390	54488083A	03/02/2003	51850	167			127.69
GMO0211	54488084A	03/02/2003	69120	232			53.20
GYM7297	54486784A	30/01/2003	69120	232			53.20
LXM2782	54486439A	14/02/2003	50100	162	*	I	574.61
LZA7296	54488155A	04/02/2003	69200	233			127.69
LZI9409	54488238A	10/02/2003	55500	181	*	XVIII	85.12
LZW5800	54486438A	07/02/2003	51690	165			957.69
LZX3350	54488081A	30/01/2003	65990	230	*	V	191.53
LZX3350	54488082A	30/01/2003	50100	162	*	I	574.61
LZY0646	54488237A	10/02/2003	59670	203	*	V	191.53
MAM0226	54486785A	08/02/2003	51690	165			957.69
MBK1844	54486786A	11/02/2003	54520	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 623/2014

DECRETO Nº 623/2014, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. GROACIR ANTONIO MARIN, matrícula 524, ocupante do cargo de Professor, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 01 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE NOVEMBRO 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 630/2014

DECRETO Nº 630/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014.
“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 17 de novembro de 2014, a Servidora Pública Municipal Srª. GEZIANE APARECIDA SAIBRO MIRANDOLLI, matrícula 5803, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE NOVEMBRO 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 633/2014

DECRETO Nº 633/2014, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
“ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIALISTA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. LIANE KARINA BRUXEL, matrícula 1517, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 634/2014

DECRETO Nº 634/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. MARI LUCIA SAMPAIO, ocupante do cargo de DIRETORA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O pedido de prorrogação do benefício nº. 6063004932 foi agendado para o dia 09 de dezembro de 2014, podendo a perícia médica do INSS prorrogar ou cessar o benefício..

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 635/2014

DECRETO Nº 635/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"NOMEIA DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeada o Sr. JUVELINO BORGES MARTINS, portador do CPF 767.744.739-20, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR, Padrão "CC", Nível "04", com 44:00 horas/semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 04 de novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 636/2014

DECRETO Nº 636/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"CONTRATA CONSELHEIRA TUTELAR."

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a concessão de férias ao Conselheiro Tutar JOSE ADMIR MARAFON que serão gozadas no período de 19/11/2014 A 18/12/2014;

CONSIDERANDO que o cargo de conselheiro tutelar é de caráter eletivo, tendo como pré-requisito classificação em prova teórica;

CONSIDERANDO a existência de suplentes eleitos através do Processo de Eleição n. 001/CMDCA/2012;

CONSIDERANDO que a primeira suplente eleita não possui interesse em assumir a vaga;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a partir do dia 19 de novembro de 2014, a Sra. SONIA MARY NOVAKOSKI, portadora do RG n. 1.071.306-9 e CPF n. 501.938.219-15 para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR com 40:00 horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 637/2014

DECRETO Nº 637/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Conselheiro Tutelar Sr. JOSE ADMIR MARAFON, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, para serem gozadas de 19 de novembro de 2014 a 18 de dezembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 651/2014

DECRETO Nº 651/2014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 01 de dezembro de 2014, a servidora MARLI TEREZINHA DARTORA FRANZEN ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

652/2014

DECRETO Nº 652/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a partir do dia 01 de dezembro de 2014, o servidor ROBERTO BARBOSA ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 653/2014

DECRETO Nº 653/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCIO JOSE CHIBICHESKI, Matrícula 5726, ocupante do cargo de GESTOR DE CONVENIOS E CONTRATOS, lotado na Secretaria Municipal de Administração e fazenda, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014 para serem gozadas de 20 de janeiro de 2015 a 18 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 654/2014

DECRETO Nº 654/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. MARIZA LOPES PIMENTEL, Matrícula 5758, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de dezembro de 2013 a 30 de novembro de 2014, para serem gozadas de 05 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 655/2014

DECRETO Nº 655/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CATARINA IVANIR CORONETTI, Matrícula 773, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2012 a 06 de abril de 2013, para serem gozadas de 05 de dezembro de 2014 a 03 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 656/2014

DECRETO Nº 656/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir do dia 01 de dezembro de 2014, a Servidora Pública Municipal Srª. CLEONICE VIEIRA DOS SANTOS, matrícula 1421, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 44:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 657/2014

DECRETO Nº 657/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
"EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 19 de dezembro de 2014, a CONSELHEIRA TUTELAR Srª. SONIA MARY NOVAKOSKI, em virtude do retorno das férias do Conselheiro Tutelar titular Sr. José Admir Marafon.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 657/2014

DECRETO Nº 657/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
"EXONERA CONSELHEIRA TUTELAR".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir do dia 19 de dezembro de 2014, a CONSELHEIRA TUTELAR Srª. SONIA MARY NOVAKOSKI, em virtude do retorno das férias do Conselheiro Tutelar titular Sr. José Admir Marafon.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 658/2014

DECRETO Nº 658/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GELSO JOSE ANSEMI, Matrícula 747, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 658/2014

DECRETO Nº 658/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. GELSO JOSE ANSELMI, Matrícula 747, ocupante do cargo de MOTORISTA DE AMBULANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, para serem gozadas de 03 de janeiro de 2015 a 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 663/2014

DECRETO Nº 663/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. VANDERLEI ZANATTA, Matrícula 6035, ocupante do cargo de ASSESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Administração e fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 14 de janeiro de 2013 a 13 de janeiro de 2014 para serem gozadas de 01 de dezembro de 2014 a 15 de dezembro de 2014.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 659/2014

DECRETO Nº 659/2014, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

"INTERROMPE LICENÇA SEM VENCIMENTO".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, e demais legislação de regência e,

Considerando o pedido de retorno da servidora pública MARILENE SAMPAIO VOSS ao serviço público, através do requerimento em anexo, para fins de atuação junto a Secretaria Municipal a qual está lotada;

Considerando que o artigo 100, § 3º. do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, autoriza a interrupção da Licença Para Tratar Assuntos Particulares, a qualquer tempo, exclusivamente, no interesse da Administração;

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida a partir do 05 de janeiro de 2015, a Licença para Tratar de Assuntos Particulares, da Funcionária Pública Municipal Sra. MARILENE SAMPAIO VOSS, Matrícula 231, AGENTE ADMINISTRATIVO, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 662/2014

DECRETO Nº 662/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias ao Servidor Público Municipal Sr. MARCIO JOSE CHIBICHESKI, Matrícula 5726, ocupante do cargo de GESTOR DE CONVENIOS E CONTRATOS, lotado na Secretaria Municipal de Administração e fazenda, por um período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 01 de novembro de 2012 a 31 de outubro de 2013 para serem gozadas de 05 de janeiro de 2015 a 19 de janeiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 661/2014

DECRETO Nº 661/2014, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

"EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o falecimento da servidora ocorrido em 24 de novembro de 2014.

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora pública municipal Srª. MARI LUCIA SAMPAIO, ocupante do cargo de DIRETORA, lotada na secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 27 DE NOVEMBO 2014.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo**PREFEITURA****MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 060/2014 PMPB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 060/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por lote;

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de show pirotécnico com queima de fogos de artifício no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 11/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 11/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 27 de novembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União**PREFEITURA****RESOLUÇÃO Nº 005/2014 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 005, de 27 de novembro de 2014.

Dispõe Deliberação de Recursos para Capacitação de Conselheira de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de Porto União (SC), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, em Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 27 de novembro de 2014, ata de nº 152, Considerando que o Conselho Tutelar constitui-se órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, tendo sido concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para desjudicializar e agilizar o atendimento prestado à população infanto-juvenil;

Considerando a necessidade do estabelecimento dos parâmetros de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional, que ocorrerá em 4 de outubro de 2015, em conformidade com as disposições previstas no Art. 139 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), com redação dada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012;

Considerando que a publicação da Lei Federal nº 12.696/12 promoveu diversas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, na parte relativa ao Conselho Tutelar, porém não estabeleceu disposições transitórias, abrindo interpretações de como se dará o primeiro processo de escolha unificada dos conselheiros tutelares, principalmente quanto à transição dos mandados de 3 para 4 anos;

Considerando os parâmetros gerais de transição para fins de regulamentação do processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional, conforme as disposições previstas na Lei nº 12.696/12 que alterou a Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando que os Municípios e o Distrito Federal deverão realizar através do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, conforme previsto no art. 139 da Lei nº 8.069, de 1990, com redação dada pela Lei nº 12.696 de 2012, observando os seguintes parâmetros:

I - O primeiro processo de escolha unificado de conselheiros tutelares em todo território nacional dar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, com posse no dia 10 de janeiro de 2016;

II - Os conselheiros tutelares empossados no ano de 2013 terão mandato extraordinário até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, conforme disposições previstas na Lei nº 12.696/12,

RESOLVE:

Prorrogar o mandato dos atuais Conselheiros Tutelares até 09 de janeiro de 2016.

Porto União (SC), 27 de novembro de 2014.

CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK

Presidente do CMDCA

DECRETO Nº 581/2014

DECRETO Nº 581, de 12 de novembro de 2014.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2015", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2015 é o seguinte:

JANEIRO - 2015

Dia 1º (Quinta-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

FEVEREIRO - 2015

Dia 17 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 18 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até 12:00 horas

ABRIL - 2015

Dia 03 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

Dia 05 (Domingo) Páscoa - Feriado Nacional

Dia 21 (Terça-feira) Tiradentes - Feriado Nacional

MAIO - 2015

Dia 1º (Sexta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

JUNHO - 2015

Dia 04 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

SETEMBRO - 2015

Dia 05 (Sábado) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Segunda-feira) Independência do Brasil - Feriado Nacional

OUTUBRO - 2015

Dia 07 (Quarta-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo

Padroeira do Município Dia 12 (Segunda-feira) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional

Dia 28 (Quarta-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

NOVEMBRO - 2015

Dia 02 (Segunda-feira) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Domingo) Proclamação da República - Feriado Nacional

DEZEMBRO - 2015

Dia 25 (Sexta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 12 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 612/2014

DECRETO Nº 612, de 26 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.290, de 26 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais):

ÓRGÃO ORÇÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2103 – Proteção Alta Complexidade I		
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	19	60.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		60.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, na Fonte 170.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 613/2014

DECRETO Nº 613, de 27 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manuten- ção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	13	35.000,00
	TOTAL DA SU- PLEMENTAÇÃO		35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ÓRGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2010 – Manuten- ção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	14	35.000,00
	TOTAL DA ANU- LAÇÃO		35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 614/2014

DECRETO Nº 614, de 27 de novembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.289, de 26 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 1.230.000,00 (Um milhão, duzentos e trinta mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2066 – Manuten- ção da Atenção Básica		
MODALIDADE	3190 – 103 – Aplicações Diretas	04	1.000.000,00
MODALIDADE	3390 – 103 – Aplicações Diretas	06	230.000,00
	TOTAL DA SU- PLEMENTAÇÃO		1.230.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
PROJETO	1001 – Aquisição de Imóveis		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	20	38.000,00
PROJETO	1004 – Cons- trução Pontes e Bueiros		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	86	190.000,00
PROJETO	1008 – Cons- trução Ginásio/ Campos/Canchas Esportivas		
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	98	108.000,00
PROJETO	1009 – Constr- ução/Instalação de Praças, Parques e Jardins		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	54	100.000,00
PROJETO	1010 – Implan- tação/Ampliação Cemitérios e Ca- pelas Mortuárias		

MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	47	90.000,00
PROJETO	1012 – Pavi- mentação Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 173 – Aplicações Diretas	32	634.000,00
PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	90	70.000,00
TOTAL DA ANU- LAÇÃO			1.230.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 27 de novembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

PORTARIA N.º 1142/2014 - RH

PORTARIA Nº 1142 de 20 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Anderson Oscar Leandro dos Santos, aprovado em 23º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio - GA, Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 19 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1143/2014 - RH

PORTARIA Nº 1143 de 21 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Silvio Moreira de Castilho das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 21 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1144/2014 - RH

PORTARIA Nº 1144 de 24 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de Bernard Michael Damasceno das funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 24 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1145/2014 - RH

PORTARIA Nº 1145 de 25 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Marilza Aparecida dos Santos Amaral do emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1146/2014 - RH

PORTARIA Nº 1146, de 26 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PREMIO a partir de 26 de novembro de 2014, referente ao período aquisitivo de julho de 2008 a julho de 2013, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Unico para os servidores Públicos do Município, ao servidor Silvio Luciano Moraes, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 26 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 102/2014 - RH

Edital de convocação 102/2014

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionada, APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/20103 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 24/11/2014 à 28/11/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o

cargo;

- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocópia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocópia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE ADMINISTRATIVO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ROBERTO CONSENTINS TORMA	9º		

Porto União (SC), 24 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 008/2014/FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014/FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA CESSÃO DE USO ÀS ENTIDADES DE ALTA COMPLEXIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/12/2014, às 08:00h, no endereço abaixo
CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 11/12/2014 no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 27 de novembro de 2014
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CLAUDIA MARA FRONZA DA SILVA
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 1201/2014

PORTARIA Nº. 1201/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Procuradoria Geral do Município, a partir de 28/10/2014, o servidor FREDERICO MACHADO HEISSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, e Memorando nº 393/2014 da Procuradoria Jurídica.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de novembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csfv

EDITAL DE FÉRIAS 2014

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
EDITAL

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES COMUNICA PELO PRESENTE EDITAL O PERÍODO DE FÉRIAS REGIMENTAIS DESTE CONSELHO DE ACORDO COM O INCISO X DO

ARTIGO 5º DO REGIMENTO:

16 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE JANEIRO DE 2015.

Rio do Sul, 28 de Novembro de 2014.
ALDO NESTOR SIEBERT
PRESIDENTE CMC

LEILÃO 166/2014

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 166/2014.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE rio do sul.

O município de RIO DO SUL, SC, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160 900, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.574/0001-06, Telefone (47) 3531 1200, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09:00 horas do dia 17 de DEZEMBRO de 2014, tendo como local o CENTRO DE EVENTOS HERMANN PURNHAGEN, Pavilhão 02, Rua Wenceslau Borini, nº 2950, B. Cana Galo, Rio do Sul, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis: LOTE 01: 01 CAMIONETA VW/KOMBI, ano/modelo 1997, Placas LYR 2403, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.400,00. LOTE 02: 01 FIAT/STRADA, ano/modelo 2002, Placas MCJ 8802, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 5.100,00. LOTE 03: 01 FIAT/UNO MILLE FIRE, ano/modelo 2005, Placas MFC 6512, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 4.500,00. LOTE 04: 01 CAMIONETA FORD/ECOSPORT XLS 1.6 FLEX, ano 2006, modelo 2007, Placas MIC 8573, cor prata, Álcool/Gasolina. LANCE INICIAL R\$ 10.600,00. LOTE 05: 01 MOTONIVELADORA CARTEPILAR 120 B, ano 1972. LANCE INICIAL R\$ 7.500,00. LOTE 06: 01 MOTONIVELADORA HWB 165 S, ano 1978. LANCE INICIAL R\$ 8.000,00. LOTE 07: 01 PÁ CARREGADEIRA FIAT ALLIS FR 12, ano 1990. LANCE INICIAL R\$ 30.000,00. LOTE 08: 01 TRATOR MISTO M.A./MULLER, ano/modelo 1988, Placas LWR 8474, cor amarela, Diesel. LANCE INICIAL R\$ 22.500,00. LOTE 09: 01 RETROESCAVADEIRA JCB 214 S, ano 2002. LANCE INICIAL R\$ 25.000,00. LOTE 10: 01 CAÇAMBA BECKER PARA CAMINHÃO TOCO 6 m³, cor branca. LANCE INICIAL R\$ 1.000,00. LOTE 11: 01 CAÇAMBA BECKER PARA CAMINHÃO TRUCK 10 m³, cor azul. LANCE INICIAL R\$ 3.000,00. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.JULIORAMOS.COM.BR ou WWW.RIODOSUL.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (47) 3531 1200 ou 3531 1312, na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

RIO DO SUL (SC), 27 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2014

DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 058/2014

O Município de Rio do Sul (SC), Fundo Municipal de Saúde, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Construção de Academia ao Ar Livre, Bairro Navegantes em Rio do Sul
Valor: R\$ 80.864,22 (oitenta mil e oitocentos e sessenta e quatro

reais e vinte e dois centavos)
Contratado: Metro Cúbico Engenharia - EIRELLI - EPP
Recursos: Próprio e União
Dotação: 40.01.44905198

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso V da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Rio do Sul, 28 de novembro de 2014
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Dr. LUIZ CARLOS ZANIS
Secretário Municipal de Saúde
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1218/2014

PORTARIA Nº. 1218/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 28/11/2014, a servidora SALETE ALVES PAES, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível "A", lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores, Memorando nº 205/2014 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Memorando nº 562/2014 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

RESUMO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400086-98/14

RESUMO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0400086-98/14

TOMADOR: Município de Rio do Sul/SC
AGENTE FINANCEIRO: Caixa Econômica Federal
OBJETO: Recursos com objetivo atender a população no âmbito do Programa Pró-Transporte.
Valor: Financiamento R\$ 8.017.787,38 (oito milhões e dezessete mil e setecentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos).
Contrapartida R\$ 445.432,63 (quatrocentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e três centavos).
Total do Investimento R\$ 8.463.220,01 (oito milhões e quatrocentos e sessenta e três mil e duzentos e vinte reais e um centavos)
Prazo de Carência: 34 (trinta e quatro) meses.
Desembolso: 24 (vinte e quatro) meses.
Amortização. 240 (duzentos e quarenta) meses.

Recurso: CEF e Município.
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Blumenau, 16 de abril de 2014.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO 024/2014

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Emilio cesar Tschumi	Xxx.367.329-xx	146707
CLT Administradora e Incorporadora de Imóveis Ltda	xx.929.273/0001-xx	146702
Leonor Coth	Xxx.002.589-xx	148039
Heladio Dias	Xxx.250.809-xx	146174
Miriam Fronza	Xxx.017.539-xx	146784
Flavio Luis Schlatter	Xxx.169.799-xx	146684
Natal Pandini	Xxx.283.429-xx	146362

Rio do Sul, 28 de Novembro de 2014.
LEONICE WITTE
Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO
Secretário Municipal da Fazenda Interino

Salto Veloso

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA Nº 288/2014

Errata - Portaria Nº 288/2014

ERRATA

Informamos que a "PORTARIA N.º 288/2014", foi publicada com erro na edição 1611, veiculada em 10 de Novembro de 2014, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº. 288/2014

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei 0016/2010 de 23/12/2010, Anexo I, Quadro de Pessoal do Município,

Resolve:

Artigo 1º. Conceder a Função Gratificada - FG-4, para o servidor FERNANDO RECH, para exercer as funções de Responsável pela Manutenção da Frota do Transporte Escolar.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 03 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 290/2014

PORTARIA Nº. 219/2014

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. TEREZINHA TERCI DOS SANTOS, pelo período de 17/11/2014 a 17/06/2015, correspondente a 213 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 291/2014

PORTARIA Nº. 291/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 24 de Novembro de 2014 a 23 de Março de 2014, a servidora ANA CELIA DE OLIVEIRA, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, em 24 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 292/2014

PORTARIA Nº. 292/2014

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 24 de Novembro de 2014 a 21 de Fevereiro de 2015, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor VALDIR MAFIOLETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Operador de Máquina Classe I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 24 de Novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 083/2014

DECRETO Nº 083/2014, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

regulamenta O CARTÃO CORPORATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, PARA PAGAMENTO DE DESPESAS REALIZADAS EM REGIME DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso/SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 88, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de aprimoramento do sistema de compras e pagamentos de bens e serviços necessários ao desenvolvimento de atividades administrativas do poder público municipal;

Considerando a relevância da nova sistemática de pagamento, que permita o monitoramento dos pequenos gastos, aumente a transparência do processo, reduza os custos e desburocratize o controle das despesas da gestão pública, contribuindo para uma maior eficiência da administração;

Considerando o estabelecido na Lei Municipal 965/1999, de 19 de agosto de 1999 e suas Alterações;

DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado o cartão corporativo do Município de Salto Veloso, como forma de pagamento em Regime de Adiantamento, de pequenas despesas, estabelecidas no art. 4º, da Lei Municipal nº 965/99, as quais não possam subordinar-se ao processo normal de empenhamento.

Parágrafo único. O cartão corporativo é instrumento de pagamento emitido em nome da unidade gestora, que será operacionalizado por instituição financeira oficial, responsável pelo gerenciamento da conta, e utilizado exclusivamente pelo titular, servidor público municipal, nela identificado, nos limites estabelecidos neste Decreto.

Art. 2º - Compete ao Secretário Municipal de Administração e Finanças utilizar e autorizar o uso do cartão corporativo pelos demais servidores públicos municipais, observados os critérios de conveniência e oportunidade da administração pública.

Art. 3º - O cartão corporativo poderá ser utilizado para pagamento de despesas, desde que observados o limite legal imposto pelo artigo 3º, da Lei Municipal 965/99.

Art. 4º - A prestação de contas do recurso autorizado deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do adiantamento autorizado.

Parágrafo único. O saldo remanescente do cartão deverá ser revertido à conta do tesouro municipal, pela instituição financeira operadora do cartão corporativo.

Art. 5º - Compete ao titular do cartão corporativo:

I - Usar pessoalmente, não o podendo transferir para outra pessoa;

II - Utilizar os recursos do cartão somente para as hipóteses previstas no art. 4º, da Lei 965/1999, devendo observar rigorosamente o valor de mercado do bem ou serviço a ser adquirido;

III - Providenciar o registro de ocorrência policial e a imediata comunicação à central de atendimento da instituição administradora nas hipóteses de roubo, furto, perda ou extravio do cartão corporativo;

IV - Exigir a emissão de nota fiscal, recibo ou outros documentos comprobatórios de despesas do fornecedor de bens ou prestador do serviço, sem que haja qualquer rasura, borrão ou ausência de preenchimento do documento;

V - Encaminhar ao setor de controle interno os comprovantes de despesas realizadas, na forma do exercício anterior;

VI - Apresentar acessoriamente outros documentos que entender necessário, que justifique o uso do cartão corporativo.

Art. 6º - O titular do cartão corporativo que o utilizar para outros fins que não os previstos neste Decreto deverá efetuar o ressarcimento dos respectivos valores, mediante depósito identificado na conta movimento do município, sem prejuízo as sanções administrativas.

Art. 7º - Não será admitida a cobrança de taxa de adesão de manutenção ou anuidade ou de quaisquer outras despesas decorrentes da obtenção ou de uso do cartão corporativo.

Art. 8º - A concessão do adiantamento por meio do cartão corporativo obedecerá aos estágios da despesa empenho, liquidação, pagamento e prestação de contas, na forma da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 28 de novembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 293/2014

PORTARIA Nº. 293/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora DANIELA DE OLIVEIRA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 294/2014

PORTARIA Nº. 294/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora EDIANA CASTANHEIRO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/07/2013 a 21/07/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 295/2014

PORTARIA Nº. 295/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido

de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora LUCILEIA LOCATELLI ZANELA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 22/07/2013 a 21/07/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 296/2014

PORTARIA Nº. 296/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARISA DOS SANTOS, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/07/2013 a 30/06/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 297/2014

PORTARIA Nº. 297/2014

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 01 de dezembro de 2014 a 30 de dezembro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ZURIEL MARCO AZZOLINI BUSSI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/07/2013 a 01/07/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Dezembro de 2014.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 93/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2014

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para Aquisição de 01 (uma) máquina de empacotamento automático, envase em filme PEBED, polietileno, por injeção temporizada, construída em aço inox 304, produção mínima de 1000 embalagens/hora, com volume de 100 a 1000 ml, com tanque em aço inox capacidade mínima de 100 litros, datador com acionamento pneumático, controlador de temperatura, fotocélula que possibilita detectar as marcas no filme a fim de produzir na embalagem uma impressão individual e centralizada. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h45min. do dia 11 de dezembro de 2014, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00h do mesmo dia. Cópia de edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113. E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 28 de novembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

RREO 5º BIMESTRE 2014

Página: 1 de 8
28/11/2014 07:32

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		RECEITAS DO ENSINO				R\$ 1,00	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	(b)	(c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS		212.211,57	212.211,57	46.299,73	208.753,33	98,37	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		22.323,05	22.323,05	104,25	27.288,67	122,15	
1.1.1-IPTU		17.368,19	17.368,19	86,88	23.967,29	138,00	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		1.945,38	1.945,38	17,37	3.702,93	190,34	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU		2.112,30	2.112,30	-	241,64	11,44	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		897,18	897,18	-	1.057,34	117,85	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU		-	-	-	1.700,53		
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		28.432,49	28.432,49	14.061,00	44.797,00	157,56	
1.2.1-ITBI		28.432,49	28.432,49	14.061,00	44.797,00	157,56	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		-	-	-	-		
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI		-	-	-	-		
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		-	-	-	-		
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI		-	-	-	-		
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		85.864,37	85.864,37	13.426,90	49.159,47	57,25	
1.3.1-ISS		84.727,35	84.727,35	13.426,90	49.159,47	58,02	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		486,58	486,58	-	-		
1.3.3-Dívida Ativa do ISS		292,23	292,23	-	-		
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		358,21	358,21	-	-		
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS		-	-	-	-		
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		75.591,66	75.591,66	18.707,58	87.528,19	115,79	
1.4.1-IRRF		75.591,66	75.591,66	18.707,58	87.528,19	115,79	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		-	-	-	-		
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF		-	-	-	-		
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF		-	-	-	-		
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF		-	-	-	-		
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (Cf. art. 153 §4º, inciso III)		-	-	-	-		
1.5.1-ITR		-	-	-	-		
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR		-	-	-	-		
1.5.3-Dívida Ativa do ITR		-	-	-	-		
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR		-	-	-	-		
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR		-	-	-	-		

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					(c)=(b/a)×100
2.1-Cota-Parte FPM	8.698.229,49	8.698.229,49	1.265.769,65	7.036.110,62	80,89
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.990.524,35	5.990.524,35	764.586,78	4.621.872,40	77,15
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	5.990.524,35	5.990.524,35	764.586,78	4.621.872,40	77,15
2.2-Cota-Parte ICMS	2.577.146,14	2.577.146,14	468.385,45	2.212.181,69	85,84
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	14.749,18	14.749,18	1.902,72	8.562,24	58,05
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	45.075,93	45.075,93	6.939,03	33.718,92	74,80
2.5-Cota-Parte ITR	1.289,85	1.289,85	1.275,47	58.814,57	4.559,80
2.6-Cota-Parte IPVA	69.444,04	69.444,04	22.680,20	100.960,80	145,38
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	8.910.441,06	8.910.441,06	1.312.069,38	7.244.863,95	81,31

Página: 3 de 8
28/11/2014 07:32

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		-	-	-	-	-
5.1 - Transferências do Salário-Educação		194.645,63	194.645,63	37.007,18	153.951,61	79,09
5.2 - Transferências Diretas - PDDE		63.046,71	63.046,71	16.624,99	83.480,35	132,41
5.3 - Transferências Diretas - PNAE		3.220,00	3.220,00	-	720,00	22,36
5.4 - Transferências Diretas - PNATE		28.025,91	28.025,91	4.800,00	19.200,00	68,51
5.5 - Outras Transferências do FNDE		97.504,54	97.504,54	12.701,68	44.455,88	45,59
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE		-	-	-	-	-
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.848,47	2.848,47	2.880,51	6.095,38	213,99
6.1 - Transferências de Convênios		772.000,00	772.000,00	34.982,72	315.169,06	40,83
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios		770.070,10	770.070,10	33.336,20	307.891,87	39,98
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.929,90	1.929,90	1.646,52	7.277,19	377,08
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)		966.645,63	966.645,63	71.989,90	469.120,67	48,53
FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		1.719.645,91	1.719.645,91	253.153,58	1.407.220,34	81,83
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)		1.198.104,87	1.198.104,87	152.917,32	924.374,24	77,15
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)		495.429,23	495.429,23	93.676,93	442.435,52	89,30
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)		2.949,84	2.949,84	380,54	1.712,43	58,05
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)		9.015,19	9.015,19	1.387,81	6.743,79	74,80
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))		257,97	257,97	255,07	11.762,87	4.559,78
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)		13.888,81	13.888,81	4.535,91	20.191,49	145,38
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		643.058,84	643.058,84	156.180,39	756.624,13	117,66
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		640.433,84	640.433,84	154.013,36	752.176,94	117,45
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB		-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB		2.625,00	2.625,00	2.167,03	4.447,19	169,42
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)		-1.079.212,07	-1.079.212,07	-99.140,22	655.043,40	60,70

Página: 4 de 8
28/11/2014 07:32

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		(f)=(e/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	385.835,20	388.428,34	-	370.744,73	95,45
13.1-Com Educação Infantil	31.800,00	31.800,00	-	30.328,46	95,37
13.2-Com Ensino Fundamental	354.035,20	356.628,34	-	340.416,27	95,45
14-OUTRAS DESPESAS	257.223,64	257.223,64	25.305,68	127.645,57	49,62
14.1-Com Educação Infantil	23.000,00	23.000,00	-	990,00	4,30
14.2-Com Ensino Fundamental	234.223,64	234.223,64	25.305,68	126.655,57	54,07
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	643.058,84	645.651,98	25.305,68	498.390,30	77,19
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB			VALOR		
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					
16.1 - FUNDEB 60%					
16.2 - FUNDEB 40%					
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					
17.1 - FUNDEB 60%					
17.2 - FUNDEB 40%					
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)					
INDICADORES DO FUNDEB			VALOR		
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-{16.1+17.1})/({11}x100)%					
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-{16.2+17.2})/({11}x100)%					
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-{19.1+19.2})%					

Página: 6 de 8
28/11/2014 07:32

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)				R\$ 1,00	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					2.593,14
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					2.593,14
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)×100
		(a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.227.610,27	2.227.610,27	328.017,35	1.811.215,99	81,31
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		(f)=(e/d)×100
		(d)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	179.000,00	183.700,00	21.411,24	134.616,97	73,28
23.1-Creche	179.000,00	183.700,00	21.411,24	134.616,97	73,28
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	54.800,00	54.800,00	-	31.318,46	57,15
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	124.200,00	128.900,00	21.411,24	103.298,51	80,14
23.2-Pré-Escola	-	-	-	-	
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-	
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	-	-	-	
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.173.233,57	1.457.326,71	222.759,05	1.212.781,19	83,22
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	588.258,84	590.851,98	25.305,68	467.071,84	79,05
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	584.974,73	866.474,73	197.453,37	745.709,35	86,06
25-ENSINO MÉDIO	45.000,00	25.407,16	2.092,50	6.277,50	24,71
26-ENSINO SUPERIOR	46.000,00	-	-	-	
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-	
28-OUTRAS	30.640,16	62.024,28	7.661,15	39.416,65	63,55
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	1.473.873,73	1.728.458,15	253.923,94	1.393.092,31	80,60

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-655.043,40
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	4.447,19
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	2.593,14
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)	-648.003,07
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	1.995.401,23
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31X100))%	27,54

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	64.376,23	90.627,74	4.191,50	50.125,32	55,31
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	902.269,40	1.553.445,91	68.666,32	194.585,46	12,53
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	966.645,63	1.644.073,65	72.857,82	244.710,78	14,88
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	2.440.519,36	3.372.531,80	326.781,76	1.637.803,09	48,56
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	R\$ 1,00
		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.593,14
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		752.176,94
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		493.198,26
49.1-Orçamentário do Exercício		493.198,26
49.2-Restos a Pagar		-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		4.447,19
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		266.019,01

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 28/Nov/2014, 07h e 21m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

JACOB GILMAR JUNGES IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

Página: 1 de 3
28/11/2014 07:29

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	212.211,57	212.211,57	208.753,33	98,37
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	17.368,19	17.368,19	22.266,76	128,20
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	28.432,49	28.432,49	44.797,00	157,55
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	84.727,35	84.727,35	49.159,47	58,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	75.591,66	75.591,66	87.528,19	115,79
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.431,96	2.431,96	3.702,93	152,26
Dívida Ativa dos Impostos	2.404,53	2.404,53	241,64	10,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.255,39	1.255,39	1.057,34	84,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	8.698.229,49	8.698.229,49	7.036.110,62	80,89
Cota-Parte FPM	5.990.524,35	5.990.524,35	4.621.872,40	77,15
Cota-Parte ITR	1.289,85	1.289,85	58.814,57	4.559,79
Cota-Parte IPVA	69.444,04	69.444,04	100.960,80	145,38
Cota-Parte ICMS	2.577.146,14	2.577.146,14	2.212.181,69	85,83
Cota-Parte IPI-Exportação	45.075,93	45.075,93	33.718,92	74,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	14.749,18	14.749,18	8.562,24	58,05
Desoneração ICMS (LC 87/96)	14.749,18	14.749,18	8.562,24	58,05
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	8.910.441,06	8.910.441,06	7.244.863,95	81,30

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	957.650,25	974.697,11	544.969,20	55,91
Provenientes da União	644.857,82	661.904,68	480.142,20	72,53
Provenientes dos Estados	122.792,43	122.792,43	64.827,00	52,79
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	190.000,00	190.000,00	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.665,98	1.665,98	4.255,29	255,42
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	959.316,23	976.363,09	549.224,49	56,25

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	1.682.196,98	2.189.102,64	1.868.481,70	85,35	1.573.177,88	71,86
Pessoal e Encargos Sociais	660.100,00	1.108.487,94	962.100,59	86,79	886.599,93	79,98
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.022.096,98	1.080.614,70	906.381,11	83,87	686.577,95	63,53
DESPESAS DE CAPITAL	290.000,00	813.683,19	209.619,49	25,76	125.005,48	15,36
Investimentos	290.000,00	813.683,19	209.619,49	25,76	125.005,48	15,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	1.972.196,98	3.002.785,83	2.078.101,19	69,20	1.698.183,36	56,55

Página: 2 de 3
28/11/2014 07:29

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	974.697,11	1.689.289,95	786.296,80	37,83	593.229,20	34,93
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	974.697,11	1.683.042,96	780.662,79	37,56	593.229,20	34,93
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	6.246,99	5.634,01	0,27	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	974.697,11	1.689.289,95	786.296,80	37,83	593.229,20	34,93
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	997.499,87	1.313.495,88	1.291.804,39	62,16	1.104.954,16	65,06
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					15,25	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100]6					18.224,56	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

Página: 3 de 3
28/11/2014 07:29

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	1.928.976,98	2.924.326,83	2.051.028,79	98,70	1.671.110,96	98,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	-	-	-	-	-	-
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	24.220,00	34.220,00	23.098,40	1,11	23.098,40	1,36
Vigilância Epidemiológica	19.000,00	44.239,00	3.974,00	0,19	3.974,00	0,23
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.972.196,98	3.002.785,83	2.078.101,19	100,00	1.698.183,36	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 28/Nov/2014, 07h e 23m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

JACOB GILMAR JUNGES IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	13.449.756,66	13.472.003,52	1.502.910,56	11,16	8.866.278,60	65,81
Receitas Correntes	9.503.848,87	9.526.095,73	1.466.576,56	15,40	7.944.209,28	83,39
Receita Tributária	219.749,81	219.749,81	46.823,46	21,31	214.857,98	97,77
Impostos	206.119,69	206.119,69	46.282,36	22,45	203.751,42	98,85
Taxas	13.630,12	13.630,12	541,10	3,97	11.106,56	81,49
Receita De Contribuição s	28.624,20	28.624,20	7.623,74	26,63	27.574,10	96,33
Contribuição para o Cus do Serv. Ilum. P	28.624,20	28.624,20	7.623,74	26,63	27.574,10	96,33
Receita Patrimonial	61.829,40	61.964,40	23.490,58	37,91	96.645,42	155,97
Receitas De Valores Mobiliarios	61.829,40	61.964,40	23.490,58	37,91	96.645,42	155,97
Receita De Servicos	142.994,12	142.994,12	11.030,53	7,71	73.170,23	51,17
Transferencias Correntes	9.026.861,42	9.048.973,28	1.374.071,23	15,18	7.491.470,15	82,79
Transferencias Intergovernamentais	9.016.461,42	9.033.508,28	1.367.340,81	15,14	7.475.826,83	82,76
Transferencias De Convênios	10.400,00	15.465,00	6.730,42	43,52	15.643,32	101,15
Outras Receitas Correntes	23.789,92	23.789,92	3.537,02	14,87	40.491,40	170,20
Multas E Juros De Mora	6.946,77	6.946,77	229,42	3,30	8.318,92	119,75
Indenizac s E Restituic s	8.820,00	8.820,00	2.674,00	30,32	26.385,80	299,16
Receita Da Dívida Ativa	4.906,20	4.906,20	6,00	0,12	1.351,21	27,54
Receitas Correntes Diversas	3.116,95	3.116,95	627,60	20,14	4.435,47	142,30
Receitas De Capital	3.945.907,79	3.945.907,79	36.334,00	0,92	922.069,32	23,37
Operac s De Credito	-	-	-	-	-	-
Alienacao De Bens	55.000,00	55.000,00	20.500,00	37,27	20.500,00	37,27
Alienacao De Bens Moveis	55.000,00	55.000,00	20.500,00	37,27	20.500,00	37,27
Transferencias De Capital	3.890.907,79	3.890.907,79	15.834,00	0,41	901.569,32	23,17
Transferencias Intergovernamentais	-	-	-	-	99.100,00	-
Transferências de Convênios	3.890.907,79	3.890.907,79	15.834,00	0,41	802.469,32	20,62

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Outras Receitas De Capital	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(II+I)	13.449.756,66	13.472.003,52	1.502.910,56	11,16	8.866.278,60	65,81	4.605.724,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(IV)=(III+IV)	13.449.756,66	13.472.003,52	1.502.910,56	11,16	8.866.278,60	65,81	4.605.724,92
DÉFICIT(V)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	13.449.756,66	13.472.003,52	1.502.910,56	11,16	8.866.278,60	65,81	4.605.724,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	789.240,84	-	-	311.233,59	-	-
Superávit Financeiro	-	789.240,84	-	-	311.233,59	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-

Município de Sta Terezinha do Progresso-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	(F-g)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	13.472.003,52	2.512.609,35	15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.352.622,33	52,25	7.631.990,54
Despesas Correntes	8.501.173,59	845.145,46	9.346.319,05	944.811,17	8.077.679,61	1.336.728,84	7.187.840,48	76,91	2.158.478,57
Pessoal E Encargos Sociais	3.751.766,32	877.813,61	4.629.579,93	715.479,72	4.042.243,39	805.005,38	3.928.308,07	84,85	701.271,86
Juros E Encargos Da Dívida	80.000,00	3.463,88	83.463,88	10.838,95	77.285,99	10.838,95	77.285,99	92,60	6.177,89
Outras Despesas Correntes	4.669.407,27	-36.132,03	4.633.275,24	218.492,50	3.958.150,23	520.884,51	3.182.246,42	68,68	1.451.028,82
Despesas De Capital	4.890.829,93	1.732.102,06	6.622.931,99	149.307,29	1.299.943,95	121.763,28	1.164.781,85	17,59	5.458.150,14
Investimentos	4.648.829,93	1.522.230,96	6.171.060,89	90.522,29	997.522,83	62.978,28	868.732,82	14,08	5.302.328,07
Inversões Financeiras	-	120.000,00	120.000,00	-	-	-	-	-	120.000,00
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	242.000,00	89.871,10	331.871,10	58.785,00	302.421,12	58.785,00	296.049,03	89,21	35.822,07
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00	-64.638,17	15.361,83	-	-	-	-	-	15.361,83
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)(VIII+IX)	13.472.003,52	2.512.609,35	15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.352.622,33	52,25	7.631.990,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	13.472.003,52	2.512.609,35	15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.352.622,33	52,25	7.631.990,54
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	513.656,27	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	13.472.003,52	2.512.609,35	15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.866.278,60	55,47	7.631.990,54

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 28/Nov/2014, 07h e 19m.

JACOB GILMAR JUNGES IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL
PREFEITO MUNICIPAL CONTADOR(A) CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		No Bimestre	Despesas Liquidadas			Saldo		
			No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	% (b/Total b)	% (b/a)			
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	13.472.003,52	15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.352.622,33	100,00	52,25	7.631.990,54		
Legislativa	612.000,00	612.000,00	83.402,38	429.803,88	89.155,70	420.812,34	5,04	68,76	191.187,66		
Ação Legislativa	612.000,00	612.000,00	83.402,38	429.803,88	89.155,70	420.812,34	5,04	68,76	191.187,66		
Administração	1.964.970,19	2.015.647,19	291.868,30	1.793.561,99	320.264,78	1.671.940,68	20,02	82,95	343.706,51		
Administração Geral	1.122.970,19	1.080.312,21	157.277,78	995.033,11	188.024,26	882.133,89	10,56	81,66	198.178,32		
Administração Financeira	842.000,00	935.334,98	134.590,52	798.528,88	132.240,52	789.806,79	9,46	84,44	145.528,19		
Segurança Pública	25.985,00	41.934,33	911,51	6.245,91	911,51	6.245,91	0,07	14,89	35.688,42		
Administração Geral	25.985,00	41.934,33	911,51	6.245,91	911,51	6.245,91	0,07	14,89	35.688,42		
Assistência Social	1.235.650,00	1.256.723,40	51.435,67	597.590,24	78.680,99	521.166,79	6,24	41,47	735.556,61		
Assistência ao Idoso	30.000,00	12.051,32	468,45	11.251,00	468,45	11.251,00	0,13	93,36	800,32		
Assistência à Criança e ao Adolescente	233.650,00	180.047,72	15.478,55	139.548,71	23.774,70	116.128,17	1,39	64,50	63.919,55		
Assistência Comunitária	972.000,00	1.064.624,36	35.488,67	446.790,53	54.437,84	393.787,62	4,71	36,99	670.836,74		
Saúde	1.972.196,98	3.002.785,83	277.252,82	2.078.101,19	368.570,34	1.705.414,34	20,42	56,79	1.297.371,49		
Atenção Básica	1.928.976,98	2.924.326,83	270.546,83	2.051.028,79	361.864,35	1.678.341,94	20,09	57,39	1.245.984,89		
Vigilância Sanitária	24.220,00	34.220,00	6.705,99	23.098,40	6.705,99	23.098,40	0,28	67,50	11.121,60		
Vigilância Epidemiológica	19.000,00	44.239,00	0,00	3.974,00	0,00	3.974,00	0,05	8,98	40.265,00		
Educação	2.440.519,36	3.372.531,80	219.480,45	1.859.101,44	326.781,76	1.637.803,09	19,61	48,56	1.734.728,71		
Alimentação e Nutrição	59.373,81	96.235,51	0,00	87.833,17	11.582,47	51.794,07	0,62	53,82	44.441,44		
Ensino Fundamental	1.507.868,89	2.457.063,41	198.695,76	1.620.051,46	290.969,67	1.442.624,61	17,27	58,71	1.014.438,80		
Ensino Profissional	91.000,00	25.407,16	0,00	8.370,00	2.092,50	6.277,50	0,08	24,71	19.129,66		
Educação Infantil	782.276,66	793.825,72	20.784,69	142.846,81	22.137,12	137.106,91	1,64	17,27	656.718,81		
Cultura	93.000,00	72.269,10	175,20	65.934,56	3.375,20	62.302,56	0,75	86,21	9.966,54		
Difusão Cultural	93.000,00	72.269,10	175,20	65.934,56	3.375,20	62.302,56	0,75	86,21	9.966,54		
Urbanismo	748.624,20	1.322.305,44	11.525,76	198.953,30	25.923,93	165.204,35	1,98	12,49	1.157.101,09		
Infra-Estrutura Urbana	470.000,00	1.110.302,85	0,00	1.456,50	0,00	1.456,50	0,02	0,13	1.108.846,35		
Serviços Urbanos	278.624,20	212.002,59	11.525,76	197.496,80	25.923,93	163.747,85	1,96	77,24	48.254,74		
Saneamento	460.000,00	448.700,00	20.851,58	158.457,85	24.140,70	145.505,24	1,74	32,43	303.194,76		

Município de Sta Terezinha do Progresso - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo			
	Inicial			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)		
Saneamento Básico Urbano	460.000,00		448.700,00	20.851,58	158.457,85	24.140,70	145.505,24	1,74	32,43	303.194,76		
Agricultura	1.551.660,00		1.763.585,19	57.772,95	1.082.433,50	84.373,24	981.015,16	11,75	55,63	782.570,03		
Saneamento Básico Rural	40.000,00		20.480,00	7.205,00	20.205,00	1.669,16	7.691,67	0,09	37,56	12.788,33		
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Promoção da Produção Animal	70.000,00		35.000,00	490,00	33.194,30	490,00	21.714,30	0,26	62,04	13.285,70		
Extensão Rural	1.381.660,00		1.708.105,19	50.077,95	1.029.034,20	82.214,08	951.609,19	11,39	55,71	756.496,00		
Indústria	450.000,00		400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00		
Promoção Industrial	450.000,00		400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00		
Comunicações	60.000,00		620,00	0,00	620,00	0,00	620,00	0,01	100,00	0,00		
Telecomunicações	60.000,00		620,00	0,00	620,00	0,00	620,00	0,01	100,00	0,00		
Transporte	1.617.397,79		1.488.148,76	63.874,94	1.041.943,72	118.661,07	974.808,59	11,67	65,50	513.340,17		
Transporte Rodoviário	1.617.397,79		1.488.148,76	63.874,94	1.041.943,72	118.661,07	974.808,59	11,67	65,50	513.340,17		
Desporto e Lazer	160.000,00		172.000,00	15.566,90	64.875,98	17.652,90	59.783,28	0,72	34,76	112.216,72		
Desporto Comunitário	60.000,00		72.000,00	15.566,90	64.875,98	17.652,90	59.783,28	0,72	83,03	12.216,72		
Lazer	100.000,00		100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00		
Reserva de Contingência	80.000,00		15.361,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.361,83		
Reserva de Contingência	80.000,00		15.361,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.361,83		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III)=(I+II)	13.472.003,52		15.984.612,87	1.094.118,46	9.377.623,56	1.458.492,12	8.352.622,33	100,00	52,25	7.631.990,54		

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 28/Nov/2014, 07h e 22m.

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, DPTO DE ADMINISTRACAO, 28/Nov/2014, 07h e 22m.

JACOB GILMAR JUNGES IVA ADRIANA SCHLOSSER SEGUETO SOLANGE DETOFOL SUELI BASQUER DA SILVA RINTZEL
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC/SC 026497/O-2 CONTROLADORA INTERNO TESOUREIRA

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 24/2014 RETIFICADO

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE EDITAL
Processo Administrativo Nº. 27/2014.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2014.
Tipo: Pregão.
Objeto: aquisição de veículo de passeio novo para utilização nos serviços do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 11/12/2014.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 11/12/2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas ou pelo fone (49) 3345-0045 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 27 de novembro de 2014.
TADEU PAULO TOAZZA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3452/2014

LEI Nº 3452, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREAS DE TERRAS DE SUA PROPRIEDADE AO FUNDO DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL - FAR, ADMINISTRADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal, objetivando promover a construção de moradias destinadas à alienação para famílias, com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) - empreendimento habitacional para fins urbanos de interesse social Faixa I, cadastradas junto a Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV - 2, do Governo Federal, fica autorizado a doar ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regido pela Lei Federal nº 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do PMCMV, o imóvel matriculado sob o nº 42.196, Livro nº 2, com área de 94.844,98 m² (noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro metros quadrados e noventa e oito décimos quadrados), do Registro de Imóveis desta Comarca de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único - O imóvel constante do caput no valor de R\$ 615.000,00 (seiscentos e quinze mil reais), por esta Lei, desafetado de sua natureza de bens públicos e passam a integrar a categoria de bens dominiais.

Art. 2º O bem imóvel, descrito no artigo 1º desta Lei, será utilizado exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e constará dos bens integrantes do FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, não se comunicando com o patrimônio da instituição gestora do fundo - Caixa Econômica Federal, observadas ainda, quanto a tais bens, as restrições constantes do artigo 1º, § 3º da Lei Federal nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001.

Art. 3º O Donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais, destinadas à população de baixa renda, com renda bruta de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

Parágrafo único. A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo Donatário para cada um dos beneficiários, mediante alienação, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Art. 4º A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei, ficará automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel ao domínio pleno da Empresa Municipal de Habitação - EMHAB, se:

I - O Donatário fizer uso do imóvel doado para fins distinto daquele determinado no artigo 3º desta Lei;

II - a construção das unidades habitacionais não iniciar em até 18 (dezoito) meses contados a partir da efetiva doação, na forma da Lei.

Art. 5º O imóvel objeto da doação receberá os incentivos fiscais conforme a Lei Municipal nº 2.427, de 12 de novembro de 2009.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 415/2014**

PORTARIA IPRESBS Nº. 415/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora MARLI LEHNERT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 367/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/11/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 416/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 416/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/12/2014 a 13/02/2015, a servidora ANA PAULA PIONTKIEWICZ ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/11/2014 a 01/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/12/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 417/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 417/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 20/11/2014 a 03/01/2015, ao servidor JANILSO

BARBOSA SIQUEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 05/11/2014 a 19/11/2014, compete ao SAMAE.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/11/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 418/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 418/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/11/2014 a 19/12/2014, concedido a servidora REGICLER DRECHSLER PASZEUK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 337/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/11/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 419/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 419/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 13/11/2014 a 08/02/2015, concedido à servidora ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 198/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/11/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 420/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 420/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/11/2014 a 28/02/2015, concedido a servidora SIMONE VOIGT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 193/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/11/2014.

São Bento do Sul, 20/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 421/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 421/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/11/2014 a 24/12/2014, concedido a servidora CINTIA MARIA HORNICK ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 028/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/11/2014.

São Bento do Sul, 21/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 422/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 422/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/11/2014 a 18/01/2015, concedido ao servidor MARCIO CLEITON BRAGA DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 371/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/11/2014.

São Bento do Sul, 21/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 424/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 424/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº291/2014, ao servidor RICARDO CARVALHO DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, a partir de 26/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2014.

São Bento do Sul, 21/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 423/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 423/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/12/2014 a 19/12/2014, a servidora MARIDALVA FURTADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/11/2014 a 03/12/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/12/2014.

São Bento do Sul, 21/11/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 425/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 425/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 25/11/2014 a 24/12/2014, a servidora CIRLEI APARECIDA CALISTRO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 10/11/2014 a 24/11/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/11/2014.

São Bento do Sul, 21/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

TERMO ADITIVO Nº 013/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 13/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

Termo Aditivo Nº 13/2014

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS

Contratada: BAVÁRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

Vigência: Início: 11/11/2014 - Término: 28/02/2015

Contrato Originário Nº 004/2014

Recursos: Dotação: (8) 19.01.4.062.3.3.90.30.01.00.00.00 - Administração e Funcionamento do IPRESBS.

Valor Total do item Gasolina Comum: R\$ 4.506,00.

OBJETO: O Presente Termo Aditivo tem por objeto incluir o valor de R\$ 97,50 (noventa e sete reais e cinquenta centavos), referente ao acréscimo de 2,21%, apenas no item "Gasolina Comum" no Contrato Principal nº 004/2014.

São Bento do Sul, 11 de Novembro de 2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 426/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 426/2014

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, no processo administrativo de concessão de auxílio por incapacidade temporária da segurada, Maria Luiza Michels Oliveira

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

Considerando a complexidade da matéria fática, bem como da necessidade de nova perícia médica, e com vistas a oportunizar à segurada o acesso à opinião de profissional especialista na doença atestada pela médica assistente;

Considerando o disposto no artigo 48 da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Dr. JOSÉ LUCIO DA SILVEIRA, médico perito psiquiatra, CRM/SC 12840, CPF. 047.087.019.26, para atuar como perito ad hoc deste Instituto de Previdência, para proceder a perícia médica na segurada Maria Luiza Michels Oliveira,

Art. 2º. A perícia será realizada dia 01/12/2014, no consultório do profissional nomeado, sito na Rua Riachuelo, 186 - na cidade de Rio Negro -PR, sendo para tanto disponibilizado à segurada, transporte em veículo do IPRESBS.

Art. 3º. Fixar o valor de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais), como remuneração ao serviço profissional do perito.

São Bento do Sul, 28/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 427/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 427/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, IVO JOSE GONÇALVES, matrícula 035272, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 01/12/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 428/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 428/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 336/2014, a servidora ELIANE ROSENI LINZMEYER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/11/2014, em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/11/2014.

São Bento do Sul, 28/11/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LIC N.99/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.99/2014

Edital:TOMADA PREÇOS P/OBRAS SERV ENG- N.99/2014.

Tipo : Menor preço

Objeto:ESTRUTURA METALICA PARA AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO INDUSTRIAL C/442,20,)M²- cfme projeto

Entrega dos Envelopes:09:00hrs -dia 17 de dezembro de 2014.

Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 17 de dezembro de 2014.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

SAO CARLOS, 27 de novembro 2014

CLEOMAR WEBER KUHN

Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 130/2014

No dia 28 de novembro de 2014, às 09:00 horas, a Comissão Permanente de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n.130/2014, Modalidade Tomada de Preços n. 013/2014 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO (MEDIANTE REPASSE DO TERMO DE COMPROMISSO N. 32673/2014 DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR) E; MODERNIZAÇÃO (RECURSOS PRÓPRIOS) DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA NAIR TEIXEIRA MORSCHHEISER DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS. Realizaram visita técnica para participar do certame as empresas: Chave Certa Casa e Construção Ltda, CNPJ 13.178.732/0001-18; Construtora Guilherme Arthur Ltda, CNPJ n. 20.612.502/0001-80; Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ 14.494.057/0001-07; Visoli Construtora Ltda, CNPJ 02.131.315/0001-01; Strahl Construções Eireli ME, CNPJ 20.554.701/0001-80; Paloma Construções Eireli, CNPJ 09.656.330/0001-04 e; L & G Construtora Ltda, CNPJ 19.347.310/0001-05. Participaram do certame, entregando envelopes n. 01 e n. 02 as empresas: Chave Certa Casa e Construção Ltda, CNPJ 13.178.732/0001-18; L & G Construtora Ltda, CNPJ 19.347.310/0001-05; Paloma Construções Eireli, CNPJ 09.656.330/0001-04, as quais não credenciaram representantes e; Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda CNPJ 14.494.057/0001-07, credenciado o Sr. David Edílio Klein Filho, CPF n. 593.771.009-68, sendo que este não permaneceu na sala durante a realização do certame. As proponentes Chave Certa Casa e Construção Ltda e L & G Construtora Ltda comprovaram sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (item 5.9 do edital). Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelopes n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que os mesmos foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão. Ato contínuo, foi constatado pela Presidente da Comissão de Licitação: a) a licitante L & G Construtora Ltda anexou aos documentos habilitatórios Declaração de Compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, assinada pelo representante legal da empresa. Todavia, a alínea "e" do item 6.2.1.4 do edital exige que a aludida declaração seja assinada pelos profissionais técnicos indicados pela proponente. Ainda, a referida licitante não apresentou acervo técnico de execução de obra compatível com objeto do presente certame (alínea "c" do item 6.2.1.4 do edital), vez que o acervo da Arquiteta trata apenas de Elaboração de projeto, não prevendo a execução de obras. Não obstante tal fato, o acervo técnico do Engenheiro contempla apenas a execução de obra composta de estrutura metálica; b) a proponente Chave Certa Casa e Construção Ltda igualmente anexou Declaração de Compromisso de participação do pessoal técnico qualificado, assinada somente pelo representante legal da empresa, em que pese a alínea "e" do item 6.2.1.4 do edital exija que o referido documento seja assinado pelos profissionais técnicos. Além disso, em consulta ao Balanço patrimonial e demonstrações contábeis da empresa, constatou-se que a mesma não possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação, nos termos do § 3º, do artigo 31 da Lei n. 8.666/93 e alínea "c" do item 6.2.1.3 do edital e; verificou-se também que a proponente não comprovou vínculo entre a empresa e o engenheiro detentor de capacidade técnica, uma vez que o contrato de prestação de serviços anexado pela interessada está em nome de Joseph Robert Franke, enquanto que a certidão de acervo técnico está em nome de Christiano Vilmo Arsego. Assim sendo, deixou a licitante de comprovar o requisito exigido na alínea "c" do item 6.2.1.4 do instrumento convocatório e; c) as participantes Paloma Construções Eireli, CNPJ 09.656.330/0001-04 e Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda, CNPJ 14.494.057/0001-07 cumpriram integralmente com os requisitos editalícios. Desta feita, restaram as empresas Chave Certa Casa e Construção Ltda e L & G Construtora Ltda INABILITADAS para fase de abertura de suas respectivas propostas. As licitantes Paloma Construções Eireli e Construtora e Incorporadora Bigolin Ltda foram declaradas HABILITADAS. Assim, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 08 de dezembro de 2014, às 09:00, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM). Os envelopes de n. 02 - Proposta de Preço - permanecerão em poder da Comissão de Licitações e serão mantidos intactos. Nada mais.

LEI N. 1749 DE 28 11 14 SUPLEMENTAÇÃO R\$ 868.841,40 DIVERSOS

LEI Nº 1749, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 868.841,40 (oitocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta centavos), no Orçamento de 2014 da unidade Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesas:

04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.368.1005.1.035 – Aquisição de Terrenos para Edificações da Educação Básica				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	20	01.001	200.000,00
07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.1009.1.026–Aquisição de Terreno para Implantação Saneamento Básico				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	67	01.000	125.779,10

15.452.1009.2.013 – Man. das Ativ. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Públicos				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	68	01.000	90.000,00
33900000	Aplicações Diretas	69	01.000	200.000,00
44900000	Aplicações Diretas	73	01.000	150.000,00
06.181.1009.2.041 – Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	80	01.000	8.062,30
08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.004 – Obrigações Tributárias e Contributivas				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	88	01.000	40.000,00
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
46900000	Aplicações Diretas	84	01.000	25.000,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	114	01.000	30.000,00
TOTAL			868.841,40	

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º fica autorizada a utilização dos recursos pela anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
04.122.1003.1.034 - Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	06	01.000	110.000,00
04.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES				
12.364.1005.2.008 – Auxílio ao Ensino Superior				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33500000	Aplicações Diretas	21	01.000	5.000,00
33900000	Aplicações Diretas	22	01.000	20.000,00
04.01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES				
27.812.1011.2.010 – Manutenção das Atividades Desportivas				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33500000	Aplicações Diretas	39	01.000	3.220,70
04.02 – DEPARTAMENTO DE CULTURA				
13.392.1012.2.025 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Cultura				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	42	01.000	5.000,00
06.00 – SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
22.661.1014.1.001 – Aquisição de Novos Terrenos para o Desenvolvimento Industrial				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	43	01.000	15.000,00
27.695.1009.2.034 – Manutenção da Sec. de Industria, Comércio e Turismo				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	52	01.000	13.441,80
44900000	Aplicações Diretas	53	01.000	3.750,00
07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
15.451.1009.1.014 – Pavimentação de Vias Públicas				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	60	01.000	29.711,08
15.451.1009.1.016 – Construção e Revitalização de Praças Públicas				

Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	63	01.000	10.000,00
15.782.1009.2.050 – Construção e Reforma de Pontes e Pontilhões				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	82	01.000	10.000,00
08.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO				
28.846.0000.0.003 – Precatórios, Acordos e Sentenças Judiciais				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	86	01.000	45.000,00
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				
08.244.1007.1.004 – Edificação, Reforma e Equipamentos de Centros Múltiplo Uso				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	90	01.000	15.571,00
08.244.1007.2.015 – Manut. das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	95	01.000	100.000,00
44900000	Aplicações Diretas	99	01.000	10.000,00
08.243.1007.2.038 – Manutenção do Conselho Tutelar				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	102	01.000	10.588,17
44900000	Aplicações Diretas	103	01.000	2.950,00
08.244.1007.2.049 – Auxílio na Edificação e Recuperação de Unidades Habitacionais				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	104	01.000	33.608,65
44900000	Aplicações Diretas	105	01.000	5.000,00
12.00 – FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL				
20.606.1010.2.014 – Man. das Atividades da Sec. de Agricultura e Meio Ambiente				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	112	01.000	50.000,00
04.122.1010.1.018 – Implantação e Melhoria da Telefonia Rural e Internet				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	106	01.000	5.000,00
13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL				
16.482.1008.2.017 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	118	01.000	30.000,00
14.00 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA				
08.243.1007.2.016 – Manutenção das Atividades do Fundo da Infância e Adolescência				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	123	01.000	2.000,00
10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.302.1006.1.036 – Aquisição de Terreno para Edificação de Hospital				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	3	01.002	100.000,00
10.301.1006.1.038 – CONSTRUCAO DE CAPS I				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	4	01.002	24.000,00
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	6	01.002	200.000,00
10.301.1006.2.031 – Aquisição de Veículos, Vans, Equipamentos e Mobiliário em Geral				
Classificação	Descrição	Cód	Fonte	Valor R\$

44900000	Aplicações Diretas	17	01.002	10.000,00
TOTAL GERAL				868.841,40

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 28 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 014- 26.11.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 014/2014 de 26 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013937-81/2013)
Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013937-81/2013 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: Recursos de Contrapartida aportada pelo Contratado: R\$ 31.793,55 (trinta e um mil, setecentos e noventa e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Valor: R\$ 31.793,55

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 015- 27.11.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 015/2014 de 27 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 400648-89/2012)
Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar no item Prazos do Contrato de Repasse nº 400648-89/2012 de 28/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social do MDS, que passa a ter a seguinte redação: " Prazos, término da Vigência Contratual: 31/03/2016".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data Vencimento: 31/03/2016

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 016- 28.11.2014

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 016/2014 de 28 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 390186-74/2012)
Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar no item Prazos do Contrato de Repasse nº 390186-74/2012 de 07/08/2012, realizado segundo os termos do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos do ME, que passa a ter a seguinte redação: " Prazos, término da Vigência Contratual: 31/03/2016".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data Vencimento: 31/03/2016

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 017- 28.11.2014**DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:**

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 017/2014 de 28 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1003067-01/2012)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar no item Prazos do Contrato de Repasse nº 1003067-01/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: "Prazos, término da Vigência Contratual: 31/03/2016".

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data Vencimento: 31/03/2016

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 018- 28.11.2014**DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:**

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 018/2014 de 28 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1002042-62/2012)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar no item Prazos do Contrato de Repasse nº 1002042-62/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do MCIDADES, que passa a ter a seguinte redação: "Prazos, término da Vigência Contratual : 31/03/2016"

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data Vencimento: 31/03/2016

ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 019- 28.11.2014**DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:**

Mês/Ano: Novembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 019/2014 de 28 de Novembro 2014 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1003048-07/2012)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar no item Prazos do Contrato de Repasse nº 1003048-07/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação: "Prazos, término da Vigência Contratual : 31/03/2016."

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Data Vencimento: 31/03/2016

São João do Sul**PREFEITURA****DECRETO Nº 113 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014**

DECRETO Nº 113 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 1.905,00 (um mil, novecentos e cinco reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
 06.181.0135.2057 - Manutenção do Convênio de Fiscalização de Trânsito
 3.3.90.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.905,00

TOTAL
 R\$ 1.905,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS
 06.181.0135.2057 - Manutenção do Convênio de Fiscalização de Trânsito
 4.4.90.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas
 R\$ 1.905,00

TOTAL
 R\$ 1.905,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
 20 de novembro de 2014.
 JOÃO RUBENS DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
 Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 114 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 114 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.115,21 (dois mil, cento e quinze reais e vinte e um centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0135.2057 - Manutenção do Convênio de Fiscalização de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00.3106 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.115,21

TOTAL
..... R\$ 2.115,21

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do Convênio de Fiscalização de Trânsito - Prefeitura, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de novembro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 115 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 115 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

06.181.0135.2057 - Manutenção do Convênio de Fiscalização de Trânsito

3.3.90.00.00.00.00.00.0106 - Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

TOTAL
..... R\$ 2.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do Convênio de Fiscalização de Trânsito - Prefeitura, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
20 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 117 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 117 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1704 de 04 de dezembro 2013 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0123.2004 - Manutenção da Secretaria de Administração
3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas
..... R\$ 4.000,00

TOTAL
..... R\$ 4.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão utilizados recursos vinculados de excesso de arrecadação do convênio nº 32/2013, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e o Município de São João do Sul, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
26 de novembro de 2014.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº 118 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 118 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Nomeia os Membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE de São João do Sul - SC, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 18, da Lei Federal nº. 11.947, de 16 de junho de 2009 c/c a Lei Municipal nº. 1583 de 30 de março de 2011, resolve;

DECRETAR:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do CAE - Conselho de Alimentação Escolar de São João do Sul - SC, com as seguintes composições:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Eliane dos Santos Alves Schinaider

Suplente: Marli da Rosas Cardoso Xavier

II - Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Luiz Citadin Marques

Suplente: Jucilane de Sena Cristiano

Titular: Fabiana da Silva Oliveira

Suplente: Valdete Fraga Magnus

III - Representante dos Pais dos alunos

Titular: Taise dos Santos Alves

Suplente: Patrícia Rocha da Silva

Titular: Apolônia Scandolara Daros Salvador

Suplente: Eliane Espíndola Martins

IV - Representante da Sociedade Civil

Titular: Maria de Fátima Machado Teixeira

Suplente: Edilene dos Santos

Titular: Luiza Suppi Cardoso

Suplente: Valdeci de Andrada Pereira

Art. 2º - O mandato dos membros do CAE será de quatro anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.

Art. 3º - O exercício do mandato de Conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se os efeitos do Decreto Municipal nº. 147, de 29 de novembro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
26 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 119 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº. 119 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Transfere Feriado Municipal de que trata a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996 e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 55, V, da Lei Orgânica Municipal c/c a Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o Feriado Municipal de Emancipação Política-Administrativa do Município de São João do Sul, instituído pela Lei Municipal nº. 863, de 08 de julho de 1996, da data de 20 de dezembro para a data de 26 de dezembro de 2014.

Parágrafo único - Permanecerão atendendo a população, em regime de Plantão, os serviços essenciais de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
26 de novembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

LICITAÇÃO Nº 029/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LICITAÇÃO Nº 029/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 014/2014

Fundamento Legal: Lei 10.520 de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, subsidiariamente, da Lei no 8.666, de 21/06/1993, e respectivas alterações.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA A UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL E ESF'S MUNICIPAIS

As Propostas e Habilitação: Poderão ser entregues até as 07h 45 min do dia 11/12/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 08h do dia 11/12/2014. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 07h às 13h, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul, 28 de Novembro de 2014.

Rejane Elibio Borba

Presidente Fundo Municipal de Saúde

Maria Rosane Cardoso

Pregoeira

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.712 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 1.712 de 27 de novembro de 2014

INSTAURA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA APURAÇÃO DE ATO DISCIPLINAR - SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Secretária Municipal da Educação, no uso das atribuições, conforme estabelece a legislação vigente, e considerando:

- A necessidade de análise de processo administrativo;
- O disposto na Lei Ordinária nº 2.761 de 25 de abril de 1995, em que dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de São José e estabelece outras providências;
- E o disposto no Art. 10º, da Lei 4.670/2008, em seu inciso VII, que estabelece normas para admissão em caráter temporário no âmbito do Magistério Público Municipal de São José:

RESOLVE:

I - INSTAURAR Processo administrativo nº 25.889/2014, relativo a ato disciplinar da servidora S.M.V, matrícula nº 37.112, e para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, e demais medidas que se fizerem necessário.

II - DESIGNAR a Comissão formada pelas servidoras Kelen Bitencourt, Jucineide Terezinha Martendal Schmitz e Graziela Nunes da Silva Teske para realizar, a partir da publicação desta Portaria, a apuração relativa aos fatos aqui apontados, sendo a Comissão presidida pela primeira.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

São José (SC), 27 de novembro de 2014

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal da Educação

PORTARIA SME Nº 1713 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA SME Nº 1713 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

INSTITUI PROGRAMA TEMPOS DE APRENDIZAGENS-TAS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ.

A Secretária Municipal de Educação de São José, no uso de suas atribuições, que lhe confere artigo 66, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de São José.

Considerando a necessidade de atender de forma diferenciada aos estudantes que apresentam dois ou mais anos de distorção visando motivá-los à continuidade dos estudos e a conclusão do Ensino Fundamental;

Considerando os objetivos da educação previsto no Art. 205 da Constituição Federal/1988: "(...) pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.";

Considerando o Plano Nacional de Educação/2011-2020 (Meta 3 - estratégia 3.2) "Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado (...)"

Considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº

9.394/96 em seu Art. 24, inciso V, alínea b:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: (...)

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

Considerando a Resolução nº 020/2008 do Conselho Municipal de Educação de São José, art. 17: "A aceleração de Estudos ou correção de fluxo da aprendizagem será recomendada sempre que constatada a distorção idade/Série e/ou idade/Ano, sendo organizada e oferecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Considerando a Meta 05 do Plano Municipal de Educação de São José que apresenta a necessidade de "regularizar o fluxo escolar reduzindo a taxa de repetência e evasão por meio de programas de Correção de Fluxo e recuperação paralela ao longo do curso".

RESOLVE:

I - Da Inclusão do Aluno e Organização das turmas:

Art. 1º - Todo aluno matriculado e frequentando o 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos em 2014 que apresentar distorção de 02 (dois) ou mais anos, que frequentará as turmas do Programa Tempos de Aprendizagens - TAS, será aprovado no ano letivo de 2014 e matriculado nos anos subsequentes em 2015, exceto em caso de frequência inferior a prevista na legislação vigente.

Art. 2º - As turmas do Programa TAS, para os segmentos de anos iniciais (3º, 4º e 5º anos) deverão organizar-se da seguinte maneira:

I - Número máximo de alunos por turma: 25 (vinte e cinco);

II - Número mínimo de alunos por turma: 10 (dez);

III - Havendo mais 10 (dez) alunos em lista de espera, verifica-se a possibilidade de nova turma.

Art. 3º - O critério inicial para a seleção desses alunos é o tempo de distorção, ou seja, no mínimo dois anos, sendo que prevalecerá sobre este, aqueles alunos que apresentarem tempo maior de distorção.

Art. 4º - As turmas do Programa TAS, para os segmentos de anos finais (6º, 7º, 8º e 9º ano) deverão organizar-se da seguinte maneira:

I - Número máximo de alunos por turma: 25 (vinte e cinco);

II - Número mínimo de alunos por turma: 10 (dez);

III - Havendo mais 10 (dez) alunos em lista de espera, verifica-se a possibilidade de nova turma.

Art. 5º - O critério inicial para a seleção desses alunos é o tempo de distorção, ou seja, no mínimo dois anos, sendo que prevalecerá sobre este, aqueles alunos que apresentarem tempo maior de distorção.

Art. 6º - As turmas do Programa TAS terão como disciplinas básicas para a efetivação desse trabalho Língua Portuguesa, Matemática, Educação Física e Informática contando com a presença de um Professor Articulador, com Habilitação em Pedagogia (Ensino Superior, com prática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental), que terá como função a articulação entre as áreas do conhecimento. O foco do trabalho com essas turmas será a interdisciplinaridade, ou seja, o diálogo constante entre as diferentes áreas do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Dessa forma, deverá abordar conceitos/conteúdos das áreas de Ciências Naturais, Humanas e Arte.

Art. 7º Para as turmas do Programa TAS - Anos Iniciais, as aulas serão ministradas, preferencialmente, por Pedagogo Habilitado - aqui denominado Professor Articulador - Professores de Matemática, Educação Física e Informática.

Art. 8º - Para as turmas do Programa TAS - Anos Finais, as aulas serão ministradas, preferencialmente, por Pedagogo Habilitado (Professor que atuará com ênfase nas práticas de Leitura e Escrita, como articulador da abordagem interdisciplinar) - aqui denominado Professor Articulador - Professores de Matemática, Educação Física e Informática.

Art. 9º - Aos Professores Articuladores, será garantida formação continuada às quartas-feiras; aos demais professores, a formação deverá seguir orientações contidas nos Decreto 1.570/2013, que regulamenta a hora atividade no Município.

Art. 10 - Os Professores que atuarem no Programa - TAS deverão realizar reunião semanal para planejamento e avaliação conjunta. Para tanto, deverão utilizar-se do período noturno, fazendo uso de suas horas-atividades.

II - Da Avaliação:

Art. 11 - A avaliação se dará de forma descritiva e interdisciplinar durante o processo, identificando as dificuldades e apontando estratégias para superação, no sentido de atingir às metas de aprendizagem, conforme preceitua a Resolução Nº020/08/COMESJ/SC, devendo ser estendida às turmas dos Anos Finais do Programa -TAS.

III - Do Avanço:

Art. 12 - O avanço de estudos poderá ocorrer em dois níveis:

I - Satisfatório: Ao final do ano letivo, aquele aluno que frequentou regularmente a turma do Programa TAS, apresentando rendimento satisfatório, avançará um ano, sendo matriculado na turma do ano seguinte em 2016, garantindo-se apoio pedagógico para a continuidade do processo.

II - Ótimo rendimento: O aluno que demonstrou um ótimo desempenho, superando consideravelmente suas dificuldades, poderá avançar até dois anos em sua matrícula.

Art. 13 - Aos alunos matriculados no 9º ano, não se dará o avanço. No entanto, será oportunizada a esse aluno a possibilidade de redução da sua defasagem de aprendizagem, evitando uma possível reprovação.

IV - Da Transferência:

Art. 14 - No caso de uma transferência no decorrer do ano letivo, será respeitada a matrícula do ano de 2015, sendo o histórico escolar do aluno acompanhado de parecer descritivo contemplando as áreas do conhecimento, de acordo com o período frequentado.

Art. 15 - O histórico escolar dos alunos que frequentarem as turmas do Programa TAS deverá contemplar a seguinte informação no campo de observações: "Aluno do Programa Tempos de Aprendizagens - TAS - seguindo o que preceitua a Portaria 1713/2014, LDBEN 9394/96, artigo 24, Inciso V, alínea b. e Resolução nº 020/2008 do Conselho Municipal de Educação de São José, art. 17"

V - Da Implantação das Turmas do Programa TAS:

Art. 16 - Dar prioridade aos Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino para atuarem junto a essas turmas.

Art. 17 - Deverão participar da formação específica os professores que estarão em atividade com essas turmas, dado o caráter diferenciado da proposta, incluindo Direção e Especialistas.

Art. 18 - A Regência Compartilhada tem por finalidade a realização de momentos que garantam maior entrosamento entre os professores, ampliando as possibilidades de estabelecer uma base contínua de ensino-aprendizagem, buscando relações entre os conceitos de suas áreas, num trabalho interdisciplinar, onde haja articulação e orientações aos alunos, vislumbrando conhecimentos específicos a serem trabalhados em suas aulas, atuando conjuntamente com as turmas em momentos determinados.

Art. 19 - Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Direção de Ensino da Secretaria Municipal de Educação

Art. 20 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São José, 28 de Novembro de 2014.

Méri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação de São José

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 006/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 006/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, através da Secretária Municipal de Educação de São José convoca candidatos aprovados aos cargos de provimento efetivo para o Magistério Municipal, para a escolha de vagas, no dia 13 de dezembro de 2014 (sábado), no Centro Educacional Municipal Antônio Francisco Machado (Forquilhão), sito à rua Pedro Paulo Abreu, Forquilhaes - São José - SC, conforme segue:

Horário: 8h00min - cargo: Auxiliar de Sala

113	ALEXANDRA CASTRO STOPASSOLI
114	ERICA CRISTINA DA SILVA
115	ELIANE MARIA SILVEIRA CALDAS
116	MABEL CRISTINA BORB DE JESUS
117	JANINHA TRENTO
118	TAMIREZ REGINA PEDROSO
119	MARIA APARECIDA MACHADO HAMES
120	DANIELA DE JESUS
121	KELLY THAIS COSTA
122	NILZA MORESCHI SCHMITZ
123	VANESSA ANGELINA DE CAMPOS MELO
124	ANDREA NAPOLEAO
125	MARIANA SCHEIDT
126	NADINE SCHMIDT BORGES
127	EMIRAME DEMARIA SILVA
128	KAMILA FERNANDES SAGAS CANELA
129	ELISABETE LAURECI SENHORINHO
130	SUZANA PACHECO DOS REIS
131	CARLOS BROERING BRUNO
132	MARLI DA SILVEIRA SANTANA
133	SHIRLEY BACH SCHLEMPER
134	SUZANA DE LOURDES AMARAL BERNES
135	SIMONE LIMA AREIAS
136	PHAENNA PROENCA MARTINS
137	ADELIR CHIAPETTI COUTO
138	ANDREZZA DAMASCENO FINCO
139	SUZANA DUK ROSAR
140	JANAINA ANTONIA DE SOUZA OLIVEIRA
141	CASSIANA MARGARIDA DE MELO
142	EVELI CARLA VARGAS
143	ANA LUCIA MANCE ELIAS
144	PATRICIA FERNANDES
145	SARITA RODRIGUES INACIO
146	TATIANA LAO SPINDOLA
147	GILSEMARA SILVA DA SILVA
148	PATRICIA MARIA DA SILVA
149	DEISI BAZZANA DE FREITAS GONZAGA
150	SILVIA FERNANDES MACHADO MORAES FREIRE
151	ADRIANA FARIAS GREGORIO
152	CAMILA CRISTINA SANTOS
153	ANA PAULA DE CARVALHO CORREA DE CAMPOS
154	MARIA DE FATIMA GOMES DOS SANTOS

155	VANUSA MARLENE COELHO DA COSTA
156	BARBARA ONDINA MONTEIRO DE SOUZA
157	KARINY SOUZA DOS SANTOS
158	JANETE DE SOUSA MARQUES
159	LETICIA SILVEIRA SEGATA
160	CREUZA JERONIMA DA COSTA
161	MARTA MARA MARTINS BATISTI
162	CARLA APARECIDA COSTA

Horário: 14h00min - cargo: Auxiliar de Sala

163	ANA LUCIA BATISTA
164	PRICILA ANJO MARQUES MACHADO
165	SUSANE CLEIDE DA SILVA
166	MARIANA BATISTA ANJOS
167	SIMONE REGINA GUALBERTO DE SOUZA
168	LARA AMORIM NETTO
169	PATRICIA CARLA MACHADO DE OLIVEIRA
170	MARIANA MENDONCA PACHECO
171	DEBORA ZIMMERMANN
172	FABIOLA TEOFILO KINDERMANN BUZZI
173	DAIANA PRATES DE SOUZA
174	SABRINA SCHMITT
175	SIMONE ITSO
176	MANUELA QUADROS DE ARAUJO BAUNGARTEN
177	ROSEMERI CUNHA ZIMERMANN
178	JORGE LUIZ GONCALVES
179	MUYARA DOS SANTOS
180	FABIANA PETRONILHA DA ROSA
181	GLEISY GOULART CARDODO PRAZERES
182	KARLA DA SILVA
183	TATIANE HEINZ
184	FERNANDA GESSER WEBER
185	SILVANA DOS SANTOS TAVARES
186	SABRINA PRAZERES MARTINS
187	BETANIA EING DE OLIVEIRA
188	DAIANE CRISTINA DE LIMA
189	ANELISE PORTO PIMENTEL DE OLIVEIRA
190	KAREM CLAUDETE MAIA
191	LEATRICE FERREIRA MARTINS
192	VANESSA HUGEN
193	MARIA APARECIDA MANOEL RODRIGUES
194	ELEZIANE DE OLIVEIRA
195	SCHIRLEY TEIXEIRA
196	CARINA AMORIM DE SOUZA
197	ESTELA CORREA DE MACEDO
198	JANE LUCIA MARTINS DA CONCEICAO
199	ANGELA MARIA DOS SANTOS ALVES
200	MAIA CELENE DA SILVA DE ASSUNCAO
201	ADRIANA KIVEL VASCONCELOS
202	JULIANE FERREIRA COELHO
203	FLORIPES MARIA DE SOUZA
204	JULIANE PFLEGER DA SILVA
205	MARIA TEREZA GEVAERD

206	ANNA CLAUDIA SILVA
207	ALINE MACHADO
208	MARILENE REGINA DO AMARAL
209	MARA SIMONE FURTUOSO DOS ANJOS
210	CLEUSI DOS SANTOS MARIA ARENT
211	MARIANA DE SOUZA
212	GIZELLE SANTOS DE MATOS
213	GRAZIELA ZENITE DA SILVEIRA
214	ZULEIDE MARCOS PEREIRA DA SILVA
215	SANDRA MARA DE SA
216	VALERIA SCHNEIDERS
217	GISELE PEREIRA ESPINDOLA
218	EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER
219	CARMELITA GREGORIA MARTINS
220	DEZANIRA RODRIGUES
221	IZABEL CRISTINA DOS SANTOS HELLMANN
222	CLARICE DAIANE ROSA DE LIMA

Horário: 8h00min - cargo: Professor de Educação Infantil

197	ANA LUCIA BERNARDO
198	MONICA RITA GUERREIRO GOMES
199	MARIA ISABEL SCHMITT DA SILVA
200	SUSANN DA SILVA SCHMEIDER MOREIRA
201	BIANCA APARECIDA TAUFENBACH BEZ BATTI
202	ALINE DE ASSIS SCHERER
203	ELIETE PEREIRA DA SILVA DE SOUZA
204	MARIA REGINA DOS SANTOS BONALDO
205	FABIANA MADALENA BATISTA
206	VIVIANE SCHLICHTING PARENTE DE MELO
207	KARINA GREYCE CONRAT
208	EDUARDA SOUZA GAUDIO
209	ZELIA NATALIA FABRE ZIMMERMANN
210	ELAINE THIESEN
211	SHIRLAINE ANA DE SOUZA DA SILVA
212	JULIANA HAMES GELSLEUSTER
213	CATIA CINEIA LAUREANO
214	CLAUDIA MARIA ABREU DOS SANTOS
215	NADJA LIMA RIBEIRO
216	ELIANE MARIA DO AMARAL ANTUNES
217	MICHELE GOULART RIBEIRO
218	TACILDA DE FREITAS DE SOUZA
219	ISABEL CRISTINA ELIAS DALCOMUNI
220	ALICE HANNI BLIND
221	GISELLI OSTROSKI DE SOUZA FERREIRA
222	NEIDE TEREZINHA GODINHO
223	FRANCINI DA SILVA VENERA
224	CLAUDIA HELENA BENTO DACOL
225	MARIA LUCIA DA CUNHA CUSTODIO
226	KALLINE FRANCKIELE CAMBOIM
227	ANGELA CARVALHO DE SOUSA MORAES
228	VANUZA MARIA ALVES
229	KAMILA CRISTINA KREMER
230	GICELE MAISA DE CHRISTO

231	CARMELINA CIRIMBELLI BITENCOURT
-----	---------------------------------

Horário: 14h00min - cargo: Professor de Educação Infantil

232	LUANA MARIA ESMELINA DA SILVEIRA
233	FABIANA DE SOUZA CONRAD
234	ANDRIELE RAMOS PELLEZ
235	ANA PAULA RICHARTZ LUDVIG
236	DANIELA MARA MARTINS
237	CLAUDETE ENDLER
238	PATRICIA DIAS DOS SANTOS DA SILVA
239	SANTANA JOVINA TORQUATO ALBINO
240	BERNADETE PETRY DE AVILA
241	PATRICIA CRISTINA CARVALHO ROMAO
242	DENISE ELAINE GIL BROCKVELD
243	FRANCINNI ARRUDA DAMASCENO
244	THAMIRYS FRIGO FURTADO
245	ROSELEI REGINA TITON ROGALSKI
246	GRAZIELA REGINA DOS SANTOS
247	RENATA DE SOUZA ROSA
248	ANDREIA ELI MACHADO
249	MARCIA REGINA DA SILVA E SILVA
250	NILZETH MORETTE DA SILVA PINTO
251	FABIANA DE ESPINDOLA
252	JULIANA ISABELLA DA SILVA ESPINDOLA
253	MERCIA CRISTINA MONTEIRO MACEDO

Horário: 08h00min - cargo: Professor - Anos Iniciais

02	JAQUELINE DE FREITAS
03	KARINA FLORES RODRIGUES
04	JUSARA ALBERTINA FERREIRA AMARAL
05	LETICIA CRISTINA FADANNI
06	SUSANA LUIZA CAVALHEIRO
07	MARCIA DA SILVA FALCAO
08	DEBORA MOTA COLLACO ELEUTERIO
09	NIVALDO AVELINO DA ROSA JUNIOR
10	NERZI MARIA DE SOUZA RODRIGUES
11	ANA PAULA RIBEIRO

Horário: 08h00min - cargo: Professor - Educação Física - Ensino Fundamental

07	RODRIGO MACEDO
----	----------------

Horário: 08h00min - cargo: Professor - Filosofia

03	DANIEL SWOBODA MURIALDO
04	ELCIONE ANTUNES PINTO

Horário: 08h30min - cargo: Professor - Educação Física - Educação Infantil

08	MARIA LUCIA DA SILVA
----	----------------------

Horário: 08h30min - cargo: Professor - Inglês

19	RENOIR PEREIRA DA SILVA
20	CARLOS ROBERTO PEREIRA TOLOSA
21	ADRIANA TELLES RIBEIRO DORNELLES
22	DENISE MAXIMIANO

Horário: 09h30min - cargo: Professor - Matemática

09	ROSSANO PAULO SCANDOLARA JUNIOR
10	MARCOS LEANDRO ESPINDULA
11	ROBSON PIACENTE ALVES
12	DAVID JONNES FRANCEZ

Horário: 10h30min - cargo: Professor - Português

02 PNE	LEONARDO PADILHA DOS SANTOS
10	FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA
11	PRISCILA ALVES
12	ROSANE HART
13	LAIANA DE FATIMA BOBATO ORKIEL
14	MARCELA FARIAS MARTINS

Horário: 14h00min - cargo: Professor - Ciências

08	PAULO RUBEM PASSAGLIA
09	FABIANO FURINI IGNACIO

Horário: 14h30min - cargo: Professor - Artes

04	MARCIO MONTICELLI ALBANI
----	--------------------------

Horário: 15h00min - cargo: Professor - Geografia

07	ANTONIO ROBERTO FERNANDES
----	---------------------------

Horário: 15h30min - cargo: Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisor Escolar)

02	DANIELA HALMENSCHLAGER FELL
----	-----------------------------

Meri Terezinha de Melo Hang
Secretária Municipal de Educação

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - HABILITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 021/2014 - HABILITAÇÃO - Processo nº 265/2014 Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da cobertura de quadras existentes dos CEM's Santa Anna (12,00 x 15,00 mts), Jardim Solemar (10,00 x 15,00 mts) Renascer5 (15,00 x 25,00 mts) e Morar Bem (20,00 x 30,00 mts) pertencentes à Secretaria de Educação do Município de São José/SC. EMPRESAS HABILITADAS: A & B LOPES PLANEJAMENTO EIRELI ME; NATALINA MARIA STRAPAZZON EPP; e TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. EMPRESAS INABILITADAS: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP; DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA; e ANDRESUL EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

São José do Cedro**PREFEITURA****EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 2014TR003705**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO
EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 2014TR003705

Concedente: ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do Fundo de Apoio aos Municípios (FUNDAM)

Conveniente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Vigência: 25/11/2014 a 28/03/2016.

Valor do Repasse: O valor do auxílio financeiro fica fixado em até R\$1.205.052,49 (hum milhão, duzentos e cinco mil, cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Objetivo/finalidade: realizar pavimentação asfáltica e pavimentação com pedras irregulares em ruas do Município.

Datas de Liberação do repasse serão efetuadas da seguinte forma R\$ 700,00 em janeiro de 2015 e R\$ 505,052,49 em abril de 2015.

Aplicação de Recursos: Pavimentação asfáltica na Rua Amambuy: 1.453,59 m², Pavimentação asfáltica na Rua Antônio Jacoski: 216,50m², Pavimentação asfáltica na Rua Irmã Ludovica: 1.069,03m², Pavimentação asfáltica na Rua Paraná: 1.718,22m², Pavimentação asfáltica na Rua São José: 1.623,68m², Pavimentação asfáltica na Rua São José II: 2.175,61 m², Pavimentação asfáltica na Rua Tiradentes: 1.463,52m². Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Edgar Kunz: 1.824 m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Salete Uliana: 258m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Santa Maria: 3.502,90m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Tobias Malvessi: 723,32m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Mario Silvino Winter: 996,49m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Irmã Ludovica: 750m², Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Romilda Beckenkap: 1.667m² e Pavimentação com Pedras Irregulares na Rua Amambuy trecho II: 1.450,98m². Totalizando o valor acima citado.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.995, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.995, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Determinada a interdição do Mirante Panorâmico e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de acordo com o que dispõe os artigos 41, 42, § 1º e 67 da Lei Complementar Municipal nº 118, de 23 de junho 2010,

CONSIDERANDO o estado precário de conservação atual do Mirante Panorâmico, comprometendo a segurança dos usuários que frequentam o local, conforme o laudo de vistoria técnica constante do Anexo Único deste Decreto;

CONSIDERANDO que é dever - poder do Gestor Público garantir a segurança, a higiene, o conforto, o visual e a estética e demais condições convenientes ao bem estar do público;

CONSIDERANDO a necessidade premente de reforma de referido bem;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a interdição para fins de revitalização, conservação e reforma integral do bem público municipal denominado de Mirante Panorâmico, devido às condições de riscos apontadas no laudo de vistoria técnica constante do Anexo Único deste Decreto.

Paragrafo único. Para efeito do presente Decreto, a citada interdição vigorará por tempo indeterminado até que sejam concluídas as obras de revitalização, conservação e reforma integral do Mirante Panorâmico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de novembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.995, de 27 de novembro de 2014)

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de novembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2014, PR Nº 094/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/12/2014, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2014, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 094/2014, OBJETO: AQUISIÇÃO DE POSTES ORNAMENTAIS TIPO REPUBLICANOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO PERÍMETRO URBANO DO

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 138/2014 - Pregão Presencial Nº 089/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO EM EQUIPAMENTOS SENDO, PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 85.199.578/0001-71.

VALOR: R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais).

TOTAL: R\$ 108.500,00 (cento e oito mil e quinhentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 24/11/2014.

VIGÊNCIA: 24/11/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2014

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2014

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 139/2014 - Pregão Presencial Nº 090/2014.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS CAMINHÃO DE PLACA MEA 5095, PATRIMÔNIO N.4925; CAMINHÃO PLACA LZH 1732; PÁ CARREGADEIRA DE PLACA MHJ 8544, PATRIMÔNIO N. 6782; ROLO COMPACTADOR DE PLACA MIJ 2004, PATRIMÔNIO N. 6913; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA DE PLACA MIJ 1804, PATRIMÔNIO N. 6912 E MOTONIVELADORA DE PATRIMÔNIO N.16244, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, DESCRITOS NO ANEXO I-A DESTES EDITAIS.

FORNECEDOR: DESTRI E FABRO LTDA ME - CNPJ: 15.442.266/0001-61.

VALOR: R\$ 7.849,95 (sete mil e oitocentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos).

FORNECEDOR: JACI ZILLI- ME - CNPJ: 79.384.459/0001-96.

VALOR: R\$ 1.404,00 (um mil e quatrocentos e quatro reais).

FORNECEDOR: TORNEARIA E METALURGICA DOSSA LTDA - CNPJ: 03.570.752/0001-86.

VALOR: R\$ 11.298,60 (onze mil e duzentos e noventa e oito reais e sessenta centavos).

TOTAL: R\$ 20.552,55 (vinte mil e quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DE ASSINATURA: 26/11/2014.

VIGÊNCIA: 26/11/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014 - ICSL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2014 - ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 008/2014 - Pregão Presencial Nº 003/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE AO NATAL 2013, COMPREENDENDO A ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS, APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, SEGURANÇA E LOCAÇÃO DE PALCO, BEM COMO AQUISIÇÃO DE ITENS PARA INSTALAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA E MANUTENÇÃO DAS MESMAS.
FORNECEDOR: WEBER SEGURANÇA LTDA ME - CNPJ: 07.544.527/0001-26.

VALOR: R\$ 7.280,00 (sete mil e duzentos e oitenta reais).

FORNECEDOR: P.A. SONORIZAÇÃO E ESTOFARIA LTDA ME - CNPJ: 10.621.526/0001-42.

VALOR: R\$ 17.890,00 (dezessete mil e oitocentos e noventa reais).

FORNECEDOR: ACACIA LTDA - ME - CNPJ: 12.672.329/0001-88.

VALOR: R\$ 21.542,00 (vinte e um mil e quinhentos e quarenta e dois reais).

FORNECEDOR: PROJETEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME - CNPJ: 82.095.456/0001-47.

VALOR: R\$ 44.900,00 (quarenta e quatro mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 91.612,00 (noventa e um mil e seiscentos e doze reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/11/2014.

VIGÊNCIA: 17/11/2014 à 31/12/2014.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

São Miguel da Boa Vista

BALANÇO ORÇAMENTARIO

PREFEITURA

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO A REALIZAR (a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.377.094,26	8,09	8.158.736,51	8.870.023,49
RECEITAS CORRENTES	11.392.180,00	11.392.180,00	1.374.009,15	12,07	7.414.409,97	3.977.770,03
RECEITA TRIBUTÁRIA	264.000,00	264.000,00	55.239,27	20,92	231.345,73	32.654,27
IMPOSTOS	250.900,00	250.900,00	54.260,00	21,63	217.081,86	33.818,14
TAXAS	12.600,00	12.600,00	979,27	7,77	14.263,87	-1.663,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	900,00	900,00	0,00	0,00	0,00	900,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	18.000,00	3.278,89	18,22	15.439,31	2.560,69
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	18.000,00	18.000,00	3.278,89	18,22	15.439,31	2.560,69
RECEITA PATRIMONIAL	76.000,00	76.000,00	27.433,93	36,10	98.162,94	-22.162,94
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	76.000,00	76.000,00	27.433,93	36,10	98.162,94	-22.162,94
RECEITA DE SERVIÇOS	108.700,00	108.700,00	10.722,31	9,86	71.723,88	36.976,12
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.878.880,00	10.878.880,00	1.274.987,10	11,72	6.962.813,50	3.916.066,50
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.801.880,00	10.801.880,00	1.257.952,39	11,65	6.894.253,26	3.907.626,74
Transf. de Conv.	77.000,00	77.000,00	17.034,71	22,12	68.560,24	8.439,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.600,00	46.600,00	3.247,65	6,97	34.924,61	11.675,39
Multas e Juros de Mora	19.400,00	19.400,00	437,45	2,25	7.901,50	11.498,50
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.200,00	17.200,00	0,00	0,00	12.287,59	4.912,41
RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.000,00	2.810,20	28,10	14.735,52	-4.735,52
RECEITAS DE CAPITAL	5.636.580,00	5.636.580,00	2.185,11	0,04	744.326,54	4.892.253,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.670.580,00	4.670.580,00	2.185,11	0,05	744.326,54	3.926.253,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	4.670.580,00	4.670.580,00	2.185,11	0,05	744.326,54	3.926.253,46
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.377.094,26	8,09	8.158.736,51	8.870.023,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.377.094,26	8,09	8.158.736,51	8.870.023,49
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	17.028.760,00	17.028.760,00	1.377.094,26	8,09	8.158.736,51	8.870.023,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	919.266,94	—	—	611.056,13	—
Superávit Financeiro	—	919.266,94	—	—	611.056,13	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.028.760,00	1.660.804,87	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	40,33
DESPESAS CORRENTES	9.313.156,00	1.094.332,03	10.407.488,03	815.135,85	7.404.670,53	1.162.284,25	6.455.151,45	62,02
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.128.540,12	-183.325,17	4.945.014,95	662.671,10	3.650.712,64	663.053,46	3.649.177,32	73,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	8.000,00	0,00	7.459,08	37,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.164.615,88	1.277.857,20	5.442.473,08	152.464,75	3.745.957,89	499.230,79	2.798.515,05	51,42
DESPESAS DE CAPITAL	7.710.604,00	566.472,84	8.277.076,84	259.262,00	2.752.786,89	117.076,57	1.081.895,22	13,07
INVESTIMENTOS	7.704.604,00	566.472,84	8.271.076,84	259.262,00	2.751.772,41	117.076,57	1.081.641,60	13,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	1.014,48	0,00	253,62	4,23
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	17.028.760,00	1.660.804,87	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	40,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.028.760,00	1.660.804,87	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	40,33
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	621.689,84	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.028.760,00	1.660.804,87	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	8.158.736,51	43,65

FONTE:
SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 28/11/2014

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0-3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazend.
---	--	---

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		
								%	(b/a)	
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	17.028.760,00	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	100,00	40,33	11.152.518,20
	Ação Legislativa	550.000,00	617.214,32	372,00	403.518,96	0,00	378.134,78	5,02	61,26	239.079,54
	Administração	2.211.515,00	2.154.129,00	177.157,05	1.495.954,76	242.120,55	1.368.976,12	18,16	63,55	785.152,88
	Administração Geral	1.574.200,00	1.509.814,00	93.749,81	1.010.215,28	156.999,37	904.197,95	12,00	59,89	605.616,05
	Administração Financeira	575.000,00	582.000,00	75.866,91	443.805,56	77.060,85	422.844,25	5,61	72,65	159.155,75
	Controle Interno	62.315,00	62.315,00	7.540,33	41.933,92	8.060,33	41.933,92	0,56	67,29	20.381,08
	Assistência Social	655.100,00	719.487,80	37.359,27	387.941,48	64.846,36	305.969,34	4,06	42,53	413.518,46
	Assistência ao Idoso	14.700,00	18.462,80	1.441,00	5.706,01	1.441,00	5.706,01	0,08	30,91	12.756,79
	Assistência ao Portador de Deficiência	5.000,00	5.000,00	-253,89	3.926,11	1.139,45	2.532,77	0,03	50,66	2.467,23
	Assistência a Criança e ao Adolescente	78.000,00	85.979,90	2.282,77	34.027,47	3.239,83	31.363,21	0,42	36,48	54.616,69
	Assistência Comunitária	557.400,00	610.045,10	33.889,39	344.281,89	59.026,08	266.367,35	3,53	43,66	343.677,75
	Saúde	2.641.401,00	3.189.901,05	233.941,36	2.026.502,45	335.101,82	1.700.569,17	22,56	53,31	1.489.331,88
	Atenção Básica	2.577.701,00	3.095.719,19	228.359,82	1.988.588,05	329.069,13	1.663.610,32	22,07	53,74	1.432.108,87
	Vigilância Sanitária	49.500,00	59.999,89	5.521,54	28.295,40	5.972,69	27.339,85	0,36	45,57	32.660,04
	Vigilância Epidemiológica	14.200,00	34.181,97	60,00	9.619,00	60,00	9.619,00	0,13	28,14	24.562,97
	Educação	3.017.444,00	3.509.140,35	466.718,08	2.290.340,56	351.592,68	1.932.778,69	25,64	55,08	1.576.361,66
	Alimentação e Nutrição	146.400,00	152.900,80	17.557,14	115.106,64	23.754,01	92.446,09	1,23	60,46	60.454,71
	Ensino Fundamental	2.647.424,00	2.960.740,67	383.177,21	1.887.845,43	261.240,74	1.586.736,34	21,05	53,59	1.374.004,33
	Ensino Médio	38.500,00	40.820,55	15.879,45	37.944,00	11.631,66	17.512,21	0,23	42,90	23.308,34
	Ensino Profissional	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00	0,00	2.700,00	0,04	100,00	0,00
Ensino Superior	0,00	110.000,00	19.091,99	73.655,07	19.091,99	73.655,07	0,98	66,96	36.344,93	
Educação Infantil	185.120,00	241.978,33	31.012,29	173.089,42	35.874,28	159.728,98	2,12	66,01	82.249,35	
Cultura	95.000,00	95.000,00	6.891,88	34.802,38	11.731,88	30.752,38	0,41	32,37	64.247,62	
Diffusão Cultural	95.000,00	95.000,00	6.891,88	34.802,38	11.731,88	30.752,38	0,41	32,37	64.247,62	
Urbanismo	2.058.500,00	2.137.401,78	10.637,46	211.399,78	39.581,97	168.409,72	2,23	7,88	1.968.992,06	
Infra-Estrutura Urbana	2.008.500,00	2.087.401,78	10.637,46	211.399,78	39.581,97	168.409,72	2,23	8,07	1.918.992,06	
Energia Elétrica	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Habitação	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.028.760,00	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	100,00	40,33
Agricultura	1.529.100,00	1.720.577,68	73.560,94	1.248.359,63	113.175,52	826.594,09	10,97	48,04
Abastecimento	40.000,00	297.150,43	0,00	282.147,80	0,00	55.050,52	0,73	18,53
Extensão Rural	1.336.100,00	1.233.427,25	63.664,90	860.327,59	100.686,48	665.659,33	8,83	53,97
Promoção da Produção Agropecuária	153.000,00	190.000,00	9.896,04	105.884,24	12.489,04	105.884,24	1,40	55,73
Indústria	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.695.500,00	4.043.523,40	65.032,62	1.817.251,27	95.718,43	672.428,69	8,92	16,63
Transporte Rodoviário	3.695.500,00	4.043.523,40	65.032,62	1.817.251,27	95.718,43	672.428,69	8,92	16,63
Desporto e Lazer	136.000,00	97.000,00	2.439,19	63.775,71	11.871,49	39.211,14	0,52	40,42
Desporto Comunitário	136.000,00	97.000,00	2.439,19	63.775,71	11.871,49	39.211,14	0,52	40,42
Encargos Especiais	283.200,00	250.189,49	288,00	177.610,44	13.620,12	113.222,55	1,50	45,25
Serviço da Dívida Interna	26.000,00	26.000,00	0,00	9.014,48	0,00	7.712,70	0,10	29,66
Outras Transferências	150.000,00	128.050,00	0,00	127.900,00	12.877,84	69.880,89	0,93	54,57
Outros Encargos Especiais	107.200,00	96.139,49	288,00	40.695,96	742,28	35.628,96	0,47	37,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	17.028.760,00	18.689.564,87	1.074.397,85	10.157.457,42	1.279.360,82	7.537.046,67	100,00	40,33

FONTE:

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 28/11/2014

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazend
---	---	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO -MDE

MUNICÍPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	277.900,00	277.900,00	52.219,59	175.551,97	63,17
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	24.200,00	24.200,00	789,31	21.115,19	87,25
1.1.1- IPTU	23.000,00	23.000,00	780,06	25.711,20	111,79
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100,00	100,00	9,25	29,05	29,05
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(100,00)	(100,00)	0,00	(4.625,06)	4.625,06
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	22.381,70	38.625,58	77,25
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	22.381,70	38.625,58	77,25
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	80.700,00	80.700,00	7.796,50	35.214,94	43,64
1.3.1- ISS	55.000,00	55.000,00	7.782,35	22.513,88	40,93
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	100,00	100,00	14,15	91,21	91,21
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	10.100,00	10.100,00	0,00	7.292,97	72,21
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.500,00	15.500,00	0,00	5.316,88	34,30
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	123.000,00	123.000,00	21.252,08	80.596,26	65,53
1.4.1- IRRF	123.000,00	123.000,00	21.252,08	80.596,26	65,53
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	11.426.700,00	11.426.700,00	1.269.646,72	5.720.217,84	50,06
2.1- Cota-Parte FPM	7.580.000,00	7.580.000,00	817.552,68	3.857.285,62	50,89
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.580.000,00	7.580.000,00	817.552,68	3.857.285,62	50,89
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.600.800,00	3.600.800,00	424.542,23	1.756.534,49	48,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	12.000,00	12.000,00	1.916,60	6.708,10	55,90
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	7.066,13	26.975,48	44,96
2.5- Cota-Parte ITR	1.400,00	1.400,00	9,65	245,61	17,54
2.6- Cota-Parte IPVA	172.500,00	172.500,00	18.559,43	72.468,54	42,01
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.704.600,00	11.704.600,00	1.321.866,31	5.895.769,81	50,37
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	109.100,00	109.100,00	19.879,18	66.851,95	61,28
5.1- Transferências do Salário-Educação	50.000,00	50.000,00	9.520,51	39.677,09	79,35
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	14.300,00	14.300,00	2.632,00	7.896,00	55,22
5.4- Transferências Diretas - PNAE	44.400,00	44.400,00	7.308,68	18.271,70	41,15
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	400,00	400,00	417,99	1.007,16	251,79
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.003.100,00	1.003.100,00	41.721,50	498.993,20	49,75
6.1- Transferências de Convênios	993.000,00	993.000,00	38.658,12	493.832,36	49,73
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.100,00	10.100,00	3.063,38	5.160,84	51,10
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.100,00	1.100,00	0,00	112.715,98	10.246,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.113.300,00	1.113.300,00	61.600,68	678.561,13	60,95
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.984.580,00	1.984.580,00	253.928,99	1.144.042,18	57,65
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.370.000,00	1.370.000,00	163.510,49	771.456,92	56,31
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	580.000,00	580.000,00	84.908,26	351.306,22	60,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.400,00	2.400,00	383,32	1.341,62	55,99
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.900,00	11.900,00	1.413,25	5.395,15	45,34
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	280,00	280,00	1,93	49,11	17,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	20.000,00	20.000,00	3.711,74	14.493,16	72,47
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	481.000,00	481.000,00	83.602,40	348.371,22	72,43
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	480.000,00	480.000,00	82.904,28	346.003,03	72,08
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.000,00	1.000,00	698,12	2.368,19	236,82
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.504.580,00	-1.504.580,00	-171.024,71	-798.039,15	53,04
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	481.000,00	485.218,49	78.907,05	304.856,58	62,83
13.1- Com Educação Infantil	112.000,00	116.218,49	20.339,62	86.087,72	74,07
13.2- Com Ensino Fundamental	369.000,00	369.000,00	58.567,43	218.768,86	59,29
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	481.000,00	485.218,49	78.907,05	304.856,58	62,83
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					304.856,58
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					87,51
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					12,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	2.926.150,00	2.926.150,00	330.466,58	1.473.942,45	50,37
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	187.720,00	194.638,49	30.807,01	123.845,84	63,63
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.585.524,00	1.478.924,00	291.010,47	841.811,69	56,92
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	369.000,00	369.000,00	58.567,43	218.768,86	59,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.216.524,00	1.109.924,00	232.443,04	623.042,83	56,13
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.773.244,00	1.673.562,49	321.817,48	965.657,53	57,70
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-798.039,15
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.368,19
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.218,49
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-791.452,47
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.757.110,00
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,8
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	50.200,00	55.042,90	11.364,70	25.437,36	46,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.101.000,00	1.574.834,96	446.497,62	482.950,50	30,67
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.151.200,00	1.629.877,86	457.862,32	508.387,86	31,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.924.444,00	3.303.440,35	779.679,80	1.474.045,39	44,62

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		4.218,49	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		346.003,03	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		304.856,58	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		304.856,58	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.368,19	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		47.733,13	0,00

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 28/11/2014

Gilnei Antonio Guth	Serlei Fatima Puntel	Silvio Richardt
Prefeito Municipal	Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Secretário Administração e Fazenda

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.218,49, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)		R\$ 1,00		
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	278.000,00	278.000,00	234.456,59	84,34
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	23.000,00	23.000,00	25.711,20	111,79
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	59.280,17	118,56
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	55.000,00	55.000,00	31.973,03	58,13
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	123.000,00	123.000,00	104.742,52	85,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	200,00	200,00	139,82	69,91
Dívida Ativa dos Impostos	11.100,00	11.100,00	7.292,97	65,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	15.700,00	15.700,00	5.316,88	33,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.426.700,00	11.426.700,00	7.099.334,96	62,13
Cota-Parte FPM	7.580.000,00	7.580.000,00	4.621.872,40	60,97
Cota-Parte ITR	1.400,00	1.400,00	1.387,46	99,10
Cota-Parte IPVA	172.500,00	172.500,00	92.110,03	53,40
Cota-Parte ICMS	3.600.800,00	3.600.800,00	2.229.765,91	61,92
Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	33.965,21	56,61
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	12.000,00	12.000,00	120.233,95	1.001,95
Desoneração ICMS (LC 87/96)	12.000,00	12.000,00	8.624,70	71,87
Outras	0,00	0,00	111.609,25	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.704.700,00	11.704.700,00	7.333.791,55	62,66

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	554.960,00	554.960,00	467.497,53	84,24
Provenientes da União	509.860,00	509.860,00	387.771,09	76,05
Provenientes dos Estados	45.100,00	45.100,00	79.726,44	176,78
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.100,00	1.100,00	179,45	16,31
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	556.060,00	556.060,00	467.676,98	84,11

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.323.721,00	2.883.133,66	1.789.259,55	62,06	1.533.481,40	53,19
Pessoal e Encargos Sociais	1.072.840,12	1.029.254,78	745.445,79	72,43	745.261,46	72,41
Outras Despesas Correntes	1.250.880,88	1.853.878,88	1.043.813,76	56,30	788.219,94	42,52

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	317.680,00	306.767,39	237.242,90	77,34	167.087,77	54,47
	317.680,00	306.767,39	237.242,90	77,34	167.087,77	54,47
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.641.401,00	3.189.901,05	2.026.502,45	63,53	1.700.569,17	53,31
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	615.540,00	1.098.009,37	467.497,53	23,07	467.497,53	27,49
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	554.960,00	1.037.429,37	467.497,53	23,07	467.497,53	27,49
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	60.580,00	60.580,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	615.540,00	1.098.009,37	467.497,53	23,07	467.497,53	27,49
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.025.861,00	2.091.891,68	1.559.004,92	40,46	1.233.071,64	25,82
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,81
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/10%]						133.002,91

Continua 2/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
				INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 26				
		LIMITE NÃO CUMPRIDO		
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	2.577.701,00	3.095.719,19	1.988.588,05	98,13	1.663.610,32	97,83
	49.500,00	59.999,89	28.295,40	1,40	27.339,85	1,61
	14.200,00	34.181,97	9.619,00	0,47	9.619,00	0,57
TOTAL	2.641.401,00	3.189.901,05	2.026.502,45	100,00	1.700.569,17	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SAO MIGUEL DA BOA VISTA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

SAO MIGUEL DA BOA VISTA, 28/11/2014

Gilnei Antonio Guth Prefeito Municipal	Serlei Fatima Puntel Contadora - CRC-SC 021.445/0 -3	Silvio Richardt Secretario Administracao e Fazenda
---	---	---

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 276/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 276/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 103/2014-PMS - Processo nº. 231/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BANCO DO BRASIL S.A., sociedade de economia mista, com sede na Capital Federal, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº. 00.000.000/6120-49.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo CONTRATADO, dos serviços de pagamentos das Ordens Bancárias - OB, por meio do Sistema OBN - Ordens Bancárias dos Estados e Municípios.

PARÁGRAFO ÚNICO - São as seguintes as modalidades de Ordens Bancárias, a serem processadas pelo Sistema OBN:

1) Modalidade Débito na Conta Única do Ente Público:

- OB tipo 11 - Ordem Bancária de Crédito, cuja conta do favorecido é em outro banco;
- OB tipo 12 - Ordem Bancária de Crédito, cuja conta do favorecido é no Banco do Brasil;
- OB tipo 13 - Ordem Bancária Banco, para pagamentos referentes a convênios mantidos no BB, processadas no terminal de Caixa;
- OB tipo 14 - Ordem Bancária para transferência entre contas de mesma titularidade com float zero;
- OB tipo 16 - Ordem Bancária para pagamento em espécie, na Rede de agências do CONTRATADO no País, exclusiva para favorecido que não possui domicílio bancário;
- OB tipo 17 - Ordem Bancária Lista, possibilita o pagamento para vários favorecidos em uma única ordem;
- OB tipo 18 - Ordem Bancária Fatura com código de barras, para liquidação de títulos, guias, carnês e assemelhados referentes a convênios mantidos no BB;
- OB tipo 19 - Ordem Bancária Fatura sem código de barras, para liquidação de GPS, DARF e DARF simples;
- OB tipo 21 - Ordem Bancária para Débito na conta de devolução/cancelamento de OB e crédito na Conta Única do conveniente.

2) Modalidade Débito na Conta de Convênio:

- OB tipo 31 - Ordem Bancária de Crédito em conta de favorecido em outro banco;
- OB tipo 32 - Ordem Bancária de Crédito em conta do favorecido no Banco do Brasil;
- OB tipo 33 - Ordem Bancária Banco, para pagamentos referentes a convênios mantidos no BB, processadas no terminal de Caixa;
- OB tipo 34 - Ordem Bancária para transferência entre contas de mesma titularidade com float zero;
- OB tipo 36 - Ordem Bancária para pagamento em espécie, na

Rede de agências do CONTRATADO no País, exclusiva para favorecido que não possui domicílio bancário;

- OB tipo 37 - Ordem Bancária Lista que possibilita o pagamento para vários favorecidos em uma única ordem;
- OB tipo 38 - Ordem bancária Fatura com código de barras, para liquidação de títulos, guias, carnês e assemelhados referentes a convênios mantidos no BB;
- OB tipo 39 - Ordem Bancária Fatura sem código de barras, para liquidação de GPS, DARF e DARF simples.

Data da Assinatura: 28/11/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 278/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 278/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 103/2014-PMS

Processo nº. 223/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: J.K. PNEUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 78.653.946/0005-78, estabelecida na Rua Dr. João Colin, nº. 1300, America, Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89204-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Pneu novo radial 175/70 R14 - dob-lô, Kangoo	20	Unidade	168,00	3.360,00
03	Pneu novo radial 205/75 R16C - boxer, master - 12 lonas	20	Unidade	410,00	8.200,00

04	Pneu novo radial - Sprinter 225/70 R15C - 12 Lonas	10	Unidade	352,00	3.520,00
07	Pneu novo radial 185 R14 - 8 lonas - Kombi	16	Unidade	230,00	3.680,00
TOTAL R\$					18.760,00

Valor do contrato: R\$ 18.760,00 (dezoito mil setecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 28/11/2014 - Vigência: 28/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 279/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 279/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 103/2014-PMS

Processo nº. 223/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAICON PNEUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.211.237/0001-47, estabelecida na Rua Petrópolis nº. 1013, Itaum, Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.208-300.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	Pneu novo radial 215/75, R17,5 - 12 lonas microônibus Iveco - 12 lonas	12	Unidade	600,00	7.200,00

09	Pneu novo radial 205/60 R16 - Fluence	8	Unidade	410,00	3.280,00
11	Pneu novo radial 165/80 R13 - UP	30	Unidade	278,00	8.340,00
TOTAL R\$					18.820,00

Valor do contrato: R\$ 18.820,00 (dezoito mil oitocentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 28/11/2014 - Vigência: 28/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 280/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 280/2014-PMS

Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 103/2014-PMS

Processo nº. 223/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 72.253.404/0001-06, estabelecida na Rua Petrópolis nº. 1013, Petrópolis, Cidade Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.208-301.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
06	Pneu novo radial 185/65 R15 - Pálio e Logan - C. Tutelar, Procon, Vigilância e Polícia Militar	40	Unidade	215,00	8.600,00
TOTAL R\$					8.600,00

Valor do contrato: R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)
Data da Assinatura: 28/11/2014 - Vigência: 28/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 281/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 281/2014-PMS
Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 103/2014-PMS
Processo nº. 223/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MODELO PNEUS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 94.510.682/0001-26, estabelecida na Rua Marechal Humberto Castelo Branco, nº 56, na Cidade de Bento Gonçalves, Estado de Rio Grande do Sul, CEP: 95700-000.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pneu novo modelo ATR, 4 X 4 SUV (Spot Uty Vehicle camionhetes), largura da banda 215 (21,5 cm), perfil 65 (215 mm = 13,975 cm), diâmetro do aro 16", indice de carga por eixomínimo 98 (750 Kg), indice de velocidade mínimo T (190 Km/h), dimensões aproximadas do pneu (cm)- AxCxL 68,6 X 68,6 X21,5, peso aproximado 11,35 Kg, aplicabilidade terra/asfalto e garantia 60 meses.	8	Unidade	310,00	2.480,00
08	Pneu novo radial 175/70 R13 - corsa, vivace,saveiro, courier, celta, uno	48	Unidade	135,00	6.480,00

10	Pneu novo radial 175/65 R14 - prisma	12	Unidade	168,00	2.016,00
TOTAL R\$					10.976,00

Valor do contrato: R\$ 10.976,00 (dez mil novecentos e setenta e seis reais)
Data da Assinatura: 28/11/2014 - Vigência: 28/11/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A65/2014 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A65/2014 - PMS
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 39/2013 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Ivan Krug, inscrito no CPF sob o nº. 836.081.509-78, portador da Carteira de Identidade no 33334421.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 39/2013-PMS, celebrado em 09 de abril de 2013, proveniente Processo Licitatório nº. 16/2013 -PMS, Pregão Presencial nº. 07/2013-PMS, visando a contratação de prestadora de seguros para veículos e predial para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comercio e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição), para o novo período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, no valor total de R\$ 954,71 (novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), referente ao abaixo descrito:

LOTE VI - SEGURO PREDIAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
47	TERRENO CONTENDO 01 (UM) POSTO DE SAÚDE EM ALVENARIA COM METRAGEM TOTAL DE 1.095,40m², CONTENDO VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, LOCALIZADO RUA PAULO JAHN Nº 147 - CENTRO - SCHROEDER/SC.	954,71	954,71

COBERTURAS LOTE VI - SEGURO PREDIAL

Incêndio		R\$ 350.000,00
Recomposição de Documentos		R\$ 4.000,00
Impacto de Veículos/Queda de Aeronaves		R\$ 35.000,00
Danos Elétricos		R\$ 10.000,00
Vendaval		R\$ 20.000,00
Roubo/Furto de Bens		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Operações		R\$ 10.000,00
Responsabilidade Civil Danos Morais		R\$ 10.000,00
Assistência Empresarial		Contratar

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Quarta "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 954,71 (novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e um centavos), alterando o valor total do contrato para R\$ 2.636,35 (dois mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 39/2013-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Ivan Krug

CPF nº 836.081.509-78

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

TERMO ADITIVO Nº. A66/2014 – PMS

TERMO ADITIVO Nº. A66/2014 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 43/2014 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Roberto Martins, inscrito no CPF sob o nº 637.090.827-49, portador da Carteira de Identidade nº 04737397-2-FP/RJ.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 43/2014-PMS, celebrado em 21 de março de 2014, proveniente Processo Licitatório nº. 51/2014 -PMS, Dispensa nº. 22/2014-PMS, visando à contratação de prestadora de seguro para veículo Fiat Palio WK attrac 1.4, ano 2013, modelo 2014, placa MLL8680, na cor Branca, álcool/gasolina lotado no Conselho Tutelar da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC., regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, e artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local", para o novo período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Terceira "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.332,15 (um mil trezentos e trinta e dois reais e quinze centavos), alterando o valor total do contrato original para R\$ 2.364,15 (dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 43/2014-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A

Paulo Roberto Martins

CPF nº 637.090.827-49

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____	2ª _____
Nome: Ivandra de Souza	Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 047.563.299-00	CPF nº. 053.350.739-18

RESOLUÇÃO Nº 010/2014 - CMAS

Resolução nº. 010/2014.

Dispõe sobre a revogação da inscrição no Conselho Municipal de Assistência social - CMAS da entidade Clube dos Idosos de Schroeder.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS;

Considerando a visita realizada à Entidade na data de 08 de outubro de 2014 e o parecer dado pela Comissão;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 21 de outubro de 2014;

Resolve:

Art. 1º Revogar a inscrição da Entidade Clube dos Idosos de Schroeder junto ao CMAS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de outubro de 2014.

Ercílio Silvio Ramos
Presidente do CMAS

TERMO ADITIVO Nº. A7/2014 – FAS

TERMO ADITIVO Nº. A7/2014 - FAS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2014 - FAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.074.175/0001-38 e inscrição Estadual nº. 108.244.683.111, estabelecida na Avenida das Nações Unidas, nº. 11711, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.578-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Paulo Roberto Martins, inscrito no CPF sob o nº. 637.090.827-49, portador da Carteira de Identidade no 04737397-2-FP/RJ.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 07/2014-FAS, celebrado em 20 de março de 2014, proveniente Dispensa de Licitação

nº. 05/2014-FAS, Processo nº. 08/2014-FAS, para contratação de prestadora de seguros para veículo Fiat Uno 1.0, ano/modelo 2014, placa MLN8252, na cor Branca, álcool/gasolina, para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 57, II, e artigo 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de aditivo de prazo para o período 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Segunda "do prazo de entrega e do local", para o novo período de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Cláusula 2ª - Fica a partir deste a Cláusula Terceira "do valor do contrato" no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 1.269,07 (um mil duzentos e sessenta e nove reais e sete centavos), alterando o valor total do contrato original para R\$ 2.230,07 (dois mil, duzentos e trinta reais e sete centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 07/2014-FAS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 28 de novembro de 2014.

CONTRATADA:

MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A
Paulo Roberto Martins
CPF nº 637.090.827-49

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____	2ª _____
Nome: Ivandra de Souza	Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 047.563.299-00	CPF nº. 053.350.739-18

ATA PREGÃO PRESENCIAL 103/2014-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de pneus novos radiais para veículos e micro-ônibus da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 168/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 28 de Novembro de 2014, às 07:59 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 223/2014, Licitação nº 103/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se após recebimento da Certidão de Negativa de Débitos do INSS e Federal da empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, protocolada dentro do prazo estabelecido anteriormente na ata nº. 162/2014 (sequência 01) de 21 de novembro de 2014. Constatando que a Certidão apresentada pela empresa MKJ COMÉRCIO DE PNEUS E CONSTRUÇÕES LTDA. - ME, apresentou a Certidão de Negativa de Débitos do INSS e Federal de acordo com as exigências do edital, resultando habilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia da ata aos participantes.

Participante: 8761 - J.K. PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Pneu novo radial 175/70 R14 - dobrô, Kangoo	UN	20,00	Bridgestone	0,0000	168,00	3.360,00
3	Pneu novo radial 205/75 R16C - boxer, master - 12 lonas	UN	20,00	Bridgestone	0,0000	410,00	8.200,00
4	Pneu novo radial - Sprinter 225/70 R15C - 12 Lonas	UN	10,00	Bridgestone	0,0000	352,00	3.520,00
7	Pneu novo radial 185 R14 - 8 lonas - Kombi	UN	16,00	Firestone	0,0000	230,00	3.680,00
Total do Participante ----->							18.760,00

Participante: 9762 - MODELO PNEUS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Pneu novo modelo ATR, 4 X 4 SUV (Spot Utility Vehicle camionhetes), largura da banda 215 (21,5 cm), perfil 65 (215 mm = 13,975 cm), diâmetro do aro 16", índice de carga por eixo mínimo 98 (750 Kg), índice de velocidade mínimo T (190 Km/h), dimensões aproximadas do pneu (cm)- AxCxL 68,6 X 68,6 X 21,5, peso aproximado 11,35 Kg, aplicabilidade terra/asfalto e garantia 60 meses.	UN	8,00	Dueler H/T 98T Bridg	0,0000	310,00	2.480,00
8	Pneu novo radial 175/70 R13 - corsa, vivace, saveiro, courier, celta, uno	UN	48,00	Seib.500 82S	0,0000	135,00	6.480,00
10	Pneu novo radial 175/65 R14 - prisma	UN	12,00	Seib.500 82V	0,0000	168,00	2.016,00
Total do Participante ----->							10.976,00

Participante: 12976 - MAICON PNEUS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Pneu novo radial 215/75, R17,5 - 12 lonas microônibus Iveco - 12 lonas	UN	12,00	DOUBLE COIN	0,0000	600,00	7.200,00
9	Pneu novo radial 205/60 R16 - Fluence	UN	8,00	JINYU	0,0000	410,00	3.280,00
11	Pneu novo radial 165/80 R13 - UP	UN	30,00	PIRELLI	0,0000	278,00	8.340,00
Total do Participante ----->							18.820,00

Participante: 12977 - MKJ COMERCIO DE PNEUS E CONSTRUÇOES LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Pneu novo radial 185/65 R15 - Pálio e Logan - C. Tutelar, Procon, Vigilância e Polícia Militar	UN	40,00	GOFORM	0,0000	215,00	8.600,00
Total do Participante ----->							8.600,00
Total Geral ----->							57.156,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 103/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 223/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 28 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane klitzke	- - Equipe de Apoio

INEXIGIBILIDADE Nº 07/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 7/2014 - IL Processo Nr.: 241/2014 Data: 28/11/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA Endereço: Rua 220,200 Cidade: Itapema - SC CNPJ: 03.725.725/0001-35	Código: 11311 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de gerenciamento, divulgação e publicação on-line dos atos oficiais desse Município (legislação consolidada por indexação e por dentro do texto), na rede mundial de computadores - internet para suprir as necessidades da Prefeitura de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos, Concursos Públicos e Licitações) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.	MÊS	979,69	11.756,28

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

JUSTIFICATIVA

Necessidade de manter a publicidade dos atos oficiais, com a importante ferramenta de busca de leis por termos (palavras chaves) de forma a garantir a transparência e acesso à informação para a população de Schroeder. Sendo que a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA apresentou a declaração da ASSESPRO nos qualifica como a única empresa a prestar os serviços conforme oferecidos, possibilitando assim, a contratação pela inexigibilidade de licitação. Sendo pagos trimestralmente.

Schroeder, 28 de Novembro de 2014

 OSVALDO JURCK
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 7/2014 - IL**

Processo Nr.: 241/2014
Data: 28/11/2014

Folha: 2/2

26/11/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 26 de Novembro de 2014

Valor da Despesa: 11.756,28 (onze mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL 12/2014-FAS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2014 Data do Processo: 20/10/2014

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 21/2014 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de aparelho de condicionador de ar para o auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 28 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 12/2014-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 12/2014 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 24/2014
Data do Processo: 20/10/2014

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição e instalação de aparelho de condicionador de ar para o auditório do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2014

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 28 de Novembro de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 124/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2014

Objeto: Aquisição de um VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO MOTOCICLETA 125 CILINDRADAS, 0 (ZERO) KM, FABRICAÇÃO 2014/2015, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas na peça Editalícia e anexos.

Tipo de julgamento: menor preço por item.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislação aplicáveis à espécie; bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 13h:30min do dia 12 de dezembro de 2014, com início da credenciamento e abertura marcada para as 13h:45min do dia 12 de dezembro de 2014.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 13h:00min as 19h:00min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 26 de novembro de 2014.

Edson Martins da Rosa

Prefeito Municipal em Exercício

Timbó**PREFEITURA****3664(21.11) - DECRETO REAJUSTE TARIFA DE ÔNIBUS - LANCATUR**

DECRETO Nº 3664, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Reajusta o preço da passagem no transporte coletivo urbano do Município de Timbó, a contar de 01 de dezembro de 2014.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa conferida pelo artigo 50, XX e XXV, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, e fundamentada na Lei Complementar Municipal nº 256/2003, e Lei Federal nº 8.987/95; e

Considerando-se a concessão dos serviços públicos de transporte coletivo urbano, na forma da Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se que a empresa concessionária LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, requereu o reajuste do preço praticado no Município, nos termos do contido na Cláusula Décima Nona do Contrato Administrativo nº 20/2004;

Considerando-se a demonstração da defasagem no preço atual pela planilha de custos do transporte coletivo urbano, apresentada pelo Departamento Municipal de Trânsito;

Considerando-se o Parecer Técnico favorável ao reajuste pelo Departamento Municipal de Trânsito e a necessidade de manutenção da viabilidade do sistema de transporte coletivo urbano, com o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

Considerando-se a prática anterior de aplicação de preços diferenciados a usuários estudantes, equiparando-os aos estudantes usuários do transporte intermunicipal beneficiados pela Lei Estadual nº 5.684, de 09/05/80 e Decreto Estadual nº 12.601, de 06/11/80, consoante previsão do Edital de Licitação Concorrência Pública nº 036/2004 e Contrato Administrativo nº 20/2004;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado para R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos), o valor da passagem cobrada pelo Transporte Coletivo Urbano, concedido para empresa LANCATUR Transporte e Turismo Ltda, através do Processo Licitatório - Concorrência Pública nº 36/2004, na cidade de Timbó-SC.

Parágrafo único. O aluno do Ensino Fundamental e Médio, devidamente matriculado, terá direito a desconto de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos), que representa 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem prevista no caput deste artigo, mediante a aquisição de passe mensal, durante o período escolar, no trajeto escola-casa e vice-versa.

Art. 2º Revoga-se o Decreto nº 3357, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, gerando efeitos a contar de 01 de dezembro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 8º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

ATA DE CONVOCAÇÃO ABERTURA NOVAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA N.º 114 2014 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 114/2014 - PMT

Às onze horas, do vigésimo oitavo dia, do mês de novembro de dois mil e catorze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Concorrência Nº 114/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) dos serviços de pavimentação asfáltica, reperfilagem em corredores de serviços, implantação de ciclovias e recuperação estrutural de revestimento asfáltico, em ruas do Município de Timbó, que compreende os projetos relacionados ao convênio n.º 2550/2014, firmado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Timbó, processo n.º SDR35 1572/2014. Tendo em vista a apresentação tempestiva de novas propostas pelas empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÕES LTDA e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, de acordo com o estabelecido na ata do dia 18/11/14, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes das novas propostas, se realizará no dia 03 de dezembro de 2014, às 08:00 horas, na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intinem-se.

CARMELINDE BRANDT
PresidentePAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
SecretáriaALINE BURGER
Membro**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 48 2013 SAMAE - PROJESAN**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 48/2013

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADO: Projesan Saneamento Ambiental Ltda

OBJETO: Acréscimo de 30.000 kg ao item 00052 - Sulfato de alumínio líquido isento de ferro 50% $al_2(so_4)_3$ cas nº 10. 043-01-3 (trissulfato de alumínio) com as seguintes características: concentração - 50 +/- 2%; densidade - 1,250 - 1,340 g/ ml; óxido de alumínio - mínimo: 6%; óxido de ferro - máximo: 0,03%; acidez livre - 2%; basicidade (alcalinidade) - 2%.

DATA DA ASSINATURA: 18/11/2014.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE**EXTRATO ADITIVO AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 08 2014 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2014 - SAME

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADO: LED 21 Importadora e Exportadora Ltda - Epp.

OBJETO: Acréscimo de 312 fardos ao item 0002 - Embalagem para coleta seletiva de materiais com as seguintes características: produzido em polietileno reciclado de aparas industriais; cor cinza esverdeado; textos impressos: para coleta de material reciclável, logomarca - SAMAE Timbó/SC, símbolo produzido com material reciclado - patrimônio público, e demais imagens e informações conforme layout em anexo, escritas e logo na cor preta; impressão corrida, furação três furos vazados com 01 (um) centímetro a 08 (oito) da boca, sem sanfona e sem reforço na boca, medida 70cm largura x 90cm comprimento x 0,07cm (700µ) espessura, fardo com 200 embalagens.

DATA DA ASSINATURA: 18/11/2014.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente do SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

ATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2014

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 15/2014

PREGÃO Nº 06/2014

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e catorze, às nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº Bairro das Nações, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 12/2014, de 10/03/2014, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, realizar a sessão pública do Pregão Presencial 06/2014, objeto do Processo Licitatório nº 15/2014, destinado à aquisição de cobertura para veículos do tipo toldo e sua instalação no edifício sede da Câmara Municipal de Timbó. Iniciados os trabalhos, acudiu ao pregão apresentando os documentos para o credenciamento e os envelopes nº 01 e nº 02 com a proposta de preços e com os documentos de habilitação respectivamente, a empresa Indústria e Comércio de Toldos Timbó Ltda - EPP, representada por Klaus Diether Brunner Jr, os envelopes foram rubricados pelo pregoeiro e pelos representantes das licitantes. Verificou-se que a empresa Indústria e Comércio de Toldos Timbó Ltda - EPP, não apresentou certidão da junta comercial da sua condição de EPP, conforme item 8.2.4 do edital razão porque não poderá usufruir os benefícios da Lei Complementar 123. O Pregoeiro procedeu a abertura do envelope contendo a proposta de preço da empresa Indústria e Comércio de Toldos Timbó Ltda - EPP, que apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 31.890,00. Analisada e rubricada a proposta constatou-se que atende as exigências do edital. Na fase de lances verbais e negociação com a empresa participante, conforme os critérios estabelecidos no Edital obteve-se o valor de R\$ 30.900,00. O Item I foi vencido pela empresa Indústria e Comércio de Toldos Timbó Ltda - EPP, com o valor de R\$ 30.900,00. O Pregoeiro procedeu à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação

da empresa que apresentou a melhor Proposta, e, depois de analisada, constatou-se que os documentos de habilitação jurídica e fiscal da empresa atendem os requisitos exigidos no Edital, sendo declarada vencedora do item I a empresa Indústria e Comércio de Toldos Timbó Ltda - EPP, com o valor de R\$ 30.900,00. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou o objeto da licitação à empresa declarada vencedora. Nada mais havendo a tratar na sessão pública do Pregão Presencial n. 06/2014, o Pregoeiro encerrou os trabalhos com a lavratura desta ata, que lida e achada conforme os trabalhos realizados, vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante da licitante presente. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PREGOEIRO: Ailton Bertoldi

Equipe de apoio:

Éverton Bica Pedroso Ruben Parno Clara Weiss Roncalio

PARECER FINAL COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 47/2014

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Projeto de Lei Ordinária nº 47/2014 - Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício de 2015.

Iniciativa do Projeto- Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.
Relator - Vereador Marcelo Luiz Ferrari.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, conforme inciso III do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Timbó, que tem como objetivo estimar a receita e fixar a despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2015, tecnicamente conhecida como Lei Orçamentária Anual.

O respectivo Projeto foi protocolizado nesta Casa no dia 31 de outubro, tendo sido apresentado em Plenário no dia 4 de novembro e encaminhado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no mesmo dia, para análise e elaboração de parecer preliminar sob a matéria no que tange ao seu aspecto formal, o qual foi publicado no 07 de novembro, na forma regimental. Cabe agora, após a realização da audiência pública no dia 12 de novembro e a apresentação do parecer final do relator, a apresentação do parecer final por esta Comissão.

II - PARECER FINAL DA COMISSÃO

a) Das emendas e respectiva análise pela Comissão

Não foram apresentadas emendas pelos Vereadores dentro do prazo regimental.

b) Da Fundamentação pela Comissão

A presente Comissão, diante do parecer final apresentado por seu Relator no dia 26 de novembro do corrente, em reunião ordinária desta Comissão, conforme estipulação regimental, acata a fundamentação do mesmo, tendo em vista estar o presente projeto devidamente instruído com demonstrativo setorizado de despesas e receitas, respeitando Lei de Diretrizes Orçamentárias - bem como as metas e prioridades da administração em suas despesas de capital que estão demonstradas no presente projeto, demonstrado assim o plano de governo do Poder Público do Município de Timbó

exposta na citada Lei para o próximo ano no que diz respeito às implementações de políticas públicas nas áreas estipuladas pelos seus programas.

III - CONCLUSÃO

Considerando o parecer prévio desta Comissão publicado no dia 07 de novembro na forma regimental, que demonstrou a legalidade da formalidade do presente projeto;
Considerando a realização de audiência pública legalmente prevista no parágrafo único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2000 e do art. 44 da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade;
Considerando a fundamentação do Parecer Final do Relator desta Comissão bem como a manifestação final da Comissão que ora se exara, esta se manifesta de forma favorável à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 47/2014.

Esse é o Parecer.

Timbó, em 28 de novembro de 2014.

Douglas Emanuel Marchetti
Presidente

Fabrizio Dalcastagné	Marcelo Luiz Ferrari
Membro	Relator

Tunápolis

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 50/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 50/2014

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 50/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enói Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a Empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA- EPP, estabelecida na Rua Pe. João Rick, n.89, centro, no Município de Itapiranga/SC, neste representado pelo Sr. Henrique Nedel, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 50/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 50/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 06 de setembro de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 69/2014 e Pregão Presencial nº 45/2014 em que consta como objeto "Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços e instalação de Link de internet para esta Municipalidade para o exercício de 2014", conforme segue descrição abaixo:

item	Qtade	unid	Preço máximo	Especificação
1	12	meses	600,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 3 MBPS FULL (3 MBPS de download e 3 MBPS de Upload), com no mínimo 6 IPS validos. (Disponibilizado na Prefeitura Municipal)
2	12	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP válido.(Disponibilizado na Escola de Linha São Pedro)
3	12	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP válido.(Disponibilizado na Escola de Linha Pitangueira)
4	12	meses	165,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de no mínimo 1 MBPS FULL (1 MBPS de download e 1 MBPS de Upload), com IP válido.(Disponibilizado na Escola de Linha Fátima)

5	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria de Educação)
6	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria da Saúde) Unidade 01
7	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria da Agricultura)
8	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria de Educação Ensino Infantil)
9	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria da Saúde)Unidade 02
10	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado no CRAS.)
11	12	meses	94,00	Serviço de acesso (mensal) à internet banda larga 24 horas por dia, de2 MBPS de download e 1 MBPS de upload, com garantia de 30% da banda contratada.(Disponibilizado na Secretaria de Educação ESCOLA HELGA FOLLMANN)

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para todo o exercício financeiro de 2015, iniciando em janeiro a 31 de dezembro de 2015, sem reajuste ou acréscimos de valores durante a vigência deste termo.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 27 de novembro de 2014.

Enoi Scherer	INFORMÁTICA ITAPIRANGA LTDA-ME
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATDA

Testemunhas:

1) _____	2) _____
Cleverson Inácio Kerkoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

RESOLUÇÃO Nº 17/2014

RESOLUÇÃO Nº 017/2014

ANTECIPA HORÁRIO PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a antecipação da Sessão Ordinária das 19h00min do dia 01 de Dezembro de 2014 (segunda-feira), para as 18h00min do mesmo dia conforme deliberação em Plenário na Sessão Ordinária do dia 24 de Novembro de 2014.

Art.2º revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC-
Em 25 de Novembro de 2014.

FLÁVIO ALBANO WENDLING	NILSI SENH
Presidente	Vice-Presidente

SÉRGIO LUÍS EIDT	GILBERTO LUNKES
1º Secretário	2º Secretário

Urussanga

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 150/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 150/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BNW7565	55936358	30/06/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 978/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 978/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BLU0971	54758544E	26/07/2014	65992	230 * V	191.53
DSL6132	55455141C	10/04/2014	69200	233	127.69
ILW1727	54758446E	21/07/2014	66372	230 * IX	127.69
ILW1727	54758447E	21/07/2014	66371	230 * IX	127.69
LYH7190	54759076E	24/07/2014	54522	181 * VIII	127.69
MBL7954	55049494D	25/07/2014	66102	230 * VII	127.69
MCJ4196	54759019E	06/08/2014	51851	167	127.69
MEA0673	54756082E	28/03/2014	57461	187 * I	85.12
MFW0298	55049498D	25/07/2014	50100	162 * I	574.61
MFW9508	54758870E	21/07/2014	50100	162 * I	574.61
MGE0500	54758443E	21/07/2014	55172	181 * XIV	127.69
MHZ9895	54758921E	08/08/2014	51691	165	1915.38
MHZ9895	54758920E	08/08/2014	65992	230 * V	191.53
MIZ4376	54758664E	04/06/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MJV5448	54759098E	08/08/2014	55414	181 * XVII	53.20
MKM4046	54758718E	22/07/2014	50450	162 * V	191.53
MLN6609	54758996E	10/07/2014	59670	203 * V	191.53
MMC6493	54759168E	10/08/2014	55250	181 * XV	85.12
MMC6493	54759167E	10/08/2014	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 789/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 789/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJV4551	54260541E	13/11/2012	57380	186 * II
AQT7496	55049920D	06/11/2012	69200	233
BHE4057	54260624E	13/11/2012	51851	167
DBU8178	54260694E	05/12/2012	55414	181 * XVII
HRI7540	54260530E	07/11/2012	55411	181 * XVII
IJF6059	55049922D	06/11/2012	69200	233
IJR0825	55049732D	06/11/2012	69200	233
LCX3120	55050331D	08/11/2012	55414	181 * XVII
LXS1179	54260614E	09/11/2012	69200	233
LXU6479	55050416D	14/11/2012	69200	233
LYG6827	55050460D	02/11/2012	65992	230 * V
LYG6827	55050459D	02/11/2012	50100	162 * I
LYG6827	54260554E	02/11/2012	51180	164 c/c 162 * I
LYT3786	54260527E	07/11/2012	55414	181 * XVII
MAM6965	54260535E	13/11/2012	51851	167
MBN8086	54260627E	13/11/2012	55414	181 * XVII
MCG1249	54260538E	13/11/2012	55414	181 * XVII
MES4656	55050349D	28/11/2012	51851	167
MEV0532	55050077D	09/11/2012	69200	233
MFC1249	54260606E	07/11/2012	51851	167
MFF7167	54260730E	28/11/2012	51851	167
MFQ0316	55050346D	27/11/2012	65992	230 * V
MGQ3379	55050415D	14/11/2012	69200	233
MHF2220	54260706E	22/11/2012	69200	233
MHT3089	54260568E	14/11/2012	69200	233
MHV7681	55049996D	01/11/2012	51851	167
MIF2973	54260545E	13/11/2012	51852	167
MIK5126	54260551E	30/10/2012	55172	181 * XIV
MKE5461	55050329D	08/11/2012	55172	181 * XIV
MKL4396	54260601E	07/11/2012	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 106/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 106/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKI4489	55935688	25/08/2002	55680	181 * XIX	127.69
LXD6720	55935684	23/08/2002	69200	233	127.69
LYS7624	55935840	23/08/2002	55410	181 * XVII	53.20
LZP9182	55935683	23/08/2002	69200	233	127.69
MAF8336	55935567	30/08/2002	60500	208	191.53
MCP9690	55935685	23/08/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 72/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 72/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BOO9051	55935129	26/12/2001	69200	233	127.69
LYB5096	55934516	05/01/2002	66370	230 * IX	127.69
LYU0837	55935029	28/12/2001	69200	233	127.69
MAK5229	55935516	04/01/2002	51690	165	957.69
MBI1430	55934674	27/12/2001	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 129/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 129/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABX4253	55935938	06/02/2003	69200	233	127.69
LXH1023	55935937	06/02/2003	69200	233	127.69
LZJ4220	55936043	04/02/2003	69200	233	127.69
MAI6207	55935936	06/02/2003	69200	233	127.69
MAR1430	55935345	03/02/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 330/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 330/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADR1001	55595764A	14/08/2006	69200	233	127.69
BXA3819	55595371A	07/08/2006	69200	233	127.69
LWU5302	55595239A	02/06/2006	55410	181 * XVII	53.20
LXH9929	55595587A	10/08/2006	65300	228	127.69
LXI9288	55595099A	08/05/2006	55410	181 * XVII	53.20
LYJ9323	55595555A	11/05/2006	69200	233	127.69
LZB1051	55595514A	11/08/2006	58350	195	127.69
MBH5272	55595511A	27/06/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 53/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 53/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CES9471	55028495	22/05/2001	69200	233	127.69
COO1993	55935155	02/07/2001	69200	233	127.69
ICE1842	55028537	27/04/2000	51850	167	127.69
ICU4263	55934432	07/06/2001	69200	233	127.69
IIE8481	55935178	26/07/2001	69200	233	127.69
LWV6812	55935202	23/07/2001	65990	230 * V	191.53
LWX1301	55935166	11/07/2001	69200	233	127.69
LWX2041	55028567	26/02/2001	70300	244 * I	191.53
LWX2041	55028567	26/02/2001	58350	195	127.69
LWX3928	55934701	15/07/2001	70480	244 * II	191.53
LXC8280	55935003	25/07/2001	60500	208	191.53
LXD3253	55934039	22/05/2001	69200	233	127.69
LXP5397	55935181	26/07/2001	69200	233	127.69
LXR2894	55028243	19/06/2001	60500	208	191.53
LXR7116	55934302	12/04/2001	60500	208	191.53
LXU5974	55028299	13/06/2001	69200	233	127.69
LYC3865	55935170	17/07/2001	60500	208	191.53
LYE8570	55934041	25/05/2001	69200	233	127.69
LYH4749	55934407	04/06/2001	55410	181 * XVII	53.20
LYR5869	55935180	26/07/2001	69200	233	127.69
LYU7763	55934364	08/06/2001	54600	181 * IX	85.12
LZB3136	55935154	29/06/2001	69120	232	53.20
LZK8686	55934651	02/08/2001	69200	233	127.69
LZR7617	55935405	22/07/2001	52740	175	191.53
LZS2396	55935156	05/07/2001	60500	208	191.53
LZU2354	55934901	08/07/2001	55500	181 * XVIII	85.12
LZY0369	55934813	25/07/2001	55410	181 * XVII	53.20
LZZ8895	55934047	06/07/2001	50100	162 * I	574.61
LZZ8895	55934047	06/07/2001	69120	232	53.20
MAH8063	55934274	02/07/2001	70300	244 * I	191.53
MAJ1754	55934431	04/06/2001	60500	208	191.53
MBS2819	55934751	28/06/2001	60500	208	191.53
MCD6910	55934113	30/04/2001	53800	181 * I	85.12
MER7130	55934752	04/07/2001	73660	252 * VI	85.12
MEV9600	55028236	21/03/2001	69120	232	53.20
MFB0040	55935160	05/07/2001	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 77/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 77/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIG6645	55934915	01/02/2002	56570	182 * IX	85.12
LYL5805	55935034	30/01/2002	69200	233	127.69
LZO9967	55934678	01/02/2002	69200	233	127.69
LZX3487	55935035	30/01/2002	69200	233	127.69
MAL8070	55934677	01/02/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 32/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 32/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

BFH1706	55027850	03/10/1998	60500	208		191.53
BGD7617	55027940	24/10/1998	60500	208		191.53
BWU2821	55027248	15/12/1998	60500	208		191.53
IFS4043	55028260	15/01/1999	60500	208		191.53
LWR2827	55028097	15/01/1999	60500	208		191.53
LXB6930	55027892	26/11/1998	55500	181	* XVIII	85.12
LXP4543	55027736	10/12/1998	60500	208		191.53
LXV0499	55028303	21/01/1999	73660	252	* VI	85.12
LYA1873	55027948	09/11/1998	60410	207		127.69
LYB1786	55028210	21/01/1999	59670	203	* V	191.53
LYC7716	55028205	30/11/1998	56730	183		85.12
LYF8695	55027897	09/12/1998	65480	229		85.12
LYH7293	55028202	22/11/1998	51690	165		957.69
LYH7293	55028202	22/11/1998	65990	230	* V	191.53
LYI9734	55027590	08/09/1998	51690	165		957.69
LYK4207	55027976	24/12/1998	59400	203	* III	191.53
LYM1024	55027599	14/11/1998	60500	208		191.53
LYT9736	55028076	10/12/1998	60500	208		191.53
LZA1791	55027735	10/12/1998	60500	208		191.53
LZE4938	55028052	07/10/1998	73660	252	* VI	85.12
LZL7778	55028066	16/11/1998	60500	208		191.53
LZS8830	55028102	13/11/1998	60500	208		191.53
LZW9238	55028058	23/10/1998	60500	208		191.53
MAC0678	55028010	09/12/1998	60500	208		191.53
MBU6670	55028008	01/12/1998	60410	207		127.69
MCJ6210	55028065	16/11/1998	60500	208		191.53
MEU1230	55028011	09/12/1998	54520	181	* VIII	127.69
MF789	55028005	18/10/1998	50100	162	* I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 320/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 320/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADM7511	55594680	09/12/2005	69200	233	127.69
BKG5256	55594863	25/11/2005	69200	233	127.69
BMI3663	55594900	27/03/2006	69200	233	127.69
COD6650	55595114A	03/02/2006	55250	181 * XV	85.12
IFE0922	55594910A	16/12/2005	69200	233	127.69
LWX7830	55594906A	01/12/2005	69200	233	127.69
LXK3345	55594892	06/03/2006	69200	233	127.69
LYQ1073	55595012A	19/12/2005	69200	233	127.69
LZY7832	55934630	07/12/2005	70480	244 * II	191.53
MCO3789	55935297A	14/12/2005	69200	233	127.69
MCV4159	55935298A	14/12/2005	55500	181 * XVIII	85.12
MGV5610	55594683	24/01/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 202/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 202/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXN4461	55594173	05/07/2004	69200	233	127.69
JNT4653	55594172	05/07/2004	69200	233	127.69
LYX1514	55594025	01/07/2004	69200	233	127.69
LZT6506	55594028	01/07/2004	69200	233	127.69
MCB4413	55936192	04/07/2004	50100	162 * I	574.61

MCB4413 55936192 04/07/2004 66530 230 * XI 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 335/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 335/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYB3240	54962809B	01/09/2006	51850	167	127.69
MAM1898	55594945A	17/06/2006	66530	230 * XI	127.69
MER6020	55595498A	03/08/2006	55250	181 * XV	85.13
MFI3500	55595034A	31/03/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 164/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 164/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF5578	55593831	08/10/2003	69200	233	127.69
MBP3663	55936082	16/10/2003	50100	162 * I	574.61
MBP3663	55936082	16/10/2003	65990	230 * V	191.53
MBP3663	55936082	16/10/2003	51690	165	957.69
MBP4157	55593833	09/10/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 85/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 85/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BQJ9590	55934921	26/03/2002	69200	233	127.69
LXH1622	55934720	24/03/2002	58190	193	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 318/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 318/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADG3614	55595056A	17/01/2006	69200	233	127.69
BGJ0040	55594549	01/12/2005	69200	233	127.69
BQM9275	55594838	02/11/2005	51850	167	127.69
IJJ9177	55595452A	10/05/2006	55500	181 * XVIII	85.12
KFN5630	55594957A	12/12/2005	69200	233	127.69
LZF4157	55595402A	11/05/2006	55410	181 * XVII	53.20
MBH7805	55595572A	01/06/2006	69200	233	127.69
MDI4336	55934644	03/02/2006	55250	181 * XV	85.12
MDS5928	55595135A	29/03/2006	60500	208	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 332/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 332/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZK6201	55595601A	06/06/2006	69200	233	127.69
LZW0150	55594930A	03/03/2006	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 989/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 989/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

APM1166	54759802E	23/10/2014	51851	167
AQL6895	55049073D	23/09/2014	55172	181 * XIV
LWX9389	54759413E	14/10/2014	55172	181 * XIV
MEQ7011	55049071D	13/10/2014	55414	181 * XVII
MMB3535	54759718E	14/10/2014	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 987/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 987/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BUA9313	54759451E	24/09/2014	51851	167
CBF7065	54759406E	14/10/2014	69120	232

DPJ8472	54759720E	20/10/2014	50450	162	*	V
LWX3276	54759263E	24/09/2014	54870	181	*	XI
LXB1316	54759274E	27/09/2014	65992	230	*	V
LXB1316	54759275E	27/09/2014	50100	162	*	I
LXF3414	54759602E	19/09/2014	51851	167		
LZR8820	54759265E	24/09/2014	65561	230	*	I
MAT5478	54759113E	07/10/2014	55172	181	*	XIV
MCL0235	54759291E	18/10/2014	65992	230	*	V
MDS4865	54759654E	30/09/2014	70482	244	*	II
MEH2141	54759655E	30/09/2014	70482	244	*	II
MEQ0892	54759112E	29/09/2014	50100	162	*	I
MEY1740	54759271E	27/09/2014	70302	244	*	I
MEY1740	54759272E	27/09/2014	64080	221		
MEY1740	54759273E	27/09/2014	50100	162	*	I
MFJ9880	54759229E	26/09/2014	59670	203	*	V
MGM2573	54759653E	30/09/2014	70481	244	*	II
MHH2549	54759715E	24/09/2014	51851	167		
MIX3378	54759714E	24/09/2014	51851	167		
MJA4938	54759276E	05/10/2014	66102	230	*	VII
MJH7310	54759604E	23/09/2014	51851	167		
MJO9515	54759293E	23/10/2014	57461	187	*	I
MKF4893	54759458E	26/10/2014	51930	168		
MKP0240	54759282E	13/10/2014	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 899/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 899/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
APG3785	54756573E	31/10/2013	66102	230 * VII
AWS0445	54755796E	06/11/2013	69200	233
BXB1497	54756464E	26/10/2013	55411	181 * XVII
CFM8307	54756623E	07/11/2013	67000	230 * XVI
CHB4754	54756928E	25/11/2013	72850	250 * III
CKP6154	54756568E	28/10/2013	55250	181 * XV
CRG0720	54756617E	04/11/2013	73662	252 * VI
DDO4806	54756584E	06/11/2013	69200	233
DKC0437	54262998E	31/10/2013	69200	233
HVG2166	54756933E	28/11/2013	55411	181 * XVII
IQJ8490	54755794E	06/11/2013	69200	233
IQT9018	54262994E	31/10/2013	69200	233
JPU7993	54756621E	07/11/2013	67000	230 * XVI
KGC5800	54756610E	01/11/2013	55172	181 * XIV
LXD1597	54756576E	01/11/2013	50100	162 * I
LXE8544	54756589E	06/11/2013	69200	233
LXU6479	54756124E	18/11/2013	69200	233
LYX8210	54756616E	04/11/2013	50450	162 * V
MAE0328	54755923E	29/10/2013	51930	168
MAL8374	54756911E	22/11/2013	69200	233
MAN7966	54756925E	25/11/2013	65992	230 * V
MAS2629	54756903E	22/11/2013	65992	230 * V
MBC2588	54756474E	07/11/2013	65561	230 * I
MBN0825	54756851E	24/11/2013	65992	230 * V
MDA8413	54756919E	22/11/2013	51691	165
MDA8413	54756918E	22/11/2013	65480	229
MDH6737	54756586E	06/11/2013	69200	233
MDH6927	54755795E	06/11/2013	69200	233
MEN5937	54756583E	06/11/2013	69200	233
MFC4428	54756498E	22/11/2013	69200	233
MFK9288	54756500E	22/11/2013	69200	233
MGM5347	54756710E	27/11/2013	55250	181 * XV
MGM5347	54756280E	27/11/2013	54010	181 * III
MGX5736	54756581E	06/11/2013	50450	162 * V
MGY9679	54755921E	29/10/2013	55414	181 * XVII
MHR7045	54262990E	31/10/2013	69200	233
MHZ2228	54756962E	26/11/2013	61300	214 * II
MIZ3173	54756702E	31/10/2013	50100	162 * I
MJA7800	54756279E	23/11/2013	51851	167
MJH0292	54755927E	01/11/2013	50100	162 * I
MJH0292	54756612E	01/11/2013	65992	230 * V
MJH0292	54756613E	01/11/2013	70481	244 * II
MKC7104	54756471E	07/11/2013	67000	230 * XVI
MLG4263	54756653E	23/11/2013	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 501/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 501/2009

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CBB2590	54594547C	20/11/2008	54521	181 * VIII	127.69
LWW5796	54964831B	10/06/2008	69200	233	127.69
LXS5728	54964830B	10/06/2008	69200	233	127.69
LYI0685	55680303B	26/06/2008	69200	233	127.69
LZY0645	54594848C	06/03/2009	55411	181 * XVII	53.20
MCX2844	54595271C	09/01/2009	69200	233	127.69
MDK2814	54595673C	14/03/2009	69120	232	53.20
MEO3028	54595692C	18/03/2009	66102	230 * VII	127.69
MES2524	54964827B	07/06/2008	50100	162 * I	574.61
MES2524	54964828B	07/06/2008	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

Videira

PREFEITURA

ENCERRAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2014 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE KITS DIVERSOS PARA OS LABORATÓRIOS ESCOLARES E MICROSCÓPIO BINOCULAR PARA USO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, foi encerrada sem vencedores, devido a incompatibilidade das propostas apresentadas com a média dos preços praticados no mercado. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 28 de Novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 123-2014-PMV

Aditivo nº 123-2014-PMV

Contrato/Ata nº: CT 264/2013

Licitação: DL 28/2013

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato da empresa para prestação de serviços postais, telemáticos e adicionais à Prefeitura Municipal de Videira, conforme o art. 24, VIII da Lei 8.666/93, por mais 12 meses, com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2014 até 18 de dezembro de 2015.

Data: 24/11/2014

Valor Estimado: R\$ 420.000,00

DECRETO Nº 11.359/14

DECRETO Nº 11.359/14, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/13, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 553.000,00 (Quinhentos e cinquenta e três mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
1.009 – Aplicação Salário Educação – Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0006 – Aplicações Diretas	553.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	
	553.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior,

correrá por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2014, dos recursos vinculados do Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de novembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de novembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretario de Administração

Xavantina**PREFEITURA****TERMO DE COMPROMISSO LL 02-2014 PMXV****TERMO DE COMPROMISSO**

O Município de Xavantina/SC, compromete-se através do leiloeiro ao final assinado e devidamente autorizado a entregar os bens arrematados nas condições descritas no Edital de Leilão nº 02/2014 PMVX do Município de Xavantina/SC.

Por outro lado o Arrematante ao final identificado declara ter efetuado lance no valor de R\$ 1.060,00 (um mil e sessenta reais) para fins de arrematação do Lote 10 do Anexo I, do Edital de Leilão nº 02/2014 PMXV do Município de Xavantina/SC, e pelo fato de ter sido vencedor no certame, compromete-se em pagar o valor ofertado no prazo de até 02 (dois) dias consecutivos, mediante depósito na conta poupança nº. 5141339-6 do Banco do Brasil, agência 4601-9 do Município de Xavantina/SC.

A entrega do bem arrematado só será efetuada após a apresentação do respectivo comprovante de pagamento juntamente com a certidão negativa de débitos com INSS (§ 3º, do art. 195, da CF) e FGTS (art. 2º, da Lei nº 9.012/95) em nome do arrematante, no caso de pessoas jurídicas. Além destes requisitos, o Município verificará a existência de débitos do arrematante perante a Fazenda Municipal, exigindo-se a regularização de eventual pendência perante a mesma para a entrega do bem arrematado.

O Arrematante declara ainda estar ciente das regras do presente leilão, inclusive quanto a multa de 20% do valor do lance, advertência, suspensão temporária de licitar e declaração de idoneidade, se o pagamento não for efetuado ou se for descumprida as normas do edital.

Estando de acordo, assinam o presente em duas vias de mesmo teor, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Nome do Proponente: ADEMIR GABRIEL

CPF: 039.376.249-10

Endereço: LINHA DIVISA DAS ÁGUAS, S/N, XAVRINA/SC

Fone: (49) 3848-7008

Xavantina/SC, em 28 de novembro de 2014.

ADEMIR GABRIEL 039.376.249-10 Arrematante	EMERSON SALVAGNI 053.898.389-20 Leiloeiro
---	---

Testemunhas:

01. _____
Nome: JOSÉ DAL BOSCO
CPF: 649.373.309-00

02. _____
Nome: JOSELINO LUIZ NAISSINGER
CPF: 047.840.569-39

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 011/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAVANTINA
CÂMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
EXTRATO DE CONTRATO
Processo Dispensa de Licitação Nº 006/2014
Contrato Nº 011/2014, de 26 de Novembro de 2014
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA.
Contratada: INGeo ESTUDOS GEOLÓGICOS, GEOTÉCNICOS E AMBIENTAIS LTDA
Objeto: - Elaboração de serviço de sondagem de solo em área de 1.250 m2, sobre a matrícula nº 19.599 do Registro de Imóveis da Comarca de Seara-SC;
O valor total do presente Contrato é de R\$ R\$ 5.250,00 (Cinco mil duzentos e cinquenta reais)
Xavantina-SC, 26 de Novembro de 2014.
Eugenio João Comin – Presidente

Xaxim**PREFEITURA****DECRETO 460**

DECRETO Nº 460/2014.

DISPÕE SOBRE A CAUÇÃO DE LOTES PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO LOTEAMENTO SOL NASCENTE II, APROVADO PELA LEI Nº 4.019/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o disposto no Decreto nº 445/2014, o qual dispõe sobre a possibilidade de caucionamento de lotes em favor da Administração Pública, até que as obras de infraestrutura de parcelamento do solo sejam concluídas;

Considerando o disposto na Lei 6.766/79, mais especificamente no art. 9º;

DECRETA:

Art. 1º. Fica oferecido em caução, os seguintes lotes das respectivas quadras, como garantia para a execução das obras faltantes no prazo estabelecido, em relação ao loteamento Sol Nascente II, imóvel com matrícula no CRI sob o nº 21.967:

I - Da quadra 768 - lotes: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 20;

II - Da quadra 770 - lotes: 01, 02, 03, 14, 17, 19 e 20;

III - Da quadra 771 - lotes: 01, 02 e 03;

IV - Da quadra 772 - lotes: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10;

Art. 2º. Em relação à tais lotes, deverá incidir hipoteca especial em favor do Município, onde somente será determinada a respectiva baixa, assim que houver a verificação da conclusão da infraestrutura.

Parágrafo único. Poderão eventuais lotes serem substituídos, desde que demonstrada de modo fundamentada as razões para tanto.

Art. 3º. Caso as obras não sejam concluídas no prazo anteriormente assinalado no termo de compromisso, os proprietários deverão arcar com multa no importe de 30% (trinta por cento) do importe despendido pela Administração Municipal para a conclusão dos trabalhos.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, devendo-se cópia do presente, ser encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, com respectiva firma reconhecida dos proprietários dos imóveis indicados nos incisos do art. 1º.

Xaxim, 25 de novembro de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

De acordo:

A.D.E. Empreendimentos Imobiliários

CNPJ sob o nº 12.893.500/0001-89

Zanete Parizotto Mattiello - Sócia Administrador

CPF sob o nº 513.984.609-82

Associações**AMVALI****EDITAL 003/2014 DE CONVOCAÇÃO****XXVIII****ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Jaraguá do Sul, 25 de novembro de 2014.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

XXVIII ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itapocu, Sr. Sergio Victor Santini, no uso de suas atribuições, vem pelo presente convocar sua entidade a participar da XXVIII Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 de dezembro de 2014, às 14h00, em terceira convocação, no auditório da AMVALI, sito à Rua Arthur Gumz, nº 88 - Vila Nova, no município de Jaraguá do Sul/SC, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata da XXVII Assembleia Geral Ordinária
2. Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú - Andre Targa Cavasani - The Nature Conservancy
3. Resposta Ofício 25 - Mineração
4. Sugestões FEHIDRO 2015
5. Palavra Livre
6. Lançamento Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico da Bacia do Rio Itapocu
7. Coquetel

Agradecemos pela atenção dispensada e contamos com sua estimada participação, lembrando que no impedimento de estar presente, seu suplente seja comunicado ou justificada ausência.

Sergio Victor Santini

Presidente S

Consórcios

CIGA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho de Administração do CIGA para a reunião ordinária, a realizar-se na cidade de Florianópolis.

Data: 11 de dezembro de 2014 (quinta-feira)

Cidade: Florianópolis/SC

Horário: 10h00min

Local: Sede do CIGA

Rua Santos saraiva, nº 1546, Estreito, Florianópolis - SC

Ordem do dia:

- Reajustes nos valores dos Programas ofertados pelo CIGA para o exercício de 2015;
- Deliberação sobre Orçamento e Plano de Trabalho do CIGA para o exercício de 2015;
- Análise e deliberação sobre prestação de contas do CIGA até o mês de outubro de 2014;
- Apresentação da evolução do consorciamento de municípios de outros estados brasileiros;
- Análise acerca da convocação dos aprovados no Concurso Público CIGA nº 003/2014;
- Deliberação acerca da nova sede do CIGA - autorização de parcelamento para aquisição de imóvel; utilização do valor de IRRF e do superávit do exercício de 2014;
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 28 de novembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA

CIM-AMAVI

EXTRATO ESTATUTO CIM-AMAVI 00

Extrato do Estatuto do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI

Os Municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, reunidos em Assembleia Geral, formalizaram o Estatuto do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Amavi - CIM-AMAVI, para a consecução dos objetivos delineados no Contrato de Consórcio Público, com observância da Lei 11.107/2005 e legislação pertinente. A íntegra do Estatuto do CIM-AMAVI está disponível no site www.amavi.org.br/cim.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2014.

CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2014 - LOUSAS DIGITAIS E MESA INTERATIVA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0027/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0031/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Lousas digitais e mesa interativa, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Fraiburgo e Rio das Antas, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, durante o período de 15 de dezembro de 2014 à 30 de abril de 2015.

JULGAMENTO: Menor Preço POR LOTE. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 01/12/2014 até às 09:00 horas do dia 11/12/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 11/12/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 11/12/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bll.org.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 28 de novembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0015/2014 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0014/2014, COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº0001/2014.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmeras de ar e protetores, interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas/produtos aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 25 de novembro de 2014

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS NORDESTE**TERMOS ADITIVOS - ATA REGISTRO PREÇOS - PREGÃO 001/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE028

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Pregão Eletrônico nº 001/2014

Processo Administrativo nº 02/2014 - O e P

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Órgãos Participantes: Município de Jaraguá do Sul

Município de Balneário Barra do Sul

Município de São Francisco do Sul

Município de Campo Alegre

Município de Araquari

Município de Rio Negrinho

Fornecedor Registrado: Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda (CNPJ 04.372.020/0001-44)

Objeto: Cancelamento das quantidades remanescentes, ainda não entregues, dos medicamentos CASTANHA DA ÍNDIA COMPOSTA - LOTE 85 e ACICLOVIR CREME 50 MG - LOTE 06 da Tabela da Cláusula Primeira; Ratificação das demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Memorandos AJ nº 186/2014 no Processo Administrativo nº 02-O/2014 e AJ nº 187/2014, art. 19, incisos I e II do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do CISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula Oitava, § 2º, incisos I e II e § 3º da Ata de Registro de Preços.

Vigência: 07/11/2014 a 31/12/2014

Data do Aditivo: 07 de novembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Presidente do CISNORDESTE/SC Órgão Gerenciador	Nancy Terezinha Werlang Fornecedor Registrado
--	--

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE021

SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE021

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Pregão Eletrônico nº 001/2014

Processo Administrativo nº 02/2014 - R

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Órgãos Participantes: Município de Jaraguá do Sul

Município de Balneário Barra do Sul

Município de São Francisco do Sul

Município de Campo Alegre

Município de Araquari

Município de Rio Negrinho

Fornecedor Registrado: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda (CNPJ 07.752.236/0001-23)

Objeto: Reajuste para reequilíbrio econômico financeiro do contrato do medicamento Amoxicilina 500 mg + Clavulanato de Potássio 125 mg - LOTE 40; Ratificação das demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Memorando AJ nº 194/2014 no Processo Administrativo nº 2-R/2014, art. 18 do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do CISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula

Oitava, § 1º, inciso I, da Ata de Registro de Preços e art. 65, inciso II, alínea d da Lei nº 8.666/93.

Valor do Aditivo: R\$ 0,68/comprimido.

Vigência: 28/11/2014 a 31/12/2014

Data do Aditivo: 28 de novembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Presidente do CISNORDESTE/SC Órgão Gerenciador	Emerson Schwengber Fornecedor Registrado
--	---

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001CISNORDESTE019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Pregão Eletrônico nº 001/2014

Processo Administrativo nº 02/2014 - U

Órgão Gerenciador: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISNORDESTE/SC

Órgãos Participantes: Município de Jaraguá do Sul

Município de Balneário Barra do Sul

Município de São Francisco do Sul

Município de Campo Alegre

Município de Araquari

Município de Rio Negrinho

Fornecedor Registrado: Marcofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda (CNPJ 06.935.554/0001-67)

Objeto: Cancelamento das quantidades remanescentes do medicamento Albendazol 400 mg - LOTE 19; Ratificação das demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Memorando AJ nº 195/2014 no Processo Administrativo nº 02-U/2014, art. 21, caput e inciso II do Decreto nº 7.892/2013, aplicado no âmbito do CISNORDESTE/SC pela subsidiariedade prevista no art. 3º da Resolução CISNORDESTE nº 02/2014 e Cláusula Nona, § 2º, da Ata de Registro de Preços.

Vigência: 28/11/2014 a 31/12/2014

Data do Aditivo: 28 de novembro de 2014.

Mário Fernando Reinke Presidente do CISNORDESTE/SC Órgão Gerenciador	Marcos Wavzenkievicz Fornecedor Registrado
--	---

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2014

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2014

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 091/2014

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CIS/NORDESTE

Contratada: ADRIANO DOS SANTOS FERREIRA.(CNPJ 18.721.477/0001-21)

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de 2 condicionadores de ar do CISNORDESTE/SC

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$ 300,00 (trezentos reais)

Data do Contrato: 07 de novembro de 2014.

Mário Fernando Reinke

Prefeito Municipal de Massaranduba

Presidente do CISNORDESTE/SC

CONTRATANTE

CIS/AMURES**HOMOLOGAÇÕES RENOVAÇÕES CONTRATOS**NOVEMBRO 2014
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISEdital de credenciamento nº 01/2014
HOMOLOGAÇÃO DE RENOVAÇÕES DE CONTRATOS

Empresa
Cardona & Olarte Clínica Médica Ltda
Clínica de Saúde Aplicada Ltda
Clinicar Centro Diagnóstico em Ultrasson e Medicina Fetal Ltda
Sommavilla e Floriani Fisioclínica Ltda.
Tomografias Lages Ltda
Clinical Dente ME- Rafael Neto
Tadeu Feres Serviços Médicos Ltda
Centro de Diagnóstico Cardiológico Ltda
IMA – Imagens Médicas Avançadas Ltda
EDI Exames Diagnósticos por Imagens Ltda

Lages, 28 de Novembro de 2014.
EDELVANIO NUNES TOPANOTI
Presidente CIS/AMURES**CITMAR****RESOLUÇÃO N.º 002/2014**RESOLUÇÃO N.º 002/2014
APROVA ORÇAMENTO GERAL DO CITMAR PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O Conselho Deliberativo do CITMAR - Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, reunido ordinariamente no dia 01 de Dezembro de 2014, por decisão de seus membros presentes, com fundamento nas disposições Estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1.º - O Orçamento do CITMAR, para o exercício de 2015, é constituído pela previsão da Receita no valor de R\$ 658.716,36 (Seiscentos e cinquenta e oito mil setecentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), e fixa a despesa em igual valor conforme detalhamento abaixo:

Receitas

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES		658.716,36	
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		25.000,00	
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		25.000,00	
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.000,00	
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários		25.000,00	
1.3.2.5.01.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras		25.000,00	
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		633.716,36	
1.7.2.3.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		633.716,36	
1.7.2.3.37.00	Transferências a Consórcios Públicos		633.716,36	

DESPESAS

Código	Especificação	Modalidade de Aplicação	Grupo de natureza da despesa	Categoria Econômica
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		658.716,36	
3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos		220.000,00	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas		220.000,00	
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes		428.716,36	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas		428.716,36	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00	
4.4.00.00.00	Investimentos		10.000,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas		10.000,00	

Art. 2.º - Fica o Diretor Executivo do CITMAR - Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar, autorizado a promover reajustes no presente orçamento, através de anulações de dotações, até 50% do valor total estimado e pelo superávit do exercício anterior e/ou excesso de arrecadação, até o limite apurado.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor a partir do dia primeiro de janeiro de 2015.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2014.

ANA PAULA DA SILVA Presidente do CITMAR	CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo	JEAN CARLOS COELHO Contador CRC/SC 028.914/O-6
--	--	--

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015	ANEXO I - RECEITA
------------------------------------	-------------------

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	658.716,36
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.000,00
1.3.2.5.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00
1.3.2.5.01.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	25.000,00
1700.00.00	Transferências correntes	633.716,36
1720.00.00	Transferências Intragovernamentais	633.716,36
1723.00.00	Transferências dos Municípios	633.716,36
1723.37.00	Transferências a Consórcios Públicos	633.716,36
1723.37.01	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Balneário Piçarras	64.765,81
1723.37.02	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Bombinhas	77.440,13
1723.37.03	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Camboriú	55.640,30
1723.37.04	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Ilhota	37.072,40

1723.37.05	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Itajaí	92.839,44
1723.37.06	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Itapema	83.587,19
1723.37.07	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Luís Alves	36.565,44
1723.37.08	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Navegantes	55.640,30
1723.37.09	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Penha	65.082,67
1723.37.10	Transf. do Fundo Mun. de Turismo de Porto Belo	65.082,68

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2014.

ANA PAULA DA SILVA Presidente do CITMAR	CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo	JEAN CARLOS COELHO Contador CRC/SC 028.914/O-6
--	--	--

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015	ANEXO II - DESPESA
------------------------------------	--------------------

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

ÓRGÃO:	CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar	01
UNIDADE:	CITMAR	01
FUNÇÃO:	Comércio e Serviços	23
SUB-FUNÇÃO:	Turismo	695
PROGRAMA:	DESENVOLVIMENTO TURISTICO COSTA VERDE E MAR	2001
ATIVIDADE:	1)Pesquisa Mercadológica - Assessoria de Imprensa - Elaboração de Roteiros Culturais, Rural e Trekking, compras, surf – Palm Tops (11unidades) – Serviços de fotografia – Confeção de Revista e vídeos, materiais de divulgação, custo com Agências de Publicidade – Projeto Ciclo Turismo – Locação de stands – Ações de Divulgação in loco, Capacitações e Treinamentos – Informativos com campanhas e brindes – Demais materiais de consumo – Custeio de viagens para eventos – despesas com pessoal – Diárias – Locações de veículos – Passagens e demais despesas de viagens - Realização de FAMTOUR — e demais despesas com manutenção do CITMAR. 2) Aquisição de Equipamentos de informática e demais utilidades de escritório.	2001

3.1.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos	
3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	220.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	428.716,36
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas	10.000,00
TOTAL DA DESPESA R\$		658.716,36

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2014.

A PAULA DA SILVA Presidente do CITMAR	CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo	JEAN CARLOS COELHO Contador CRC/SC 028.914/O-6
--	--	--

REPASSE E RATEIO DAS DESPESAS DA ATIVIDADE 2015 - POR MUNICÍPIO						ANEXO III
Município	recusos de repasse	receita própria	% de Rateio	Modalidade	Valor	
Balneárias Piçarras	64.765,81	2.555,00	10,22	3.1.90.00	22.484,00	
				3.3.90.00	43.814,81	
				4.4.90.00	1.022,00	
Bombinhas	77.440,13	3.055,00	12,22	3.1.90.00	26.884,00	
				3.3.90.00	52.389,13	
				4.4.90.00	1.222,00	
Camboriú	55.640,30	2.195,00	8,78	3.1.90.00	19.316,00	
				3.3.90.00	37.641,30	
				4.4.90.00	878,00	
Ilhota	37.072,40	1.462,50	5,85	3.1.90.00	12.870,00	
				3.3.90.00	25.079,90	
				4.4.90.00	585,00	
Itajaí	92.839,44	3.662,50	14,65	3.1.90.00	32.230,00	
				3.3.90.00	62.806,94	
				4.4.90.00	1.465,00	
Itapema	83.587,19	3.297,50	13,19	3.1.90.00	29.018,00	
				3.3.90.00	56.547,69	
				4.4.90.00	1.319,00	
Luís Alves	36.565,44	1.442,50	5,77	3.1.90.00	12.694,00	
				3.3.90.00	24.736,94	
				4.4.90.00	577,00	
Navegantes	55.640,30	2.195,00	8,78	3.1.90.00	19.316,00	
				3.3.90.00	37.641,30	
				4.4.90.00	878,00	
Penha	65.082,67	2.567,50	10,27	3.1.90.00	22.594,00	
				3.3.90.00	44.029,17	
				4.4.90.00	1.027,00	
Porto Belo	65.082,68	2.567,50	10,27	3.1.90.00	22.594,00	
				3.3.90.00	44.029,18	
				4.4.90.00	1.027,00	
TOTAL	633.716,36	25.000,00	100,00		658.716,36	

Itajaí (SC), 01 de Dezembro de 2014.

ANA PAULA DA SILVA Presidente do CITMAR	CÉLIO JOSÉ BERNARDINO Diretor Executivo	JEAN CARLOS COELHO Contador CRC/SC 028.914/O-6
--	--	--